

Revista Acadêmica da FAMAM

TEXTURA

Edição Especial, dezembro de 2012

ISSN: 1809-7812

50 ANOS

**DE GOVERNADOR MANGABEIRA:
PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E SOCIAIS**

Governador Mangabeira-BA

Que a leitura dos
textos possam te inspirar
Grande beijo!

Alaís, 20/09/2013

[Handwritten signature]

Revista Acadêmica da FAMAM

TEXTURA



50 Anos de Governador Mangabeira:
Perspectivas Históricas e Sociais

Fonte: Prefeitura Municipal de Governador Mangabeira

Governador Mangabeira - BA
dezembro de 2012

FAMAM – FACULDADE MARIA MILZA

DIRETOR DA FAMAM

Weliton Antonio Bastos de Almeida

DIRETORAS DO CEMAM (Instituição mantenedora da FAMAM)

Jucinalva Bastos de Almeida Costa

Janelara Bastos de Almeida Silva

EDITORA RESPONSÁVEL

Josemare Pereira dos Santos Pinheiro

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Pinheiro Martinelli (Universidade de São Paulo)

Alex Gutterres Taranto (Universidade Federal de São João Del-Rei)

Carmem Lieta Ressurreição dos Santos (Universidade Estadual de Feira de Santana)

Celi Nelza Zulke Taffarel (Universidade Federal da Bahia)

Edmar José de Santana Borges (Universidade Federal da Bahia)

Elisabete Rodrigues da Silva (Faculdade Maria Milza)

Maria Lúcia Silva Servo (Universidade Estadual de Feira de Santana)

Marina Siqueira de Castro (Universidade Estadual de Feira de Santana / Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola)

Marly de Jesus (Faculdade Maria Milza)

Robson Rui Cotrim Duete (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola / Faculdade Maria Milza)

Sérgio Roberto Lemos de Carvalho (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola / Faculdade Maria Milza)

Simone Garcia Macambira (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

ASSISTENTE EDITORIAL

Ana Cláudia de Jesus

CAPA

Nelson Magalhães Filho

Ficha Catalográfica

TEXTURA. Faculdade Maria Milza. - v. 1, n. 1. (jan. - jun. 2006) - Cruz das Almas, BA, 2006 –.

Semestral

Edição Especial de 2012

ISSN: 1809-7812

1. Ciências Humanas. 2. Ciências da Saúde. I Faculdade Maria Milza

Tiragem: 1000 exemplares

Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, desde que devidamente citada a fonte.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR MANGABEIRA

PREFEITA

Domingas Souza da Paixão

SEPROMI – SECRETARIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE

Neci Santos Leite – **Secretária**

Cássio Conceição Alves – **Assessor Especial**

Diana Souza Santos – **Diretora do Dep. de Reparação**

Daniel da Conceição de Souza – **Diretor do Dep. de Juventude**

Aryane da Silva Ramos – **Coordenadora Executiva**

Valdilene de Almeida Silva – **Auxiliar Administrativa**

COORDENAÇÃO DA COLETÂNEA

Dra. Elizabete Rodrigues da Silva

Ms. Alaíze Santos da Conceição

COLABORAÇÃO

Esp. Luis Carlos Borges da Silva

Esp. Jaciara Maria da Silva Pereira

EDITORIAÇÃO

EGBA

MENSAGEM DA PREFEITA

É com muita satisfação e alegria que a Prefeitura Municipal de Governador Mangabeira oferece aos estudantes, professores e a comunidade em geral essa publicação. Uma coletânea de artigos relacionados aos aspectos históricos, geográficos e educacionais de nosso município. Essa coletânea é fruto do projeto de comemorações do cinquentenário de Emancipação Política de nossa cidade, sendo sua produção coordenada pela equipe da SEPROMI – Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade em parceria com a Revista Textura da Faculdade Maria Milza – FAMAM, da cidade de Governador Mangabeira.

O objetivo maior desse material consiste em oferecer aos educadores um instrumento de pesquisa para a elaboração de suas aulas no que se refere ao nosso município, bem como, subsidiar os nossos estudantes em pesquisas relacionadas às temáticas apresentadas. Também, demonstrar que nossa cidade tem uma história própria, reveladora das diversas identidades de nosso povo, associada às suas diversas características geográficas e educacionais.

Acredito que a publicação dessa coletânea se configura em um valioso momento histórico para o povo mangabeirense, pois o conteúdo dos artigos produzidos demonstra a presença popular na construção de nossa história, a partir da Vila de Cabeças até elementos sociais, econômicos, políticos e culturais da atualidade, enfatizando a preocupação da Prefeitura Municipal em colocar a educação como prioridade, sobretudo uma visão educacional que valorize as nossas raízes, os saberes, a memória e o desenvolvimento de nosso povo.

Agradeço a todos e a todas que contribuíram para a produção da coletânea 50 Anos de Governador Mangabeira: Perspectivas Históricas e Sociais, em especial aos professores que elaboraram os artigos, bem como à equipe da SEPROMI e da Revista Textura, pelo esforço em tornar esse sonho uma realidade. Aos nossos professores e estudantes, desejo que possam aproveitar bastante as extraordinárias informações contidas na coletânea, que sem dúvidas é um presente ao povo mangabeirense.

Governador Mangabeira, dezembro de 2012.

Domingas Souza da Paixão
Prefeita

MENSAGEM DA SECRETÁRIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE

Para nós da Secretaria de Promoção da Igualdade – SEPROMI, foi um prazer ter contribuído para a criação dessa coletânea de artigos, que aborda alguns aspectos históricos, geográficos e educacionais do município de Governador Mangabeira. Sem sombra de dúvidas, estamos contribuindo para a concretização de um sonho de vários munícipes, estudantes e professores, que há muito tempo esperavam por essa publicação.

Não poderia deixar de reconhecer o papel fundamental do professor Luís Carlos Borges da Silva para a publicação dessa revista, o qual foi o mentor dessa grande idéia, que permitirá as nossas futuras gerações conhecer um pouco da nossa história. Também reconhecer a dedicação dos autores dos artigos, bem como o papel essencial das historiadoras Elizabete Rodrigues da Silva e Alaíze dos Santos Conceição para a construção deste material, quando as mesmas aceitaram a difícil missão de coordenar a então sonhada coletânea fazendo com que esta se transformasse nesse brilhante trabalho, sem esquecer das emocionantes contribuições da professora Jaciara Maria da Silva Pereira.

Também, externar a satisfação pela parceria firmada com a Faculdade Maria Milza – FAMAM, através do seu diretor professor Weliton Antonio Bastos de Almeida e a editora da Revista Textura, a professora Josemare Pereira dos Santos Pinheiro, bem como a todo corpo diretivo e técnico da Empresa Gráfica da Bahia – EGBA, pelo esforço para impressão da coletânea.

Ainda devo mencionar a valiosa dedicação de todos os funcionários da SEPROMI (Cássio, Diana, Daniel, Aryane e Valdilene), para que tornasse o sonho da publicação dessa coletânea uma realidade.

Por fim, quero agradecer em especial à prefeita Domingas Souza da Paixão, por sua sensibilidade em entender a importância desse projeto para o povo mangabeirense, principalmente os professores e estudantes, que agora terão um material específico para suas pesquisas e elaboração de aulas, através dos artigos da coletânea: *50 anos de Governador Mangabeira: Perspectivas Históricas e Sociais*.

Governador Mangabeira, dezembro de 2012.

Neci Santos Leite
Secretária

PREFÁCIO

Os estudos acerca dos aspectos regionais e locais têm recebido atenção significativa nas produções acadêmicas do país, sobretudo, na área das Ciências Humanas, pois essa concepção permite uma visão imediata e concreta da realidade em que os indivíduos estão inseridos. Nessa perspectiva a Prefeitura Municipal de Governador Mangabeira, através da Secretaria de Promoção da Igualdade – SEPROMI organizou a presente publicação, como forma de comemoração do cinquentenário de emancipação da cidade, fato ocorrido em 14 de março de 1962, quando a então Vila de Cabeças, pertencente ao município de Muritiba, conseguiu a sua independência política, recebendo a partir daquele momento o nome de cidade de Governador Mangabeira.

A organização da coletânea é uma resposta à necessidade da produção e publicação de um material que tratasse, especificamente, de elementos históricos e sociais do município de Governador Mangabeira, no sentido de subsidiar os/as docentes em seu trabalho pedagógico. Assim, o desejo dos/das professores/professoras se transformou em uma das ações do projeto “50 Anos de Emancipação do Município”, elaborado pela SEPROMI, creditando às professoras e historiadoras Elizabete Rodrigues da Silva e Alaíze Santos da Conceição a coordenação da coletânea, com o apoio da equipe desta Secretaria.

A coletânea consiste na organização de vários artigos relacionados aos aspectos históricos, geográficos e educacionais do município, produzidos por profissionais residentes na cidade e com formação na área das Ciências Humanas. A sua estruturação iniciou com a publicação do Edital nº 07/2012, que estabeleceu os critérios de inscrição e seleção dos artigos, estes que foram submetidos ao Conselho Editorial da Revista Textura da Faculdade Maria Milza – FAMAM, a partir da parceria firmada entre esta instituição e a Prefeitura Municipal de Governador Mangabeira.

Após meses de trabalho alcançou-se o objetivo final que se concretizou com a publicação da coletânea composta por um conjunto de dez artigos, oriundos de monografias, dissertações e teses - escritos por pesquisadores/pesquisadoras que analisam as temáticas em foco. Em sua estrutura habilitou-se como critério a sequência cronológica de cada pesquisa, exceto o primeiro artigo que busca caracterizar geograficamente o município.

Do ponto de vista histórico a coletânea aborda temáticas vinculadas às mulheres fumageiras e rezadeiras, bem como, a Vila de Cabeças

no contexto da região do Recôncavo e sua transformação em cidade de Governador Mangabeira, já na perspectiva geográfica apresenta-se discussões como localização do município, perpassando pelo universo rural das casas de farinha e das ações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, além do significado do lazer festivo na cidade. No contexto educacional existe um destaque para a importância da inclusão de história e cultura afro-brasileira no ensino fundamental.

As concepções teórico-metodológicas que fundamentam as produções se inscrevem, de um lado, na área da História Social e Cultural, esta que alarga o campo de investigação e possibilita explorar os diversos territórios do historiador, como a história local e regional, bem como, gênero e história. De outro, no que se refere ao campo geográfico, as abordagens transitam pelo universo dos estudos locais, regionais, agrários e culturais. A área de educação, por sua vez, se destaca através da atual discussão acerca da implementação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de educação básica do país, uma concepção política que modifica, por certo, as concepções teórico-metodológicas no campo do ensino-aprendizagem.

A presente coletânea 50 Anos de Governador Mangabeira: Perspectivas Históricas e Sociais reúne, portanto, diversas temáticas que priorizam o estudo do local, sem perder de vista sua interação com o regional e que se articula, ao mesmo tempo, na complexidade de um contexto mais amplo. Nesta perspectiva, os textos partem de uma visão que mistura o singular e o plural para compreender a vida e a história do povo mangabeirense neste cinquentenário de emancipação política do município, marco que faz lembrar o nascimento de sua liberdade, e que anuncia, também, a sua maturidade, esta que resulta da luta cotidiana de todos os agentes sociais envolvidos.

Enfim, parabenizamos a todas e a todos que se envolveram nesta relevante produção científica, reveladora de parte da história do município, que, certamente, contribuirá de forma significativa para enriquecer as atividades pedagógicas de professores e estudantes, além de constituir-se como um documento de registro de saberes e identidades do povo mangabeirense, servindo como referencial para elevação de sua autoestima.

Governador Mangabeira, dezembro de 2012.

Luis Carlos Borges da Silva
Diana Souza Santos
Cássio Conceição Alves

APRESENTAÇÃO

Esta edição comemorativa da Textura é motivo de alegria, uma vez que trata do cinquentenário do município de Governador Mangabeira, espaço de grande importância no Recôncavo da Bahia, que agora passa a contar, também, com um campus da Faculdade Maria Milza – FAMAM.

O texto que abre esta edição é *Governador Mangabeira no contexto do Recôncavo Baiano: dinâmica urbana, desafios e possibilidades*, do geógrafo Jânio Roque Barros de Castro, que faz uma análise da dinâmica espacial e caracterização geográfica do município enquanto integrante do Recôncavo Baiano, enfatizando como as ações dos sujeitos sociais incidem e alteram o ambiente que os cerca, desdobrando-se em aspectos positivos e negativos para os seus habitantes.

O texto seguinte, *A Vila e o Coronel: Poder Local na Vila de Cabeças- Bahia (1920 a 1962)*, do professor Luís Carlos Borges da Silva, analisa a trajetória histórica da Vila de Cabeças, tendo como marco temporal a década de 1920, quando o beneficiamento do fumo impulsionou a economia da localidade, até a sua transformação na cidade de Governador Mangabeira, em março de 1962. Neste contexto, é evidenciado o papel político e econômico do coronel João Altino da Fonseca, figura de grande expressão social para a Região do Recôncavo.

Em sequência, *Mulheres Fumageiras: trabalho invisível no Recôncavo Baiano*, da historiadora Elizabete Rodrigues da Silva, discute o trabalho das mulheres na produção fumageira do Recôncavo da Bahia, especialmente as de Governador Mangabeira. A autora enfatiza a “invisibilidade” deste trabalho realizado em fábricas domésticas – domicílios e fabricos – ao tempo em que destaca o protagonismo destas mulheres e sua importância para a consolidação dos processos econômicos e sociais impulsionadores da atividade fumageira.

A historiadora Alaíze dos Santos Conceição, em seu estudo *Sociabilidades no mundo do trabalho e das rezas no Recôncavo Sul da Bahia (1950-1970)*, faz uma reflexão sobre as experiências cotidianas das populações negras na referida região, destacadamente relativas ao universo do trabalho e das práticas de cura, a partir das memórias de rezadeiras e rezadores, pessoas extremamente representativas para a história da cidade.

Já em *Rezas, crenças e saberes de práticas de cura em Lagoa da Rosa – Governador Mangabeira – Recôncavo Sul da Bahia (1950-2011)*, a professora Érica de Oliveira Santos revela a importância social e cultu-

ral das rezadeiras da localidade de Lagoa da Rosa, alicerçada no poder simbólico de suas rezas, crenças e saberes.

Com perspectiva semelhante, Elizete Machado da Silva em *A tradição popular das rezadeiras no município de Governador Mangabeira-BA (1962-1987)*, aborda a força dos saberes e tradições das rezadeiras, marcadamente no período em pauta, quando não havia centro médico na cidade e, muitas vezes, as rezas e práticas curativas dessas mulheres se constituíam em forma predominante de cura de enfermidades.

Em *Abordagem das religiões de matrizes africanas: um caminho de educar para a diversidade étnico-racial e construção da identidade negra em Governador-Mangabeira/BA*, o professor Lindomar Leite da Rocha investiga se e como ocorrem as abordagens pedagógicas sobre as religiões de matriz africana nas escolas da zona urbana de Governador Mangabeira, com o propósito de defender uma educação laica, principalmente no contexto do Recôncavo da Bahia, território de expressiva identidade negra.

A casa de farinha é o elemento central do texto *Lagoa da Rosa e a Casa de farinha familiar: a construção simbólica e coletiva do lugar*, de autoria de Elizangela Santana Pinto. Neste, a autora entende a casa de farinha como um lugar de grande importância para o desenvolvimento local e regional, mas que, para além de questões econômicas, se constitui como referência identitária e social para os que nela atuam.

Em *O lazer festivo em espaços públicos: estudo de caso cidade de Governador Mangabeira-BA*, Julyane Silva Santana de Almeida, faz uma reflexão acerca das principais praças públicas enquanto espaços de lazer na cidade, enfatizando as festas que nelas acontecem como geradoras de recreação e diversão.

O texto que finaliza esta coletânea, *Ação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no espaço rural do município de Governador Mangabeira*, de Joselane da Rocha Brandão e Edinúzia Moreira Carneiro Santos, analisa as ações desenvolvidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e suas repercussões na reorganização do espaço rural, a partir da espacialização de objetos fixos e fluxos.

Desejamos que esta coletânea represente uma expressiva fonte de conhecimento dos aspectos históricos, sociais e culturais de Governador Mangabeira /BA /Brasil.

Josemare Pereira dos Santos Pinheiro

Editora Responsável

SUMÁRIO

Governador Mangabeira no Contexto do Recôncavo Baiano: Dinâmica Urbana, Desafios e Possibilidades..... <i>Jânio Roque Barros de Castro</i>	15
A Vila e o Coronel: Memória e Poder Local na Vila de Cabeças – Bahia (1920-1962)..... <i>Luis Carlos Borges da Silva</i>	29
Mulheres Fumageiras: Trabalho Invisível no Recôncavo Baiano... <i>Elizabete Rodrigues da Silva</i>	55
Sociabilidades no Mundo do Trabalho e das Rezas no Recôncavo Sul da Bahia (1950-1970)..... <i>Alaíze dos Santos Conceição</i>	75
Rezas, Crenças e Saberes de Práticas de Curas em Lagoa da Rosa – Governador Mangabeira – Recôncavo Sul da Bahia (1950-2011) <i>Érica de Oliveira Santos</i>	101
A Tradição Popular das Rezadeiras no Município de Governador Mangabeira-BA (1962 – 1987) <i>Elizete Machado da Silva</i>	119
Abordagem das Religiões de Matrizes Africanas: Um Caminho de Educar para a Diversidade Étnico-Racial e Construção da Iden- tidade Negra em Governador Mangabeira-BA..... <i>Lindomar Leite da Rocha</i>	139
Lagoa da Rosa e a Casa de Farinha Familiar: A Construção Sim- bólica e Coletiva do Lugar <i>Elizângela Santana Pinto</i>	155
O Lazer Festivo em Espaços Públicos: Estudo de Caso na Cidade de Governador Mangabeira-BA <i>Julyane Silva Santana de Almeida</i>	171

Ação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no Espaço Rural do Município de Governador Mangabeira	197
<i>Joselane da Rocha Brandão</i>	
<i>Edinúzia Moreira Carneiro Santos</i>	

GOVERNADOR MANGABEIRA NO CONTEXTO DO RECÔNCAVO BAIANO: DINÂMICA URBANA, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

*Jânio Roque Barros de Castro**

As pequenas cidades foram pouco estudadas na Geografia Urbana brasileira. Tratam-se de unidades urbanas que apresentam ofertas de bens, serviços e equipamentos limitados. Governador Mangabeira, no Recôncavo baiano, oscila entre as órbitas de influências de Feira de Santana, Cruz das Almas e Salvador. A cidade apresenta alguns problemas e potencialidades que são destacadas no presente texto que foi concebido a partir da leitura empírica do pesquisador / morador. Faz-se uma breve caracterização geográfica do município, a partir de uma arguição analítica e posteriormente apresentam-se algumas proposições para reflexão.

Palavras-chave: Governador Mangabeira. Espaço Urbano. Edificações. Atividades. Agrícolas. Questão Ambiental.

The small towns were little studied in the Brazilian urban geography. These are urban units that present offers of goods, services and equipment limited. Governador Mangabeira, in Bahia Recôncavo lies between the orbits of influences of Feira de Santana, Cruz das Almas and Salvador. The city has some problems and potentials that are highlighted in this text that has been designed from the reading of the empirical researcher / resident. It is a brief description of the geographical county, from a complaint analytical and subsequently present some proposals for consideration.

Keywords: Governador Mangabeira. Urban space. Buildings. Agriculture. Environmental issue.

* Mestre em Geografia e Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia. Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia. E-mail: janioroque@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Governador Mangabeira pode ser considerada como uma cidade pequena na hierarquia urbana brasileira. Apresenta um contingente populacional de menos de 20.000 habitantes e apresenta uma oferta de bens e serviços que atende a zona rural do próprio município ou áreas limítrofes nas faixas de divisão político-administrativa entre a cidade em tela e os municípios de Cabaceiras do Paraguaçu e Muritiba. Mas o que seria uma pequena cidade? Qual o papel dessas unidades urbanas no contexto regional? O papel desse pequeno texto não é debruçar-se sobre essas problematizações levantadas alhures, mas inegavelmente que, ao abordarem-se estudos locais sobre pequenas cidades essas questões vêm à baila.

O território que corresponde ao município de Governador Mangabeira emancipou-se de Muritiba, no ano de 1962. O topônimo anterior era Cabeças e o município sempre apresentou uma vocação para atividades agrícolas. Acompanhando a dinâmica produtiva do Recôncavo Baiano, o município foi, durante muitos anos, um grande produtor de fumo. Essa atividade agrícola fez com que fossem construídas algumas edificações expressivas na área urbana – os grandes armazéns. No presente texto pretende-se fazer uma breve análise geográfica de Governador Mangabeira, considerando as ações e dinâmicas dos seus agentes e sujeitos sociais do passado e do presente, assim como pretende-se apresentar as possibilidades de enfrentar-se problemas. Inicialmente parte-se de uma rediscussão sobre o Recôncavo Baiano, para posteriormente analisar as especificidades geográficas do município de Governador Mangabeira e listar algumas proposições para reflexão.

RECÔNCAVO BAIANO: UMA APRECIÇÃO PRELIMINAR

Nos meios de comunicação, em publicações científicas, literárias e no cotidiano de forma geral, as pessoas ouvem falar em expressões como Recôncavo, Recôncavo Baiano, Recôncavo Sul e Território Recôncavo. Qual seria a ideal? Nessas três formas de denominação de uma das mais importantes regiões do estado da Bahia existem diferenças assentadas em aspectos econômicos, históricos, espaciais,

culturais e no quantitativo de cidades. A expressão Recôncavo Sul foi durante muito tempo adotada pela Secretaria de Planejamento e pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), para tipificar um dos recortes espaciais da regionalização econômica do território baiano. Quando se fala em Recôncavo pode-se incluir Salvador e Região Metropolitana, o que não acontece quando se usa a expressão Recôncavo Sul ou a mais recentemente adotada Território Recôncavo (CASTRO, 2010).

Na concepção de Costa Pinto (1958), o Recôncavo seria uma região que circunda a Baía de Todos os Santos, formando um anfiteatro aonde vem se desenrolando um dos mais antigos capítulos da colonização do Brasil. Diferentemente das abordagens contemporâneas, o referido autor, nos anos 1950, se propõe a fazer uma regionalização do Recôncavo dando destaque para a faixa litorânea e o espaço rural. Concentrando a sua análise no arranjo urbano-regional, Milton Santos (1998), destaca que o conjunto urbano Cachoeira – São Félix desempenhou no Recôncavo baiano um papel semelhante àquele de Nazaré, do ponto de vista do dinamismo regional. O autor em destaque salienta que a consolidação de Feira de Santana, a segunda maior cidade do estado da Bahia (que não faz parte do Recôncavo), como importante entreposto comercial ocorreu concomitante ao declínio de centros urbanos tradicionais como Cachoeira e Santo Amaro. Com o incremento do rodoviarismo que deslancharia nos anos 1960 e o processual abandono das modalidades ferroviária e hidroviária no final dos anos 1950, ocorreu um rearranjo no sistema de transportes do Recôncavo.

Milton Santos destacou no final dos anos 1950 a crise e a transição da dinâmica espacial da rede urbana do Recôncavo, determinando um rearranjo na hierarquia urbana, com o declínio da polaridade de Nazaré, Cachoeira e Amargosa nas décadas subsequentes e a consolidação de centros sub-regionais como Santo Antônio de Jesus. Segundo Costa Pinto (1958), o caminhão foi o grande competidor dos saveiros a partir dos anos 1950. Para esse pesquisador, a projeção econômica, social e política de outras localidades situadas em entroncamentos rodoviários foi a contrapartida do declínio de antigos portos e cidades ribeirinhas do Recôncavo, que correspondiam a um determinado padrão tradicional de economia regional. Pode-se afirmar que o declínio de Ca-

choeira, a consolidação de Feira de Santana como capital regional na borda do Recôncavo e a emergência de novos centros urbanos dinâmicos no Recôncavo Sul da Bahia como Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, configuraram uma relativa reversão da polaridade regional. Nesse contexto, a construção da BR-101, a pavimentação da BR-116 e a implantação do *ferry boat*, conectando a ilha de Itaparica a Salvador, tiveram um papel importante no redesenho da hierarquia urbana do Recôncavo.

Segundo Fernando Pedrão (1998), desde o final dos anos 1960, após a quebra do sistema de infraestrutura que dava unidade e ligava o Recôncavo ao mercado de Salvador, o traço dominante dessa região foi a sua falta de dinamismo. Especificamente o Recôncavo Sul enfrentou nas décadas de 1970 e 1980 a intensificação da crise fumageira que estimulou a pecuarização e a citriculturalização de parte do espaço agrário regional, bem como iniciativas pontuais de se instalar distritos industriais incipientes, atraídos por vantagens fiscais nos anos 1990 em cidades como Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus. A crise fumageira fechou alguns armazéns de fumo na área urbana de algumas cidades como Cachoeira, Cruz das Almas, Muritiba e Santo Antônio de Jesus. Muitos desses antigos armazéns foram refuncionalizados e se transformaram em estabelecimentos comerciais, unidades residenciais ou centros culturais. As mudanças nas atividades econômicas em âmbito regional impactaram de forma direta a dinâmica funcional e o papel das formas espaciais no Recôncavo.

As cidades de Amargosa e Cachoeira se destacaram no passado como centros regionais dinâmicos no estado da Bahia e apresentam como ponto em comum um declínio dessa polaridade, determinado por fatores de natureza econômica e espacial. Diferentemente dessas duas cidades, Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus começaram a apresentar um dinamismo urbano e sub-regional a partir de meados do século XX; entretanto, apesar das diferenças em termos de contexto histórico da projeção urbana, as quatro cidades apresentaram como ponto em comum a produção e o beneficiamento do fumo, atividade econômica que também declinou no Recôncavo baiano após sucessivas crises. Na atualidade, outras importantes atividades econômicas e socioculturais podem ser consideradas comum a essas três unidades urbanas: a va-

lorização de elementos culturais locais e a promoção de festas juninas espetacularizadas no espaço urbano. Em Governador Mangabeira, o evento festivo que reúne o maior número de pessoas e atrai muitos festeiros de outra cidade é a festa em homenagem ao Dois de julho, data que se comemora a independência política da Bahia, em uma rua que presta homenagem à referida data cívica.

BREVE CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA CIDADE DE GOVERNADOR MANGABEIRA

O que seria uma pequena cidade? A partir da leitura do senso comum, a resposta a esse questionamento não seria uma tarefa muito laboriosa. Por outro lado, sob o ponto de vista acadêmico, a elaboração de conceitos, classificações implicam necessariamente na definição de critérios norteadores do recorte analítico. No caso específico das tipologias urbanas e da sua inserção em uma rede hierárquica, esses critérios podem ser de natureza socioeconômica, político-administrativa ou cultural.

Nas pequenas cidades, quase todos os moradores se conhecem, por isso é muito comum se observar as pequenas nucleações de conversas nas praças e nos logradouros públicos. Nas grandes cidades, os encontros em praças públicas ou em shoppings podem ser considerados eventuais ou combinados, ao passo que na pequena cidade esses encontros são constantes em função da "circularidade repetitiva": passa-se pela mesma praça ou logradouro público várias vezes durante a semana. Esse deslocamento do transeunte pela pequena cidade, que, pelas suas dimensões físicas, estimula a pedestrialização, acontece em vias públicas entornadas por edificações residenciais ou comerciais de pessoas conhecidas, por isso o passante gesticula, para, conversa (CASTRO, 2010). Outro aspecto que chama atenção em pequenas cidades é que determinados eventos familiares (casamentos ou aniversários) de determinadas pessoas conhecidas no âmbito local se tornam eventos da cidade.

Sob a ótica do desenho urbano, as pequenas cidades do Brasil apresentam uma morfologia que se repete: uma imponente igreja católica no centro situada geralmente na praça principal, uma área predominantemente comercial entornada por pequenas casas residenciais.

Esta configuração reflete o papel hegemônico do catolicismo no Brasil ao longo do tempo. No caso específico de Governador Mangabeira, a Praça Castro Alves, onde situa-se a igreja matriz, é o espaço público de maior visibilidade e de maior densidade de fluxos de pessoas e veículos da área urbana no cotidiano local.

Assim como aconteceu em outras cidades de pequeno porte, o desenho arquitetônico e a fachada das casas da área urbana de Governador Mangabeira se modificaram ao longo do tempo. Encontram-se, de forma pontual, algumas edificações históricas com fachadas detalhadas, corredor central, alpendre lateral, no entanto, predominam no conjunto casas com fachadas lisas, traços arquitetônicos racionalistas, de formas diversas expressando as várias facetas da arquitetura vernacular. É importante lembrar que não existe um centro histórico na cidade e sim algumas formas espaciais históricas, como unidades residenciais e os resquícios de antigos armazéns refuncionalizados.

A cidade em tela apresenta um desenho urbano alongado. Como é típico de pequenas cidades, a aplicação de recortes espaciais ou político-administrativos que tipifiquem bairros não se aplica. Algumas ruas são conhecidas pelos moradores locais como a Rua das Bananeiras (topônimo popular da Rua Cezar Martins). Outras áreas não podem ser definidas nem como ruas nem como bairros como os Pontos, um conjunto de diferentes arruamentos sem um limite geográfico definido. Pode-se afirmar que a noção de bairro aplica-se ao Portão, uma área que até a década de 1980 era predominantemente rural; na atualidade ainda existem atividades agrícolas pontuais. O Portão está ligado à área urbana central por uma rua alongada e calçada com paralelepípedos. As facilidades de acesso viabilizam uma articulação funcional, no entanto, não existe uma contiguidade física na área edificada, porque nesse bairro há algumas faixas de terras nas quais passam redes de alta tensão e que por isso são de servidão perpétua à CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco. Além da subestação da CHESF, o Portão tem outra unidade federal: o Instituto Federal Baiano de Educação, Ciência e Tecnologia – IFBAIANO.

No miolo urbano e em algumas áreas de expansão urbana recente nota-se uma incipiente verticalização de unidades residenciais. Do ponto de vista físico-espacial, a cidade apresenta um crescimento

horizontal bem mais expressivo que o aumento no seu contingente demográfico. Deve-se entender que nas últimas décadas houve um decréscimo significativo na quantidade de filhos por casal. No passado era comum encontrar um casal morando em uma casa com 5, 8 ou 10 filhos. A cidade cresceu, mas a quantidade de filhos por casal diminuiu muito nos últimos decênios.

Com o crescimento urbano vem as preocupações com a infraestrutura básica para as novas áreas de eclosão habitacional e os eventuais impactos ambientais. No entorno da Fonte de Cabeças, uma nascente situada em uma depressão anfiteátrica de fundo de vale, considerada importante tanto do ponto de vista ambiental como cultural, notam-se os avanços de novas ruas e casas. Deve equilibrar o crescimento urbano com a proteção dos mananciais hídricos e dos resquícios das áreas de cobertura vegetal primária ou secundária. É importante destacar que existem pouquíssimas áreas com vegetação nativa no município. O conjunto fitogeográfico natural foi substituído por cultivos agrícolas ou por gramíneas para pastagens como capim brachiaria e suas variáveis tipológicas.

As principais formas de impacto e degradação dos recursos hídricos do município ocorrem nas áreas rurais, com desmatamento de nascentes, o assoreamento de alguns córregos temporários e o lançamento de efluentes líquidos em áreas de cabeceira de drenagem como ocorre em uma depressão de fundo alagadiço situada nas imediações da Rodovia BR 101. Deve-se destacar também a importância da preservação do lençol freático, sobretudo nas áreas urbanas e periurbanas.

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, padroeira local, é a edificação de maior visibilidade no conjunto edificado do miolo urbano de Governador Mangabeira. O referido templo religioso foi erguido de frente para antiga entrada da cidade pela antiga rodovia que ligava Salvador ao sul do estado da Bahia, que tinha um traçado sinuoso, passando por diferentes cidades do Recôncavo. O objetivo dessa malha rodoviária era não só a interligação entre regiões, como entre cidades. Com a construção da rodovia BR – 101 no início da década de 1970, as principais entradas da cidade passaram a ser as duas vias que canalizam os veículos em direção à referida rodovia federal: a Rua Cesar

Martins, onde situa-se o cemitério local e a entrada dos Pontos, onde se inicia uma rua alongada que é uma via estruturante de fluxos no miolo urbano da cidade. A principal entrada da cidade desemboca nos fundos da igreja matriz.

Os templos católicos se destacam no conjunto edificado, pelo seu caráter destoante como forma espacial hipervisível, em uma época na qual a grande maioria dos moradores da cidade era católica¹. O aumento no número de adeptos de religiões evangélicas fez surgir na área urbana outras edificações religiosas. Destacam-se os templos da Igreja Presbiteriana, que está situado próximo da praça principal, a Igreja Assembleia de Deus, margeando uma via pública central de intenso fluxo de pessoas e veículos e a Igreja Batista, que inaugurou um expressivo templo próximo à prefeitura municipal. Há outros segmentos religiosos que apresentam igrejas e edificações em outras áreas da cidade. Notam-se também terreiros de religião matriz afro-brasileira tanto na área urbana quanto na área rural do município. Há uma relação direta entre a dinâmica sociocultural do lugar e as tipologias das edificações que surgem ou desaparecem no desenho urbano.

Na área central de Governador Mangabeira aconteceu um processo de valorização imobiliária típico de cidades que apresentam um dinamismo econômico e uma centralidade regional, o que não é o caso da cidade em questão. Algumas unidades residenciais foram substituídas por estabelecimentos comerciais. Mesmo em pequenas cidades, desapareceram aquelas residências com grandes recuos frontais e espaços laterais. A valorização do solo urbano estimulou a contiguidade físico-espacial da área comercial, notadamente no entorno da praça principal.

Na Rua José Martins há duas edificações residenciais históricas. Essa rua é calçada com um piso formado por rochas irregulares típico de cidades históricas. Segundo os moradores mais antigos trata-se do primeiro logradouro público calçado da cidade. No início da década de 1990 demoliu-se um sobrado antigo nessa mesma rua para a construção de um centro cultural de festas, eventos e entretenimento festivo que foi recentemente requalificado. Dever-se-ia preservar o sobrado

¹ O catolicismo ainda é predominante no município, mas nota-se um expressivo crescimento das religiões evangélicas, como reflexo de um quadro nacional.

antigo que expressava o traço arquitetônico das primeiras décadas do século XX? Deve-se preservar o calçamento rochoso? O problema é que não adianta preservar apenas partes de um conjunto histórico. Qual o sentido em se preservar o calçamento se o entorno imediato já foi todo alterado por diferentes agentes (públicos, privados, comerciais)?

Qual seria o marco identitário de Governador Mangabeira? Vou tentar responder com uma provocação de Stuart Hall: quem precisa de identidade? Não há nenhum fato, evento, lugar, ou manifestação cultural que se constitua em um marco de cimentação identitária da cidade. Pode-se falar em um hibridismo multi-identário. Diferentemente de cidade vizinhas como Cachoeira, cujo marco principal está assentado em aspectos históricos e cívicos – “cidade heróica”, fazendo-se menção a resistência à colonização portuguesa, ou aspectos socioculturais, Cruz das Almas como cidade da “guerra de espadas”, ou São Félix, carinhosamente chamada de “cidade presépio”, ou histórico literários, Cabaceiras, cidade do museu / casa de Castro Alves, ou de elementos paisagísticos e da natureza como cidade das palmeiras (Santo Antônio de Jesus) ou cidade jardim (Amargosa); está última apresenta belas praças com potencial paisagístico, além de o município situar-se em uma área de interface fitogeográfica entre os resquícios da mata atlântica e a caatinga. Aliás, um dos topônimos propostos para o distrito de Cabeças, assim que processou a sua emancipação políticas, foi Três Palmeiras, fazendo-se alusão as três palmeiras que destoavam na frente da igreja católica. Duas delas morreram, e outras foram replantadas recentemente como parte das homenagens ao cinquentenário da emancipação política.

E, assim, Governador Mangabeira segue seu rumo no contexto regional como um município, que assim como outros, apresenta problemas, desafios e muitas potencialidades. É necessário dialogar com o passado, horizontalizar as formas de gestão do presente e se projetar o futuro de forma coletiva e responsável.

REFLEXÕES PROPOSITIVAS

Qual o futuro das pequenas cidades do Recôncavo baiano? Fazer especulações sobre o desenho e as tendências do futuro é um exercício

arriscado ao considerar-se a complexidade das variáveis que envolvem a dinâmica urbano-regional. Como trata-se de uma cidade relativamente próxima à capital do estado (considerado-se a dimensão territorial da Bahia) que bordeja a região metropolitana encabeçada pela capital baiana e a recém criada região metropolitana de Feira de Santana, importante polo regional do interior nordestino, acredita-se que a cidade de Governador Mangabeira possa ser impactada positivamente por projetos de intervenção de natureza estatal ou privada.

A localização geográfica e o contexto regional podem ser favoráveis ao aumento do dinamismo urbano, no entanto, sabe-se que as mesmas vias que facilitam o deslocamento das pessoas para a cidade são aquelas que favorecem o deslocamento no sentido contrário. Governador Mangabeira continuará orbitando na área de influência imediata de Salvador, Feira de Santana e Cruz das Almas? A resposta é sim, porque essa dinâmica funcional está sedimentada no contexto da hierarquia urbana brasileira e as mudanças mais efetivas acontecem ao longo do tempo, a exceção de intervenções mais intensas que promovam grandes rupturas e mudanças a médio prazo.

Listam-se abaixo algumas proposições para os gestores públicos de Governador Mangabeira refletirem:

- Fazer do município um espaço / local de aplicação de projetos, ações e extensão do Instituto Federal Baiano de Educação, Ciência e Tecnologia e da Faculdade Maria Milza – FAMAM, que apresentam campus em Governador Mangabeira e da Universidade Federal do Recôncavo Baiano – UFRB e da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, campus V (Santo Antônio de Jesus), que são instituições que apresentam raios de abrangência institucional em uma dimensão escalonada regional e transregional.
- Estimular o associativismo dos produtores rurais locais e, através de parcerias com instituições como UFRB e EMBRAPA, promover cursos de qualificação para as pessoas que vivem da lavoura em Governador Mangabeira. Com o acompanhamento técnico pode-se evitar tanto o mau uso do solo agrícola, que pode impactar o meio ambiente, como pode-se buscar alternativas equilibradas para a produção agrícola, evitando-se assim os insucessos provocado pela má

gestão da produção ou pela má gestão das questões agrárias. Muitos produtores investem em cultivos agrícolas em franco processo de saturação no mercado, por isso as orientações devem contemplar tanto os aspectos técnicos quanto às logísticas das atividades agrícolas no seu conjunto. Não se deve esquecer que a grande vocação de municípios como Governador Mangabeira ainda é a atividade agrícola. Infelizmente há fascínio pela busca de unidades fabris, no entanto a atividade industrial na atualidade está cada vez mais automatizada e muitas empresas ou fábricas só se instalam em cidades de pequeno porte quando se oferece amortizações fiscais atrativas.

- Avaliar a possibilidade de mudança do dia e do local da feira livre local. Nos sábados pela manhã, a feira livre local concorre com os tradicionais mercados periódicos regionais como Cruz das Almas e Cachoeira, além de Muritiba, em menor intensidade. Pode-se avaliar a possibilidade de uma feira livre vespertina, ancorada em alguma peculiaridade local, como a comercialização de artefatos cerâmicos ou a realização de eventos culturais. Ou seja, buscar-se alternativas para transformar a feira livre em um evento peculiar, diferente no contexto regional.
- Pode-se vislumbrar, futuramente, um eixo de interligação entre Governador Mangabeira, Muritiba e outras cidades do entorno imediato pelo bairro Portão. Para isso, o ideal seria reduzir o aclive acentuado do atual trecho viário próximo à BA - 502 e asfaltar a rodovia vicinal que acessa a referida rodovia estadual. Essa iniciativa reativaria a antiga entrada da cidade, de frente para igreja matriz, e aumentaria o fluxo de veículos pela sua área central.
- Inventariar os folguedos culturais locais e estimular a sua visibilidade no período dos festejos cívicos locais (aniversário da cidade) e Dois de Julho (evento que reúne uma expressa massa festiva no espaço público).
- Transformar a tradicional festa do dois de julho em um evento síntese, no qual deva-se apresentar as peculiaridades culturais locais / regionais. Estimular a visibilidade pública e midiática das potencialidades locais a partir de eventos festivos de elevada popularidade como os festejos juninos em pontos tradicionais do entorno sub-regional (Cachoeira e Cruz das Almas) e pós-juninos (festa dois de julho).

- Trabalhar com as manifestações culturais locais / regionais nos espaços educacionais. Para se criar uma casa da cultura local que possa valorizar aspectos socioculturais relevantes deve-se trabalhar na escola a valorização do lugar e das práticas culturais que nele manifestam.
- Fazer uma casa da cultura e da memória do município e edificar um monumento ou conjunto de monumentos na praça principal que expresse um diálogo transtemporal com a história cultural local / regional.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. – Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998. p. 27 – 58.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **As culturas populares no capitalismo**. Tradução de Cláudio Novaes Pinto Coelho. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- COSTA PINTO, L. A. **Recôncavo** – Laboratório de uma experiência humana. Rio de Janeiro: Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1958.
- CASTRO, Janio Roque B. de. **A proposição do conceito de centralidade cultural e a promoção de eventos festivos como estratégia de turistificação de pequenas cidades**: reflexões a partir de alguns estudos de casos. In: LOPES, D. Ferlin; HENRIQUE, W. (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de casos**. Salvador: SEI, 2010. (Série estudos e pesquisas, 87), p. 109 – 123.
- _____. **Cultura, manifestações culturais e espaço urbano na contemporaneidade: uma breve leitura a partir da configuração espacial e das festas populares**. **Textura**. Revista Acadêmica da FAMAM. – Ano 1, n. 2. (jul. – dez. 2006) Cruz das Almas, BA. Faculdade Maria Milza, 2006.
- CORRÊA, R. Lobato. **Temas e caminhos da Geografia Cultural: uma breve reflexão**. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDHAL, Z. (Orgs.). **Temas**

e caminhos da Geografia Cultural. – Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010. p. 11– 35.

_____. Região Cultural – um tema. In: CORRÊA, R. L. e ROSEN-DHAL, Z. (Orgs.) **Espaço e cultura: Pluralidade temática**. – Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008. p. 11– 43.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro – 10. ed. – Rio de Janeiro: DP & a, 2005.

PEDRÃO, Fernando Cardoso. Novos rumos, novos personagens. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. – Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998. p. 217 – 239.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo: razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. A rede urbana do Recôncavo. [1959] In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. – Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998. p. 59 – 100.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo, Hucitec, 1988.

SOUZA, M. A. A. de. Cidade: Lugar e Geografia da Existência. In: VAS-CONCELOS, P. de A. e SILVA, S. B. de M.e. (Orgs.) **Novos estudos de Geografia urbana brasileira**. – Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1999. p. 9 a 18.

A VILA E O CORONEL: MEMÓRIA E PODER LOCAL NA VILA DE CABEÇAS – BAHIA (1920-1962)

*Luis Carlos Borges da Silva**

O propósito principal desse artigo é fazer uma análise acerca dos aspectos relacionados à história da Vila de Cabeças, a partir do seu apogeu econômico na década de 1920, muito em função do beneficiamento de fumo nos armazéns instalados na sede da mesma, a sua transformação em cidade de Governador Mangabeira em 14 de março de 1962, nome escolhido para homenagear o ex-governador da Bahia Otávio Mangabeira. Essa transformação foi motivada por uma pressão da elite política local, o crescimento econômico e populacional da Vila, além das mudanças no cenário político baiano. Paralelamente a essa análise é enfatizada a importância política, social e econômica do coronel João Altino da Fonseca para a Vila. Essa análise se fundamenta na perspectiva da relação memória e poder local, principalmente na ótica das representações e do imaginário popular, sendo utilizados aspectos metodológicos fundamentados na concepção da História Oral para entender e responder diversos pontos da pesquisa efetuada, bem como, fontes escritas que revelam informações acerca do momento histórico analisado. O estudo apresenta diversas conclusões acerca dos aspectos econômicos, políticos e culturais presentes ao longo da história da Vila de Cabeças e conseqüentemente sua transformação em cidade de Governador Mangabeira, sobretudo a importância do beneficiamento de tabaco e os símbolos de poder, os saberes, as práticas discursivas e as concepções ideológicas presentes nesse momento histórico.

Palavras-chave: Recôncavo. Poder Local. Coronel.

The primary purpose of this paper is to analyze about the aspects related to the history of the village heads, from its economic peak in the 1920s, largely due to the processing of tobacco warehouses in the same ins-

* Licenciado em História pela UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana), especialista em História Regional pela UNEB (Universidade do Estado da Bahia), especialista em História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena pela FAMAM (Faculdade Maria Milza), professor do Colégio Estadual Professor Edgard Santos – Governador Mangabeira – BA e da Escola São Luis – Muritiba-BA. E-mail: borgeslc@hotmail.com.

talled at the headquarters, its transformation in the city of Governador Mangabeira on March 14, 1962, the name chosen to honor the former governor of Bahia Otavio Mangabeira. This transformation was motivated by pressure from local political elite, economic growth and population of the village, besides affecting the political landscape of Bahia. Alongside this analysis emphasizes the importance political, social and economic of Colonel John Altino da Fonseca, to the village. This analysis is based on the perspective of local memory and respect, especially from the viewpoint of the representations and the popular imagination, being used in the design based methodological aspects of oral history to understand and respond to various points of the research performed as well as written sources that reveal information about the historical moment analyzed, reaching different conclusions about the economic, political and cultural present throughout the history of the village heads and consequently its transformation into a city of Governador Mangabeira, especially the importance of the processing of tobacco and the symbols of power, knowledge, discursive practices and ideological conceptions present at this historic moment.

Keywords: Recôncavo. Local Government. Colonel.

INTRODUÇÃO

Esse artigo é fruto de uma síntese da minha monografia de especialização em História Regional realizada pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, defendida no ano de 2004, a qual também recebeu o mesmo título desse artigo. Optei em fazer este estudo pela ótica do poder local e suas relações com a memória, fundamentado na figura do coronel João Altino da Fonseca e nas tramas políticas que nortearam o processo de emancipação da Vila, sem deixar de entender as representações que dessem conta de aspectos sociais, econômicos e culturais no período de 1920 a 1962, tempo em que a Vila experimentou seu apogeu econômico através da produção e beneficiamento do tabaco e passou para a condição de cidade, bem como, procurei fazer uma análise da origem do nome Cabeças a partir de uma contextualização com a história do Recôncavo Baiano, especificamente a região fumageira.

Do ponto de vista teórico, recorreremos aos instrumentos da História Regional, pois esse campo historiográfico possibilita ao historiador uma maior proximidade do seu objeto de estudo, ela nos leva a emoções

mais vibrantes, próximas da realidade de vida e uma concepção mais imediata do passado. Além da História Regional foi bastante significativa a contribuição da Nova História Política, sobretudo na perspectiva em conceber o poder na ótica das representações e simbolismo.

No que se refere aos aspectos metodológicos, a contribuição da História Oral foi fundamental, uma vez que esse ramo historiográfico possibilita um contato mais sólido com a memória, essa por sua vez, permite a busca por lembranças extraordinárias. Para tanto, foram realizadas várias entrevistas com pessoas sabedoras de informações valiosíssimas acerca do momento histórico estudado. Além dos instrumentos oferecidos pela História Oral, foram utilizadas outras fontes como: jornais, cartas, livros de atas e de memorialistas, as quais associadas a um conjunto diversificado de produções acadêmicas concederam um dinamismo aos aspectos analisados.

Evidentemente que esse artigo contribui de forma significativa para que a história não seja concebida apenas como um instrumento para descrever os grandes acontecimentos do passado, mas como um saber voltado ao conhecimento das sociedades do passado: como elas se organizavam, produziam e pensavam, para que possamos configurar uma verdadeira relação entre o passado e o presente. Também, possibilitar aos professores e estudantes uma fonte de pesquisa com caráter científico acerca da plural e dinâmica história do município de Governador Mangabeira.

RECÔNCAVO FUMAGEIRO: UM BREVE PANORAMA ECONÔMICO E SOCIAL

As produções historiográficas acerca do Recôncavo Fumageiro, ainda são mínimas, principalmente no sentido de tentar entendê-lo como um espaço construído historicamente a partir de uma fisionomia própria, não apenas vinculado à tradicional concepção de Recôncavo Açucareiro, pois por volta do século XVI, "o cultivo do fumo fez surgir em Cachoeira e nas regiões circunvizinhas e, em certa medida, também em Maragojipe, uma organização social e econômica distinta no Recôncavo". (SCHWARTZ, 1999, p. 85)

Do ponto de vista do espaço físico, a historiadora baiana Elizabete Rodrigues da Silva, assim definiu o Recôncavo Fumageiro:

(...) esta região estendia-se de Maragojipe a Santo Antonio de Jesus. Nestes limites, destacam-se as cidades de Maragojipe, Cachoeira, São Félix e Muritiba, interligadas pela antiga BA-001. Seguindo o curso do Rio Paraguaçu, a sua margem direita é ligada a Cachoeira pela Ponte D. Pedro II, que encontra do outro lado do rio a cidade de São Félix e subindo a escarpa da falha, chega-se à cidade de Muritiba e, a seis quilômetros após, o Distrito de Cabeças (Governador Mangabeira – município criado em 1962) (SILVA, 2001, p. 18).

Foi exatamente neste espaço que, a partir do século XVI, teve início a produção de tabaco no Brasil, fenômeno que se registrou em função de aspectos climáticos e pela qualidade do solo, mas que propiciou lucros elevados para a coroa portuguesa. Neste contexto geográfico de produção, já se encontrava a área da Vila de Cabeças. Isso pode ser observado em um dos trechos do Livro Segredos Internos do historiador Stuart Schwartz, quando ele cita a Paróquia de São Pedro de Muritiba, pois antes de se transformar em cidade, a Vila de Cabeças era controlada pela administração da referida paróquia:

(...) apenas o fumo conseguiu um lugar ao lado do açúcar no Recôncavo. Os solos de areias eram considerados impróprios para a cana, mas com cuidados adequados, especialmente o uso de esterco de gado, podiam ser aproveitados para produzir fumo. Nos campos ao redor da confluência dos rios Paraguaçu e Jacuípe e além da orla do Recôncavo, onde se localizariam mais tarde as paróquias de Água Fria, Santo Estevão de Jacuípe e São Pedro do Monte de Muritiba, pequenos agricultores iniciaram a produção de fumo por volta da segunda década do século XVII (SCHWARTZ, 1999, p. 84).

Nesse contexto de produção e beneficiamento do tabaco, aparece com um elevado grau de significância os armazéns de fumo da Vila de Cabeças, a partir da década de 1920, em especial o do coronel João Altino da Fonseca, um dos primeiros trapicheiros da vila, que também exportava fumo para a Alemanha, como afirmava o senhor Efraim Fonseca: "Ele exportava fumo até para Europa. Ele tinha muito negócio com a Alemanha e a França. Por ano, ele mandava mais de 50.000 arrobas de fumo para os estrangeiros". (FONSECA, Efraim Nunes. 2003).

Esse tipo de atividade fez com que a Vila atingisse um grau de desenvolvimento econômico, principalmente nas décadas de 1920 a 1950, levando ao surgimento de novos armazéns e de comércios de bebidas, alimentos e tecidos. Este crescimento foi tão evidente, que o memorialista muritibano, Anfilóbio de Castro, já na década de 1940, assim descreveu a Vila: "Cabeças, dá-lhe vida o seu comércio de fumo, de grande vulto, e o de portas abertas, com armazéns de secos e molhadas, padaria, farmácia e lojas de fazenda. Tem agência postal e três escolas de ensino primário" (CASTRO, 1941, p. 41).

Outro aspecto a ser considerado como relevante no contexto da história socioeconômica do Recôncavo Fumageiro, é a presença do tipo humano do Tropeiro. Este era o responsável em abastecer a região com mercadorias oriundas de outros centros comerciais, bem como, transportar em lombo de animais para o porto da cidade de Cachoeira os fardos de tabaco beneficiados em locais como Cabeças e Muritiba, onde eram exportados para a Europa. Um burro chegava a transportar dois fardos de fumo de 75 quilos.

Os tropeiros tiveram sua origem no Brasil Colônia, em função das dificuldades para transportar mercadorias de uma região para outra, mais especificamente com a descoberta de ouro na região das Minas Gerais, a partir do século XVIII, posteriormente se espalhou por outras regiões do país, inclusive o Recôncavo Baiano.

Dentro dessa concepção da origem dos tropeiros, vale ressaltar que vários historiadores escreveram acerca da ligação desses homens com o Recôncavo Fumageiro, a partir de uma estrada que ligava a região das Minas Gerais à cidade de Cachoeira, sendo que era por ela que os tropeiros passavam, às vezes estabelecendo pousadas em fazendas da região, contribuindo mais tarde para o povoamento do Recôncavo Fumageiro. Dentre essas povoações aparece a da Vila de Cabeças. Tanto é, que alguns memorialistas associam este nome a uma chacina feita a tropeiros, fato que analisaremos no próximo item. Sobre a referida estrada, o cronista Luis Vilhena, assim a descreveu:

Saem da vila da Cachoeira diferentes estradas, o que concorre muito para fazê-la famosa, pois que todas as minas e sertões se vêm dar àquele porto. A estrada que sai por São Pedro da Muritiba estende-se até Minas Novas, Rio de Contas, Serro Frio e todas as Minas Gerais, até que circulando vai sair ao Rio de Janeiro (VILHENA, 1969, p. 483).

Fica claro que o Recôncavo fumageiro tinha sua identidade econômica e social. A produção de fumo fez com que esta região alcançasse destaque internacional. Na mentalidade dos seus moradores estavam impregnados os sonhos de riqueza a partir das folhas desta planta. É neste contexto geo-histórico que a Vila de Cabeças ganhou destaque, principalmente pela efervescência econômica que gerava a produção e beneficiamento do tabaco, a ponto de nela residir um dos homens mais ricos do Vale do Paraguaçu, o coronel João Altino da Fonseca. A fisionomia da vila aspirava o cheiro do tabaco, o vaivém das pessoas se confundia com fardos de fumo, os cantos e danças que se concretizavam e até tinham o verde do fumo, enfim, até as obras públicas eram realizadas pelo impulso da "jóia do Recôncavo" – o tabaco.

ORIGEM DO NOME CABEÇAS

É nesse contexto de produção de tabaco e do desenvolvimento do tropeirismo, que nasceu em 1881, pela lei provincial número 2.149, o Distrito de Paz das Cabeças, pertencente ao município de Cachoeira, mas a partir de 1889, Cabeças passou a pertencer a São Félix, já em 1919, com a transformação de Muritiba em cidade, o Distrito de Cabeças integra o território desta cidade, permanecendo nesta condição até 1962, quando alcançou sua emancipação política.

A origem do nome Cabeças está vinculada principalmente ao imaginário popular, possuindo versões diferentes nas reminiscências dos seus habitantes, ou por que não dizer, uma espécie de "invenção de tradição", que levou vários anos para ser modificada, mas usando argumentos do historiador inglês Hric Hobsbawm, deve-se considerar que:

A invenção de tradição é essencialmente um processo de formalização e ritualização, característico por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição. Os historiadores ainda não estudaram adequadamente o processo exato pelo qual tais complexos símbolos e rituais são criados (HOBSBAWM, 1997, p.12).

Fundamentado nesse referencial de Hobsbawm, evidencia-se a primeira concepção acerca da questão discutida. Esta nasceu de um memorialista erradicado em Cabeças, o senhor Antonio Pereira da Mota Júnior, quando afirmava que:

Era a época das chacinas por encomendas! Ai mesmo, ao lado, no leito da via pública, jaziam os corpos decapitados. O trecho, local, não tinha, até então, segundo parece, nenhuma denominação, visto que, o escabroso acontecimento figurara aos olhares assustados dos transeuntes às pontas das estacas dando o nome daqueles cofres de pensamento, ali trancados para eternidade, pelo chumbo quente, como legado, até o dia 14 de março de 1962 (MOTA JÚNIOR, 1962, p. 2).

Outra abordagem para a origem do nome Cabeças foi elaborada pela professora e memorialista Angelita Gesteira Fonseca, que assim como Antonio Mota, condicionou sua narrativa a elementos sanguinários:

em ocasião, em determinado ponto da estrada dos portugueses, foram encontradas três cabeças humanas, enfiadas em estacas. Tudo indica que as três cabeças eram de portugueses, bandeirantes – talvez até de jesuítas, quem sabe? – ali colocadas por índios. Ficou aquele lugar chamado pelos transeuntes de Cabeças, o que faz crer que ali era uma estrada de bandeirantes e até pousada de jesuítas, e era uma estrada mater (FONSECA, 2000, p. 33).

Diferente das duas versões anteriores aparece a do senhor Sebastião Pereira Santos. Com seus 106 anos de idade, ainda muito lúcido, nascido no próprio distrito de Cabeças, ele menciona o seguinte argumento para a origem do nome:

o povo, naquela época, pegou esse nome de Cabeças, foi de um caso que apareceu ladrões de cavalo do sertão, que fizeram rolo pelos animais e pousaram na Beira da Barragem antigamente, e tinha uma Mata Pomonar, que era a Mata da Catuaba, eles pousaram na Mata, vieram os cangaceiros em procura deles, encontraram, ai mataram os ladrões e trouxeram as três cabeças e enfiaram em pontas de estacas. Foram embora e deixaram as Cabeças aí, então, ficou o nome Cabeças (PEREIRA, Santos Sebastião, 2003).

Na verdade, o nome Cabeças é fruto de uma invenção de tradição, pois até hoje não se conseguiu evidenciar o verdadeiro sentido do mesmo. Claro que as versões citadas neste trabalho, caminham pela ótica das chacinas, mas não possuem argumentos sólidos que justifiquem tal ideia. Também, não se devem menosprezar os argumentos

econômicos apresentados nas citadas justificativas. Não seria lógico fechar questão acerca deste fato, pois as ideias mencionadas têm seu valor e não estão desvinculadas de conotações históricas, bem como a noção de memória deve ser respeitada na construção de uma narrativa histórica, não como algo estanque, mas que está sendo sempre reconstruído de forma coletiva ou individual.

O CORONEL JOÃO ALTINO DA FONSECA

O coronelismo obteve seu apogeu durante a República Velha, principalmente na política dos Governadores elaborada pelo presidente Campos Sales. Esta ascensão se consolidou muito em função da política de favores, que teve no voto de cabresto sua maior expressão de controle das camadas populares mais subalternas. Tratava-se de um sistema viciado: o voto não era secreto e o partido no poder controlava as eleições. Nesse esquema, a pessoa tinha que votar em determinado candidato, pois podia sofrer sérias represálias caso se negasse. Acerca desse conceito do coronelismo, a historiadora Maria de Lourdes Janotti, assinalou:

De forma genérica, entende-se por coronelismo o poder exercido por chefes políticos sobre parcela ou parcelas do eleitorado, objetivando a escolha de candidatos por eles indicados. O coronel é sempre alguém de reconhecida autoridade e prestígio que possui, potencialmente, possibilidade de atender às demandas de sua clientela, sejam elas públicas ou privadas (JANOTTI, 1992, p. 7).

Nascido em 1883 no povoado das Cabeças, naquela época cidade de Cachoeira, filho de Aprígio Cândido Fonseca e Maria das Neves da Fonseca, João Altino da Fonseca, era o mais novo dos dez irmãos. Casou-se em 1903 com Clementina Gesteira Brandão. O casal não teve filhos, mas contribuiu para a educação de vários sobrinhos e sobrinhas, uma delas foi Angelita Gesteira, que estudou no colégio interno Sagrado Coração de Jesus, em Salvador, e mais tarde se tornou professora na Vila de Cabeças, bem como, do sobrinho Carlindo Fonseca, que veio de Salvador para administrar os negócios do tio.

Aproximadamente em 1910, João Altino, passou a desenvolver a atividade de comerciante de tabaco, possuindo um dos armazéns mais famosos da região do Recôncavo. Sua empresa – João Altino Exportadora de Fumo fazia o beneficiamento e exportava para Alemanha anualmente mais de 50 mil arrobas do produto. O fumo que ele exportava

era bom e registrou uma marca que ganhou conceito internacional: Clementina. Possuía um contingente superior a 100 empregados, tanto do sexo masculino como feminino. O lucro com a exportação de fumo o transformou em um dos homens mais ricos do vale do Paraguaçu, como cita o memorialista Efraim Fonseca Nunes:

ele exportava fumo até para a Europa. Ele tinha muito negócio com a Alemanha e a França. (...) Ele montou a firma dele, vendia direto e negociava direto. Agora, ele era homem de poucas letras, mais ele tinha cabeça comercial muito grande. Tornou-se o homem mais rico do vale do Paraguaçu (FONSECA, Efraim Nunes. 2003).

Esta riqueza era de impressionar qualquer bem sucedido industrial da mais evoluída cidade brasileira daquela época. Um dos seus sobrinhos, Israel Nunes, usando do instrumento eficaz da memória, através de uma carta ao seu irmão Efraim Fonseca, assim definiu o patrimônio do coronel João Altino:

João Fonseca era rico mesmo. Tinha um chalet em Cabeças, uma fazenda por nome Canta Galo, duas fazendas de pecuária: Brioso e Lagoa Pequena, nas margens do rio Paraguaçu, outra fazenda perto de São Félix, uma casa na Rua da Independência n.º 7, depois outra na mesma rua n.º 5, 1 casa em Itapagipe – Salvador, todas estas casas com tudo que precisava para morar (NUNES, Israel. 2002).

Por volta de 1940, João Altino passou a residir em Salvador, como forma de estar mais próximo dos contatos comerciais, porém não abandonou Cabeças, sempre que podia vinha repousar na sua fazenda Canta Galo ou no seu pomposo chalé no centro da Vila. Instalou um telefone na sede de sua empresa para fazer contato principalmente com Salvador. "O telefone era um daqueles à manivela. Ele montou um posto no Distrito de Cabeças e eu fui a primeira telefonista. Minha função era dar e receber recados e atender telefonemas e chamar pessoas que iriam receber as ligações" (BARBOSA, Rosália Pereira. 2003).

Com um poder econômico elevado, João Altino desfrutou das mais significativas regalias permitidas a um homem de sua classe social. "Gostava muito de passear. Conhecia o mundo inteiro, Alemanha, França" (BARBOSA, Rosália Pereira. 2003).

Apaixonou-se por Paris, várias vezes esteve por lá com sua mulher e seu intérprete. Também visitava constantemente o Rio de Janeiro, cidade de que ainda nessa época sustentava traços da *Belle Époque* francesa.

Depois de uma permanência de 3 meses no Rio de Janeiro, onde foram gozar das águas de Le Caxambu, regressaram a esta cidade, chegando no dia 30 passado, o coronel João Altino da Fonseca, conceituado capitalista da nossa Praça e sua consorte e Exma. Sra.^a D. Clementina Gesteira Fonseca (JORNAL A DEFESA, 09, 1929).

Em uma dessas viagens para a França, por volta de 1937, ele trouxe para a vila um carro novo, um Chevrolet BUICK OVERLAND. "O automóvel chegou ao porto de Cachoeira, embalado em uma caixa de madeira e depois de muito trabalho de força, os homens conseguiram colocá-lo em terra firme. Todos tomaram um susto, quando viram aquele carro sair da caixa de madeira" (NUNES, Efraim Fonseca. 2003). Mas, um problema enfrentado por Fonseca, foi a falta de uma estrada que ligasse sua fazenda Santa Galo ao centro da Vila. De imediato ele mandou que fosse construída essa estrada. Além do carro, importou da Alemanha um piano para sua esposa tocar. As suas casas possuíam geralmente mobílias importadas da Europa, fato comprovado na carta do senhor Israel Nunes:

(...) Este chalé era a casa mais bonita e bem mobiliada da Vila. Tinha até tapetes persas. (...) Comprou, também uma casa em Itaipagipe para fim de semana e descanso da vida de cidade agitada. Nesta casa de veraneio tinha tudo que era necessário para chegar e usar – mobílias italianas, serviço de som chinês, cristais da Alemanha (NUNES, Israel. 2002).

Neste aspecto, percebem-se os símbolos criados pelos coronéis para manter suas estruturas de poder. O carro, o piano, as mobílias, além do sentido de civilização, aparecem como um elemento de dominação e de demonstração de superioridade entre o coronel e seus dominados. A produção de um imaginário de poder, representações elaboradas para sustento de um status. A verdadeira materialização de normas de controle, não a base do castigo, mas pelo requinte de objetos suntuosos, evidenciando, dessa forma, uma nova concepção historiográfica acerca do poder, assim mencionada pelo historiador Francisco Falcon:

(....) poder e política passam assim ao domínio das representações sociais e de suas conexões com as práticas sociais; coloca-se como prioritária a problemática do simbólico – simbolismo, formas simbólicas, mas sobretudo o poder simbólico. O estudo da política vai compreender a partir daí não mais apenas a política em seu sentido tradicional, mas em nível das representações sociais e coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas ao poder (FALCON, 1997, p. 76).

Entretanto, a visão de modernidade de Altino não se resumia apenas aos bens materiais. Ele também enquadrou o espaço da Vila neste “processo civilizador”, quando na década de 1940 custeou a instalação de energia elétrica:

Quando ele, João Fonseca, passou pela estrada percebeu que Cabeças estava fora do traçado: mandou parar o traçado e se dirigiu para Cachoeira, procurou o Dr. Gastão, que disse: para passar por Cabeças tem um acréscimo de tantos postes e tantos metros de fio elétrico. João Fonseca mandou fazer os cálculos e custos, contanto que Cabeças tivesse luz elétrica. O orçamento custava 49 mil réis, João Fonseca imediatamente pegou o talão de cheque e preencheu 50 mil reis. O Dr. Gastão disse que era 49, ele respondeu que tudo estava bem e foi acompanhado por um funcionário da Cia. para dizer à empreiteira que fizesse a nova marcação passando a luz por Cabeças e foi feito, e tivemos a luz elétrica (NUNES, Israel. 2002).

Essa visão do moderno, também esteve presente em suas relações com a Igreja Católica. A Vila não possuía um templo de boa visão estética, ele financiou parte da construção de outro com uma arquitetura mais avançada. Havia uma preocupação de civilizar o espaço do sagrado, incorporando novas formas, símbolos e aparências. Esta argumentação pode ser elucidada através de um dos trechos do livro da professora Angelita Gesteira Fonseca:

(...) de certa ocasião, João Altino da Fonseca, bem novo ainda, liderou um movimento para desmanchar aquela pequena capela e construir uma Igreja nova, maior e melhor. O povo se animou e confiou no apoio financeiro de João Altino e de sua esposa Clementina. Todos os habitantes do arraial se empenharam no tra-

balho. (...) Na construção da Igreja as maiores despesas era de João Altino. Depois da Igreja pronta, João Altino ofereceu o órgão (FONSECA 2000, p. 52-53).

Outro aspecto relevante atribuído ao coronel Fonseca, era o controle social da Vila. Tinha um grande contingente de pessoas sobre sua tutela. Exercia a verdadeira política dos favores, dando alimentos, roupas, remédios e até financiamento de funerais. Isso fazia com que o povo tivesse uma visão de bondade dele, pois era fundamental assistir aos anseios da massa de excluídos, como forma de mantê-la sempre submissa. Esta relação de Altino com o povo, ainda está viva nas reminiscências da memória de alguns dos nossos depoentes:

Quando João Fonseca estava na Vila era motivo de festa no arraial, chegava pelo anoitecer e pela manhã sua casa já estava cheia de gente... Nos fins de ano, João Altino, costumava matar um boi do seu rebanho, podia ser o maior boi e o mais caro que tivesse, ele mandava matar para distribuir com seus conterrâneos mais necessitados... Quando ele vinha de Salvador, ele já trazia cobertor, capote, corte de pano, pra dar a essas pessoas (BARBOSA, Rosália Pereira. 2003).

Mesmo após a sua morte, em 1957, o seu poder continuou a influenciar a vida na Vila, pois a família Fonseca, permaneceu com forte prestígio social e econômico. Basta lembrar que a padaria pertencia a Osvaldo Fonseca, a farmácia a Aurélio Fonseca e uma fábrica de charutos a Iaiá Fonseca, sem esquecer que das grandes extensões de terras, como é o caso de várias partes da atual cidade de Governador Mangabeira, que pertenciam aos Fonseca, entre elas destacam-se a Praça Castro Alves e a Rua Wilson Falcão.

Portanto, este homem mostrou-se como alguém à frente do seu tempo, mesmo não sendo um letrado, mas por interesses econômicos ou não, tentou impulsionar o desenvolvimento da Vila através de várias ações citadas anteriormente, e que, com certeza, contribuíram para que em 1962, acontecesse a tão sonhada emancipação política de Cabeças, esta que passou a ser o município de Governador Mangabeira, em homenagem ao ex-governador da Bahia, Otávio Mangabeira, sonho que Altino não viu se concretizar.

A TRANSFORMAÇÃO DA VILA EM CIDADE

O beneficiamento do tabaco transformou a Vila de Cabeças em um centro urbano de prestígio no Recôncavo baiano. Em 1950 a população da Vila era de 819 habitantes, residindo em mais de 300 domicílios. Essa população sobrevivia principalmente do trabalho nos armazéns de fumo, com destaque para os da família Fonseca, que empregavam em média mais de 200 pessoas. O escritor Anfilofio de Castro, em 1941, já descrevia esta situação, mencionando os armazéns de Muritiba e da Vila de Cabeças:

Estes estabelecimentos adquirem, em grande quantidade, os melhores fumos, a que submetem a rigorosa escolha, enfardando a "mata" chamada, e armazenando-a para ser utilizada após de completar a cura, vendendo o de mais... Os armazéns beneficiadores trabalham, em geral com duzentas mil arrobas, ocupando nas suas necessidades mais de seiscentos operários, vencendo de quatro a cinco mil réis diários cada um (CASTRO, 1941, p. 108).

Além dos armazéns de fumo, existiam vários estabelecimentos de seco e molhado, com destaque para os de Manoel Pedro Nunes e de Malaquias Ferreira. Na área de tecidos e bens domésticos o destaque era para a Loja do Povo de Antonio Cerqueira (Toninho da Loja):

Pepedro pedia por mês 100 barricas de bacalhau de 1e 2 quilos, me lembro como hoje: 3 contos de reis o quilo... Eu matava em um dia comum 60 arrobas de boi e no dia de festa, principalmente Natal e São João, eu matava 80 arrobas, quando era 4 horas da tarde não tinha mais nenhuma... Em tecidos era Toninho que comandava essa região toda: de Cabaceiras, São José, Jordão, todo mundo comprava na mão dele (FERREIRA, Malaquias de Cerqueira. 2003).

Em função deste desenvolvimento econômico, em 1959, o governo do Estado decidiu pelo funcionamento da coletoria de impostos na própria Vila, uma vez que esta funcionava em Muritiba e comandava os distritos de Timbora, São José e Cabaceiras. Esse fato foi um passo decisivo para a emancipação política, pois a Vila conseguiu significativa autonomia fiscal, uma vez que os impostos não precisavam ser mais gerados e pagos em Muritiba, além do chefe da coletoria, o senhor Ag-

naldo Viana Pereira, ter se transformado em um dos principais articuladores da ideia de liberdade política da Vila, tanto que venceu a primeira eleição para Prefeito.

Associado a este aspecto, foi de igual importância a conjuntura política local da época, principalmente aquela ligada aos Vereadores Antonio Pereira da Mota Junior, Malaquias Cerqueira Ferreira e Manoel Machado Pedreira, representantes da Vila na Câmara de Muritiba, que a partir de 1960 encabeçaram uma forte campanha para a emancipação política da Vila de Cabeças. Os debates foram intensos, até que em 24 de agosto de 1961, em uma sessão extraordinária foi aprovado o projeto de emancipação de autoria dos citados Vereadores, que, durante a reunião, fizeram empolgantes pronunciamentos, transcritos no livro de Ata da Câmara de Vereadores de Muritiba:

(...) Franqueada a palavra usou-a o edil Malaquias de Cerqueira Ferreira, que disse confiar aos seus nobres colegas o seu apoio unânime a tão justa aspiração de um povo que luta pela sua independência. Franqueada a palavra, usou-a o nobre edil Antonio Pereira da Mota Júnior, com o mesmo ideal de independência solicitava aos seus ilustres colegas e representantes do povo a sua votação por unanimidade para a libertação política da Vila de Cabeças juntamente com Geolândia, que levará o nome do grande ilustre baiano Otávio Mangabeira. Franqueada a palavra, usou-a o nobre edil Manoel Machado Pedreira, declarando ao plenário: ele um dos batalhadores para elevar pelos méritos o distrito de Cabeças a município junto com Geolândia confirmando a aprovação pela Assembléia Legislativa do Estado (ATA DA CÂMARA DE MURITIBA, 1954-1962, p. 189-191).

O autor do projeto na Assembleia Legislativa foi o deputado Heraldo Guerra, que tinha seu reduto eleitoral no Recôncavo, principalmente na cidade de Cruz das Almas e visava, com a emancipação da Vila de Cabeças, aumentar seus votos nesta região. Mas o projeto original contou com um impasse, pois o território que formaria o novo município incluiria o distrito de Geolândia, mas a população daquele local, liderada pelo fazendeiro Aurino Machado, que através de uma manobra política, não aceitou a união com Cabeças, preferiu continuar com a "velha mãe Muritiba", desejo expresso no abaixo-assinado com 495 assinaturas, enviado a Câmara de Muritiba em 15 de agosto de 1961:

(...) vimos mui respeitosamente protestar contra a inclusão do nosso Distrito como parte integrante do novo município, em que pese à honra do insigne nome escolhido. Reconhecemos à justa e natural pretensão do povo de Cabeças. Não criamos obstáculos às aspirações do nosso progressista irmão distrital na luta pela vitória de sua almejada autonomia. Contudo, o povo de Geolândia pela unanimidade de seus habitantes e eleitores, prefere a sua continuação como parcela do município de Muritiba. Dela nasceu, com ela morrerá. Esta é a nossa vontade (...) (ATA DA CÂMARA DE MURITIBA, 1954-1962, p. 188-189).

O pedido do povo de Geolândia na esfera municipal não foi atendido, pois o resultado dos votos dos vereadores expressou: Cabeças passa para município 8, permanência do Distrito de Geolândia ao município de Muritiba 2, para Cabeças 6. Mas, na Assembleia Legislativa, por influências de políticos de Muritiba, como o Dr. Durval Pereira Fraga, o projeto foi aprovado sem a inclusão do Distrito de Geolândia. Buscou-se uma alternativa política que agradasse os dois lados: a Vila de Cabeças transformou-se em cidade com um território que manteve Geolândia com sua "velha mãe Muritiba". Sendo assim, através da lei N.º 1.639 de 14 de março de 1962, a Vila de Cabeças passou a se chamar Município de Governador Mangabeira, conforme a relatoria da deputada Ana de Oliveira:

O Governador do Estado da Bahia faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1.º – Fica criado o município de Governador Mangabeira, desmembrado do de Muritiba, com os seguintes limites: com o Município de Conceição da Feira: começa na foz do Riacho dos Brejos no Rio Paraguaçu e pelo talvegue deste abaixo até o Riacho do Saco. Com o município de Cachoeira: começa na foz do Riacho do Saco, no Rio Paraguaçu e pelo talvegue deste abaixo até a foz do Rio das Léguas. Com o Município de Muritiba: começa no Rio Paraguaçu, na foz do Rio das Léguas, sobe por este até sua nascente; daí em reta a nascente do Riacho do Cabocó; daí em reta ao Centro da Lagoa dos Palames; daí em reta ao centro da Lagoa da Taparoroca; daí em reta ao centro da Lagoa do Jacarezinho; daí em reta ao centro da Lagoa do Carpina; e finalmente em reta a foz do Riacho dos Brejos no Rio Paraguaçu. (DIÁRIO OFICIAL DA BAHIA, 15/03/1962).

Não foram apenas os políticos os pais da ideia de emancipação, o povo também se organizou para que ela tomasse um caráter de rei-

vindicação social, mesmo que os líderes tenham sido pessoas ligadas à elite intelectual da Vila. Um dos mais significativos movimentos foi a fundação do Clube Esportivo e Cultural Independente (CECI), em 2 de Julho de 1961, objetivando desenvolver práticas esportivas e culturais, que culminassem em uma forma de propagar a necessidade social de emancipação da Vila. Foi na verdade uma dramatização de um tipo de poder, ou seja, colocar em cena a vontade de uma determinada sociedade, principalmente aquela da liberdade política.

A criação do CECI teve repercussão em quase todo o Recôncavo. A intenção dos membros da diretoria era despertar na região o sentimento de liberdade do povo da Vila de Cabeças, usando principalmente a imprensa daquela época para dar ao fato uma conotação política justificando a importância social, cultural e econômica da emancipação.

Prestando significativa homenagem ao dia da Bahia, 2 de julho, a Vila de Cabeças, realizou manifestações cívicas sendo fundado solenemente o Clube Esportivo Cultural e Independente (CECI), cuja diretoria administrativa é a seguinte: Presidente: Agnaldo Viana Pereira; Vice-Presidente: João P. da Silva; 1.º Secretário: Orlando O. da Rocha; 2.º Secretário: Ernando Oliveira; 1.º Tesoureiro: Manoel Nunes Machado; 2.º Tesoureiro: José Edvaldo Pereira; Orador: Alfredo Gesteira; Diretor de Esporte: Eraldo O. Cerqueira; Diretora Cultural e Artística: Iracema F. Ferreira. No discurso de cerimônia como parte do movimento da emancipação política e administrativa de Cabeças, falaram diversos oradores, dentre eles o Doutor Pedro Cone, que ressaltou o imperativo de autonomia daquele Distrito, diante o progresso cultural, econômico e social, reinante como justificativa da campanha pela autodeclaração (JORNAL CORREIO DE SÃO FÉLIX, Nº 1348, 1961).

Evidentemente que o surgimento do CECI proporcionou a legitimação de outra forma de poder: aquela ligada a uma "elite intelectual", representada pelo seu presidente o coletor de impostos Agnaldo Viana Pereira, que soube usar muito bem o seu prestígio de homem culto para se transformar em um dos grandes nomes pela emancipação, chegando ao ponto de ser consagrado como o primeiro Prefeito, contrariando assim o poder dos políticos tradicionais da Vila, representados por Malaquias Ferreira e Antonio Mota, ao que parece, não tiveram participação mais acentuada na fundação do Clube.

Depois de acertados os elementos burocráticos para a emancipação, a grande discussão centrou-se no nome para a nova cidade, pois a denominação de Cabeças não era bem vista por aqueles que lideravam o movimento da emancipação, devido a sua conotação trágica, era fundamental escolher um nome que estivesse inserido em uma visão de "processo civilizador".

Quatro nomes foram sugeridos: Três Palmeiras – como forma de homenagear as palmeiras imperiais que existiam em frente à Igreja Matriz, Betânia – em função da cidade bíblica localizada na Judéia, influência de alguns religiosos que participaram do movimento da emancipação; Altinópolis – em homenagem a João Altino da Fonseca e Governador Mangabeira – homenagem ao ex-governador da Bahia, Otávio Mangabeira. Os dois primeiros nomes não tiveram muita aceitação, o debate se concentrou entre Altinópolis e Governador Mangabeira, com forte preferência para este último, através da sugestão do representante comercial Enoque Nunes Fonseca, como cita Agnaldo Viana Pereira em seu depoimento:

O senhor Enoque, filho daqui da terra, era viajante – vendedor de mercadorias. Chegou à loja de Antonio Martins para ele escolher os panos para comprar, e ali era ponto de encontro para as grandes conversas. Então ele disse: eu soube que vocês tão querendo passar isso aqui a cidade? Que nome vocês vão dar a isso aqui? Eu respondi: tem gente que quer que chame Betânia, outros Três Palmeiras, outras João Altino. Agora sabe o nome que vocês devem dar aqui? Otávio Mangabeira, para prestar uma homenagem ao maior homem deste Estado, que morreu no ano passado (PEREIRA, Agnaldo Viana. 2003).

Mesmo com o forte prestígio que possuía João Altino, a ideia da nova cidade ser homenageada com seu nome, não ganhou espaço perante a opinião pública e foi facilmente vencida pela proposta de Governador Mangabeira, pois era um nome que tinha um sentido de "civilização", bem como, sonhava-se que com essa denominação a nova cidade ganharia prestígio em nível estadual, uma vez que Otávio Mangabeira foi político renomado no cenário nacional.

Otávio Mangabeira nasceu em Salvador, em 27 de agosto de 1886, casou-se com Éster Pinho, com quem teve dois filhos: Otávio Mangabeira Filho e Edila Mangabeira Unger. Em 1908, foi eleito Vereador da cidade

de Salvador e até a sua morte, em 29 de novembro de 1960, conseguiu exercer os cargos de Deputado Federal (7 vezes), Ministro das Relações Exteriores do governo de Washington Luís, governador do Estado da Bahia e Senador. Experimentou o exílio duas vezes: durante a Revolução de 1930 e no Estado Novo, pois era forte opositor de Getúlio Vargas, chegando a ser líder da UDN (União Democrática Nacional), partido que se configurou como maior oposição ao governo getulista.

Em 1947, o engenheiro Otávio Mangabeira, foi eleito governador da Bahia com 211.121 votos pela coligação UDN-PSD, contra 92.629 votos do candidato do PTB, Medeiros Neto. Durante a campanha teve o apoio de diversos partidos, dentre eles o PCB. Em 7 de abril de 1947, Otávio Mangabeira foi empossado como governador da Bahia, muitos acreditavam no surgimento de uma nova era na política da Bahia, notavam em Mangabeira a concretização do Estado democrático, um momento de sepultamento das velhas práticas eleitoreiras e de qualquer forma de ditadura, fato expresso até na imprensa baiana da época:

O espetáculo era surpreendente. A nova geração desconhecida e a velha cética e descrente, punha em dúvida que ainda pudesse revê-lo (...): um baiano dirigindo os destinos da Bahia, dentro das liberdades legais (...) a onda de entusiasmo, crescente e impetuosa, saudava nele (Mangabeira), a vitória do princípio autonomista (...) por que o autonomismo é isso: é a Bahia decidindo os seus destinos, sob um governo baiano e civil (JORNAL A TARDE 11/04/1947 apud FÁBIO, Paulo, 1996).

Mas, não foi a ideologia política de Otávio Mangabeira, que influenciou os políticos da Vila de Cabeças a escolherem o seu nome para a nova cidade, mas as obras por ele realizadas à frente do governo da Bahia, que na época impressionou os baianos e tiveram repercussão nacional. Dentre as mais relevantes pode-se citar: Estádio de Futebol da Fonte Nova, que leva o seu nome até hoje, a Avenida Centenário, Fórum Rui Barbosa, Hotel da Bahia, Escola Parque e mais de 258 prédios escolares, inclusive um na Vila de Cabeças, atualmente Colégio Estadual José Bonifácio. Aliás, para alguns estudiosos da história política baiana, foi na educação que o governo de Mangabeira mais se destacou, pois esteve à frente da Secretaria de Educação, o famoso educador Anísio Teixeira, fazendo uma transformação no ensino público da Bahia.

Evidentemente, que Otávio Mangabeira, não transformou seu governo em um espaço de favores pessoais, nepotismo e corrupção, como

era comum nos administradores baianos daquela época. Não conseguiu ascender como uma grande liderança no cenário político nacional do pós-guerra, mas não se pode omitir que se preocupou em fazer do seu governo um sinônimo de responsabilidade às leis e com certo grau de proximidade com a coletividade, como bem enfatiza o professor Israel Pinheiro:

(...) não se observou no governo Mangabeira, as relações de compadrio e nepotismo próprias da nossa república tupiniquim. Tampouco o poder foi usado para arregimentar serviçais servidores. A política, no seu governo, passou por um sentido maior de coletividade. (...) Mangabeira teve, inclusive, a grandeza de não utilizar a máquina do Estado para a disputa partidária de sua sucessão, talvez um caso único na história da Bahia. A sua postura foi a do magistrado (...) (PINHEIRO, 1997, p. 8).

É verdade, que o seu estilo de fazer política não arrastava as massas. Não o vejo como um populista, bem por que, foi herdeiro do modelo oligárquico da Velha República, em que o mandonismo era a prática mais comum. E, por outro lado, era inimigo político de Getúlio Vargas, maior símbolo do populismo no Brasil naquele momento. Sendo assim, procurou praticar a democracia com um grau acentuado de valorização ao atomismo e à legalidade, a ponto de ser pragmático em muitos de seus discursos, recorrendo às vezes a frases famosas do jurista baiano Rui Barbosa:

Creio na Liberdade onipotente, criadora das Nações robustas; creio na Lei, a primeira das suas necessidades; creio que neste regime, soberano é só o direito, interpretado pelos Tribunais. (...) Com a Lei, pela lei, dentro da lei; por que fora da lei não há salvação. (...) A justiça coroa a ordem jurídica, a ordem jurídica assegura a responsabilidade; a responsabilidade constitui a base das instituições livres; e sem instituições livres não há paz, não educação popular, não há honestidade administrativa (...) (EGBA, 1986, p. 74).

Portanto, a opção pelo nome de Governador Mangabeira, foi bastante inteligente, pois os líderes da emancipação conseguiram unir interesses políticos com a ideia de modernidade, uma vez que o prestígio do ex-governador contagiou os moradores da Vila, ressaltando que Mangabeira esteve na Vila de Cabeças em 1946, fazendo campanha

nas eleições para Governador do Estado e foi recebido exatamente pelo irmão de João Altino, José Fonseca em sua residência, que hoje é o prédio da Prefeitura Municipal.

Outro aspecto considerado relevante neste processo foi a escolha da data da emancipação, 14 de março. Novamente a ideia do moderno ou civilizado prevaleceu. Resolveram homenagear o poeta Castro Alves, que nasceu na atual cidade de Cabaceiras do Paraguaçu, em 14 de março de 1947. Por certo, a intenção era incorporar à nova cidade uma fisionomia de intelectualidade, mostrando que o seu povo admirava a sabedoria e o ser culto, pois Castro Alves é considerado até hoje o poeta da liberdade e das Américas.

Em 7 de outubro de 1962, foram realizadas as primeiras eleições para prefeito e vereador da cidade de Governador Mangabeira. Foi uma disputa acirrada entre os grupos liderados por Agnaldo Viana e Malaquias Ferreira. Essa disputa combinou com as eleições para o governador do Estado, que consagrou como vitorioso o Prefeito de Jequié, Lomanto Júnior, através da coligação: Partido Liberal (PL), União Democrática Nacional (UDN) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Já no cenário municipal formou-se a Coligação Progressista Popular (CPP), constituída pelos partidos UDN e PTB, tendo como candidato Agnaldo Viana pelo Partido Social Democrático (PSD) – Malaquias Ferreira. Agnaldo Viana ganhou em todas as 4 urnas (3 na sede e uma em Quixabeira) com aproximadamente 60% dos votos.

Os resultados da eleição de 7 de outubro, no recém criado município de Governador Mangabeira desmembrado de Muritiba, são os seguintes: para prefeito – Agnaldo Viana 456, Malaquias Ferreira 311. Dessa forma, Governador Mangabeira, elegeu o seu primeiro prefeito municipal, o Sr. Agnaldo Viana. (JORNAL O CORREIO DE SÃO FÉLIX, Nº 1319, p. 2)

A primeira eleição em Governador Mangabeira conseguiu reunir em torno de um candidato dois partidos que, no cenário nacional, eram historicamente opositores: a UDN ligada ao jornalista Carlos Lacerda e o PTB vinculado aos ideais de Getúlio Vargas. Esta junção garantiu a vitória de Agnaldo Viana por influências da união estadual a favor da campanha para governador de Lomanto Júnior. A outra vertente ligada ao PSD, mesmo apoiando Lomanto, não conseguiu decolar, pois alguns dissidentes resolveram se filiar no PTB, pois não concordaram com o nome de Malaquias para candidato a Prefeito.

Um nome fundamental nesse processo foi o de Antonio Mota Pereira da Mota Júnior, pois era vereador por Muritiba e presidente do diretório da UDN na Vila de Cabeças. Ele não concordou com a candidatura de Agnaldo Viana, e vendo a dificuldade de união entre PTB e UDN, buscou formar o diretório municipal do PL. Tal ideia não foi bem sucedida, pois a maioria dos udenistas resolveu apoiar a candidatura de Agnaldo Viana. Por esse motivo, Antonio Mota, no seu livro *Chacina que deu Nome à localidade de Governador Mangabeira* (1962), considerou Agnaldo Viana como um traidor, por não ter concordado com a união política que ele propôs para que existisse apenas um candidato a Prefeito.

Esse protesto não conseguiu convencer o povo, pois Agnaldo Viana apareceu como uma novidade no cenário político local, além, é claro, da sua habilidade política no sentido de formar um grupo político diferente, sendo assim em 7 de abril de 1963, o mesmo tomou posse como primeiro Prefeito de Governador Mangabeira. A marca de sua administração foi a fundação do CECOM (Centro Educacional Cenecista Otávio Mangabeira) em 1964, implantando o ensino fundamental até a oitava série.

Com o golpe militar de 1964, chegou a ser procurado pelo exército para ser preso, pois o acusavam de comunista. Para não perder o cargo de Prefeito, foi obrigado a aceitar as ideias dos militares, ao ponto de colocar uma nota em um jornal da região, mostrando sua suposta simpatia pelo regime, considerando-o como o bem, descartando a ideia de um político vinculado ao ideal comunista, que intitulou de o mal.

Ao Povo de Governador Mangabeira.

Impulsionado pelo desejo ardente de servir com amor a minha Pátria, e de modo particular a minha comunidade e aos meus municípios, declaro que sempre agi com consciência de estar fazendo o bem. Nessa hora em que o Brasil se regozija por ter saído de um grande perigo, quero deliberadamente, que todos saibam que eu creio em Deus acima de tudo, creio na liberdade humana e creio que nossa Pátria só será Feliz se todos os brasileiros renunciarem de fato e em verdade a toda forma de materialismo, mormente o comunismo ateu sob qualquer forma que ele se apresente. Concito meus cidadãos e meus correligionários e meus amigos para serrarmos fileiras ao lado das gloriosas Forças Armadas, que honrando as tradições da família brasileira e sob a onipotente mão de Deus, salvaram nossa Pátria na hora de maior perigo. Não

tenhamos receios de renunciar ao mal e abraçar o bem. Faço isto diante de Deus, diante de minha esposa, dos meus filhos e dos quais só desejo a felicidade dentro dos princípios cristãos democráticos.

Governador Mangabeira, em 15 de abril de 1964 – Agnaldo Vasconcelos na Pereira – Prefeito. (JORNAL O CORREIO DE SÃO FÉLIX, 1398, p. 1)

O grupo de Agnaldo, também fez a maioria dos Vereadores. A primeira Câmara foi composta por homens de certo poder aquisitivo: José Gomes Dias (fazendeiro), José Carlos Fonseca (filho de comerciante), Amando Alves da Silva (comerciante), Heraldo Oliveira Cerqueira (comerciante), Renato Dias Mascarenhas (filho de fazendeiro), Carlos Coelhão Nascimento (comerciante) e Manoel Machado Pedreira (comerciante). Percebe-se que não foi eleita nenhuma pessoa ligada às massas, legitimando o poder de uma minoria economicamente mais elevada. Este poder econômico, e certa dose de instrução educacional fundamentaram uma forma de relação política entre o povo e os políticos da nova cidade que proporcionou um poder não simplesmente espontâneo, mas com interesses na manutenção de certa distância entre governantes e governados, confirmando mais uma vez a visão simbólica do poder.

O processo político posterior à primeira eleição, não sofreu alterações significativas. As velhas formas de fazer política continuaram presentes, sem uma efetiva participação popular. No cargo de prefeito, por exemplo, existiu uma repetição de nomes, havendo uma dificuldade do surgimento de novas lideranças, principalmente ligadas às massas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por certo, produzir esse trabalho não foi algo fácil, muitas dúvidas e angústias existiram, porém acredito que a via da História Regional e Local foi um fator primordial para diminuir as minhas inquietudes, que certamente não foram resolvidas na sua totalidade, mas posso expressar certo grau de satisfação em elaborar esse material vinculado a essa vertente historiográfica que é vasta e diversificada.

A partir desta perspectiva da História Regional, foi inserida a ideia de poder local, ou seja, a história da Vila percebida através das ações de alguns homens de poder, especificamente o coronel João Altino da Fonseca. Além da concepção clássica que existe acerca do fenômeno do coronelismo, enfatizei o poder na ótica das representações e do sim-

bólico, porém a maior preocupação foi perceber como eram as relações de poder entre dominantes e dominados e ainda quais os instrumentos que homens como João Altino usavam para legitimar o seu poder.

Não posso negar também que encontrei na História Oral uma forte aliada, pois através dela consegui explicações para questões diversas, principalmente a visão das pessoas acerca de determinado assunto. Posso dizer que foram depoimentos emocionantes, todos com seu grau de importância e possibilitando a construção de uma narrativa histórica em que as reminiscências da memória têm valor primordial para o conhecimento histórico.

Evidente que o universo histórico desta produção não pretende ser absoluto, pois, como qualquer outro estudo histórico, possui falhas e a verdade histórica é eminentemente relativa, permitindo que qualquer obra seja passiva a questionamentos, porém estou convicto da contribuição da mesma para o engrandecimento deste campo historiográfico, compreendendo a sua validade teórica e metodológica para um processo de ensino-aprendizagem libertador.

Sendo assim, A Vila e o Coronel foi um trabalho pensado para atender determinados pressupostos acadêmicos, mas acima de tudo, para criar uma identidade histórica para a cidade de Governador Mangabeira. Espero que este trabalho seja um referencial fundamental nas práticas pedagógicas dos colegas professores do nosso município, pois o estudo da História Local permite ao estudante uma melhor compreensão da sociedade em que vive e na qual virá a intervir.

REFERÊNCIAS

- BALANDIER, Georges. **O Poder em Cena**. Brasília, UNB, 1980.
- BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História – Novas Perspectivas**. São Paulo, UNESP, 1992.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: uma História dos Costumes**. Volumes: I e II. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.
- FÁBIO, Paulo. **Espelhos na Penumbra: O Enigma Soteropolitano**. Dissertação de Mestrado. Salvador, Faculdade de Administração da UFBA, 1996.

- FALCON, Francisco. **História e Poder**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. São Paulo, Campus, 1997.
- FERNANDES, José Ricardo Oriá. **Um Lugar na Escola para a História Local**. In: XVIII Simpósio Nacional de História – ANPUH. Recife, 1995.
- HOBBSBAWN, Eric. **A Invenção das Tradições**. 2 ed. São Paulo, Paz e Terra, 1997.
- JANOTTI, Maria de Lourdes M. **O Coronelismo: uma política de compromissos**. Série Tudo é História. 8 ed. Basiliense, São Paulo, 1992.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. 9 ed. São Paulo, Nova Fronteira, 1997.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia século XIX. Uma Província do Império**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. **História Regional e Local no Brasil: fontes e métodos de pesquisa em História Regional e Local**. Feira de Santana/ Salvador, UEFS/ Arcádia, 2002.
- OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Recôncavo Sul: Terra, Homens, Economia e Poder no Século XIX**. Salvador, UNEB, 2003.
- PINHEIRO, Israel de Oliveira. Otávio Mangabeira, um liberal no seu tempo. In: **Revista Vide Verso**, APUB – Salvador, setembro de 1997.
- PINTO, L. A. Costa. Recôncavo: Laboratório de uma Experiência Humana. In: BRANDÃO, Maria (org). **Recôncavo da Bahia – Sociedade em Transição**. Salvador, UFBA, 1997.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23 ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaio**. São Paulo, Alfa-Omega, São Paulo, 1976.
- SAMUEL, Raphael. **História Local e História Oral**. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, fev. 1990.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos** – Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial. São Paulo, Companhia das Letras. 1999.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. **Fazer Charutos**: uma Atividade Feminina. Dissertação de Mestrado. Salvador, UFBA, 2001.

SILVA, Luis Carlos Borges. **A Vila e o Coronel – Poder Local na Vila de Cabeças (1930-1962)**. Santo Antonio de Jesus: UNEB, 2004.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. Salvador. Correio da Bahia, 2000.

THOMSON, Alistair. **Recompondo a Memória**: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. Projeto História (15). Ética e História Oral. São Paulo, Educ. 1997.

VILHENA, Luis dos Santos. **A Bahia no Século XVIII**. Vol. 2. Salvador. Itapuã, 1969.

FONTES ORAIS

BARBOSA, Rosália Pereira, funcionária pública aposentada, foi telefonista de João Altino da Fonseca. Entrevista em 06/01/2003, 60 minutos.

FERREIA, Malaquias de Cerqueira (in memoriam) comerciante aposentado, vereador na época da Vila de Cabeças e candidato a prefeito na primeira eleição de Governador Mangabeira. Entrevista em 03/01/2003, 60 minutos.

FONSECA, Efraim Nunes (in memoriam), representante comercial aposentado, sobrinho do coronel João Altino da Fonseca e memorialista da Vila de Cabeças. Entrevista em 13/05/00. 60 minutos.

PEREIRA, Agnaldo Viana, funcionário público aposentado, primeiro prefeito da cidade de Governador Mangabeira. Entrevista em 04/01/2003, 70 minutos.

PEREIRA, Sebastião dos Santos, funcionário de armazém de fumo aposentado, foi funcionário de João Altino da Fonseca. Entrevista em 10/01/2003, 70 minutos.

FONTES MANUSCRITAS

Ata de reuniões da Câmara de Vereadores da cidade de Muritiba, livros 3 a 5, 1954-1962.

Ata de reuniões da Câmara de Vereadores da cidade de Governador Mangabeira, livro: 1, 1962.

Carta ao Irmão Efraim – autor: Israel Nunes Fonseca, 2002 – Arquivo Particular do senhor Efraim Fonseca.

Cartório de Registro Civil da cidade de São Félix, livro: 2.

FONTES IMPRESSAS

CASTRO, Anfilóbio de. Muritiba – **Sua História. Seus Fados**. Salvador: Tipografia Naval – 1941.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA, 1962 - Arquivo da Câmara de Vereadores de Governador Mangabeira.

EGBA. **Otávio Mangabeira e a Bahia**. 1986.

FONSECA, Angelita Gesteira. **Primórdios e Progresso da Cidade de Governador Mangabeira**, Gov. Mangabeira, S/E, 2000.

JORNAL CORREIO DE SÃO FÉLIX, 1961 – Arquivo Público de São Félix.

JORNAL A DEFESA, 1929 – Arquivo Público de São Félix.

MOTA JÚNIOR, Antonio Pereira. **Chacina que deu Nome a Localidade de Governador Mangabeira**. Feira de Santana, Folha do Norte, 1962.

MULHERES FUMAGEIRAS: TRABALHO INVISÍVEL NO RECÔNCAVO BAIANO

*Elizabete Rodrigues da Silva**

*A casa é ponto de partida e ponto de chegada.
TEIXEIRA, 1983.*

O presente artigo visa discutir o “trabalho invisível” das mulheres fumageiras do Recôncavo Baiano, na segunda metade do século XX, com ênfase para as trabalhadoras do município de Governador Mangabeira. O trabalho fumageiro realizado no domicílio e nos fabricos – uma espécie de fábrica doméstica – constituía-se num trabalho marginal às empresas fumageiras, portanto, considerado invisível. Um cenário que toma forma e significado a partir da compreensão da dinâmica do cotidiano das mulheres fumageiras nos espaços não formais, considerando os processos econômicos e sociais que lhes impulsionavam e, prioritariamente, as relações de gênero aí imbricadas como o resultado das representações sociais dos sexos que perpassavam as relações sociais de gênero naquele tempo e espaço. Com base na oralidade de trabalhadoras(es) remanescentes desse contexto e nos documentos impressos, foi possível compreender que, além dos espaços formais de beneficiamento de fumos e confecção de produtos derivados, desenvolveram-se outras atividades laborais em torno do fumo e, em todas as situações, as mulheres protagonizavam, não apenas em número, mas, principalmente pela determinação sócio cultural da feminização desse lugar – o das atividades manuais e delicadas, estas que eram consideradas, pelos empresários, necessárias para o tratamento dos fumos e confecção dos charutos e cigarilhas. Além de evidenciar o cenário concreto das relações sociais travadas no âmbito do trabalho, da casa e da sociedade.

Palavras-chave: Mulheres trabalhadoras. Trabalho fumageiro. Relações sociais de gênero. Recôncavo.

* Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – PPG-NEIM/UFBA. Mestre em História Social – UFBA. Professora da Rede Pública Estadual de Ensino. Coordenadora do Programa de Iniciação Científica – PROINC, da Faculdade Maria Milza – FAMAM. E-mail: betysilvaok@yahoo.com.br

This paper discusses the woman's "invisible work" in tobacco industry in Recôncavo Baiano, in the second half of the twentieth century, with emphasis on the working in the city of Governador Mangabeira. The tobacco work done at home and at the "fabricos" – a kind of domestic factory – was considered a marginal job by tobacco companies and was, therefore, considered invisible. A scenario that takes shape and meaning from understanding the daily life dynamics of women in tobacco industry at non-formal spaces, considering the economic and social processes that drove them and, primarily, gender relations interwoven as the result of social gender representations that runs through the gender social relations at that time and space. Based on the speech of remaining workers from this context and on printed documents, it was possible to understand that besides the formal spaces for tobacco processing manufacturing of byproducts, other labor activities were developed around tobacco, and all situations, women were protagonists, not only in number, but mainly by the socio-cultural determination of feminization of this place – the manual and delicate activities were considered by entrepreneurs, necessary for the tobacco treatment for production of cigars and cigarillos. In addition to highlighting the concrete scenario of social relations within the work, home and society.

Keywords: Working women. Tobacco Work. Gender Social relations. Recôncavo.

INTRODUÇÃO

A indústria fumageira do Recôncavo Baiano, durante a segunda metade do século XX, reunia uma diversidade de atividades laborais em torno do fumo, que ia do campo à cidade, da casa à fábrica e vice-versa, bem como da legalidade à clandestinidade e/ou informalidade, dando margem à proliferação de uma mão de obra marginal, caracterizada pelo caráter feminino construído em torno da maioria das atividades fumageiras. Em todas as situações as mulheres protagonizavam não apenas em número, mas, principalmente, pela determinação sociocultural da feminização desse lugar – o das atividades manuais e delicadas, estas que eram consideradas, pelos empresários, necessárias para o tratamento dos fumos e confecção dos charutos e cigarilhas.

Ao investigar sobre o trabalho das mulheres fumageiras realizado no âmbito dos estabelecimentos formais,¹ requereu-se uma visão, também, do seu entorno, para perceber aquelas mulheres que não tiveram acesso ao trabalho legal, mas que executavam as mesmas tarefas em outros espaços, considerados por seus opositores como clandestinos ou ilegais. Um cenário que toma forma e significado a partir da compreensão da dinâmica do cotidiano das mulheres fumageiras nos espaços não formais, considerando os processos econômicos e sociais que lhes impulsionavam e, prioritariamente, as relações de gênero aí imbricadas como o resultado das representações sociais dos sexos que perpassavam as relações sociais de gênero naquele tempo e espaço. Esta é a perspectiva de análise do tema proposto.

Os espaços da fábrica e da casa, desde a Modernidade, sempre foram constituídos como espaços distintos por "natureza". Mas, no cenário da indústria fumageira representavam uma outra polarização, também, visível – a fábrica² estava associada à ideia de legalidade e formalidade, enquanto a casa, ao contrário, estava explicitamente associada à ideia de ilegalidade e ao lugar da clandestinidade. Assim, escolher os fumos e confeccionar os charutos na própria casa, fora do ritmo sistemático da fábrica, sem a proteção de uma legislação tanto no tocante aos direitos trabalhistas quanto à regulação de preços dos charutos no mercado clandestino, constituíram-se num trabalho invisível.

A casa e a fábrica no Recôncavo se aproximavam pela presença dos fumos e seus produtos, pelo próprio cheiro forte dos fumos, por serem espaços transitados e apropriados pela população de trabalhadoras/es fumageiras(os), que ora trabalhava nas fábricas, ora no próprio domicílio, quando não concomitantemente. Mas, para efeito da análise histórica, na perspectiva das relações sociais de gênero, esses espaços serão virtualmente separados e o trabalho produtivo realizado no interior das casas das fumageiras será doravante denominado de "Trabalho em domicílio".

No Recôncavo Baiano, o trabalho em domicílio realizado pelas mulheres fumageiras consistia no trato geral do tabaco à confecção de charutos e cigarrilhas, configurando uma rede marginal de mão de obra

¹ Trata-se de uma pesquisa mais ampla sobre o trabalho das mulheres fumageiras no Recôncavo baiano, na primeira metade do século XX.

² O termo fábrica aqui se refere ao estabelecimento fabril pertencente ao conglomerado industrial fumageiro do Recôncavo Baiano.

feminina³, no que se refere aos armazéns de fumos e as fábricas de charutos ali instalados. As mulheres fumageiras desenvolviam diversas atividades relacionadas ao fumo, a começar pelo processo de secagem das folhas de fumo, quando estas eram amarradas em molhos e penduradas nos telhados das próprias casas; a confecção de "bonecas" ou "manocas"⁴ para o enfardamento; a escolha dos fumos das "trouxas de enrola", estas que eram retiradas dos armazéns de fumos e levadas para as residências, ocupando os demais membros da família; e, por último, a fabricação domiciliar de charutos, esta que também inclui a modalidade do chamado "fabrico de fumo" que ocupava a maioria das cidades e lugarejos, onde não haviam fábricas de charutos instaladas como é o caso de Governador Mangabeira.

A produção em domicílio constituiu-se numa categoria ou modalidade de atividade produtiva que, até então, fugia aos modelos convencionais de organização do trabalho nas sociedades modernas. No Recôncavo fumageiro, a confecção de charutos em domicílio se organizou como uma atividade produtiva realizada tanto "por conta própria" das fumageiras, quanto nos moldes da subcontratação mediante encomenda e remuneração pelas empresas instaladas na região. Ambos os casos sem vínculo empregatício. Também, observa-se o caráter de complementaridade subordinada, imposta tanto pela divisão dos espaços – industriais e domésticos –, quanto pela divisão de tarefas embutida num sistema de valor hierárquico que se caracteriza como inferior por ser realizada por mulheres no espaço doméstico, acentuando as desigualdades de direitos e as contradições das relações de gênero. (SOHIET, 2001, p. 12).

EXPERIÊNCIAS DO TRABALHO EM DOMICÍLIO

A produção de charutos em domicílio no Recôncavo era volumosa e comercializada nas próprias residências, já contando com compradores regulares e viajantes que, sem pagar impostos ou outras despesas fiscais, movimentavam grandes somas e comercializavam esses charutos no sul do estado e do país. A produção de charutos em domicílio

³ Não se trata da naturalização da mão de obra, mas de uma mão de obra feminilizada.
⁴ As "bonecas" ou "manocas" eram molhos pequenos de folhas fumos (entre 8 a 10), selecionadas por tamanho e enroladas na cabeceira por outra folha de fumo, cuja ponta passava no meio do molho para assegurar que não se soltaria como se fosse um nó; com a cabeça das folhas de fumo juntas e presas e o corpo das folhas solto formava-se a boneca ou manoca de fumo.

chegou a representar 5% da produção nacional. (CÉSAR, 2000, p. 06). Registrando-se, também, casos em que a produção em domicílio pertencia a uma fábrica, que sem nenhum compromisso trabalhista, fornecia o fumo para a charuteira, pagando-lhe apenas pela mão de obra da confecção dos charutos, o que caracterizava o sistema de subcontratação.

A produção de charutos em domicílio no município de Governador Mangabeira, como em todo o Recôncavo, não foi uniforme. Ali, onde trabalhavam as mulheres pertencentes a uma mesma família, também se desencadeou a modalidade de "fabricos" que reunia outras mulheres sem vínculo de parentesco, ligadas apenas pelo interesse no trabalho de confeccionar charutos. Estas trabalhadoras eram organizadas sob o comando de uma mulher, uma espécie de subcontratadora, semelhante à situação descrita por Braverman (1987), geralmente a dona da casa, responsável pelo investimento e pela produção, não havendo laços empregatícios ou qualquer possibilidade de cumprimento com a legislação trabalhista da época. Conforme Sr. Sebastião: "Fabrico era uma casa de fazer charutos, mas não era fábrica, era um fabrico como o de laiá de Maninho, uma casa aonde 12 ou 15 pessoas iam conforme quisesse, mas não era fábrica".⁵

A produção de charutos em domicílio, seja em cada unidade familiar, seja na modalidade de fabrico, apesar de não possuir a estrutura de montagem nem a organização da fábrica propriamente dita, era responsável por uma quantidade de charutos que atendia em larga escala ao comércio informal e às encomendas das fábricas, aquelas que se interessavam por esta produção, ocupando mulheres e mocinhas que formavam uma rede de mão de obra marginal.

No município de Governador Mangabeira, onde grande parte das mulheres fumageiras se dedicava ao trabalho em domicílio, funcionaram vários fabricos, dentre os quais, D. Benedita cita o fabrico de Miluzinha de Pequeno, de Joana Silva, de Malaquias Ferreira, de Licinha de Machado, de D. Tidinha de Domingos, de Loura de Maurílio, de D. Zizi de Alberto e o de laiá de Maninho.

O trabalho em domicílio, principalmente, os fabricos de charutos funcionavam como uma espécie de mini-fábrica, cuja mão de obra era

⁵ SANTOS, Sebastião, 105 anos, ao ser entrevistado pôs-se a rememorar sua trajetória de vida destacando aspectos ligados ao trabalho e as relações sociais que tecia ao circular na região; fala de sua esposa, D. Rosa, charuteira de fábricas, bem como, a domicílio e de sua experiência enquanto trabalhador da fábrica Costa & Penna.

predominantemente formada por mulheres, responsável por uma razoável produção de charutos, do tipo popular, para atender a demanda do comércio informal e, em alguns casos, também, a pedidos das fábricas que negociavam com este produto.

Ao se sentirem ameaçadas com a concorrência do comércio "clandestino", a Suerdieck e a C. Pimentel foram algumas das empresas que passaram a adquirir os charutos "de balaio" diretamente da fonte, cortando a ação contrabandista na região. (IBGE, 1958, Vol. XX, p. 95-105; CÉSAR, 2000). Estas empresas não selaram nenhum compromisso de cunho legal com as charuteiras em domicílio – sejam aquelas que faziam em suas próprias casas ou as donas de fabricos – ou com os repassadores dos charutos quando o negócio era realizado através destes.

Ao contrário, estas empresas repassavam para as trabalhadoras os custos e os riscos da produção, ainda adquiriam os charutos a preços baixos, inclusive, eram as próprias empresas que determinavam os preços, além do baixo custo operacional da produção, uma vez que a mão de obra era realizada no próprio domicílio e avaliada por produção⁶ e sem vínculos empregatícios com as empresas. A aproximação das empresas com os espaços domiciliares de produção "clandestina" de charutos acenou para as mulheres fumageiras a possibilidade de inserção de forma legal na produção industrial, mas que não se realizou de fato, permanecendo, dentre outros prejuízos, o não acesso aos benefícios sociais e a sofrida luta pela ascensão social e econômica.

A partir da experiência de D. Joana Silva ou Joana Preta, como era conhecida na região, proprietária de fabrico em Governador Mangabeira, é possível perceber como se estabeleciam as relações entre a fábrica de charutos e as trabalhadoras em domicílio. Ao observar o potencial do fabrico de D. Joana, que, por muitos anos – aproximadamente desde a década de 1940 – fornecia charutos ao mercado informal, a fábrica C. Pimentel & Cia., localizada em Muritiba, efetivou um contrato com esta trabalhadora.

O fabrico de D. Joana Preta era famoso pelo número de mulheres que ali trabalhava e pela quantidade de charutos que produzia por sema-

⁶ Não havia qualquer instrumento de fiscalização e controle da produção estipulada pelas empresas às trabalhadoras, pois, em não sendo registradas legalmente nas empresas, também, não eram nos sindicatos ou em nenhuma outra associação de classe ou mesmo por parte do Estado não havia qualquer controle.

na para atender a uma clientela específica como: viajantes que transitavam entre o Sertão e o Recôncavo em direção ao Porto de Cachoeira, principal acesso à capital do Estado; compradores avulsos de charutos, denominados pelos fabricantes e jornalistas de "atravessadores", que

FIGURA 1 – Ficha de Registro de Emprego da Fábrica C. Pimentel

REGISTRO DE EMPREGADO
Obs. Optante pela Lei 5.107 de 13-09-66
Fundo de Garantia por tempo de serviço N.º de Ordem **694**

Nome do Empregado: **Joanna Salva**

Residência: **Governador Mangabeira** Telefone: _____

Idade: **52** anos - Data do nascimento: **12 / 05 / 1915** Lugar do nascimento: **Governador Mangabeira**

Estado civil: **Casada** Nacionalidade: **Brasileira**

Beneficiários: **Pa: Manoel João da Silva Nacionalidade: Brasileira**
Mãe: Tretuliana Romana de Jesus Brasileira

Côr: **preta**
Cabelos: **preto**
Barba: **66**
Bíglis: _____
Olhos: _____
Altura: **1,58**
Pés: **70 X**

12-12-67

N.º da Cart. Prof. 24474	Série 9ª	Cart. da Tech. do mar	QUANDO ESTRANGEIRO
de Saúde	N.º	N.º da Cart.	N.º do Reg. Geral
do Inst. Aposentadoria	Série	Casado com brasileira?	
Cad. N. Série	N.º da Carteira de Ident. de	Nome do cônjuge	
Categoria	Aposent.	Tem filhos brasileiros? Quantos?	
Certificado		Data de chegada ao Brasil	
Carteira de Habilitação N.º		Naturalizado	Decreto N.º

Data da admissão ao serviço: **02-12-67** Cargo que ocupa: **Charuteira Domicílio**

Remuneração: **Semanal**

Fórmula de Pagamento: _____

Horário de trabalho: das _____ às _____ com intervalo de _____ hs. para refeição e descanso.

Data e assinatura do empregado na ocasião da admissão: **MuSitiba 2 de Dezembro de 1967**

Data da dispensa: _____

Recebi os seguintes documentos que me pertencem: _____

de _____ de 19 _____

Polígono direito

Fonte: FAMAM/CEDOC, 1906 a 1998. 2008

vendiam seus produtos no mercado informal, geralmente, no Mercado Modelo e Porto de Salvador; e, por último, passou a vender para a Fábrica de Charutos C. Pimentel, como mencionado acima. Os pedidos de charutos desta fábrica cresceram tanto e foram tão bem atendidos que, no dia 02 dezembro de 1967, D. Joana, já com 52 anos de idade, passou a ser funcionária da fábrica, tendo em sua Carteira Profissional o registro de "charuteira em domicílio" até julho de 1968. Conforme Figura 1.

Do quadro de trabalhadoras do fabrico de D. Joana Silva somente ela, a proprietária, era reconhecida legalmente como operária da fábrica C. Pimentel, as demais mulheres trabalhavam por conta de D. Joana recebendo apenas pelo trabalho executado, ou seja, a "tarefa" diária ou semanal previamente estipulada.⁷

Ao discorrer sobre sua vida de charuteira, Carmelita Oliveira de Jesus, charuteira de fabrico, prendeu-se às lembranças do trabalho de fazer charutos no fabrico de D. Joana Preta que funcionava como uma espécie de extensão da fábrica C. Pimentel, de onde vinha o material. Conforme Carmelita:

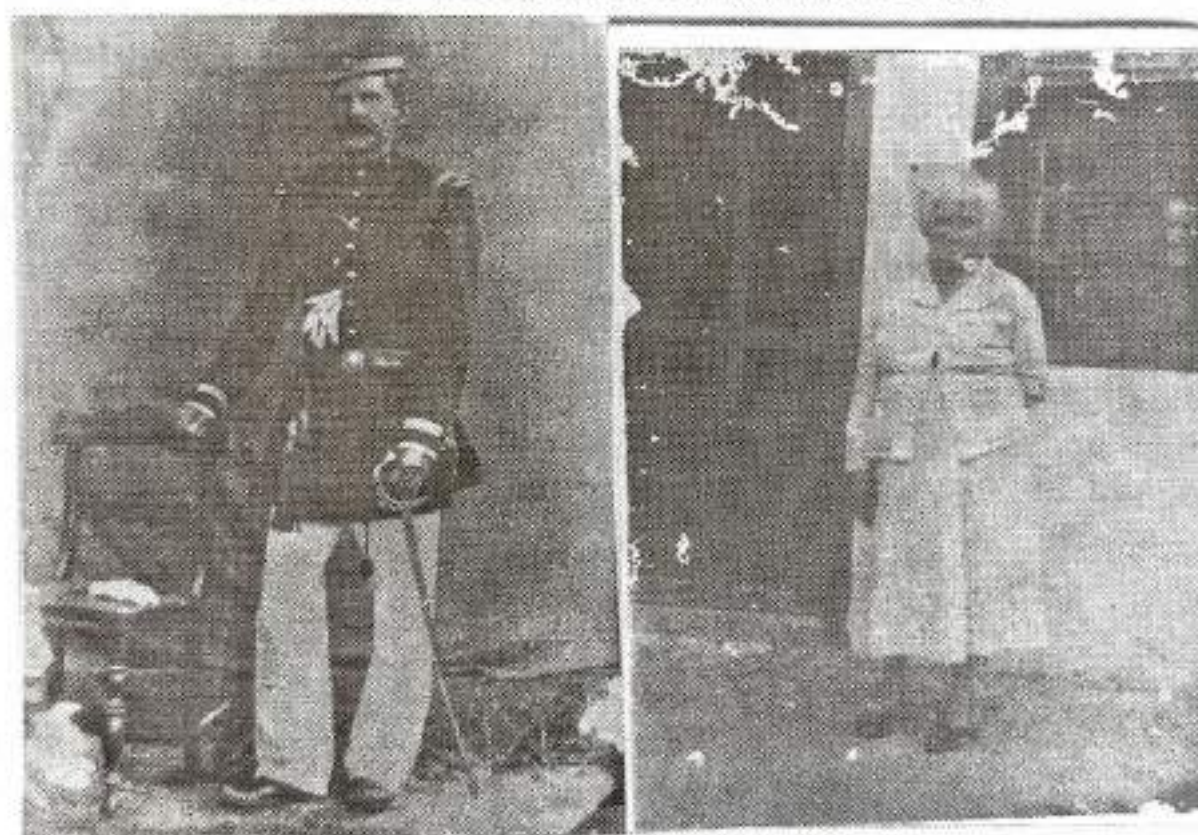
O material de lá, o rapaz trazia de lá [C. Pimentel], agora o nome do rapaz eu não sei e ele trazia para D. Joana. Ela chamava a gente aí para fazer charuto lá na casa dela, trabalhava eu, trabalhava a mãe de Iaiá, Polinha, já morreu também. Esse povo tudo fazia charuto para D. Joana, muitas, muitas pessoas fazia charuto pra D. Joana. Depois, passava pra fábrica, vinha o rapaz buscar naqueles caçar grande, arrumava tudo e levava. (JESUS, Carmelita Oliveira de. 64 anos de idade).

Apesar de D. Joana Silva ser subordinada à fábrica a que se encontrava registrada, mas em seu fabrico figurava como chefe, estabelecendo uma relação de poder com as mulheres que "empregava", além de ocupar uma posição econômica mais elevada que, propriamente, alguns homens do lugar. Na produção em domicílio, no caso dos fabricos, D. Joana era uma das representantes da teia do poder que se movia nas relações socioeconômicas do contexto fumageiro do Recôncavo.

⁷ A tarefa era o volume do trabalho exigido pelos estabelecimentos industriais dentro de um prazo determinado. Quando se tratava do beneficiamento do fumo, como no caso da truxa de enrola, a tarefa era estipulada entre 15 a 30 kg por pessoa num período de 24h, no caso da confecção de charutos, a tarefa variava entre 100 a 300/dia, conforme os tipos/marcas de charutos e as fábricas.

Outra experiência presente ainda na memória das fumageiras do município de Governador Mangabeira é o fabrico de laiá de Maninho. Este foi o mais citado entre elas, por ter sido o que funcionou por mais tempo, desde os tempos de vila⁸, e pelo número de charuteiras que abarcou, chegando ao número de 30 mulheres, denotando um grau de importância mais elevado que os outros para aquelas charuteiras. D. laiá (Maria das Neves Fonseca Passos) era esposa do coronel da Guarda Nacional na região, Jerônimo Damasceno Passos (S. Maninho), e irmã do coronel João Altino da Fonseca, grande comerciante e exportador de fumos na antiga Vila de Cabeças.

FIGURA 2 – Fotografia de S. Maninho e D. laiá



JERÔNIMO DAMASCENO PASSOS

-Coronel da guarda Nacional Seu MANINHO.
Nasceu no dia 30.09.1862
Faleceu no dia 16.11.1940.

Fonte: Efraim Fonseca Nunes, memorialista. 2001.

Diante das influências políticas e facilidades na aquisição e preços da matéria-prima, o fabrico de D. laiá ocupava uma posição privilegiada em relação aos demais, pois, além da produção interna, fornecia

⁸ A Vila de Cabeças, pertencente ao município de Muritiba, teve a sua emancipação no ano de 1962, passando a município sendo, então, denominado Governador Mangabeira.

matéria-prima às mulheres que quisessem fazer os charutos em suas casas e, em seguida, comprava-lhes, diretamente a produção.

Não restam dúvidas que D. Iaiá, como proprietária de fabrico e, portanto, potencial "empregadora", exercia grande poder diante das mulheres que lhes prestavam serviço e, por consequência, influência na comunidade. Contudo, como evidencia a foto abaixo, D. Iaiá demonstra ter sido uma pessoa simples e, apesar de ser esposa do coronel da Guarda Nacional, não recebera qualquer investidura que lhe desse status diferenciado, muito menos como mulher e/ou esposa, pois, no tocante à relação social de gênero ela estava para seu esposo da mesma maneira que a trabalhadora do fabrico estava para o seu marido ou amásio.

Assim, observa-se que o trabalho em domicílio formava uma rede marginal de produção de charutos que mantinha o comércio informal, este que representava o grave problema da concorrência para as fábricas, desfalque aos cofres públicos e a espoliação das charuteiras, pois a prática de fazer charutos e comercializar de forma "clandestina" era de amplo alcance e comum na região.

O jornal Correio de São Félix publicou vários artigos e notas advertindo para os prejuízos que a produção "clandestina" causava ao comércio formal de charutos. Somente o redator Oldemar Santos escreveu cinco artigos entre 08/10/1944 e 05/11/1944, sobre alguns desses problemas que afetavam a indústria de fumos e charutos no Recôncavo. (ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX: Correio de São Félix, 05/11/1944).

A fabricação em domicílio, porém, vista pela ótica da realidade social e econômica da região, sabendo-se que o número de vagas oferecido pelas fábricas era limitado, significou uma alternativa de trabalho: o de "ganhar a vida", no amplo sentido das necessidades e socialização da população que se encontrava na periferia da legalidade fabril ou das oportunidades de emprego.

O trabalho em domicílio das fumageiras funcionou, sempre, de forma ilegal, mas tornou-se uma prática comum forçada pelas necessidades econômicas e a falta de alternativa de empregos na região, tanto que, com o fechamento das fábricas, esse negócio, além de continuar atendendo ao comércio informal, passou a ser a principal atividade daquelas mulheres que ficaram desempregas.

A modalidade de "fabricos" em Governador Mangabeira sobreviveu até a década de 1970, quando a freira Adélia Senn conhecendo o potencial da região, ainda teve tempo de iniciar uma pequena fabricação

de charutos na sacristia da Igreja Matriz. Embora sabendo da oposição da Igreja Católica em relação ao uso do fumo,⁹ não viu outra alternativa no sentido de organizar o grande número de mulheres ali existente cujo único ofício era o de fumageira, incluindo um significativo número de boas charuteiras e que, até então, não tinha oportunidades formais de trabalho, nem seus direitos garantidos.

Assim, com o objetivo de legalizar o trabalho e atingir o maior número de mulheres, ao longo desta década, a freira fundou a Cooperativa Artesanal Mixta do Vale do Paraguaçu – COOVALE, localizada à Rua José Martins, na cidade de Governador Mangabeira. Inicialmente, a Cooperativa funcionava em convênio com a Leitalves Agro Comercial e Industrial de Fumos S/A, sucessora da fábrica de cigarrilhas Leite & Alves, depois em convênio com C. Pimentel, sendo um empreendimento que significou, de fato, uma alternativa legal de fabricação de charutos e de emprego para as charuteiras daquela localidade. (MEMORIAL DA TALVIS, 1972-1974; MEMORIAL DAS IRMÃS DA S. CRUZ, 1974).

FIGURA 3 – Confecção de charutos na – COOVALE



Fonte: Memorial das Irmãs da Santa Cruz, 1974. Arquivo das Irmãs da Santa Cruz, Governador Mangabeira – BA

⁹ Sobre a proibição da Igreja Católica ao uso do fumo ver: LE REVEREND, Julio. **História Econômica de Cuba**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1985, pp. 42-44.

Na figura 3, estão três mulheres sentadas em suas bancas de trabalho confeccionando charutos. A imagem das irmãs Eunice e Neuza Cardoso e sua prima Nilzete Rodrigues, também, desperta a curiosidade em especular a intenção da escolha destas trabalhadoras e não de outras para pousar para a fotografia. Segundo D. Benedita, charuteira da Cooperativa, além destas, muitas outras charuteiras eram suas contemporâneas neste trabalho, a exemplo de Nicinha de Bastião, Dio Viúva, Florzinha, Berenice (Bereu), Bela, Tide, filha de Manoel Gonçalves, e Maurina Araújo, todas "mães de família" e com idades maiores que as três da foto, permitindo, pois, arriscar a afirmação de que a escolha se deveu a serem estas charuteiras as mais jovens dentre todas. Embora outras situações também poderiam ter influenciado esta escolha, o que não se admite é que a escolha das pessoas para o registro iconográfico ou a escolha do ângulo desta fotografia tenha sido um ato ingênuo e desprezioso por parte de quem a fez.

O município de Governador Mangabeira, desde o tempo em que era Vila, formava um grande cenário fabril de charutos onde as pessoas e os lugares estavam impregnados dos elementos característicos daquela atividade, desde o cheiro ativo do fumo que se espalhava ao vento pelas ruas, à presença do fumo em "trouxas", em "manocas", espalmados e picotados nas casas e espaços de comercialização, e, os próprios charutos que enfeitavam as janelas das casas, até no chão das ruas e nos lixeiros podiam encontrar restos de fumo e pontas de charutos que eram varridos portas a fora, sendo rara a sua ausência.

Os armazéns de fumo e as fábricas de charutos da região representaram a oportunidade de emprego e a garantia de um salário para as mulheres fumageiras. O trabalho em domicílio do beneficiamento dos fumos e da fabricação de charutos, mesmo burlando a lei e explorando em grau maior as mulheres, também, representaram alternativas de trabalho para aquelas que não tiveram acesso às fábricas legalmente registradas e que faziam parte do expurgo econômico e social na região.

O fim do trabalho em domicílio na região fumageira, na modalidade de "trouxa de enrola" e da confecção de charutos se inscreve no mesmo contexto da crise da indústria tabaqueira regional, acentuando-se, gradativamente, na segunda metade do século XX, quando começou um processo sucessivo de fechamento dos estabelecimentos e de decadência econômica na região, culminando nos anos 90, com o desaparecimento das principais empresas pioneiras no ramo, inicialmente

os armazéns de fumos, em seguida as fábricas de charutos, como a Dannemann, a C. Pimentel e a Suerdieck, dentre outras.¹⁰

A partir de então, outras empresas se instalaram na região, introduzindo novas tecnologias e inseridas no sistema de precarização do trabalho, a partir de contratos temporários. O trabalho em domicílio, gradativamente foi se extinguindo, acompanhando o ritmo do desaparecimento do comércio dos produtos derivados do tabaco de fabricação artesanal na região, como se, ao mesmo tempo, também fossem desaparecendo os próprios consumidores.

O trabalho em domicílio realizado pelas mulheres fumageiras do Recôncavo da Bahia, no período em destaque, deve ser considerado e analisado como um modo particular de organização da produção, associada a uma organização específica do trabalho, pois se desenvolveu pelo incentivo à subcontratação ou a não contratação, esta última modalidade pareceu mais comum, como uma forma particular de trabalho. Assim, para a análise deste fenômeno, fez-se necessário distinguir o estatuto (i)legal das trabalhadoras, a sua posição econômica, a partir de um breve olhar sobre o seu contexto.

TEMPO, ESPAÇO E O SEXO DO TRABALHO EM DOMICÍLIO

Mesmo considerando que o trabalho em domicílio está associado ao desenvolvimento capitalista em certos setores da indústria, é de se reconhecer que também tem estreitas ligações com a história, com as tradições e com as relações sociais locais e regionais.

O trabalho em domicílio das mulheres fumageiras localizou-se na esfera da estratégia de sobrevivência, criada e recriada no cotidiano feminino, delineando o campo da conexão entre o trabalho assalariado e as atividades domésticas, interpenetrando o público e o privado, tanto física quanto socialmente. A casa era o espaço de trabalho, no âmbito da produção, da negociação da mão de obra e da comercialização do produto, ali as pessoas trabalhavam e transitavam na confusão das atividades laborativas, seja na lida do tabaco, do charuto e/ou na lida das atividades domésticas.

¹⁰ O montante das Fichas de Registros de Empregados das Fábricas Suerdieck e Pimentel, depositadas no Centro de Documentação da Faculdade Maria Milza – FAMAM, em Cruz das Almas, e a documentação da Dannemann no Arquivo Público de São Félix, permitem visualizar os momentos ascendentes e descendentes na trajetória da indústria fumageira.

As mulheres, diferentemente dos homens, executavam as atividades de produção e reprodução no mesmo espaço e tempo, sem uma delimitação que pudesse tornar compreensível concretamente os lugares do trabalho e das atividades domésticas, bem como a sua dimensão, considerando o início e o fim de suas jornadas diárias. Espaço e tempo eram diluídos entre as diversas atividades, não podendo se perceber o tempo do trabalho e do não-trabalho, da atividade remunerada e não-remunerada; também, não era perceptível o tempo do trabalho e do descanso.

Assim, não se pode considerar que essas mulheres acumulavam uma dupla jornada de trabalho, tendo como referência o parâmetro da jornada masculina de trabalho, cujo tempo era dividido e delimitado com base em uma produção diária, de uma única atividade laborativa restando, ainda, um tempo real para outras atividades, seja de descanso ou para atividades que diziam respeito à vida particular. Analisando a jornada de trabalho das mulheres costureiras das fábricas de costuras de roupas no sudeste, Teixeira concluiu que se tratava da "dupla jornada simultânea de trabalho, que singularmente se torna mais complexa e multiplicadora". (TEIXEIRA, 1983, p. 124).

Para as mulheres fumageiras que trabalhavam no próprio domicílio, não se tratava de duas jornadas de trabalho, mas de uma única e longa jornada, marcada pela multiplicidade de atividades diárias, cujo tempo de duração ancorava-se entre o acordar e o dormir, sem que fosse permitido a essas mulheres um tempo próprio, livre das amarras das obrigações com o trabalho – cuja tarefa apresentava-se, ora determinada pelo contratante, ora determinada pelo próprio ritmo de suas necessidades concretas – e com as atividades domésticas, de cuidar da casa, da alimentação, de crianças e, às vezes, de idosos e doentes que habitavam o mesmo espaço. O cotidiano das fumageiras quer no próprio domicílio, quer no domicílio de outra mulher fumageira onde era organizado o fabrico, se constituía numa jornada de trabalho bem maior que a média da jornada masculina, pela superposição e complementaridade das atividades de produção e das atividades domésticas.

Trabalho e atividade domiciliar transcorriam no mesmo espaço e, ao mesmo tempo, num processo contínuo de superposição de tarefas, estendendo-se além do número de horas e dos dias determinados por lei para os trabalhadores em geral. O ritmo do trabalho e o uso do tempo pelas trabalhadoras em domicílio são caracterizados na literatura como autônomos. Há de se considerar, entretanto, que além da fatigante e rotineira jornada das atividades domésticas, havia a exigência de uma

produção diária a ser cumprida pelas trabalhadoras, seja ela imposta pelo contratante, seja pelas necessidades materiais das próprias trabalhadoras, uma vez que, para o último caso, já havia um acordo verbal selado entre elas e os comerciantes do produto.

Em lugar da autonomia, quanto ao ritmo e ao uso do tempo, permite-se entender que o que ocorria era uma certa flexibilidade quanto à organização cotidiana do tempo pelas trabalhadoras em domicílio, isto porque as mulheres não estavam sob o controle direto da sirene e das estruturas hierárquicas da fábrica. Todavia, o controle estava presente em um outro formato e, ao final, o trabalho das tabaqueiras se estendia além do tempo determinado comum ao espaço fabril.

Historicamente, a trajetória da jornada de trabalho feminina, seja na fábrica ou no domicílio, tem se configurado diferentemente da jornada de trabalho masculina. Esta última era bem definida quanto ao espaço, tempo e a própria atividade. Quando os homens trabalhadores deslocavam-se até o espaço de trabalho, efetivamente ocorria um corte e/ou um distanciamento entre a casa e o trabalho, a primeira não estava presente no segundo, nem vice-versa; o tempo no/do trabalho só começava a contar no momento em que os homens começavam a produzir concretamente, numa escala rígida do uso do tempo, até porque o tempo da fábrica é considerado capital, era o tempo do relógio controlado pelo apito; as tarefas a serem executadas eram bem definidas para cada trabalhador.

O espaço doméstico não representava para os homens uma continuidade do espaço fabril, nem mesmo um outro espaço de trabalho, apenas o de seus aposentos. Ao contrário das mulheres, os homens vivenciavam "a polarização entre tempo de trabalho e de não-trabalho". (MATOS, 1993, p.69). Se não bastasse o tempo, o salário dos homens trabalhadores desta mesma indústria era, na maioria das vezes, maior que o salário das mulheres. Para as mulheres fumageiras em domicílio, a situação de inferiorização era ainda maior, pois, impunha-se sobre elas além do estigma do salário menor em relação aos homens, o estigma do salário menor em relação às fumageiras que se encontravam inseridas no mercado de trabalho formal.¹¹

¹¹ Neste caso, o salário significa todo e qualquer ganho financeiro que as mulheres tinham com a realização do seu trabalho, independente de ser pago pela fábrica, por uma tarefa realizada no domicílio, ou o recebimento do valor da venda dos charutos produzidos e vendidos "por conta própria".

O salário menor para as mulheres fumageiras, trabalhadoras no domicílio, naquele contexto, não obedece apenas a uma única lógica explicativa, mas a diversos fatores intrínsecos, tanto ao capitalismo quanto que diz respeito à exploração da mão de obra canalizada para o lucro a um contexto socioeconômico e político favorável a atuação dessas empresas e às condições materiais das mulheres, quanto à questões históricas e culturais.

Segundo Ramos (1993), "a pesar de la incorporación de las mujeres e mercado laboral, éstas veían reducidas sus vidas, en el hogar al simulacro, (...) el trabajo femenino no era reconocido en los mismos términos que el de los hombres". (RAMOS, 1993, p. 82). As mulheres trabalhadoras não estão desvinculadas do espaço doméstico, por isso o trabalho feminino não tem o mesmo reconhecimento que o trabalho dos homens, sendo a valoração que, culturalmente, foi agregada aos espaços privado (como espaço feminino) e público (como espaço masculino), o viés preponderante das hierarquias do trabalho masculino e feminino.

As condições de trabalho nos domicílios eram ínfimas, tal qual o salário. Costa Pinto ao descrever a pobreza da classe trabalhadora da zona fumageira, afirma que "As habitações internamente são escuras, desconfortáveis e equipadas com menos do mínimo necessário para manter um nível de vida humanamente razoável". (PINTO, 1998, p. 128).

Na fala de D. Benedita, também se identifica que as casas da maioria das fumageiras à domicílio, geralmente eram pequenas e com poucos móveis, apenas o essencial para acomodar os moradores. Algumas cadeiras e bancos de "tiras", uma mesa, cama(s) e um fogão à lenha ou fogareiro e os utensílios domésticos, dentre estes era comum, em todas as casas, a existência de bacias para lavar pratos, roupas e tomar banho, além de potes, moringas ou "talhas" para água de beber. E, na sala, às vezes única e principal, um nicho ou altar de imagens, quadros de santos, castiçal, vela e outros objetos, todos pertencentes ao universo católico. Este ambiente era invadido pelos fumos dos armazéns e das fábricas de charutos, espalhando-se por quase toda a casa, seja em pequenas porções, conforme as etapas de trabalho, seja em resíduos; o cheiro forte do tabaco exalava em todo o ambiente atingindo até a parte externa da casa. Ali as pessoas trabalhavam e moravam, convivendo diariamente com o fumo espalhado, o pó, o aroma e o cerol impregnados por toda a casa, propiciando doenças alérgicas e a tuberculose.

Segundo D. Benedita, à noite, quando esse trabalho se estendia, a iluminação era feita por candeeiros, conhecidos como "fifós", a base de querosene, que dissipavam no ambiente uma fumaça escura e o cheiro forte do combustível. Devido a sua precária iluminação, eram colocados muito próximos das pessoas, prejudicando sensivelmente a visão das trabalhadoras.

Geralmente, o tabaco específico para a confecção dos charutos eram folhas de fumo já tratadas, beneficiadas e selecionadas. Diferentemente destes, o fumo das "trouxas de enrola", era de qualidade muito inferior, folhas muito pequenas, muito amassado por ser proveniente de fardos impressados, o aroma e a poeira eram sufocantes, numa quantidade que variava entre 10 a 30 quilos cada trouxa. O volume desse tipo de fumo, todo o processo de "destalação" e o cheiro que exalava, transformava o ambiente domiciliar numa espécie de extensão do armazém, misturando-se aos móveis, utensílios e pessoas, inclusive às crianças, formando um cenário caótico revelador das condições socioeconômicas das famílias chefiadas pelas mulheres fumageiras.

Porém, mesmo considerando a sobrecarga de trabalho sob as piores condições, o trabalho exercido pelas mulheres fumageiras, desde a fábrica ao domicílio, acarretou mudanças no comportamento e no modo de pensar, pois ao ouvi-las percebe-se no tom da voz a expressão de um forte vínculo entre trabalho e autonomia, mesmo que esta estivesse apenas relacionada às questões econômicas, não havendo grandes alterações na estrutura hierárquica das relações sociais de gênero.

Ao analisar o impacto que o trabalho causa na vida das mulheres, antes dedicadas apenas aos afazeres domésticos, percebe-se que as questões de raça/etnia, classe, geração podem ser bastante díspares, mas a questão de gênero, mesmo variando os graus de subordinação e oscilando nos contextos históricos, tem perpassado a vida de todas elas, como uma marca histórica que tem merecido a atenção daquelas – as feministas – que, diuturnamente, vêm combatendo através da reflexão, análise e dos movimentos, numa luta aberta contra os poderes constituídos ou não, **a subordinação das mulheres**.

Enfim, apesar de se tratar de uma região com um quadro social característico de muita pobreza, acentuando-se mais ainda quando se tratava da população envolvida com a atividade fumageira, mas a divisão sexual do trabalho mantinha-se sob os parâmetros da sociedade patriarcal, onde as funções e os lugares de cada um eram bem definidos

na escala social. Os homens, empregados ou não, exerciam sempre funções caracterizadas pelo uso da força valorada positivamente e do poder que exerciam, conforme a posição que ocupavam na hierarquia do trabalho, porém, uma das características fundamentais do trabalho masculino, para aquela região naquele momento, era ser fora do domicílio. O trabalho domiciliar relacionado ao tabaco – “trouxa de enrolar” ou de confecção de charutos – em Governador Mangabeira, como em todo o Recôncavo Baiano, mesmo que representasse a maior ou a única renda da família, não se tem registro que também fosse uma atividade desempenhada por homens.

Desta forma, a compreensão do trabalho em domicílio, realizada pelas mulheres fumageiras da região do Recôncavo Baiano, deve passar, prioritariamente, pelo entendimento das relações de gênero tecidas historicamente no cotidiano de mulheres e homens. Percebe-se que o gênero dessas trabalhadoras definiu as características do trabalho em domicílio, enquanto isso, as fumageiras recorreram ao trabalho em domicílio como uma estratégia de sobrevivência, uma vez que se tratava de mulheres pobres dos meios urbanos. Desta forma, faz-se necessário compreender os processos sociais e econômicos que agiram simultaneamente, intercambiando-se, durante o processo de construção, tanto discursiva como ideológica, das experiências e da história das trabalhadoras fumageiras do Recôncavo Baiano, no contexto da sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. (Tradução de Nathanael C. Caixeiro). Rio de Janeiro: LTC Editora, 1987.
- BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico: Bahia**. Recenseamento Geral do Brasil, 1940. Rio de Janeiro: 1950 e IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: XX vol. 1958, p. 95-105.
- BRASIL. IBGE. **Sinopse do Censo Industrial e do Censo dos Serviços – dados Gerais de 1948**. Brasil/IBGE. Rio de Janeiro: 1948. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos/censo_industrial_servicos.pdf. Acesso em 20/11/2009.

BRASIL. IBGE, **Sinopse Preliminar do Censo demográfico de 1970**: Bahia/IBGE. Rio de Janeiro: 1980.

CÉSAR, Elieser. O Império do Tabaco. **Correio da Bahia**. Salvador(BA): jornal diário, 2000, p. 6.

LE REVEREND, Julio. **História Econômica de Cuba**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1985.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Trabalho domiciliar – trabalho de agulha: um estudo sobre a costura domiciliar nas indústrias de sacaria para o café (1890-1930). In ABREU, Alice Rangel de Paiva e SORJ, Blia(Org.). **O trabalho invisível**: estudo sobre trabalhadores a domicílio no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1993.

PINTO, L. A. Costa. Recôncavo: Laboratório de uma Experiência Humana. In BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia**: sociedade e economia em transição. Salvador (Ba): Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.

RAMOS, Maria Dolores. **Mujeres e História**. Reflexiones sobre lãs experiências vividas em los espacios públicos y privados. Málaga: ATENA (Estudos sobre lá mujer). 1993.

SOIHET, Rachel. A história das mulheres, cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. **Revista de Gênero**. Niterói: V. 2, n. 1, p. 7-30, 2 sem. 2001.

TEIXEIRA, Amélia Rosa Sá Barreto (et alli). O trabalho e a trabalhadora fabril a domicílio. In BARROSO, Camem; COSTA, Albertina O. (Orgs.). **Mulher Mulheres**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas – FCC: Cortez Editora, 1983, p. 115-133.

FONTES ORAIS

JESUS, Carmelita Oliveira de. 64 anos de idade, charuteira de fabrico residente à Rua César Martins, Governador Mangabeira, 1999.

SANTOS, Sebastião Pereira. 95 anos de idade, marido de charuteira e trabalhador da Costa & Penna, residente à Rua Deocleciano Servilha, S/N, Governador Mangabeira, 1999.

SILVA, Benedita Rodrigues da. 86 anos de idade, charuteira aposentada pela Cia. de Charutos Dannemann em Cruz das Almas, residente à Rua Laurenço Moreira, Gov. Mangabeira, 1996/1999/2000/2009.

FONTES IMPRESSAS

ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX
Jornal O Correio de São Félix, 1944.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA FAMAM
Fichas de Registro de Empregado da Empresa C. Pimentel S.A.
(1930 a 1988).

ARQUIVO MUNICIPAL DE CACHOEIRA
Memorial da Leitalvis 05/02/1974.

FONTES ICONOGRÁFICAS

EFRAIM FONSECA NUNES. 76 anos de idade, memorialista, residente à Rua José Martins, 183, Gov. Mangabeira, 2001.

ARQUIVO DAS IRMÃS DA SANTA CRUZ – GOV. MANGABEIRA-BA
Memorial das Irmãs da Santa Cruz, 1974.

SOCIABILIDADES NO MUNDO DO TRABALHO E DAS REZAS NO RECÔNCAVO SUL DA BAHIA (1950-1970)

*Alaíze dos Santos Conceição**

As memórias de Rezadeiras e Rezadores nos conduzem a refletir acerca das experiências cotidianas das populações negras no Recôncavo Sul baiano, sobretudo, vinculadas ao universo do trabalho e as práticas de cura. Sabe-se que esses indivíduos possuem um compartilhar de experiências que implicam diretamente na forma de conceber o mundo, bem como na elaboração de estratégias para contornar as adversidades na luta pela sobrevivência. O trabalho nas lavouras, nas plantações do fumo e experiências nas atividades da lavagem de roupas de ganho, na antiga Fonte das Cabeças, são de fundamental importância para compreendermos o contexto histórico abordado. Notou-se que o cotidiano desses sujeitos contribuiu para a definição de um grupo social e racial, sobretudo pelo acesso às condições objetivas de sobrevivência material e/ou simbólica, ou seja, às práticas de cura. No contexto histórico abordado a definição enquanto grupo possibilitou a demarcação de um território também vinculado aos saberes populares. Nesse sentido, o principal recurso metodológico para a narrativa histórica foram as fontes orais. Sendo assim, as fontes orais constituem principal recurso metodológico para a construção da narrativa histórica.

Palavras-chave: Rezadeiras. Trabalho. Experiências compartilhadas. Benzeções.

The memories of women healer and men healer make us reflect on the daily experiences of black population in the Recôncavo Sul baiano, specially on the ones related to the labor and cure practices experiences. We know that these people have a sharing of experiences which straight implies the way they concept the world, as well as the elaboration of strategies to overcome the difficulties in fighting for survival. The field

* Graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Professora da rede estadual de ensino SEC/BA. Integrante do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Africanos e Afro-brasileiros AFROUNEB/UNEB. Pesquisadora colaboradora do Centro de Estudos dos Povos Afro-Índio-Americanos CEPAlA/UNEB.

work, in the tobacco plantation and the experiences of washing work in the old Fonte das Cabeças, are of great importance for understanding the historical context in question. It was noted that the daily life of these individuals contributed to the definition of a social group and race, especially the objective conditions for access to material survival and / or symbolic or healing practices. In the historical context as a group discussed the definition allowed the demarcation of a territory also linked to popular knowledge. In this sense, the methodological approach to historical narrative were the oral sources.

Keywords: Healer. Labor. Shared Experiences. Blessings.

INTRODUÇÃO

Boa parte das vilas do Recôncavo Baiano surgiu em virtude do deslocamento de indivíduos das regiões circunvizinhas para compor seu universo populacional. Dessa maneira, a cidade de Governador Mangabeira, emancipada em 14 de março de 1962, também emergiu. Possivelmente, o desenvolvimento da lavoura fumageira, bem como a manufatura do produto nessa região, serviu de atrativo principal para que os indivíduos migrassem para esse perímetro regional, visualizando no despontar econômico do comércio do fumo a possibilidade de melhoria de vida.

É fato que a lavoura fumageira, em contraposição à açucareira não carecia de tantos investimentos: o fumo poderia ser produzido em menores escalas, sendo assim, a própria facilidade de acesso ao produto, bem como a simplicidade do cultivo, beneficiamento e manufatura, facilitaria a familiaridade dos agricultores para com o mesmo.

Ainda na época em que se chamava Vila de Cabeças, década de 1962, desmembrada do município de São Félix e posteriormente de Muritiba, Governador Mangabeira dava amostras da fertilidade de seu solo, responsável por cerca de 50% da produção total de fumo da cidade de Muritiba, encaminhado para a exportação rumo à Europa, através do Rio Paraguaçu que estabelecia conexão com a Baía de Todos os Santos. Em paralelo à lavoura de fumo e beneficiamento da mesma, os sujeitos históricos dessa investigação, Rezadeiras e Rezadores, frequentavam outros espaços de trabalho, a saber, as fontes de água, nas quais habitualmente se lavavam roupas em busca da complementação

da renda familiar e as plantações de mandioca, laranja, etc, lavouras de subsistência.

É sabido que as potencialidades culturais dessa região transcendem a elementos econômicos, cedendo espaço para o resguardar de diversas manifestações populares. O samba de roda, a festa de reis, o caruru¹ em homenagem a Cosme e Damião podem servir de amostras da riqueza patrimonial dessa região. As investigações históricas, nesse sentido, contam com a contribuição dos estudos acerca do cotidiano dos indivíduos, a fim de enxergar tais espaços como fruto das experiências humanas, uma vez que essas investigações ampliaram o limite de possibilidades temáticas, explorando experiências históricas de homens e mulheres que, durante séculos, foram invisibilizados. Pensar o cotidiano requer que consideremos as experiências comuns entre os indivíduos, destacando, entretanto, as singularidades que fazem da realidade histórica algo mais instigante.

Do ponto de vista dos procedimentos teórico-metodológicos utilizados, procurei refletir acerca das concepções de memória, história oral e tradição oral. A partir dos diálogos estabelecidos com as fontes, os questionamentos ganharam significados. A coleta de depoimentos (fontes orais) entre os sujeitos investigados, nesse caso Rezadeiras e Rezadores, constituiu principal veículo facilitador da pesquisa. Além disso, procurei dialogar com bibliografias que discutem cultura, cotidiano, práticas culturais, trajetória das populações negras no Brasil e cultura afro-brasileira como nítida possibilidade de fundamentação teórica.

A história oral, entendida como metodologia de pesquisa, possibilitou dar voz aos excluídos dos documentos oficiais, trabalhando com temáticas da vida cotidiana. A autonomia concedida às fontes orais possibilita entendê-las não mais enquanto complementos aos documentos considerados oficiais, mas como fontes e objetos de análise substanciais.

Nesta pesquisa, as fontes orais constituem a principal maneira de reflexão em torno das práticas culturais de Rezadeiras e Rezadores, pois se trata de indivíduos integrantes das camadas afro-brasileiras

¹ Entende-se por caruru a iguaria preparada com quiabos cortados em pedaços pequenos, que são lavados para conter um pouco a baba. O quiabo é temperado com sal, camarão seco, cebola, amendoim e castanha que juntos com o azeite de dendê formam um delicioso mingau. Ver: LODY, Raul. **Santo também come**. 2 ed. Rio de Janeiro: Pallas, 1998. p. 71.

empobrecidas, em grande escala, não alfabetizados. É justamente a memória desses sujeitos que se encontram experiências acumuladas de suas vidas.

Para além do analfabetismo disseminado entre eles, é oportuno ressaltar que no próprio universo da benzeção, a fala constitui o principal veículo responsável em resguardar tradições e ensinamentos para as gerações futuras. Nota-se que, em algumas regiões do continente africano, a saber, a região ocidental, a oralidade também é entendida como a fonte asseguradora da memória histórica, realidade esta próxima das benzeções. É possível que elementos dos viveres dessas populações negras, que via diáspora chegaram ao Brasil, tenham deixado marcas culturais no Recôncavo. Assim, preservar as tradições implica em valorizar aqueles que, por tempo e vivência, têm muito a relatar de suas memórias: os anciões/ãs.

Nesse sentido, foram entrevistados Rezadeiras, Rezadores, membros da comunidade, de modo geral, que se utilizaram e/ou utilizam dos serviços da benzeção, como, por exemplo, o pároco da cidade de Muritiba que, durante décadas, foi responsável em celebrar missas na comunidade de Governador Mangabeira. Buscou-se, através dos depoimentos, entender aspectos socioculturais do Recôncavo baiano, entretanto é notório que tais idas e vindas da memória no tempo fogem a uma precisão, podendo por ora se localizar além dos anos pospostos (1970) ou anteriores (1950) a eles.

“O FUMO JÁ LEVANTOU A CABEÇA DE MUITA GENTE!”: TRAJETÓRIAS DE VIDA E EXPERIÊNCIAS COMPARTILHADAS.

Nascida a 15 de setembro do ano de 1910, a senhora Maria Margarida é detentora de uma rica experiência de vida. Natural do município de Laje, integrante do Vale do Jequiriçá,² migrou para a Vila de Cabeças ainda menina, quando tinha cerca de oito anos de idade. Guarda na memória a experiência migratória feita com seus familiares, em que pai, mãe e irmãos cotizaram-se em busca de melhores condições de vida. Assim, sua narrativa assinala o deslocamento de seus familiares em direção à localidade de Cabeças, num contexto econômico e social no qual as populações negras empobrecidas estavam inseridas.

² O Vale do Jequiriçá localiza-se a 150 km a oeste de Salvador e como atração turística oferece várias cachoeiras, rios, morros, flora e fauna exuberantes.

Eu sou das Lages, eu sou filha das Lages, meu pai que mudou para o terreno de dona Luiza aqui no Cocão. Eu vim no cabeçote do animá do meu pai. Tá vendo eu dizer que vim no cabeçote do animá [...] Morreu pai, morreu mãe, morreu irmão, eu fiquei só e Deus muito nova, ainda moça (MARQUES, Maria Margarida. 2010).

Chegando à Vila de Cabeças, a jovem Maria Margarida tratou de iniciar as atividades no mundo do trabalho, já que, apesar da pouca idade, os membros de sua família contavam com sua força braçal para a complementação das demandas materiais. A pequena Maria Margarida desenvolveu diversas atividades vinculadas ao universo agrário da região. Plantava, colhia, comercializava, envolvendo-se, inclusive, com a produção fumageira, aprendendo o ofício de fazer charutos, profissão esta que, a posteriori, contribuiu de forma decisiva para a conquista de um vínculo empregatício regular. Nessa região, o fumo representou uma grande fonte fixa de renda no período, sobretudo por não requerer dos trabalhadores grandes especializações no lidar com o produto:

Eu trabalhé em tudo! Em tudo me revirava pra ganhar o tustão pra comer, foi na roça dos outros, foi mexer mandioca, foi fazer farinha [...] o fumo mesmo foi a minha salvação [...] não tinha ninguém pra me dá nada, tá compreendendo? (MARQUES, Maria Margarida. 2010).

Apesar da pouca idade, a jovem Maria Margarida já possuía uma larga experiência dos afazeres no mundo do trabalho. Sentiu-se desamparada pela família, após falecimento dos seus pais. Tinha 14 anos quando se casou pela primeira vez. Teve filhos e continuou ativamente responsável pelo sustento familiar. Sobre as diversas atividades por ela desenvolvidas, um importante depoimento ajudou a elucidar a questão, depoimento este pronunciado por uma contemporânea sua:

Mulher guerreira aquela! Deixava os filhos pequenos em casa, colocava um balaio na cabeça com tudo que era fruta, verdura, tempero, batia de pé ia pra feira de Cachoeira vender banana buscando o pão para os filhos, me lembro como se fosse hoje (CONCEIÇÃO, Aurelina dos Santos. 2007).

Nota-se que as mulheres pobres geralmente deveriam ter uma postura mais autônoma diante das dificuldades no dia a dia, uma vez que sua renda, em diversos momentos da vida, representava a maior participação no sustento familiar, sobretudo em momento de desemprego do cônjuge. Contornar as adversidades materiais era ação necessária entre essas mulheres populares em virtude da necessidade em gerir seus próprios espaços de sobrevivência. Enquanto a senhora Maria Margarida ganhava as ruas para vender frutas e hortaliças, percorrendo cerca de 20 km a pé (Vila de Cabeças - Cachoeira), seus filhos, ainda menores, ficavam responsáveis por cuidar uns dos outros, aguardando a chegada da mãe em casa. De modo geral, vários relatos despontaram para situações parecidas: a vizinhança tendia a participar da educação dos filhos, pois, nem sempre, as mães poderiam se dedicar exclusivamente à vida doméstica.

Concernente à necessidade de migrar em buscar de melhores alternativas de vida, a senhora Celina de Jesus experimentou situação parecida à da senhora Maria Margarida ao se deslocar de Bonfim de Feira, atual distrito de Feira de Santana - Bahia, para fincar raízes familiares na Vila de Cabeças:

Com sete anos vim pra aqui, era dez irmãos, minha filha, morreu dois pequenos. Criou oito, já morreu tudo só tem eu viva. Eu sou a sexta e depois de mim minha mãe ainda teve quatro filhos. Naquele tempo de tropeiro³, viajava aqui de lote não tinha caminhão, ele viajava aqui nos lotes, tinha os lotes pra trazer fumo, pra trazer tudo pra aqui era de animal, e ele viajava muito por aqui era conhecido daqui. Aí lá no Bonfim teve uma seca, sempre tem seca no Sertão [...] Ele disse eu vou trabalhar em Muritiba aí veio pra aqui, porque aqui era dominado por Muritiba, aqui não era cidade. Era uma [...] não tinha rua aqui, não! Era uma bagaceira quando me mudei pra aqui, não tinha nada aqui, não. Hoje aqui tá mais do que Muritiba, mas isso aqui era uma bagaceira, só se vendo essa estrada aqui era lama e animais (NERIS, Celina de Jesus, 2010).

³ Tropeiro é a designação dada aos condutores de tropas, assim designadas as comitivas de muares e cavalos entre as regiões de produção e os centros consumidores, a partir do século XVII no Brasil pelos Bandeirantes. Mais ao sul do Brasil, também são conhecidos como carreteiros, pelas carretas com as quais trabalhavam. Consultar: SILVA, Luís Carlos Borges da Silva, A Vila e o Coronel - Poder local na vila de Cabeças (1930-1962). Monografia de Especialização. UNEB, 2004. p.24-25.

O depoimento de Celina se caracteriza como veículo de reconstrução do contexto vivenciado, na medida em que põe em evidência um período marcado pela ausência de transportes que comumente estamos acostumados a utilizar. Nesse contexto, as estradas de rodagem, bem como os veículos automotores, eram escassos. Sendo assim, os lombos dos animais despontavam como alternativas de transporte para pessoas e mercadorias. Celina ressalta também o cenário da vila, em que a estrutura urbana, em termos de ruas, estradas, desenvolvimento econômico, de modo geral, praticamente não existia. A vila não dispunha de uma infraestrutura básica. Nesse sentido, o geógrafo Milton Santos ressaltou a organização do transporte e o tráfego de mercadorias e/ou de pessoas em meados do século XX no Recôncavo baiano, apresentando evidências da precariedade do transporte nos interiores do estado:

Os meios de transportes existentes na época eram apenas o carro de bois, o lombo dos animais e as costas dos homens, além de transportes flúvio-marítimos por intermédio de barcas. Os velhos pontos de concentração da produção passando a ficar menos bem colocados em virtude da extensão das culturas, outros aparecem em melhores condições para o exercício desse papel, sobretudo tendo em vista o transporte de água [...] (SANTOS, 1998, p.71).

Aqueles que geralmente trafegavam com mercadorias por entre as regiões chamavam-se tropeiros, figura esta já ressaltada na narrativa da senhora Celina, pois seu pai também sustentava a família através do ofício de tropeiro. Dessa forma, ganhava o mundo trafegando com mercadorias no lombo dos animais. No perímetro regional estudado, esses indivíduos foram de fundamental importância para o escoamento de produtos, possibilitando que os fardos de fumo e tantos outros itens de subsistência alcançassem o porto de Cachoeira, para que houvesse o abastecimento da capital da Bahia: Salvador e outras regiões, como, por exemplo, Minas Gerais. Há relatos, ainda, que ressaltam a existência de uma estrada que ligava as diversas regiões, passando pela Vila de Cabeças até Minas Gerais, estrada esta provavelmente utilizada pelas tropas:

A estrada tinha uma importância econômica relevante para a Vila de Cabeças, uma vez que a mesma cortava o seu território em uma extensão de aproximadamente 3 km. O tráfego de tropeiros

e viajantes era intenso, permitindo desenvolvimento de casas comerciais às margens da estrada. Isso pode ser comprovado, ainda na década de 1940, através de um anúncio de vendas em um jornal da cidade de São Félix. (SILVA, 2004, p.29).

A assertiva de Luís Carlos Borges da Silva possibilita visualizar a importância da localidade, uma vez que uma estrada de tal relevância cortava o território da Vila de Cabeças. Comumente, as estradas que apresentavam um fluxo de pessoas considerável tendiam a incentivar o desenvolvimento de seu entorno regional, valorizando, assim, o território.

Contudo, para além da ação dos tropeiros nessa localidade, é oportuno ressaltar que as histórias de migração entre os trabalhadores rurais tornaram-se comuns no Recôncavo sul da Bahia, onde famílias inteiras sentiam os efeitos das privações materiais, o que lhes obrigava a buscar estratégias para amenizá-las e garantir a sobrevivência (SANTANA, 1998). Nessa região, notou-se que a década de 1930, por exemplo, foi caracterizada pela expansão do cultivo de fumo, cuja produção conseguiu alcançar 101 municípios dos 152 existentes no período. A importância da produção fumageira para a economia baiana era latente tendo incentivado, inclusive, a abertura e ampliação de várias empresas de manufaturas desse produto (SILVA, 2001).

Costa Pinto, em suas narrativas acerca do Recôncavo, ressaltou a significância do cultivo e do comércio de fumo, bem como da fabricação de charutos para a população da região. As possibilidades de trabalho nas vilas e cidades estavam vinculadas à lavoura, comércio, transporte, armazenamento e beneficiamento do fumo, o que concedia à região uma paisagem humana característica das atividades desempenhadas (COSTA PINTO, 1998, p.123).

Sendo a Vila de Cabeças pertencente a Muritiba, entre as décadas de 1930 e 1950, toda a produção de fumo desse vilarejo destinava-se ao abastecimento dos armazéns muritibanos e a consequentes exportações. A produção de fumo na Vila de Cabeças favoreceu o desenvolvimento dessa localidade, o que foi ressaltado em jornais da época, como afirma Luís Carlos Borges da Silva em suas pesquisas nos jornais *A Defesa* e *Correio de São Félix*, disponíveis no Arquivo de São Félix. Segundo ele:

Com o tempo a produção de tabaco passou por grandes transformações, chegando em meados do século XIX e início do século

XX, a serem instaladas várias fábricas de beneficiamento do produto, destinado a exportação para a Europa, ou até para a fabricação de charutos. A fama do produto foi tamanha que o charuto da fábrica Suerdick, localizada nas cidades de Maragogipe e Cruz das Almas, foi considerado como um dos melhores do mundo (SILVA, 2004, p. 18-19).

É no contexto de desenvolvimento econômico dessa região que se acredita ter havido um grande deslocamento de pessoas pelo Recôncavo, atraídas, sobretudo, pela possibilidade de melhorar suas condições de vida e fixar moradias nas áreas fumageiras, o que gradativamente contribuiria para o aumento populacional de certos municípios. Verificou-se que Rezadeiras e Rezadores teriam fixado moradia nessa região, principalmente entre as primeiras décadas do século XX.

Walter Fraga Filho, em seu livro *Encruzilhadas da liberdade*, além de contemplar questões relativas às primeiras décadas do século XX, analisou a trajetória de alguns descendentes de escravos e libertos no Recôncavo Baiano após a promulgação da Lei Áurea, no ano de 1888. O pesquisador concedeu diversas pistas para pensar nas principais motivações que levaram pessoas a se deslocar de localidades para se fixarem em áreas circunvizinhas:

É preciso pensar as migrações no contexto da diversidade de experiências dos libertos no pós-abolição. A decisão de migrar para outras localidades poderia estar relacionada a esperança de alargar possibilidades de sobrevivência fora dos antigos engenhos, ou de distanciar-se da autoridade dos antigos senhores. A partir dos registros cartoriais, foi possível reencontrar libertos que migraram dos engenhos para as vilas e cidades (FRAGA FILHO, 2006, p.319).

É necessário pensar essas experiências migratórias como estratégias utilizadas para resistir à perversa realidade que envolvia as populações negras, pois apesar de o país experimentar o sistema de governo republicano, um ano após a promulgação da Lei Áurea, visivelmente não se notaram estratégias desse mesmo governo para inserir essa população de descendência escrava no mercado de trabalho. Ao contrário, as autoridades públicas preocupavam-se com a hipótese de esses libertos migrarem para as cidades, o que aumentaria o contingente de marginais.

De imediato, o aproveitamento da mão de obra dos indivíduos em destaque se deu na produção agrária, que, no caso do Recôncavo, era representada, principalmente, pela atividade fumageira a qual se encarregou de empregar unanimemente as famílias de baixa renda. Segundo relatos, a Vila de Cabeças cheirava a fumo, era o aroma natural da região sendo constante o fato de charutos serem expostos nas janelas das casas, evidenciando, dessa forma, o caráter caseiro de sua produção. Além disso, essa produção representava a moeda da época. O agricultor e Rezador Jovino concedeu importante depoimento sobre a questão:

Milho, feijão, mandioca! Fumo? [...] Era o que mais me dava resultado na vida era o fumo. Muito, trabalhei muito! Acho que essa modernagem bem pouco trabalhou o tanto que eu já trabalhei, já cansei de trabalhar de noite, a casa era baixa, cortava fumo de dia amarrava de madrugada acordava não tinha luz acendia o candinheiro botava assim e começava pendurando o fumo assim, eu começava pendurando o fumo a patroa me dava que era pra quando o dia amanhecer eu tomava um cafezinho e ir pro ganho. Se sinto falta? Ah! Demais, era a minha modernagem (FRATELES, Jovino Bispo, 2010).

Para o senhor Jovino, o cultivo do fumo representava, em termos econômicos, um instrumento bastante promissor. As negociações com o fumo possibilitou-lhe gozar de uma vida mais tranquila na velhice, pois atribui à lavoura fumageira a possibilidade de ter conseguido pecúlio necessário para comprar as terras onde hoje reside com a família. Apesar de rememorar a juventude como tempo marcado pelo trabalho árduo, evidenciou certa satisfação de ter podido comprar sua casa com o dinheiro advindo do produto agrícola. De modo geral, todos os informantes desta pesquisa, ao rememorarem o contexto em questão, frisam ser ele um período de muita pobreza, de muita labuta diária, entretanto deixam transparecer certo saudosismo.

Paralelamente às experiências migratórias ocorridas entre municípios, são também notórios relatos de moradores da zona rural da Vila de Cabeças que se deslocaram para o centro da Vila, visando à participação nos armazéns de fumo, que vinham se destacando no cenário econômico regional da época. Desde o ano de 1948, Cabeças se destacava pela quantidade de impostos coletados, sobretudo em virtude da produtividade

alcançada pelo fumo. O primeiro coletor de impostos da Vila teria sido o senhor César Pitanga, que era escrivão da coletoria de Muritiba.

Com residência no município de Muritiba, muitas críticas foram direcionadas ao senhor César Pitanga, pois as autoridades locais envolvidas na criação do órgão acreditavam ser de fundamental importância que a coletoria de impostos funcionasse na sede da Vila de Cabeças, como previsto na petição ao então secretário da Fazenda, Dr. Aliomar Baleeiro. Apesar das petições, a Coletoria da Vila de Cabeças continuou a funcionar em Muritiba por quase 10 anos. No ano de 1959, a coletoria, enfim, foi instalada no local.⁴

O acontecimento aparentemente isolado contribuiu para fomentar a emancipação da Vila de Cabeças, já que o real valor arrecadado na pequena localidade dava amostra das suas potencialidades econômicas, o que lhe garantia, por conseguinte, certa autonomia, sugerindo a independência política.

Num contexto próximo aos fatos descritos, por volta da década de 1960, a senhora Teka, (Depoimento de Maria Custódia) lavradora aposentada, natural da localidade de Queimadas, zona rural de Governador Mangabeira, chegou ao espaço urbano desse município, mas, diferentemente das senhoras Celina e Maria Margarida, não experimentou o processo migratório de um município para outro: no seu caso, o processo de migração foi interno, pois se deslocou da zona rural do município para a zona urbana. De acordo com seu depoimento, também teve de abandonar a zona rural na busca de melhores condições de vida, mas, apesar do deslocamento espacial, ainda que na cidade, continuava a desenvolver atividades ligadas à terra.

A senhora assinalou que não pôde deixar de lado o ofício de trabalhadora rural, pois possuía filhos pequenos e tinha de ajudar seu companheiro no sustento familiar. Verificam-se, nessas narrativas, que essas mulheres eram as principais responsáveis pela renda familiar; contudo as interfaces da memória tendem a ressaltar o trabalho de seus parceiros como primordiais, sendo apontados, inclusive, como os verdadeiros chefes da família. Entretanto, na prática, em tempos de desemprego, essas mulheres tendiam a gerir financeiramente o sustento de todos

⁴ Jornal Folha do Norte, nº 2765, Ano 53. 07 de julho de 1962. Chacina que deu nome a uma localidade. Capítulo XI e XII, p.03. Disponível no Museu Casa do Sertão. Universidade Estadual de Feira de Santana – Bahia.

os membros da família.⁵ Na cidade recém-emancipada de Governador Mangabeira, a agricultura constituía uma das poucas possibilidades de trabalho: não restava, portanto, alternativa para a população empobrecida, senão continuar com a labuta na terra: "Trabalhê na enxada, na roça, na lavora. É torrar farinha, plantar mandioca, só num trabalhei na armazém de fumo. Minha filha sim, mas eu não!" (SILVA, Maria Custódia Cerqueira da, 2010).

Do mesmo modo, a senhora Neném, lavradora aposentada, demonstra uma grande familiaridade com o mundo rural e, ainda hoje, apesar de seus 78 anos, possui sua porção de coisas plantadas. Também nascida na zona rural do município de Governador Mangabeira, passou a residir na cidade após se casar com o senhor Ovídio. De acordo com seu depoimento, frequentava a Vila de Cabeças, mas só passou a morar nessa localidade após a emancipação política em 1962 (OLIVEIRA, Francisca Santos, 2010).

Atividades complementares, bem como a execução de diversos ofícios, eram recorrentes entre homens e mulheres, sobretudo em virtude das baixíssimas remunerações. Geralmente, as mulheres ocupavam-se em atividades que permitissem conciliar o trabalho desempenhado fora de casa com o zelo familiar, uma vez que todas elas possuíam filhos e/ou criaram sobrinhos, além de ajudarem familiares de modo geral. Nesse sentido, entre as principais atividades desenvolvidas, além do trabalho na lavoura por ora descrito, destacava-se a lavagem de roupa de ganho.

"JÁ GANHEI MUITO DINHEIRO NAQUELA FONTE!": FONTE DAS CABEÇAS E A LAVAGEM DE ROUPAS DE GANHO

Falar da história da Vila de Cabeças, sem destacar a existência e importância da Fonte das Cabeças, seria deixar de lado um importante espaço de sociabilidades, lazer e do trabalho dos habitantes dessa região. Há quem acredite que a Fonte das Cabeças, assim como a Vila de Cabeças teria herdado esse nome em virtude de assassinatos em série ocorridos em século anterior. A origem do nome teria rendido matéria especial no jornal Folha do Norte, do município de Feira de Santana, no ano de 1962.

⁵ Reflexões baseadas em informações emitidas pelas Rezadeiras.

O ex-vereador e correspondente do jornal Antônio Pereira de Mota Júnior, natural da localidade de Outeiro Redondo – São Félix, construiu uma narrativa acerca do fato, cuja reportagem intitulava-se: Chacina que deu nome a localidade, organizada em doze capítulos, publicada em sete números do jornal Folha do Norte. Na matéria do periódico, destaca-se a versão de Antônio Pereira no que, em sua opinião, teria contribuído para o surgimento da localidade, bem como do nome herdado:

Era, então, esta região de rara habitação e múltiplos perigos, quando os raios de certa manhã, ao levantar o manto da noite que findava, chocaram-se e estremeceram-se de espanto ao descobrir os olhos esbugalhados das cabeças humanas enfiadas em pontas de estacas! Era o banditismo em ação! Era a época do bacamarte traiçoeiro! Era a época das chacinas por encomendas! Aí mesmo, ao lado, no leito da via pública, jaziam os corpos decapitados. O trecho local não tinha, até então, segundo parece, nenhuma denominação, visto que o escabroso acontecimento figurara aos olhares assustados dos transeuntes às pontas das estacas dando o nome daqueles cofres de pensamento, ali trancados para eternidade, pelo chumbo quente, como legado, até o dia 14 de março de 1962.⁶

Nota-se a referência do senhor Antônio Pereira a uma época de banditismo que assolava os interiores, de modo geral, havendo a necessidade de medidas drásticas que viessem a repercutir e intimidar baderneiros que por ali passavam e/ou viviam. O acontecimento descrito sinaliza para uma possível chacina ocorrida na região em que as cabeças das vítimas teriam sido decapitadas, ao tempo em que ficado à mostra na estrada para servir de exemplo para aqueles que pensassem em continuar com práticas criminosas na localidade.

Nesse contexto, a Vila de Cabeças teria surgido principalmente em virtude do fluxo de pessoas que transitavam na região; mas, a priori, não chegavam a fixar moradia, em virtude da violência do local. Ao que parece a chacina ocorrida e as possíveis sonâncias do acontecimento serviram para frear ações futuras de desordem, implicando na fixação de pessoas

⁶ Folha do Norte, n° 2758, Ano 53. 19 de maio de 1962. Chacina que deu nome a uma localidade, p. 03. Disponível no Museu Casa do Sertão. Universidade Estadual de Feira de Santana – Bahia.

na localidade. Assim, tanto a Vila quanto a fonte foram batizadas de Cabeças. A partir daí a história da localidade começou a tomar corpo.

Como já mencionado, após surgimento da Vila, a região ficou conhecida pelo despontar da produção fumageira. Paralelamente ao desenvolvimento do fumo na região, nota-se a necessidade do fornecimento de água para a organização de uma vila, cidade ou região de modo geral. A partir da água e seu escoamento existe a possibilidade habitacional dos indivíduos. Água para beber, lavar e, principalmente, produzir o alimento. Nesse contexto, pode-se atribuir importância incondicional as fontes de água da Vila, sobretudo a Fonte das Cabeças. Esta, em décadas anteriores, foi a principal responsável em fornecer água para toda a Vila, bem como possibilitou o desenvolvimento e aperfeiçoamento do ofício de lavagem de roupas entre muitas mulheres.

As mulheres lavadeiras utilizavam as grossas águas da fonte como nítida possibilidade de um ganho orçamentário, uma vez que comumente no cenário cotidiano os arredores da fonte eram frequentados por elas que colocam em vigor o ofício. Nesse sentido, o ofício da lavagem de roupa de ganho, em alguns casos, esteve presente na vida dessas mulheres num período anterior ao do aprendizado da benzeção, uma vez que desde crianças era rotineiro acompanharem familiares e vizinhos até as fontes da cidade.

Conforme já destacado, lavar roupas representava um complemento na renda familiar. Algumas mulheres das camadas populares da Vila de Cabeças exerciam o ofício de lavadeira, desempenhando um papel ativo no seio familiar. A atitude pode ser elencada como uma possível reação populacional diante das demandas empregatícias da região, já que possibilitou contrariar as condições adversas da pobreza, superando, dessa forma, as dificuldades econômicas.

A senhora Neném, ao rememorar parte de sua labuta diária, afirma:

Eu batia de mão divina pra vim trabalhar no armazém aqui, olha! Quatro horas da manhã eu tava acordada, botava um aimpim, um fruta-pão ou um inhame no fogo, ia pra fonte, tomava banho, quando chegava tava cozido [...] Eu chamava a turma, deixava lá, chegava de tarde, de noite de novo e quando eu morava em

⁷ A expressão supracitada é recorrente nas falas das entrevistadas. Ao que parece ressaltam as potencialidades da fonte de água, talvez com o intuito de evidenciar um contraponto com a atualidade e o fornecimento da água encanada.

Chilinha! Eu trabalhava no armazém, lavava roupa de dona Nivia, de Dr. Altino, de Licinha, de dona Mira, dona Gracinha, de dona Nair quando eu vinha do armazém trazia uma trouxa de roupa e lavava na cisterna botava sabão e deixava lá 4 horas eu acordava pra trocar [...] O galo cantava e eu passando roupa [...] O que? (OLIVEIRA, Francisca Santos, 2010).

Trabalhar era necessário, uma vez que seria através do trabalho que essas mulheres conseguiriam criar seus filhos. A Fonte das Cabeças, subjetivamente descrita como o espaço de lavagem de roupa de ganho, representou a extensão das demandas cotidianas da senhora Neném e de tantas outras mulheres, visto que as atividades do dia a dia compreendiam desde o zelo pela família à execução da lavagem de roupas como medida de higiene doméstica e/ou um ofício remunerado. Nota-se que as fontes de lavagem de roupa eram uma extensão das diversas atividades cotidianas executadas.

Relatos como o da senhora Neném foram frequentes entre os sujeitos sociais protagonistas dessa investigação histórica; excetuando-se os Rezadores, homens aqui identificados, uma vez que lavar roupas, visando, principalmente, ao ganho financeiro que complementaria a renda familiar era uma exclusividade feminina. Obviamente, nas memórias dos senhores Zeca, Dorico e Jovino saltaram depoimentos fazendo menção as suas respectivas esposas na utilização da Fonte das Cabeças, tanto para lavagem de roupas como para o banho rotineiro, denunciando a realidade de uma vila que não dispunha de água encanada. Sobre tal realidade, o senhor Aduino João Mamona, ex-prefeito do município em dois mandatos, entre as décadas de 1971 a 1973 e 1977 a 1981, concluiu: "A primeira rede de abastecimento da água encanada chegou em 1964. Mesmo assim, muitas pessoas ainda se serviam da água da fonte."⁸

De acordo com a fonte memorialista da senhora Angelita Gesteira,⁹ as fontes de água do município, como a Fonte das Cabeças, a mais importante, bem como as cisternas domésticas, eram responsáveis por abastecer a cidade. As instalações de água encanada tornaram-se

⁸ Jornal A Tarde, nº 33.387, Ano 98. 05 de setembro de 2010. Governador Mangabeira resgata fonte ligada à fundação da cidade, p. A13. Disponível no acervo do citado jornal.

⁹ A senhora Angelita Gesteira foi uma das primeiras professoras da Vila de Cabeças, nascida numa das famílias mais nobres da Vila gozava de grande respaldo social no município.

realidade no município de Governador Mangabeira por volta de 1984, como supracitado. Ainda assim, a falta de água era uma constante, o que manteve a recorrência à Fonte das Cabeças por grande parte da população (FONSECA, 2000, p.73-74). De acordo com os depoimentos, na década de 1990, a fonte ainda não estava deteriorada, muito menos existia a contaminação de seus lençóis freáticos, comprometidos atualmente em virtude do aumento populacional e consequente construção de residências e fossas no seu entorno. A preservação desse referencial histórico cultural do município de Governador Mangabeira encontra-se, pois, bastante ameaçado. Assim, as dificuldades com o abastecimento de água contribuíam de forma decisiva para o frequentar constante dos indivíduos à fonte. Não podemos perder de vista que lavar roupas é atividade essencial em qualquer residência, independentemente da classe social a que o indivíduo pertence. As famílias com maior poder aquisitivo, por exemplo, recorreriam frequentemente aos serviços das lavadeiras. A senhora Lurdes descreveu com ênfase o contexto em que havia a solicitação das famílias abastadas pela lavagem de roupas por lavadeiras que atuavam na referida fonte.

Já ganhei muito dinheiro naquela fonte, era só vim do armazém batia com uma trouxa de roupa na cabeça pra lavar. Era de Telinho, de seu Valter, dona Júlia. Ave Maria a água era grossa só se vendo. Limpinha! Era uma beleza. Eu que não vou lá agora! a água tá podre! (SANTANA, Maria de Lurdes, 2010).

Experiências como estas foram recorrentes na vida dessas mulheres. Lavar roupas representou para muitas, além de uma atividade de complementação de renda familiar, um espaço de grande sociabilidade na mescla entre trabalho, amizades e lazer. Entre outros relatos, as depoentes narraram a prática de levar seus filhos para a fonte, a atitude que possui diversas conotações, para além do simples acompanhamento dos filhos que seguem suas mães para o trabalho, uma vez que a situação não permitia alternativa. Esse fato representava, por exemplo, um momento inicial de aprendizado do ofício de lavar roupas, sobretudo por parte das filhas. Enquanto muitas mães lavavam roupas dos fregueses, as filhas mais velhas davam conta das roupas da família, evidenciando, assim, uma prática de transmissão das técnicas da lavagem para as gerações seguintes (BÁRBARA, 2007).

Quando enfocado o aspecto do lazer, as cinco bicas da fonte proporcionavam aos moradores da cidade banhar-se nas águas em dias muito quentes, ademais era comum diversos indivíduos incorporarem à rotina diária o banho matinal na Fonte das Cabeças.

Nota-se, ainda, que, paralelamente à transição da Vila de Cabeças para a cidade de Governador Mangabeira, a fonte serviu para caracterizar o perímetro geográfico. Nas memórias em questão, a fonte pode ser caracterizada como o espaço do trabalho para muitas que conseguiam conciliar a lavagem de roupa de ganho com outros ofícios, bem como utilizava as suas grossas águas para a higienização da família. Muitas famílias se encontravam e confraternizavam nesse espaço de trabalho diário, estabelecendo duradouros vínculos identitários e de amizade. Veja o que nos circunstanciou a senhora Celina: "Na fonte e no armazém encontrei amizades boas, tua vó mesmo. Todo mundo me adota nessa vida. Era uma ajudando a outra sempre" ((NERIS, Celina de Jesus, 2010).

Notam-se os vínculos de amizade sinalizados pela depoente, já que, no próprio espaço de trabalho, estabeleceu relações sólidas de convivências. Em outras passagens da narrativa, a senhora Celina destaca que, comumente, se trocavam alimentos entre as lavadeiras, bem como havia, nos escassos momentos de descanso, a socialização de técnicas de lavagens para com as mais novas no ofício, representando uma teia de solidariedade entre a classe trabalhadora em destaque.

Ainda no que concerne à importância da Fonte das Cabeças aos munícipes da cidade, a senhora Neci aponta que:

Essa Fonte das Cabeças mesmo muita gente pra ir pra o Bon-sucesso passava por ali. Quantas pessoas criou filhos, lavando ali roupas, a água ali era grossa daquela fonte só se via ali de noite o barulho da água na bica daquela fonte. Roupa eu não cheguei a lavar, mas frequentava muito, tomava banho ali, dia de domingo no sol porque aqui não tinha praia, quantas pessoas ia pra ali tomar banho de short, shortinho bem curto com aquelas blusinhas, a gente ficava sentado ali [...]depois Telinho deu uma limpada boa, deu um piso de vassoura, a gente chegava ali, sentava né! Tomava um solzinho, fazendo ali de praia [sorri]! (LEITE, Neci Santos, 2010).

As diversas memórias daqueles que vivenciaram o contexto possibilita visualizar a Fonte das Cabeças como rota obrigatória para aque-

les que buscavam também um entretenimento na cidade. As águas refrescantes saldas das bicas serviram para amenizar os calorosos dias de sol da cidade. Atividades como a produção fumageira, manufatura do produto, bem como o cultivo de outros produtos agrícolas, associado também a lavagem de roupa de ganho na antiga Fonte das Cabeças denunciavam um contexto e rotinas de uma população que primava em elaborar estratégias de driblar as privações econômicas.

O cotidiano desses indivíduos era permeado, sobretudo, pelo sentimento angustiante de se manterem vivos, nesse sentido, para além das atividades no universo do trabalho desponha também o zelo com o corpo individual e da comunidade, à medida que as tradicionais práticas de cura representavam um louvável recurso de resguardar o corpo das mazelas que assolavam as populações do Recôncavo.

"TEM ALGUÉM QUE REZA DE OLHADO AÍ!": AS PRÁTICAS DE CURA

A fitoterapia compreende a utilização das plantas, raízes, cascas, folhas, sementes que, associadas às benzeções, visa restabelecer o equilíbrio orgânico dos indivíduos acometidos por alguma enfermidade (ARAÚJO, 1979, p.113-114). Desse modo, as benzeções se apresentam, nesse arsenal medicinal, como importante veículo condutor dos indivíduos à saúde, uma vez que o conjunto de técnicas, rezas, orações e gestos associados à fé dos executores das benzeções e daquele que as recebe, contribui para extirpar as doenças do corpo, ou seja, a descrição corresponde às práticas de cura.

Sendo assim, ao refletir em torno das principais atividades desenvolvidas por Rezadeiras e Rezadores, nota-se o paralelismo existente entre o mundo do trabalho e as práticas curativas. Dificilmente poderíamos pensar no universo mágico das benzeções dissociando tais práticas curativas da labuta diária desses sujeitos. Constantemente, segmentos populacionais acometidos pelas más influências dos ares, recorriam às benzeções mesmo no espaço do trabalho. Essas narrativas oportunizam evidenciar como as práticas curativas no século XX estavam presentes no entorno populacional.

No cenário de lavagem de roupas na Fonte das Cabeças, segundo depoimentos, era frequente a recorrência aos serviços de Rezadeiras, uma vez que muitas crianças, jovens e as próprias lavadeiras, careciam de serem rezadas, a fim de extirpar o quebranto, mau olhado

e tantas outras mazelas que assolavam os indivíduos no período; nos armazéns de fumo, aconteciam situações parecidas: diversas pessoas eram acometidas por espinhela caída, em virtude do peso excessivo que às vezes eram obrigadas a carregar, tornando-se necessária a intervenção das benzeções. Em matéria publicada no jornal Folha do Norte, já se nota certa atenção para o contexto das doenças que assolavam os habitantes da Vila de Cabeças: malária e verminose causavam obituários constantes.

O obituário era calamitoso! Os cemitérios precisavam, quase sempre, de mais espaço, em virtude do obituário, assustador, em crescimento. A mortalidade infantil causava profunda tristeza! Os camponeses, além de envoltar no capotão negro do analfabetismo, viviam em grande parte, atacados de amarelão. A verminose invadia os lares e dizimava as famílias. A pobreza era imensa! O desprezo por parte do poder público era a causa da maior desgraça!¹⁰

Rezadeiras e Rezadores comumente tinham um vasto receituário de garrafadas para dizimar a verminose, como batidas de aroeira, mastruz e outras ervas em conservas, todas utilizadas como verdadeiros purgantes na tentativa de eliminar os parasitas hospedeiros. Não havia a facilidade e a distribuição de medicamentos como na atualidade. O primeiro posto de saúde do município de Muritiba foi erguido por volta do ano de 1945. Em 1946, o baiano Dr. Clemente Mariani ocupava o Ministério de Educação e Saúde, contribuindo de forma decisiva para a criação deste. A realidade da medicina institucionalizada no Recôncavo sul baiano não era promissora: os serviços médicos, além de escassos, custavam caros, necessitando, inclusive, de deslocamento dos indivíduos para as cidades circunvizinhas em busca de atendimento. A necessidade de deslocamento inviabilizava, na maioria das vezes, os integrantes das camadas populares pleitearem ao menos uma vaga de atendimento, pois implicaria na interrupção da rotina cotidiana, sobretudo no trabalho e os possíveis cortes no orçamento familiar.

Assim, a existência das práticas curativas alternativas, a saber, das benzeções, foram de fundamental importância para os indivíduos

¹⁰ Jornal Folha do Norte, nº 2765, Ano 53. 23 de junho de 1962. Chacina que deu nome a uma localidade. Capítulo IX e X, p.03. Disponível no Museu Casa do Sertão. Universidade Estadual de Feira de Santana – Bahia.

no contexto investigado, pois, apesar das iniciativas governamentais em estimular a propagação dos profissionais da saúde, por diversos motivos, não houve uma homogeneização dos serviços, bem como receptividade e acesso da população, que, por vezes, também não foram uniformes.

Ainda no que concerne às práticas curativas e sua importância no contexto em destaque, padre José, pároco da igreja em Muritiba e que durante a década de 1970 foi responsável em ministrar as missas na comunidade de Governador Mangabeira, emitiu sua opinião acerca da importância e eficácia das benzeções, inserindo-as numa manifestação de fé pertinente e necessária para levar tranquilidade física e espiritual àqueles que delas precisam. Nesse sentido, aponta suas impressões acerca das benzeções:

Eu digo sempre na roça, nas comunidades rurais, que algumas vezes que eu chego em casa abrindo a boca, eu digo tem alguém que reza de olhado aí? Tem [...] então venha me rezar, aí o pessoal fica meio assustado aí eu vou explicando [...] olhe: o olhado é o poder negativo do olho da pessoa, a psicologia explica muito bem isso, o olhado não é feitiço é um poder que a pessoa tem no olhar e algumas vezes esse poder pode ser negativo sobre a gente. ele causa um mal-estar é muito diferente, vou dar um exemplo. se você chega numa casa, pega uma senhora de idade ela diz: Deus te acompanhe! Deus te leve! Deus te guie! Você se sente protegido, aliviado, se você chega numa pessoa ahh! O diabo que te carregue, vai com o cão, aí você sai preocupado com isso, angustiado, né! É o poder da palavra, a palavra tem um poder muito grande e o olho também tem o poder penetrante muito grande nas pessoas [...] (SANTOS, José Oliveira, 2010).

Ainda num contexto conturbado do ponto de vista religioso, o fato de um padre se utilizar dos serviços de uma Rezadeira, acreditando na eficácia de suas práticas culturais, é algo significativo, pois nos possibilita visualizar a ação como o reconhecimento do poder curativo dessas mulheres envoltas num aspecto de religiosidade leiga e condenada por alguns segmentos das igrejas católicas mais tradicionais. O padre José, além de se valer da benzeção, ainda recomendava para as pessoas em que ele visualizava a mazela do mau olhado e tantas outras enfermidades, atestando, assim, a eficácia das palavras santas daquelas que as proferiam.

A descrição feita pelo padre referenciando o tido como olho gordo é significativa, sobretudo por ratificar uma assertiva frequente entre Rezadeiras e Rezadores: destacam que o nascimento do mau agouro, do mau olhado e das indisposições individuais tem sua gênese na cobiça das coisas alheias, ou seja, o que mais atrapalharia a vida e o desenvolvimento dos sujeitos seria o sentimento de inveja.

Nesse sentido, continuou o padre José a emitir sua opinião acerca do universo curativo das Rezadeiras:

Mas, eu achava interessante também, agora a oração sempre faz bem, onde estar o nome de Deus. O próprio Jesus [...] quando mandava os apóstolos ele dizia: os apóstolos teriam que por as mãos nos doentes e eles ficavam curados, a questão da fé, quem não tem fé, não tem oração que tenha sentido nenhum. Aliás, não tem nada sem sentido, eu gosto muito, eu respeito muito, essas manifestações de fé no Recôncavo, eu convivo a vida toda com elas, respeito, tenho meu ponto de vista como padre, no caso dessas Rezadeiras elas são ótimas, são excelentes e têm uma fé imensa, elas rezam realmente colocam o nome de Deus naquilo que fazem, eu acho uma maravilha isso, precisaria ser estudado, né! Naquela época alguém ter estudado, ter escrito alguma coisa porque tá passando, você não acha mais, a vó rezava de olhado, a filha entende um pouco, mas não sabe mais a neta nem tá aí! E essas coisas vão morrendo, essas coisas vão morrendo [...] (SANTOS, José Oliveira. 2010).

O depoimento tende a legitimar o envolvimento religioso das Rezadeiras que conseguem conduzir os indivíduos à cura através do conhecimento das ervas associado à fé, reconhecido pelo pároco José que vivenciou o contexto histórico do município. Responsável por celebrar missas na cidade, conseguia atender as necessidades espirituais e religiosas da sede municipal, bem como realizar celebrações na zona rural. O padre José foi enfático ao ressaltar os ares religiosos dessa região: ao conceder notoriedade às Rezadeiras, tende a atribuir respaldo à prática de cura dessas mulheres, que acabam sendo visibilizadas para além dos membros da comunidade. Demonstra preocupação em assegurar as práticas religiosas das Rezadeiras para a posterioridade, atentando para o descaso geracional para com esses elementos da tradição do Recôncavo.

Em vista dos aspectos sinalizados, nota-se que pensar Rezadeiras e Rezadores como indivíduos integrantes do Recôncavo permite refletir em torno de práticas culturais recorrentes nesse espaço territorial, um laboratório de experiências humanas. Devemos considerar que esses sujeitos são provenientes de um contexto mais amplo, no qual se estabelecem relações sociais e culturais, ou seja, o cotidiano é permeado, sobretudo, pela necessidade do trabalho. Rezadeiras e Rezadores não possuem exclusividade no ofício da benzeção, paralelamente a tais práticas culturais, destacam-se diversas atividades no dia a dia. Nesse sentido, pretendeu-se apresentar um panorama sociocultural desses sujeitos históricos, uma vez que ficou patente que não nasceram Rezadores e Rezadeiras, mas tornaram-se. As motivações que os levaram ao ofício de Rezadeiras/Rezadores poderão ser foco de novas indagações.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Alceu Maynard. **Medicina rústica**. 3 ed. São Paulo: Nacional, 1979.
- BÁRBARA, Reginilde Rodrigues Santana. **O caminho da autonomia na conquista da dignidade: sociabilidades e conflitos entre lavadeiras em Feira de Santana – Bahia (1929-1964)**. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2007.
- BURKE, Peter. **O mundo como teatro**. Lisboa: DIFEL, 1992.
- CONCEIÇÃO, Alaíze dos Santos Conceição. **“O Santo é quem nos vale, rapaz! Quem quiser acreditar, acredita!”: Práticas culturais e religiosas no âmbito das benzeções. Governador Mangabeira – Recôncavo Sul da Bahia (1950-1970)**. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2011.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2 ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- FONSECA, Angelita Gesteira. **Primórdios e Progressos de Governador Mangabeira**. Governador Mangabeira, [s.n]. 2000.
- FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. **A Tradição viva**. In: KI-ZERBO, Joseph (coord). História Geral da África. Metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ática, 1982. Vol.1.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, Marieta Moraes e AMADO, Janaina. **Usos e Abusos da História oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

LODY, Raul. **Santo também come**. 2 ed. Rio de Janeiro: Pallas, 1998.

MATOS, Maria Izilda de. **Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho**. Bauru – SP: EDUSC, 2002.

NORA, Pierre. Os lugares da memória: História e cultura. **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduação e do Departamento de História – PUC/SP. São Paulo: EDUC, n.10, 1994.

PARÉS, Luís Nicolau. **A formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia**. 2 ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

PINTO, L. A. Costa. Recôncavo: Laboratório de uma experiência humana. PINTO, L. A. Costa. Recôncavo: Laboratório de uma Experiência Humana. In BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador (BA): Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.

SANTANA, Charles D' Almeida. **Fatura e ventura camponesas: trabalho, cotidiano e migrações, Bahia 1950-1980**. São Paulo: Annablume, 1998.

SANTOS, Milton. A rede urbana do Recôncavo. In BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). **Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador (BA): Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. **Fazer Charutos: Uma Atividade Feminina**. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2001.

SILVA, Luis Carlos Borges da. **A Vila e o Coronel** – Poder local na vila de Cabeças. (1930-1962). Monografia de Especialização. UNEB, 2004.

THOMSON, Alistair. Recompondo memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. Ética e história oral. **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduação e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP. São Paulo: EDUC. n. 15, Abril/1997.

FONTES ORAIS

ALVES, José Pacheco. Apelido: Seu Zeca. 95 anos de idade. Lavrador aposentado. Ex- Rezador, natural do município de Governador Mangabeira, antiga Vila de Cabeças – zona rural. Atualmente reside no mesmo município. Data de nascimento: 31 de março de 1917. Entrevista em 11 de fevereiro de 2010.

CONCEIÇÃO, Aurelina dos Santos. Apelido Dona Preta. 72 anos de idade. Ex-trabalhadora dos armazéns de fumo aposentada. Natural do Município de Maracás, sertão da Bahia. Atualmente reside no Município de Governador Mangabeira. Data de nascimento: 13/03/1940. Entrevista em 06/08/2007.

FRATELES, Jovino Bispo. 107 anos de idade. Trabalhador rural aposentado. Rezador. Natural de Aldeia – zona rural do município de Governador Mangabeira, antiga Vila de Cabeças. Data de nascimento: 20 de março de 1905.

LEITE, Neci Santos. Apelido Profa. Neneu. 53 anos de idade. Professora primária em exercício da profissão. Nascida no Município de Cachoeira. Atualmente reside no município de Governador Mangabeira. Data de nascimento: 11/10/1958. Entrevista concedida em 11/05/2010.

MARQUES, Maria Margarida. Apelido Dona Maria. 101 anos de idade. Lavradora aposentada. Rezadeira. Natural da cidade de Lage, Recôncavo Sul da Bahia. Atualmente reside no Município de Governador Mangabeira. Data de nascimento: 15 de setembro de 1910.

NERIS, Celina de Jesus. Apelido Dona Celinha. 88 anos de idade. Charuteira aposentada. Rezadeira. Natural da cidade de Bonfim de Fei-

ra de Santana. Atualmente reside no Município de Governador Mangabeira. Data de nascimento: 15 de maio de 1923.

OLIVEIRA, Francisca Santos. Apelido Dona Neném. 78 anos de idade. Lavradora aposentada. Rezadeira. Natural de Laranjeiras, zona rural do Município de Governador Mangabeira, antiga Vila de Cabeças. Atualmente reside na cidade de Governador Mangabeira. Data de nascimento: 08 de fevereiro de 1934.

SANTANA, Maria de Lurdes. Apelido Dona Lurdes. 70 anos de idade. Lavradora, trabalhadora dos armazéns aposentada. Rezadeira, Natural do município de Cruz das Almas – zona rural. Atualmente reside na cidade de Governador Mangabeira. Data de nascimento: 26 de março de 1942.

SANTOS, José Oliveira. Apelido: Padre José. 64 anos de idade. Padre em exercício da profissão. Natural do município de Miguel Calmon – Bahia. Atualmente reside no município de Muritiba. Data de nascimento: 21 de fevereiro de 1947.

SANTOS, Malaquias dos. Apelido: Seu Dórico. 62 anos de idade. Lavrador aposentado, Rezador. Natural do município de Governador Mangabeira, antiga Vila de Cabeças – zona rural. Atualmente reside no mesmo município. Data de nascimento: 14 de dezembro de 1949. Entrevista em 11 de fevereiro de 2010.

SILVA, Maria Custódia Cerqueira da. Apelido Dona Teka. 77 anos de idade. Lavradora aposentada. Rezadeira. Natural de Queimadas, zona rural do Município de Governador Mangabeira, antiga Vila de Cabeças. Atualmente reside na cidade de Governador Mangabeira. Data de nascimento: 24 de julho de 1934.

FONTES IMPRESSAS

JORNAL FOLHA DO NORTE. Ano 53. 1962. **Chacina que deu nome a uma localidade.** Disponível no Museu Casa do Sertão. Universidade Estadual de Feira de Santana – Bahia.

REZAS, CRENÇAS E SABERES DE PRÁTICAS DE CURAS EM LAGOA DA ROSA – GOVERNADOR MANGABEIRA – RECÔNCAVO SUL DA BAHIA (1950-2011)

Érica de Oliveira Santos*

Esta pesquisa tem como pano de fundo investigar através das práticas culturais as rezadeiras da localidade de Lagoa da Rosa, apresentando suas tradições, crenças e saberes acerca deste imbricamento cultural da região do Recôncavo Sul da Bahia, enfatizando a sua importância na região em que residem. O estudo utilizou, como fonte privilegiada, dos depoimentos de mulheres rezadeiras nascidas e criadas nesta região e que aprenderam este ofício com seus antepassados, além de algumas moradoras que foram curadas de suas enfermidades através das rezas. Destarte, optamos por fazer um estudo de caso com a comunidade de Lagoa da Rosa que ainda é representada por rezadeiras que se encontram em pleno exercício da prática. Sendo esta uma região em que se concentra uma quantidade significativa de Rezadeiras e pela história de crenças dos seus moradores em relação à cura de suas enfermidades através das rezas. Nesta perspectiva, foi possível coletarmos os dados que nos permitiram acessar sentidos e significados que julgamos capazes de contribuir com a formação humana numa perspectiva que vai além do capital.

Palavras-chave: Rezas. Crenças. Religiosidade Popular.

This research wants to describe and study the prayers culture practices in Lagoa Seca location, trough their tradictions, faith, and knowns, showing their traditions, beliefs and knowledges about this, cultural weaving from Bahia's south reconcavo. The study used a primary source testimonies of women mourners born and bred in this region and have learned this craft from his ancestors, and some residents who were healed of their diseases through prayers. Thus, we decided to do a case study with the community of Lake of the Rose, as a region that concentrates a significant

* Licenciada em Biologia, Especialista em Gestão Ambiental e História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena pela Faculdade Maria Milza; professora do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Governador Mangabeira e do Ensino Médio da Rede Municipal de Cruz das Almas; erica.kika@hotmail.com.br

amount of mourners, and the very strong belief by the residents of curing their diseases, through the prayers. In this perspective it was possible to collect data that allowed us to access meanings that we believe can contribute to human development perspective that goes beyond the capital.

Keywords: Prayings. Beliefs. Popular Religiosity.

INTRODUÇÃO

As Rezadeiras exercem um papel social de fundamental importância em Lagoa da Rosa¹ – povoado localizado na zona rural do município de Governador Mangabeira. Nesta localidade existe uma crença grande da cura através das rezas e, por não haver nenhum posto de saúde, os moradores antes de buscarem ajuda médica no centro de Governador Mangabeira ou qualquer outro lugar, vão até a casa de alguma rezadeira para ouvirem seu parecer e em seguida seguem viagem².

Pode-se perceber que ao longo dos últimos anos diminuiu bastante o número de rezadeiras nesta localidade. Porém, vale a pena ressaltar que a permanência de práticas de rezas e curas empreendidas pelas rezadeiras no cotidiano da religiosidade popular estão interligadas às esferas sociais e culturais em Lagoa da Rosa. Através de entrevistas com algumas rezadeiras e pessoas que foram curadas através das benzeções, foi possível perceber como as mesmas desenvolvem este importante papel social. Com base na história oral vislumbramos elementos da oralidade assim como da memória visibilizando assim a historicidade em que as mesmas estão inseridas e se configuram como sujeitas sociais.

As práticas de curandeirismo sempre foram muito importantes aqui no Brasil devido ao modo de vida de seus habitantes desde o período de colonização, onde se buscava não só a cura do corpo, mas tam-

¹ O nome desta localidade se deu em homenagem a uma lagoa onde a sua dona se chamava Rosa, e as pessoas deste lugar tinham dificuldade para adquirir água, lavar roupas, e para o consumo dos animais, no entanto Rosa não autorizava ninguém a entrar em suas terras para pegar água e ficava praticamente dia e noite vigiando a sua lagoa, daí os moradores resolveram homenagear a lagoa com este nome.

² A comunidade procura as rezadeiras independente de dia e hora, pois, as mesmas a recebe a qualquer momento.

bém do espírito, pois, o corpo poderia ser invadido tanto por doenças quanto por feitiços. No artigo 158 do Código Penal de 1890, que tratava do crime contra a saúde pública, a prática de cura vinculada aos saberes mágicos ancestrais afro-religiosos era criminalizada.

Nesta pesquisa, busca-se explicitar os saberes populares acerca de práticas de benzedadeiras, rezadeiras que foram passados de geração para geração, e que mesmo nos dias atuais com os recursos da medicina estes ainda são utilizados por algumas pessoas principalmente as de classe baixa.

Os portugueses trouxeram da Europa suas crenças e tentaram implantá-la em terras brasileiras tanto com os nativos que aqui já residiam, como com os africanos que vieram trabalhar forçadamente. Sabemos que houve resistência não só por parte dos indígenas quanto dos africanos, pois, até então, eles já tinham as suas concepções.

As visões deturpadas das crenças indígenas e africanas perderam até os dias atuais, devido à boa parte da população brasileira "dizer-se cristã" e condenar qualquer outra prática que não esteja conjugando com as do cristianismo. Porém, as tradições culturais herdadas pelos indígenas e africanos ainda estão muito presente no cotidiano dos moradores de Lagoa da Rosa. A heterogeneidade das crenças de distintos povos, faz com que haja diferentes práticas de cura e o que define esta questão é justamente o meio em que as pessoas estão inseridas, crenças, valores, condições financeiras e, neste caso em especial, as tradições tornam-se elementos que dão especificidades e assinalam um importante papel social das Rezadeiras de Lagoa da Rosa.

As Rezadeiras demonstraram uma grande afeição à figura dos santos, fazendo questão de demonstrar de forma prática sua eficácia e revelaram possíveis intervenções que determinados santos puderam fazer em suas vidas. (CONCEIÇÃO, 2008, p.3).

Mesmo fazendo parte da igreja católica, os ensinamentos adquiridos com seus antepassados e em práticas cotidianas não impedem que as mesmas tenham crenças independentes das exercidas na igreja católica. As ervas são muito utilizadas nas rezas, tanto no momento em

que as pessoas estão sendo bantas, quanto para a produção dos chás e banhos para "remediar" as pessoas que vão à procura de um alento.

Desta maneira, na pós-modernidade admite-se a existência de devoções nas quais se entende uma mistura de características religiosas. Assim, a pluralidade é a base para a composição de uma teia ativa de afinidades entre os seres humanos e suas ligações com o sagrado e o profano.

REZAS COMO PRÁTICA DE CURA

As Rezadeiras no âmbito do Recôncavo Sul da Bahia são pessoas muito importantes, principalmente nas localidades em que não há ainda um posto médico ou em que não se tenha transporte de fácil acesso, elas se tornam indispensáveis quando algumas pessoas estão com dores no corpo, cefaléia, torções, entre outras doenças espirituais considerando que são pessoas com dificuldades financeiras.

E, sob o viés antropológico, abordar as "referências culturais" significa "dirigir o olhar para representações que configuram uma 'identidade' da região para seus habitantes" (FONSECA, 2000, p. 14). Cada comunidade possui suas práticas culturais, o que as distingue de outras, neste contexto elementos locais agregam valores aos seus habitantes.

A fala de Dona Paulina³ que viu sua filha ser acometida de uma doença e ser curada através da benzeção deixa evidente como as práticas culturais do catolicismo popular e as rezas são bastante frequente em Lagoa da Rosa.

Eu saí e quando cheguei a minha sogra ficou com ela, aí minha sogra disse assim: ô Paulina, Jaqueline tá vomitando e tá com o corpo mole, e tá assim carregando no colo dela hoje, e agora tenho que procurar um carro pra levar ela pro médico, eu falei assim eu vou lá em Dona Martinha que era uma senhora que morava lá em baixo (...) aí minha filha quando eu fui lá em Dona Martinha busquei ela pra poder rezar a menina, aí rezô, como foi daqui a pouco a menina já tava esperta, brincando, parou de vomitar e tudo foi assim... (ROCHA, Paulina da Rocha Batista da. 2001).

A presença das Rezadeiras nesta comunidade é vista com grande respeito e inspira muita confiabilidade por parte de quem as procura. A relação cotidiana dos moradores de Lagoa da Rosa com as rezadeiras é bastante visível valorizando assim a cada dia mais a história local e regional, além de preservar uma memória coletiva de suma importância para a historiografia local.

O aprendizado é muito importante ao ser humano. Deus, os santos, caboclos e orixás são os responsáveis pelos dons. Entretanto, cabe a cada pessoa aperfeiçoá-lo e colocá-lo em prática. Partindo dessa premissa é importante salientar que as Rezadeiras são fruto de saberes que são passados por seus ancestrais e que em todas as épocas e civilizações estes têm sofrido repreensão por parte da sociedade. Pois, muitas pessoas não compreendem estas práticas culturais e as confundem com magia ou feitiçaria.

As Rezadeiras sempre tiveram papel muito importante junto às populações mais carentes, pois esses, sem acesso a medicina tradicional, recorriam aos chás, garrafadas e ritos na busca da cura. A elas cabe a importante tarefa de curar os males do corpo e do espírito. As rezas, os banhos, os chás fazem parte do arsenal que elas utilizam para realizar sua missão (SILVA, 2009, p.11).

Mesmo tendo Posto de Saúde no município de Governador Mangabeira e cidades vizinhas, por conta de atendimento precário, remédios caros e por estar intrínseco na população, as pessoas vão em busca dos préstimos das Rezadeiras, que atendem geralmente a todos sem restrições.

As práticas de curas com plantas medicinais existem desde o período dos homens primitivos que habitaram as cavernas. Nos livros históricos do povo judeu, tanto do Velho como do Novo Testamento, referem-se a casos de "profissionais" do curandeirismo.

Diferentes crenças, ritos e saberes atrelados a exercícios de cura são praticados por pessoas pertencentes às variadas camadas sociais da região. As mais variadas práticas de cura são mediante heranças de negros e mestiços e que fazem parte do cotidiano do Recôncavo baiano. Os estudos de Laura de Mello e Souza (1986:168) apontam a presença

de "curandeiros que curavam doenças, curandeiros que curavam feitiços e promotores de feitiços (feiticeiros propriamente ditos)". Entretanto, os curandeiros podem ao mesmo tempo curar ou até praticar feitiçarias dependendo da pessoa que faça.

No entanto, as práticas das rezadeiras têm sido utilizadas ao longo dos anos como uma forma de acalantar uma enfermidade bem diferente do curandeirismo. Muitas pessoas depois de algumas sessões de rezas, já dispensam o médico. Neste contexto é muito interessante ressaltar a importância da fé e da cura, pois só a reza não basta.

A religiosidade sempre foi um campo muito vasto para estudos, principalmente no que tange a um imaginário de valorização de inúmeras matrizes religiosas. E neste sentido "o Brasil", mais precisamente a "Bahia", tem uma heterogeneidade religiosa muito ampla. O saber popular pode ser analisado sobre diversos aspectos, a história do cotidiano é um espaço para intervenções, e é consubstanciada a "dupla pertença religiosa" que permeia uma sociedade fortemente marcada por um pluralismo que se acentua a cada dia mais na variedade das formas. Muitas pessoas estão inseridas no contexto desta dupla pertença, onde há uma construção de uma visão religiosa com elementos de diversas genealogias.

As benzeções certamente não existiriam caso não possuíssem um vínculo explícito com a religiosidade. As súplicas aos santos, guias e orixás protetores são recorrentes nessas práticas culturais, contribuindo, assim, para que a cura seja alcançada. Nesse sentido, o cotidiano vivenciado pelas Rezadeiras e Rezadores está associado à presença significativa de signos que expressam sua fé. Terços, figas, imagens de santos, caboclos e orixás denunciam o apego às entidades religiosas capazes de proteger e restabelecer o equilíbrio necessário à labuta diária. (CONCEIÇÃO, 2011, p. 74)

As rezadeiras possuem suas devoções e justamente suas promessas e apego aos santos ou entidades as tornam pessoas com o dom de "curar" através de suas invocações a seres superiores. As pessoas que as procuram estão em busca de sanar males e doenças, devido à dificuldade de serviços de saúde na localidade em que residem, e mesmo quando vão ao médico em muitos casos ainda recorrem às rezas e benzeções, por uma questão cultural, além da fé. Todas as rezado-

ras pesquisadas se autodenominam católicas que frequentam a igreja e possuem predileções a determinados santos. Ao falar de suas relações com os santos, Dona Martinha (Depoimento, 2011), diz: "Ora... eu tenho fé ni tudo... gente reza e oferece aquele santo que tem fé... Bom Jesus da Lapa, Santa Bárbara", esta fala deixa claro que a sua reza tem intervenção divina, com os santos de sua devoção.

Ao que parece a permeabilidade que os santos possuem na vida de Rezadeiras e Rezadores permite pensar que os mesmos tendem a mediar todas e quaisquer situações da vida, seja no caso de uma súplica em favor de um enfermo e/ou agradecimento pela conquista material e imaterial (CONCEIÇÃO, 2011, pp. 77-78).

As rezas e benzeções têm um pouco da cultura do Catolicismo, do afro, dos indígenas (conhecimento sobre rezas e suas funcionalidades). Cada reza tem uma erva específica, pois cada enfermidade é curada de uma maneira. Por exemplo, a iniciação de Dona Isabel às benzeções surgiu de forma espontânea como a mesma relata:

As vês assim o netinho ficava doente... eu rezava de olhado, a reza de impingir, a reza de cobreiro, eu tinha assim uns trinta ano, minha vó rezava, os mais velhos rezavam, meus tios era rezador, minha vó rezava, minha avó era parteira e isso daqui, daquilo outro (...) (SANTOS, Isabel Rocha dos. 2011).

As rezas como práticas de cura surgiram no cotidiano das Rezadeiras pesquisadas desde a sua infância, aprenderam com os familiares, vizinhos, para dar continuidade a esta tão importante tradição cultural e permanecem até os dias atuais. As Rezadeiras começaram este ofício sem pretensão e com o passar do tempo tornaram-se pessoas indispensáveis no contexto local.

AS REZADEIRAS E SUAS RELAÇÕES CULTURAIS

As pessoas doentes dependendo de suas condições sociais e suas crenças podem escolher entre uma rezadeira ou um médico. Esta decisão vai ocorrer consubstanciada na sua condição financeira, nas condições de vida, na distância entre sua casa e o centro médico mais

próximo. Um conjunto de fatores pode intervir na decisão das pessoas que estão em busca de uma cura para sua enfermidade. Ou até mesmo quem sabe o indivíduo que está acometido de alguma doença, além de ir a uma rezadeira também busca auxílio médico.

A professora Maricélia é muito temente a Deus e acredita que a interferência divina através da reza é mais valiosa do que a indicação médica.

(...) foram sete rezas, todos os dias seguidos eu tinha que rezar e graças a Deus eu (...) eu não sei como é que reza, não sei, eu sei que eu fui curada, acredito que fui curada através destas rezas, quem rezava era minha mãe mesmo. Quando eu fui atendida o médico me disse que teria sido o vento que tinha passado né, daí ele só não me disse pra não cuidar em casa porque seria até anti-ético da parte dele né, que eu fui procurá-lo, passou medicamento aí eu não tomei aí mãe como ela acredita muito, aí mãe começou a me rezar, aí muitas pessoas falaram que eu tinha dado derrame por isso que eu procurei um médico, porque o pessoal pensou que tinha sido derrame, mais não foi, foi uma paralisia facial que eu tive e os músculos adormecem, só que pra gente é o vento que passa e realmente foi o vento passou e eu fiquei (...) (SANTOS, Maricélia Rocha dos. 2011).

Em conversas com Dona Martinha ela falou-me que: "Quando as pessoas estão doentes de "passagem", que é uma doença muito forte, conhecida como doença do tempo, ou derrame, precisa rezar antes de ir pro médico". Um exemplo de reza de passagem citada por Dona Isabel:

Doença do vento / do valente / crescente / poente / vaporado / marinado / custipado / como eu rezo doença do tempo? / Jesus, José e Maria / Ô dos 7 / Ô dos 14 / Ô dos 21 / Assim como rezo doença do tempo / Vaporado / Marinado / Custipado / Pras ondas do mar sem fim / Tu há de ser retirado / Com o poder de Deus e da Virgem Maria (SANTOS, Isabel Rocha dos, 2011).

Cada reza possui um ritual, de acordo com a tradição. Algumas são necessárias repetir, outras não. E as folhas utilizadas são de acordo

com a reza realizada. Conforme a tradição a reza da passagem faz-se necessário fazer antes de ir ao médico, porque se a pessoa receber injeção antes de rezar a doença demorará de sair do corpo da pessoa. O ritual deve ser feito das 8 às 17 horas, excetuando o horário de 12 horas (meio-dia), pois este horário acredita-se que não é propício para realização de rezas, já que é momento em que o perigo está solto.

(...) cura alternativa, não significa considerar que esta prática fosse autônoma, dissociada das relações culturais entre dominados e dominantes. Quero informar que as práticas de cura, diferentes da medicina erudita, de um modo geral, se constituíram em alternativa tanto para membros que faziam parte das camadas pobres, quanto das elites. É lógico que a procura de tais práticas iria depender, sobretudo da sistema cultural compartilhado pelas pessoas – enfim, da crença que os doentes tinham nos procedimentos distintos daqueles exercidos pelos profissionais da saúde pública ou privada (SANTOS, 2005).

As práticas de cura não precisam necessariamente ser dissociadas das práticas medicinais, elas podem caminhar juntas. A fala da professora Maricélia Rocha Pires deixa claro que a reza e a medicina podem andar juntas, podemos perceber através de seu depoimento sua crença, pois, a mesma acredita ter sido curada depois de várias sessões de rezas.

A gente vem de uma família que acredita nas coisas né, então minha mãe me rezou da passagem do vento né, e aí todos os dias de tarde quando chegava do trabalho (...) antes do por do sol, fazia a reza, e aí o medicamento do médico disse que eu ficaria boa com mais ou menos uns trinta dias, só que a gente não ficou só no medicamento do médico, a gente fez remédio caseiro, e aí o tempo passou e eu fiquei na expectativa de levar uns trinta dias realmente com aquele sintoma, só que devido eu acredito, como minha família acredita que devido às rezas eu fui curada (...) (SANTOS, Maricélia Rocha dos. 2011).

No século XX as práticas de curandeirismo foram perseguidas e tidas pela lei como feitiçaria. Muitos líderes religiosos usaram de forma

irresponsável os dons espirituais e em particular o dom de cura, utilizando-os de maneira inadequada para ganhar dinheiro. E dessa forma, em tese, cometeram uma prática típica no artigo 284 do nosso Código Penal descrita como sendo crime de curandeirismo (Capítulo III "Dos Crimes Contra a Saúde Pública"). Senão, vejamos:

Art. 284 – Exercer o curandeirismo:

I – [...];

II – usando gestos, palavras ou qualquer outro meio;

III – [...];

Pena – detenção, de seis meses a dois anos.

Parágrafo único – Se o crime é praticado mediante remuneração o agente fica também sujeito à multa.

O crime de curandeirismo era visto como uma prática ilícita na qual o agente realiza procedimentos mágicos e coloca em risco a saúde das pessoas em geral utilizando: gestos, palavras ou qualquer outro meio. Por isso esta prática deve ser feita com bastante conhecimento e responsabilidade.

De acordo com Thompson:

(...) uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos (THOMPSON, 1999, p. 35).

O artigo 158 do Código Penal, exigia a proibição de "ministrar ou simplesmente prescrever, como meio curativo interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substâncias de qualquer dos reinos da natureza, fazendo ou exercendo assim o ofício denominado de curandeiro".

Além do artigo 158 mencionado acima, o artigo 156 proibia "a prática ilegal da medicina, arte dentária e farmácia". Já o artigo 157 proibia "praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar talismãs e cartomancias, para despertar sentimentos de ódio e amor, inculcar curas de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública".

Como podemos perceber, o Código Penal republicano atinge tanto o curandeirismo que se utiliza de plantas e ervas para obter a cura, quanto às práticas mágicas, espíritas e supersticiosas.

Algumas pessoas acreditam no poder da cura através das plantas medicinais, no entanto outras possuem preconceitos, medo, que estão estritamente ligados ao seu modo de vida e a suas crenças que vêm sendo trabalhados ao longo de gerações.

FOLHAS, RAÍZES, BENZIMENTOS E ORAÇÕES EM LAGOA DA ROSA

O tratamento à base de plantas já existe há muitos anos, pois o conhecimento em fitoterapia foi passado por africanos e mestiços ao longo das gerações. Desde 1977, a Organização Mundial de Saúde passou a encorajar estudos em torno da eficácia terapêutica de plantas medicinais, tradicionalmente empregadas por povos de diversas partes do mundo no auxílio da cura de doenças do corpo.

Eu acredito muito no poder das rezas, mas pelo fato da gente ter uma responsabilidade, não que eu não tenha responsabilidade com minha vida, mais pelo fato de eu ta gerando uma outra vida dentro de mim, eu achei melhor pra não mim prejudicar. Mais, se eu tivesse como eu estou hoje, como quando eu sinto uma dor de cabeça, alguma coisa assim, eu não me apego muito a medicamento, eu acredito que as rezas, os chás têm o poder da cura. (SANTOS, Maricélia Rocha dos. 2011)

O depoimento da professora Maricélia explicita a sua confiança, sua crença no poder da cura pelas rezas. Procurar obter curas por meios sobrenaturais aproximava, pois, esta terapêutica popular da feitiçaria. Curavam-se doenças, insolações, incômodos como dores de dentes, mas também se curavam feitiços.

[...] o curandeiro tinha função paradoxal: identificado ao feitiçeiro, era frequentemente chamado para desfazer feitiços. Como consequência, sua ação podia ser ambivalente: em Minas, um negro feitiçeiro era capaz de curar e, ao mesmo tempo, rezar umas pala-

bras que deixavam a pessoa tolhida e inapta ao trabalho (SOUZA, 1986, p. 167).

A iniciação à reza se dá por conta da vontade própria das pessoas, é preciso acreditar neste ofício. Em Lagoa da Rosa as práticas da reza já fazem parte do cotidiano, no entanto, a geração atual só recebe os benzimentos, mas ainda não atentou para a necessidade de dar continuidade a esta importante tradição. Apesar de ainda haver um número bastante significativo de Rezadeiras, as novas gerações não se interessaram em aprender este importante ofício e dar continuidade a esta extraordinária prática popular.

Como eu tinha te falado antes, eu trabalhava, aí eu peguei uma carona, eu não tinha percebido, quando eu peguei um picolé pra chupar eu percebi que minha boca tava torta e aí eu não sentia sensação nenhuma na parte da língua, aí eu me olhei no espelho e vi que tava com o rosto todo torto, o olho, afetou o olho também, ficou torto também, tanto que um olho meu é mais aberto que o outro (...) aí eu cheguei em casa e falei com mãe, aí mãe me disse que seria o vento que teria passado, aí como eu estava grávida não podia ficar em casa, aí procurei o médico porque eu fiquei com medo de ter alguma coisa com o bebê, aí eu fui ao médico e o médico me disse que eu tinha tido paralisia facial (...) que era conhecido também que o vento tinha passado, que isso acontecia muito no Sul que era frio mais que aqui também acontecia (SANTOS, Maricélia Rocha dos. 2011).

O depoimento de Maricélia Rocha dos Santos Pires deixa claro como a crença no poder da reza é muito presente em Lagoa da Rosa. As pessoas desta localidade veem na mesma uma possibilidade muito grande de cura. Caso não obtenha resultado através da reza é que estas procuram um serviço médico.

As pessoas do Recôncavo Sul da Bahia tem uma crença grandiosa no aspecto das rezas, benzimentos e oração. As rezadeiras, benzedoras que cultivam a tradição de passar ao longo das gerações o seu conhecimento, sua fé, crença e sabedoria são sujeitas históricas que frequentam a igreja católica, possuem sua devoção em alguns santos.

As pessoas curadas através das rezas acreditam nas intervenções divinas, como se pode observar neste depoimento da professora Maricélia, que foi curada de uma enfermidade através da reza.

(...) eu tive mais esperança ainda porque o médico me falou que eu ficaria boa com trinta dias, era o prazo pra eu ficar, só que fiquei antes, eu acredito que por intervenção das rezas (...) não, não levou quinze dias não, menos de quinze dias, aí eu fiquei com, a boca era torta, o olho também, eu não sentia o paladar, eu não sentia, era como se a língua ficasse grossa, eu não conseguia fixar nada na boca, era como se eu não tivesse força, era como se ficasse tudo adormecido (...) (SANTOS, Maricélia Rocha dos. 2011)

A variedade de reza é grande e para cada uma há um benzimento diferente. É um ritual para cada tipo de mal que for rezado. E depois, de cada benzeção a erva deve ser jogada fora, na direção em que o sol se põe. Um exemplo de reza de olhado que foi citada por Dona Isabel¹².

Olhado quebrante / Com dois te botaram / Com três eu te tiro / Em nome do Pai, do Filho e Espírito Santo / Amém / Eu te rezo olhado / Que no dia do teu batizado / Teve Ave Maria, Santa Maria / Que olhado em teu corpo / Que nada em teu corpo entre / As palavras de Deus / Retire esse olhado do teu corpo / Com os poderes de Deus e da Virgem Maria / Amém (SANTOS, Isabel Rocha dos. 2011).

Para a realização desta reza faz-se necessário utilizar vassourinha, pinhão e folha de andu. Neste ritual usam-se cinco galhos. Se murchar dois para baixo é olhado de mulher, e três pra cima é olhado de homem. Todas as rezas no final deve-se rezar o Pai Nosso e a Ave Maria, além de pedir intercessão para o santo que a pessoa tiver maior devoção.

Há uma variedade de rezas, cada rezadeira tem uma lista de rezas e recomendações para os vários tipos de males. Segundo as mesmas a reza de olhado é uma das mais realizadas, pois, constantemente aparecem pessoas queixando-se de cansaço físico, indisposição, que

se acredita ter sido vítima do mau-olhado de pessoas invejosas e que torcem para que seu semelhante não tenha sucesso em sua vida pessoal. Durante a reza é pedido que o olhado quebrante seja tirado em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Os dois olhos que colocaram olhado na pessoa são retirados, através da Santíssima Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo. A reza surge neste momento como uma carga de energia positiva, onde as palavras das rezadeiras, a benção com os cinco ramos e a evocação dos "santos" são um fator preponderante para afastar o mau-olhado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da história sob a perspectiva do cotidiano, valorizando pessoas simples que dentro de sua comunidade exercem um importante papel social, precisa ser mais discutida e enfatizada pelos pesquisadores. A compreensão a partir do campo religioso, enfatizando a presença feminina em um contexto que sempre foi predominantemente masculino, dinamiza assim a socialização de poderes e de saberes e necessita ser mais discutido.

As benzeções não visam lucro, quem as faz deve ser por opção e caridade. Quando as Rezadeiras ensinam seu ofício a quem vai dar continuidade a esta importante tradição cultural, elas deixam claro questões básicas como: os tipos de ervas que podem ser usadas, horário para rezar, aonde jogar as folhas que foram utilizadas durante o rito, de que maneira se reza (alto ou baixo). Todos os detalhes são revelados para os seus sucessores. É perceptível o valor dado a estas "mulheres" na localidade de Lagoa da Rosa, no entanto, vale a pena ressaltar que com o passar dos anos tem diminuído muito o número de pessoas que se habilitam a ser Rezadeiras, embora seja uma tradição local de grande valor, as novas gerações usufruem deste ritual e, no entanto, não têm interesse em aprender para dar continuidade.

Através deste trabalho pretendemos deixar registrada a importância que as rezadeiras têm para a comunidade de Lagoa da Rosa e como as mesmas são elementos sociais de importância no contexto local em que estão inseridas.

Os depoimentos orais aqui registrados foram realizados com moradores da própria comunidade, de forma que foi respeitada a reprodução

das falas das depoentes de maneira fidedigna, pois, trata-se de pessoas simples, que não deixam de ser importantes para a promoção das práticas culturais que herdaram de seus ancestrais. Ressaltando que todo o trabalho realizado pelas Rezadeiras é de forma voluntária e que estas têm uma vida "normal" com seus afazeres domésticos, são lavradoras e entre uma atividade e outra encontram tempo para dedicar-se às "rezas".

Devendo assim ficar claro que as Rezadeiras devem ser mais respeitadas por conta de seu importante papel social. A conservação de sua memória não está somente nos ritos, também no lugar em que cada uma vive. Durante a entrevista pudemos observar que as folhas utilizadas para as rezas são retiradas do próprio quintal, o que caracteriza um espaço de preservação ambiental assim como um espaço aonde as mesmas cultivam as ervas que são utilizadas nos rituais de reza.

Neste contexto multicultural, cheio de diversidades a serviço do bem-estar coletivo e de uma maior valorização das identidades culturais locais, encontram-se caminhos possíveis para o desenvolvimento comunitário contemporâneo.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Júlio. **Na gamela do feitiço: Repressão e resistência nos Candomblés da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 1995.

CARVALHO, Antônio Carlos Duarte de. **Curandeiros e medicina: práticas populares e políticas estatais de saúde em São Paulo nas décadas de 30, 40 e 50**. Dissertação de Mestrado. São Paulo. Universidade Estadual Paulista, 1995.

CONCEIÇÃO, Alaíze dos Santos. **"Em Cosme e Damião eu posso confiar"** – Representações do catolicismo popular no cotidiano das rezadeiras Governador Mangabeira – Recôncavo Sul da Bahia (1950-1970). IV Encontro Estadual de História - Anpuh-ba - História: sujeitos, saberes e práticas. 2008.

_____. **"O Santo é quem nos vale, rapaz! Quem quiser acreditar, acredita!"**: Práticas culturais e religiosas no âmbito das benzeções. Governador Mangabeira – Recôncavo Sul da Bahia (1950-1970) 127 f.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. "A Benzedura..." In OLIVEIRA, Elza Rizzo. **O que é benzeção**. 2 ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.

CORRÊA, Anderson Domingues. et ali. Plantas Medicinais. In MATOS, F. J. de Abreu. Plantas da Medicina popular do Nordeste. **Revista Ágora**, Vitória, n.9, 2009, p. 4-24.

FONSECA, Maria Cecília L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: ed. UFRJ; MINC/IPHAN, 1997.

OLIVEIRA, Elda Rizzo de. **O que é Benzeção**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SANTOS, Denilson Lessa dos. **Nas encruzilhadas da cura**. Crenças, saberes e diferentes práticas curativas. Santo Antônio de Jesus. Recôncavo Sul. Bahia (1940 -1980). 2005. 260 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SILVA, Claudia Santos da. Rezadeiras: Guardiãs da Memória. **V ENECULT**. Quinto Encontro de Estudos Multidisciplinares em Culturas. UFBA: Salvador, 2009.

SOUZA, Edinéia Maria Oliveira. **Memórias e Tradições**: viveres de trabalhadores rurais do município de Dom Macedo Costa - Bahia (1930-1960). Dissertação de Mestrado Interinstitucional em História Social. São Paulo. 1999.

_____. **Curar, rezar e partejar**: cultura e poder no Recôncavo Sul da Bahia. In: Coleção de Ideias - Núcleo de Pesquisa e Extensão da UNEB - Campus V, vol. 1, Santo Antonio de Jesus/BA, 2003.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum; Estudo sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo. Companhia das Letras, 1999.

FONTES ORAIS

ROCHA, Renato Caldas da. 63 anos e idade. Lavrador aposentado. Natural de Lagoa da Rosa, Zona rural do Município de Governador Mangabeira. Entrevista em 10 de setembro de 2011.

ROCHA, Martinha da. Apelido dona Martinha. 65 anos de idade. Lavradora aposentada. Rezadeira Natural de Lagoa da Rosa, zona rural do Município de Governador Mangabeira. Reside em Lagoa da Rosa. Data de nascimento: 20 de dezembro de 1946. Entrevista em 09 de setembro de 2011.

ROCHA, Paulina da Rocha Batista da. 40 anos de idade. Auxiliar de Serviços Gerais da Escola Manoel Nascimento Machado. Natural de Lagoa da Rosa, zona rural do Município de Governador Mangabeira. Reside na localidade de Lagoa da Rosa. Entrevista dia 06 de outubro de 2011.

SANTOS, Isabel Rocha dos. Dona Isabel. 71 anos de idade. Lavradora aposentada. Rezadeira. Natural de Lagoa da Rosa, zona rural do Município de Governador Mangabeira. Reside em Lagoa da Rosa. Data de nascimento: 02 de setembro de 1940. Entrevista em 09 de setembro de 2011.

SANTOS, Maricélia Rocha dos. Apelido Céu. 30 anos. Gestora escolar. Foi curada através de rezas. Natural de Lagoa da Rosa, zona rural do Município de Governador Mangabeira. Reside em Lagoa da Rosa. Data de nascimento: 07 de março de 1981. Entrevista em 03 de outubro de 2011.

A TRADIÇÃO POPULAR DAS REZADEIRAS NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR MANGABEIRA – BA (1962 – 1987)

Elizete Machado da Silva*

O presente artigo resulta de um estudo relacionado à Tradição Popular das Rezadeiras no município de Governador Mangabeira, entre os anos de 1962 a 1987, período intermediário a emancipação da cidade e a construção do primeiro Centro Médico, buscando enfatizar os saberes e tradições que cercam o ofício dessas mulheres a partir de suas representações e simbolismo na sociedade em que elas estavam inseridas. Para tanto, o entendimento das diversas práticas por elas construídas é percebido no seu cotidiano, elucidando o significado que cada reza possuía, bem como a confiança social por elas adquirida no sentido de livrar as pessoas de determinadas enfermidades. Associada a essa abordagem teórica, teve-se a história oral como fundamento metodológico, aplicando diversas entrevistas com Rezadeiras que proporcionaram a elaboração de variadas interpretações, principalmente em perceber o valor sociocultural que essas senhoras possuíam no período histórico estudado. Assim, o estudo permite afirmar que com o surgimento de unidades de saúde no município as Rezadeiras tornaram-se bem menos requisitadas pela população local, bem como, visualizar o significado histórico das práticas das Rezadeiras como algo relevante para uma população, nesse caso os moradores do município de Governador Mangabeira, proporcionando a elas serem ouvidas e suas falas compreendidas a partir de uma noção historiográfica dinâmica e plural, capaz de tornar evidentes sonhos, emoções, símbolos e representações.

Palavras-chave: Rezadeiras. Cotidiano e Simbolismo.

This paper results from a study related to the Popular Tradition Mourners at Governador Mangabeira, between the years 1962 to 1987, the intervening period the emancipation of the city and the construction of the first

* Licenciada em História pela FAMAM – Faculdade Maria Milza, professora do Centro Educacional Professor Agnaldo Viana Pereira – Governador Mangabeira, e-mail: zeti-ms@yahoo.com.br

Medical Center, seeking to emphasize the knowledge and traditions that surround the office of the women from their symbolic representations and the society in which they were inserted. Thus, the understanding of the various practices which they built, is perceived in everyday life, explaining the meaning each had prayed, and social trust gained by them in order to free people from certain diseases. Associated with this theoretical approach, there was the oral history as a methodological basis, applying various interviews with mourners who provided the preparation of various interpretations, especially in understanding the socio-cultural value that these ladies had in the historical period studied. Thus, the study allows us to state that with the emergence of health facilities in the city the mourners became much less required by the local population, as well as view the historical significance of the practices of mourners as something relevant to a population, in which case the residents the city of Governador Mangabeira, provided to them to be heard and understood his lines from a dynamic and pluralistic notion of historiography, able to make clear dreams, emotions, symbols and representations.

Keywords – Mourners. Daily. Symbolism.

INTRODUÇÃO

Realizar um estudo acerca da tradição popular das rezadeiras do Município de Governador Mangabeira sempre foi algo que desejei ao ingressar na academia, pois a minha história de vida tem relações com saberes e práticas construídos por essas mulheres, em razão de que, por diversas vezes, minha mãe procurava através das rezas a cura para algumas enfermidades que eu e meus irmãos contraíamos em determinados momentos.

O espaço geohistórico usado para entender as especificidades representadas pelas rezadeiras é o município de Governador Mangabeira, localizado no Recôncavo Sul da Bahia, distante 119 km da capital do Estado. No passado era conhecido como Vila de Cabeças, mas em 14 de março de 1962, quando se emancipou recebeu esse nome em homenagem ao ex-governador da Bahia, Otávio Mangabeira.

O marco cronológico escolhido para entender as práticas de cura das Rezadeiras mangabeirenses foi balizado entre os anos de 1962 a

1987. O ano de 1962 foi quando a vila alcançou sua emancipação política do município de Muritiba, no entanto, a procura pelos serviços das Rezadeiras não diminuiu. Mesmo com o surgimento da nova cidade, essas mulheres continuaram bastante requisitadas. Já o ano de 1987 foi marcado por certas rupturas nas práticas das Rezadeiras, pois foi construído o primeiro Centro Médico da cidade, levando a população a intensificar a procura por médicos, tendo início um enfraquecimento nas práticas das Rezadeiras que foram perdendo esses espaços.

Para interpretar essas práticas e saberes, o problema proposto foi: qual o significado social e cultural das Rezadeiras para a sociedade mangabeirense no período estudado? A partir deste, objetivou-se estudar as práticas e saberes das Rezadeiras no município de Governador Mangabeira, enfatizando elementos simbólicos e cotidianos, bem como, seu papel social no período de 1962 a 1987.

Para tanto, a opção metodológica teve sustentação na vertente da história social da cultura, fortalecendo a concepção de simbolismo e representações no ofício dessas mulheres, tornando evidente um conceito de cultura como algo plural e dinâmico, capaz de perceber relações sociais construídas a partir do imaginário social de um cotidiano forjado em saberes e tradições.

Por esta ótica, a concepção de identidade proposta foge da vertente iluminista, mas se aproxima daquela defendida por Stuart Hall (2002, p. 13) como pós-moderna, quando "O sujeito assume identidade diferente, em diferente momento, identidades que não são unificadas ao redor de um eu coerente".

Essas identidades serão percebidas a partir do cotidiano dessas Rezadeiras, que são elaboradas nas diversas experiências vividas por elas, construindo um campo de significado que interfere diretamente nos saberes e práticas exercidas nas rezas e curas, firmando assim uma relação intrínseca entre a história e o cotidiano.

A partir dessa concepção teórica, recorri a alguns instrumentos metodológicos, oferecidos pela história oral, em especial as entrevistas. A opção pela história oral permite compreender as relações com a memória, seja ela coletiva ou individual, pois dessa forma a memória nos oferece a busca por lembranças significativas.

Portanto, escrever sobre o tema Rezadeiras não é algo simples, pois requer um cuidado todo especial no sentido de significar a voz

dessas mulheres "excluídas" pelo que chamamos de história tradicional, mas que a partir de uma nova concepção historiográfica, as suas práticas tornam-se fundamentais para entender relações socioculturais em um determinado espaço, nesse caso o município de Governador Mangabeira, em um determinado período: 1962 a 1987.

PRÁTICAS E SABERES DAS REZADEIRAS

Ao longo da História, a cura através das Rezadeiras era uma prática frequente entre os membros das camadas populares, que remontam às culturas indígenas e africanas, sendo utilizada também na Idade Média pelas bruxas, e no Brasil ganhou força no período da colonização, sendo usada como instrumento capaz de compreender as causas das enfermidades que as pessoas contraíam, como afirma a historiadora Edinéia Souza:

Essas práticas de cura fizeram parte da vida cotidiana das populações do Brasil colonial, quando o conhecimento das ervas e de procedimentos rituais específicos das culturas indígenas e africanas misturou-se ao acervo europeu da medicina popular (SOUZA, 2003, p. 24).

As pessoas recorriam ao curandeirismo praticado pelas Rezadeiras em busca de uma cura para as enfermidades, substituindo o trabalho dos médicos em muitos casos, uma vez que o número deles em muitos municípios era pequeno. Esses aprendizados favoreceram a propagação de práticas culturais numa imensa visão mágica de saberes sobre a utilização de ervas, chás, bastante conhecidos no Recôncavo baiano. Assim, as Rezadeiras e curandeiros eram os maiores representantes na execução dessas práticas medicinais, apesar do benzimento ser um costume rural acabou sendo diluído entre outras regiões e continua sendo do auxiliar nas dificuldades espirituais e físicas dos indivíduos, associando as Rezadeiras como participantes da medicina popular, como afirma a historiadora Alaíze Conceição:

Penso "as Rezadeiras como integrantes e participantes da medicina popular", em virtude de vê-las como uma das diversas categorias que praticam a medicina alternativa, afinal, para além de

A fala da depoente Neném retrata a preocupação com a forma pela qual se deu o aprendizado das rezas, bem como a associação que a mesma faz entre o universo da benzedura e o estudo, transparecendo uma versão que a realidade vivida da rezadeira, estar presente em seus desejos e sonhos, porém, carrega consigo os sentimentos de devoção que solidificam a sua relação com a benção; mesmo sem saber ler, conseguiu memorizar as rezas e com isso assegurava a cura de diversas pessoas.

Essa dimensão de memorizar as rezas também pode ser verificada no depoimento da rezadeira Celina, quando afirmou:

Aprendi com a finada Totonha do Bonsucesso e finado Germano do Portão, dona Alzira mãe de dona Cabocla mãe de Lourdes, Lucinha do finado Anastácio lá do Canta Galo. Aprendi rezar com 12 anos de idade na igreja, isso tem mais de 50 anos... aprendi a rezar com meu pai ele era que rezava aqui em Mangabeira (NERIS, Celina de Jesus, 2006).

Contudo, é possível perceber a constância nos depoimentos ao sinalizarem a transmissão do conhecimento feita de geração a geração, onde o ritual e as orações eram passadas de um indivíduo para o outro, fazendo com que tais práticas consolidassem a continuidade desse processo amplo e complexo de curar as pessoas.

As palavras transmitidas pelas depoentes estão associadas à reza e à fé proferidas pelos mais velhos, avós, pais, mães, tias que contribuíram para despertar o interesse delas, as quais estabelecem relações de reciprocidade pelos seus poderes e saberes oralmente construídos e o empregam para tratar os males físicos, emocionais e psicológicos, através da benzeção, assim notamos que:

A benzeção realiza um dos momentos mais importantes da medicina popular, nela os artifícios e estratégias dos saberes populares criados e recriados pela cultura popular, como os conhecimentos sobre as plantas, banhos, receitas, chás, simpatias, massagens, escalda-pés, suadouros, garrafadas, medicamentos caseiros e, excepcionalmente industrializados, se corporificam nas concepções terapêuticas das benzedadeiras (OLIVEIRA, 1985, p. 71).

Ainda fazendo menção a esse universo das rezas, não devemos considerar a benzeção como algo estático, mas algo presente na

vida de muitas pessoas, que buscam na medicina popular alternativa para as curas de suas enfermidades, enfatizando assim, a importância social das rezadeiras.

O SIGNIFICADO E A CURA DAS ENFERMIDADES

Em relação às práticas curativas das enfermidades, bem como, sua função na comunidade mangabeirense, existia uma quantidade significativa de mulheres atuando nessa prática, sobretudo na segunda metade do século XX, não somente em Governador Mangabeira, mas em boa parte do Recôncavo Sul, como afirma a pesquisadora Ednélia Souza:

As práticas curativas ainda no século XX se desenvolviam com grande expressividade entre os habitantes do Recôncavo Sul baiano, curandeiros e rezadeiras atendiam as pessoas com males do corpo e do espírito e conseqüentemente acarretavam opiniões diferenciadas acerca de suas práticas culturais (SOUZA, 1995, p. 25).

Dessa forma, as práticas das Rezadeiras parecem residir no imaginário do ser humano, e assim como o inconsciente, possui mecanismos para "criar sintomas" através de curas e orações, surgindo então um conjunto de denominações para explicar o significado dessas enfermidades, como ar do vento, vento virado, espinhela caída, mau-olhado e outros. Acerca dessas criações o historiador Denilson Lessa assinalou:

Os curandeiros, benzedeiros e raizeiros para curar os males das pessoas baseiam-se em um princípio de causalidade múltipla... Outras doenças são resultados da intervenção sobrenatural ou espiritual. Entidades espirituais tais como guias, caboclos, orixás, santos, espíritos de mortos podem de alguma forma provocar algum desequilíbrio na pessoa afetada. Nessa categoria insere-se o olho gordo (mau-olhado) e a feitiçaria que podem provocar doenças como dores no corpo, sonolência, cansaço, ódio, inveja, perturbações psíquicas e outras (LESSA, 2005, p. 122).

Por essa ótica, nota-se que no universo simbólico das Rezadeiras são construídas várias categorias de enfermidades. No caso das falas das depoentes, fica claro que as duas principais enfermidades foram: o "ar do vento" e o "mau-olhado", pois, as mesmas simbolicamente estão

associadas à inveja, ao ciúme e à ganância dos indivíduos, como afirma a rezadeira Celina:

Sei rezar do vento virado, olhado, entusidade, erisipele, mar da morte, fogo selvagem, dor de cabeça de todas as formas, dor de dente, não rezo espinhela caída. Rezo com sete ramos do vento virado, com as palavras de um até setenta e uma nota, reza com Maria preta, hoje é Maria Milagrosa, bassourinha, pião roxo, maria milagrosa é para tirar o quebrante da pessoa mesmo, são folhas forte que puxa o que é ruim (NERIS, Celina de Jesus, 2006).

Para dona Celina, todas as enfermidades têm um significado, bem como, para a pessoa se livrar dela tem que ser rezada com uma das plantas por ela citada, plantas que são fundamentais para combater aquilo que recebeu a denominação de "o que é ruim", firmando assim, o poder simbólico atribuído aos ramos, como se fossem milagrosos, sem esquecer a construção dos tipos de plantas que são usados para o ato da reza, a exemplo da Maria Milagrosa para combater o vento virado.

Em outro depoimento, dona Joselita faz uma alusão ao mau-olhado:

Fala o nome da pessoa, fulano o que é que tu tem? É olhado ou quebrança? Com dois te botaram, com três eu te tiro, com os poder de Deus, à Virgem Maria. Se foi no teu comer, se foi no teu beber, se foi no teu vestir, se foi na tua preguiça, se foi no teu trabaiaá, se foi no teu andar: tirais o zói ruim, jogais nas ondas do mar sagrado, aonde não veja galo cantar com o poder de Deus da Virgem Maria (3 vezes). (REIS, Joselita Rodrigues, 2009).

Por essas palavras, nota-se como a Rezadeira usa o instrumento da fé para combater o mau-olhado, não fica evidente na sua fala a utilização dos ramos, mas as palavras são recheadas de simbolismo, ou seja, a cura sendo realizada através das palavras, que por sua vez estão vinculadas ao instrumento do sagrado, que tenta resolver algo característico do cotidiano das pessoas, como o trabalho, a alimentação e as vestes.

A RELAÇÃO COM O CATOLICISMO POPULAR

Pesquisadores como Roger Bastide (1985) e Gilberto Freyre (1996), desde o início do século XX já falavam sobre a formação cultural brasileira com a influência de três povos: brancos, índios e negros. "O contato entre os diferentes povos permitiu uma mistura de valores e práticas que são notadas no cotidiano religioso". (CONCEIÇÃO, 2007, p. 44)

Os portugueses, ao se instalarem aqui no Brasil, implantaram parte de seus elementos culturais, apesar da resistência indígena e africana. Contudo, se mantém viva até hoje no Recôncavo Sul baiano, na qual a presença dos santos é o ponto alto da devoção, sem esquecer a mistura com elementos indígenas, como a folha, e africanos, como os rituais de reza. O contato direto com essas práticas, que estão em sua maioria relacionadas com o cotidiano, marca a formação das Rezadeiras, assim afirma o historiador Denilson Lessa:

Em se tratando de Recôncavo Sul baiano, podemos identificar a presença marcante desse "emaranhado" de crenças, saberes e práticas em ritos originários dos índios, dos negros se interpenetrarem ao catolicismo e às tradições mágicas religiosas europeias, aumentando as riquezas e a complexidade de tais práticas (LESSA, 2005, p. 75).

Assim, o catolicismo popular possibilita a veneração aos diversos santos, onde o indivíduo apresenta grande aproximação com a natureza na utilização das plantas, o que transcende o mundo material diante de uma pluralidade de cultos religiosos através da fé, representando graus crescentes de purificação dotados de poderes sobrenaturais vindo do catolicismo popular, e essas tais práticas têm muito em comum com a religiosidade.

O termo "católico" diz respeito mais a uma condição sociocultural religiosa pela qual o sujeito é introduzido nos ritos sacramentais da Igreja Católica, basicamente o batismo, e tem uma série de práticas de devoção ligadas aos santos da mesma instituição entre as quais uma prática esporádica da participação da liturgia oficial. Incluem-se excepcionalmente as pessoas que assiduamente frequentam os ritos litúrgicos oficiais (ALVES, 1994, p. 57).

Muitas dessas imagens construídas através do catolicismo podem simbolizar não apenas uma determinada realidade social, mas, sobretudo, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, o seu domínio que posteriormente poderão servir de instrumento de controle e poder. No sistema de vida dessas pessoas, no sistema de pensamentos, é intensa a fé nas rezas que permite às Rezadeiras praticar esse ritual e orações, na tentativa de manter vivos elementos integrantes de suas práticas culturais marcantes desse apego natural às divindades sobrenaturais, no qual possui relativa significância a veneração a diversos santos.

O fato dos santos estarem no céu não impede sua intercessão, muito menos suas representações no cotidiano das pessoas. Elas podem se fazer presentes através da devoção intercedida pela representação simbólica da imagem. A presença da imagem do santo no catolicismo popular representa o possível contato direto entre os devotos e o santo, sem haver necessidade de intercessão de um membro religioso. Os santos são acessíveis a todos os fieis (OLIVEIRA, 1985, p.117).

Daí a importância dessas Rezadeiras, que demonstram de forma prática sua eficácia no âmbito das relações sociais, culturais e de saúde para a população, bem como a presença desses agentes de cura, influenciando em diversas áreas da região. Podem-se incluir aquelas pessoas cujo cotidiano era marcado pelas carências decorrentes das condições de vida da população e a falta de atendimento médico. Dessa necessidade, recorriam ao curandeirismo praticado pelas benzedadeiras, que, em certa medida, substituíam os médicos.

As rezadeiras que vivenciam esta atmosfera de crenças fazem questão de demonstrar de forma prática as várias artes de curar existentes no município de Governador Mangabeira no período (1962 a 1987), sobre o que a senhora Neném faz questão de salientar:

Sou católica, credito em tudo, e tenho fé, a fé é que vale, se não tiver fé não interessa, vou pra minha missa, na Igreja da Rua, e vou aqui, tanta igreja que eu vou. Só que quando eu vou dar um passeio em Salvador eu vou à igreja lá, aquela que fica perto da praia, tem um Cristo Redentor que fica no... Bonfim perto de meus filhos. Sou católica, nessa eu nasci, nessa eu morro com o poder de Deus e da Virgem Maria, assim como as palavras de Deus não volta atrás (OLIVEIRA, Francisca Santos, 2009).

A senhora Neném menciona de forma fervorosa ao falar do Catolicismo os diversos lugares religiosos frequentados e que o poder de cura é atribuído a Deus, contudo, depende intrinsecamente da fé do indivíduo que busca terapias alternativas para o alívio dos seus males e os resultados efetivos destas práticas, fortalecendo um sincretismo, transformando o poder de cura existente no imaginário do ser humano em virtudes realizadas pelas Rezadeiras, que são instrumentos dessa fé. Embora tenha uma vida muito ativa, ao frequentar a Igreja Católica, reconhece a importância e a eficácia da reza, que são manifestações culturais indígenas, africanas e portuguesas da terra brasileira, que são privilegiadas para o culto às nossas tradições e manifestações culturais.

AS REZAS: COTIDIANO E SIMBOLISMO

A fé levava as pessoas a serem curadas, envolvendo encantamento, valores e sentimentos diante da construção do imaginário dessas senhoras, que vão desenvolvendo e construindo novos saberes nas práticas da benzeção, marcadas por experiências no mundo sobrenatural, na qual a rezadeira credita o aprendizado do ofício intercedido por forças divinas. Assim chama atenção à senhora Celina para essa questão:

Eu sou uma pessoa boa e outra coisa minha fia, não, não se cobra reza, a gente deve favor e não escolhe a quem... benzer é um dom divino e não deve ser cobrado, me sinto privilegiada em poder ajudar as pessoas, eu tenho rezado é gente aqui, graças a Deus todo mundo que eu rezo se sente bem, e todo mundo são meus amigos, não cobro nada, faço de coração e a recompensa vem de Deus, que me dá saúde e não me deixa faltar nada, vocês mesmo mora no meu coração, são minha família, mais do que meus próprios parentes de sangue (NERIS, Celina de Jesus, 2006).

É interessante perceber a importância do depoimento de dona Celina quando a mesma deixa transparecer o quanto é querida pela população, cercada por pessoas com as quais pode conversar e trocar experiências. No entanto, traz consigo, no seu olhar, a alegria da devoção que solidifica sua relação com a benzeção, sem deixar de lado que estão presentes os seus sentimentos, suas angústias, seus desejos e sonhos. Nesse sentido, embutido a tudo isso, estão todas as influências do

meio em que vive, das demais pessoas que com ela interagem, sejam elas de maneira direta ou indireta, como no caso das Rezadeiras, seus familiares, vizinhos, as pessoas que buscam ajuda, pois está carregada de vários significados a construção social da realidade transmitida sobre as ações devotas de sua fé, dedicada aos seus rituais de cura.

Não se pode esquecer que, em muitos casos, recorrer à medicina alternativa era uma questão também financeira, nem todos tinham dinheiro para estar sempre em consultórios, comprando os medicamentos prescritos, como mencionou a senhora Estelita da Silva Machado, conhecida como dona Ester, de 77 anos de idade, mãe de nove filhos:

Em 1962, foi o ano em que me casei tive vocês tudo em casa, 6 homens e 5 mulheres, 2 morreram não tinha médico naquele tempo era muito difícil as coisas, por isso procurava os curandeiros, as parteiras e as rezadeiras, finada Roxa, juntamente com Licinha de Machado que pegou vocês, ela era parteira e ela dizia: qualquer coisa que você sentir manda me chamar, ela fazia chás, muito banho de ervas, quando a gente sentia qualquer coisa, porque tinha pouco carro, carro quem tinha era os meus senhores (MACHADO, Estelita da Silva, 2009).

A opção de o indivíduo recorrer à parteira, à rezadeira e ao curandeiro para solução de seus problemas de saúde perpassa, em muitos casos, pela precariedade da assistência médica, principalmente devido à ausência de médicos, o que contribuiu para que essas múltiplas experiências dessem significado aos métodos alternativos de cura no município, como relatou o professor Denilson Lessa:

Em 1967, o médico Ursicino Queiroz assumiu a chefia do 3º Centro de Saúde Regional do Recôncavo Sul. Segundo ele, a tarefa para convencer a população era árdua. Uma dentre outras campanhas adotadas pelo Dr. Queiroz foi a campanha de puericultura. Na época não foi fácil convencer as mulheres de que o parto na maternidade era mais seguro do que em casa com uma parteira. Paulatinamente, no que se refere ao parto, as gestantes passaram a procurar o médico e ter os bebês na Santa Casa de Santo Antonio de Jesus, também conhecido pelo nome de Hospital e Maternidade Luis Argolo (LESSA, 2005, p. 176).

Não se pode esquecer, também, que muitas pessoas que procuram a medicina alternativa possuem uma grande fé nas rezas, além de já terem um costume familiar, exaltando, dessa forma, a prática da benzedura.

CRENÇAS E DEVOÇÕES AOS SANTOS

Nessa atmosfera de crença, ficou visível no depoimento das Rezadeiras a devoção aos diversos santos, um apego muito grande ao mundo religioso que venera em sua própria casa, para além daquelas práticas de curas outras dimensões da cultura também eram resignificadas a partir da inter-relação dos costumes de manter uma vida intercedida por santos protetores e tendem a assegurar a estabilidade cotidiana das Rezadeiras em função de alguma promessa ou devoção, por alguma graça alcançada, pois nesse caso os santos equivalem à personificação das forças sagradas entre os seres humanos, através de suas concepções religiosas.

Assim como aquela prática, muitas daquelas promessas e devoções decorriam por conta da crença que muitos tinham em certos santos, ao cultuar divindades como Santo Antônio, Santa Bárbara, Santa Rita, Cosme e Damião, São Pedro, São José, Nossa Senhora Aparecida e outros. Dessa forma, buscava nesses santos uma intervenção na vida da pessoa, através de intercessões com graças e curas, sobretudo no momento da doença, além de saber dominar as palavras sagradas, e para isso era preciso bastante fé.

No mês de setembro, os devotos comemoram entre vinte seis e vinte sete uma grande festa, onde ofertam balas e pipocas para alegrar a meninada, ou preparam e ofertam o tradicional caruru de sete meninos, pois esta comemoração é em prol do culto aos santos gêmeos: Cosme e Damião.

Apesar da fé nos santos católicos, as entrevistas permitiram perceber no cotidiano religioso dessas mulheres a mistura também com detalhes africanos, como as utilizações da oferta de pipoca a São Roque e o caruru a Cosme e Damião, entre outros elementos que demonstram uma interação religiosa entre o Catolicismo e o Candomblé.

Mais uma vez, a senhora Neném faz questão de ilustrar a importância de manter uma relação de devoção aos diversos santos, os quais venera:

Tenho meus santos: São Benedito, Bom Jesus da Lapa, Cosme e Damião, Santo Antonio, todo ano eu dou uma oferta dele, Cosme e Damião e Santo Antonio, mando fazer pipoca, é... a pipoca é de São Roque, todo ano eu dou essa oferta dele, tenho dois filhos do mês: Jorge e Roquinha. Santa Bárbara, não faço mais aquela festa que eu fazia, mas dou agrado a todo ano, tudo que peço alcanço, não perdi minha devoção não (OLIVEIRA, Francisca Santos, 2009).

É comum, para as pessoas com a prática da reza relacionar os santos católicos a divindades do Candomblé, no caso de São Roque, a pipoca é ofertada devido à ligação com Obaluaê. O mesmo acontece referente à Santa Bárbara, associada a lançã.

Desse modo, ao longo dos depoimentos ficou visível a devoção aos diversos santos em função de suas concepções religiosas, regida pela ideia do sagrado e dos pedidos realizados como fonte de solução para os seus problemas espirituais e materiais.

O LUGAR E ATUAÇÃO DAS REZADEIRAS NA SOCIEDADE MANGABEIRENSE

As Rezadeiras ocupam uma posição especial na sociedade, estabelecendo relações de reciprocidade pelos seus poderes e saberes, adquiridos, predominantemente, pela oralidade. Com efeito, todas visam às mesmas coisas, abençoar, curar e proteger os seres humanos das forças negativas do universo. Dessa forma, a concepção de doença permanecia vinculada ao castigo: daí a importância das rezas.

A precariedade da saúde pública no município contribuiu para resguardar os métodos alternativos de cura, amparados no desempenho de múltiplas práticas, constituindo a inserção social desses sujeitos, depósito de segredos conhecimentos terapêuticos.

Por estarem acessíveis aos necessitados ocorre um sentimento fraterno, o sentimento de doação encontrado em seus preceitos religiosos, cujo maior propagador em sua opinião foi Jesus Cristo. A prática das rezadeiras é tão importante quanto o ofício de um médico renomado, é prestar favores à população que carece de um conforto físico ou espiritual (SANTOS, 2007, p. 64).



O conhecimento da cura era transmitido através da prática socio-cultural, geralmente os saberes eram passados de uma geração para a outra tendo como parâmetros os ensinamentos de Jesus Cristo, onde o poder das palavras era atribuído ao Mundo Sagrado, concebidos pelas curandeiras "em buscar sentido no passado e dar forma a suas vidas pelas múltiplas experiências vividas" (PORTELLI, 1997, p. 33).

Nesse sentido as práticas culturais permeiam a vida das pessoas, independente de classe social ou econômica. A cultura é algo adquirido com o cotidiano que vai sendo recriado por cada indivíduo dentro do seu espaço. Sobre a cultura e a prática da reza, relatou dona Joselita:

(...) Nessa sociedade que a gente vive, então, e a gente já é preparado e também não é, não fiquei por aqui, eu tomei curso em São Paulo, tomo curso em Nazaré, tomo curso em Cachoeira, Maragogipe, então aí também já parte dos santos, né. Da cultura negra, culto do Candomblé, então eles me procura, quem vai aqui só é eu a velha, aprendendo mais as coisas.

Ah, eu rezo direto, não paro, rezo em casa e as pessoas me procuram para fazer ladainhas quando é mês de São Benedito, Santo Antonio e outros santos, e rezo com as folhas aqui em casa, também as pessoas me procuram receitas de banhos, com isso vou levando minha vida, vou em festa, danço, sambo, perco noite e a velha tá aqui, com 68 anos (REIS, Joselita Rodrigues, 2009).

A rezadeira Joselita demonstra ser conhecedora das ervas, além de utilizar outras técnicas em suas práticas, aliadas aos santos católicos, como mostra o Catolicismo popular. Na reflexão da complexidade das crenças de cura é possível identificar alguns aspectos que nos permitem situar os tipos de crenças, saberes e práticas de cura compartilhados pela demais rezadeiras.

As falas das depoentes mostram o quanto à prática da benzedura fazia parte do cotidiano de uma comunidade, as mulheres rezadeiras tinham destaque para a sociedade e tinham a confiança das pessoas que buscavam os seus cuidados. Atualmente, esta prática vem sendo reduzida devido às melhorias no sistema de saúde implantado na cidade, no entanto, as Rezadeiras continuam a fazer da reza uma medicina alternativa com base nas folhas e na fé. Mas uma vez, é importante o depoimento da senhora Neném, quando ela afirma:

Eu rezo e a reza tem importância, desde quando a gente rezando com fé e o povo acreditar tem importância sim. Eu já rezei muita gente dessa comunidade depende da precisão eu rezo até de noite, a reza é feita de dia, me sinto bem ajudando o povo, se o povo não agradece quem agradece é Deus. Eu me sinto feliz quando chega alguma pessoa pra rezar (OLIVEIRA, Francisca Santos, 2009).

Nota-se a realização de dona Neném em benzer as pessoas com satisfação, uma vez que, se dispõem a executar a benzeção sem esperar algo em troca. Portanto, com gesto de humildade, essas mulheres se sentem felizes ao executar o ofício, mas também é necessário levar em consideração as impressões que elas produzem dentro da sociedade mangabeirense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os aspectos discutidos neste artigo podem ser compreendidos de diversas maneiras. Falar em Rezadeiras significa falar de sujeitos dotados de um saber rico, pautado pela fé e pela religiosidade num universo de diversas singularidades que foram historicamente privadas de relatar suas próprias impressões de seus viveres. Contudo, torna-se visível a permanência de valores e costumes como uma das diversas possibilidades de escrever e entender a história.

Nesse sentido, é essencial compreender, o quanto os valores e costumes dessa prática foram singularizados e socializados de pessoas que trazem consigo diversos pontos em comum. O que diferencia uma da outra são as estratégias utilizadas por cada uma delas, em que muitos momentos do cotidiano se prontificavam a executar a benzeção através do conhecimento adquirido oralmente, dando alívio às pessoas que sofriam de diversas mazelas do corpo e do espírito, ocupando uma posição especial dentro da sociedade, estabelecendo uma relação de reciprocidade entre a comunidade, sendo pessoas respeitadas por todos os tipos de classes sociais.

Na verdade, a atuação das Rezadeiras nas suas práticas culturais era principalmente para minimizar as angústias, os sofrimentos e os obstáculos oferecidos pela própria vida cotidiana. Essas mulheres de fé atendiam a população de um modo geral sem medir esforços, pessoas nativas e de demais localidades das cidades do Recôncavo baiano.

Vale lembrar que a função social das Rezadeiras na sociedade mangabeirense foi caracterizada por um profundo respeito e simbolismo, uma vez que as diversas camadas sociais recorriam às práticas usadas por essas mulheres, acreditando em ritos e palavras que pudessem eliminar certas enfermidades. Claro que os saberes delas na atualidade perderam força, muito em função dos avanços da Medicina, mas fica o registro do valor cultural em que as mesmas estão inseridas, possibilitando uma reflexão acerca da importância histórica desse grupo social, revelando identidades e saberes que ultrapassam o tempo e que ainda expressam ecos de resistência nas reminiscências daquelas que mantêm viva a arte de rezar.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Paulo César. **Saúde e Doença: um olhar antropológico**. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1994.
- BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1985.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Tradução: Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CONCEIÇÃO, Alaize dos Santos. **Ser rezadeira: experiências e práticas culturais de participantes da medicina popular. Governador Mangabeira – Recôncavo Sul – Bahia (1950-1970)**. Monografia de especialização, UNEB, 2007.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7 ed. Rio de Janeiro: DP & A editora, 2002.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura – História, Cidade e Trabalho**. São Paulo: Edusc, 2000.
- OLIVEIRA, Elda Rizzo de. **O que é benzeção**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. **Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.

PORTTELLI, Alexandro. **O que faz a História Oral Diferente**. Revista Proj. História. São Paulo: (14) Fev, 1997.

SANTANA, Charles D' Almeida. **Fatura e ventura camponesas: trabalho, cotidiano e migrações**, Bahia 1950-1980. São Paulo: Annablume, 1998.

SANTOS, Denilson Lessa dos. **Nas encruzilhadas da cura: crenças, saberes e diferentes práticas curativas**. Santo Antonio de Jesus, Recôncavo Sul – Bahia (1940-1980). Dissertação de Mestrado. Bahia. UFBA, 2005.

SILVA, Luis Carlos Borges. **A Vila e o Coronel – Poder Local na Vila de Cabeças (1930-1962)**. Santo Antonio de Jesus: UNEB, 2004.

SOUZA, Edinéia Oliveira. **Curar, rezar e partejar: cultura e poder no Recôncavo Sul da Bahia**. In: Coleções de Idéias, vol. 01, Nº 1. Santo Antonio de Jesus: UNEB, 2003.

_____. **Memórias e Tradições: viveres de trabalhadores rurais do município de Dom Macedo Costa Bahia (1930-1960)**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 1995.

THOMPSON, Alistair. **Recompondo a memória**. Proj. Histórica, São Paulo, 1997.

FONTES ORAIS

MACHADO, Estelita da Silva. Apelido D. Ester, 77 anos de idade, lavradora, aposentada, nascida no Retiro zona rural do município de Governador Mangabeira. Atualmente reside no município de Governador Mangabeira. Data de Nascimento 24/12/1932. Entrevista 27/11/2009.

NERES, Celina de Jesus. Apelido D. Celina, 87 anos de idade, charuteira, aposentada, rezadeira, nascida na cidade de Bomfim de Feira em Feira de Santana. Atualmente reside no município de Governador Mangabeira. Data de Nascimento 15/05/1923. Entrevista em 15/05/2006 e 03/05/2009.

OLIVEIRA, Francisca Santos. Apelido D. Nenem, 75 anos de idade, lavradora, aposentada, rezadeira, nascida em Laranjeiras, zona rural do

município de Governador Mangabeira. Atualmente reside no município de Governador Mangabeira. Data de Nascimento 08/02/1934. Entrevista em 05/07/2009 e 29/08/2009.

REIS, Joselita Rodrigues dos. Apelido D. Diu ou mãe Diu, 68 anos de idade, doméstica, aposentada, rezadeira, nascida no município de Governador Mangabeira. Atualmente reside no município de Governador Mangabeira. Data de Nascimento 18/03/1941. Entrevista 16/08/2009.

ABORDAGEM DAS RELIGIÕES DE MATRIZES AFRICANAS: UM CAMINHO DE EDUCAR PARA A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA EM GOVERNADOR MANGABEIRA-BA

Lindomar Leite da Rocha*

O presente artigo versa sobre a forma que as religiões de matrizes africanas foram abordadas nas escolas da zona urbana de Governador Mangabeira no ano de 2011. Para isso, foi desenvolvido um trabalho de pesquisa na referida cidade, nas escolas do Ensino Fundamental I, em turmas de 4º e 5º ano, da zona urbana, que traz importantes revelações, questionamentos acerca da realidade dessas escolas e de como essas religiões são vistas por elas e pelos professores nas aulas de História e História da Cultura Africana e Afro-brasileira, além de sugestões metodológicas de abordagem dessa temática no contexto escolar. O que se pretende com este trabalho não é usar a escola para converter pessoas a outro tipo de fé e sim desmistificar este histórico de opressão e promover, de fato, uma educação laica, igualitária, que combata qualquer tipo de preconceito, principalmente contra as religiões de matriz africana no ambiente escolar, criando espaço para a construção de uma identidade e autoafirmação negra. Dessa forma, foi observada uma disparidade existente entre o "valor" dado às diferentes culturas e aos diferentes segmentos religiosos na sociedade e no contexto escolar.

Palavras-chave: Preconceito. Religiões. Identidade negra.

The present article deals with the way that African religions were covered in schools in the urban zone of Governor Mangabeira in 2011. For this, we developed a research paper in that city, elementary school teaching I, in groups of 4 and 5th year, the urban area, which has important revela-

* Licenciado em Pedagogia pela Faculdade Maria Milza – FAMAM, lindonegromar@hotmail.com

tions, questions about the reality of these schools and how these religions are seen by them in the classroom and teachers of History and Culture History of African and Afro-Brazilian, and methodological suggestions to approach this subject in the school context. The aim of this work is to use the school to convert people to another type of faith, but to demystify this history of oppression and promote, in fact, a secular education, equality, to combat any kind of prejudice, especially against religions African roots in the school environment, creating space for the construction of a black identity and self-affirmation. Thus, there was a disparity between the "value" given to different cultures and different religious segments in society and in the school context.

Keywords: Prejudice. Religions. Black identity.

INTRODUÇÃO

Diante da relevância das religiões de matrizes africanas como legado histórico e símbolo de resistência do povo negro, surgem alguns questionamentos que afloram a necessidade de investigar como a escola relaciona as religiões de matrizes africanas às aulas de História e História da Cultura Afro-brasileira e Africana no seu cotidiano, a fim de desconstruir o preconceito cultural e religioso, além de auxiliar na formação da identidade negra. A pesquisa procura respostas para perceber como convivemos diante do que se mostra, que aparece para nós, diferente do que aprendemos e temos incorporado ao longo do tempo como a verdade, o certo, o bom, o padrão.

Com a apresentação deste problema, é preciso observar como a escola atua: se ela contribui para o combate à opressão das manifestações culturais africanas no Brasil ou se ela é omissa e divulga a visão subalterna do negro da época da colonização. Assim, as práticas pedagógicas exercidas em sala de aula integram o conhecimento da pluralidade, da diversidade, da expressão religiosa ou impõem aos alunos valores da religião dita como oficial, padrão, merecedora de destaque. Dessa forma, é preciso observar se os alunos são conduzidos a pensar a religiosidade como forma de expressão humana, sendo capaz de conviver com todos os segmentos religiosos, incluindo os de matrizes africanas.

O interesse por essa pesquisa nasceu a partir de muitas inquietações e indagações feitas através do grande preconceito que as religiões de matrizes africanas sofrem no Brasil, desde a época da colonização até os dias atuais. Então, é muito importante questionar a escola sobre sua eficiência ao tentar combater o preconceito e construir uma identidade negra, pois as formas deturpadas de abordagem da herança cultural do povo negro, incluindo a religião, provocam um distanciamento entre a proposta da matriz curricular baseada na Lei nº 10.639/03 e a realidade presente no cotidiano escolar.

Desta forma, esta pesquisa será de grande importância para que todos possam perceber a importância das religiões de matrizes africanas como símbolo de resistência contra a escravidão e para que o profissional em educação possa desenvolver um olhar introspectivo sobre sua postura diante destas religiões, onde elas possam ser usadas como reforço para a construção de uma identidade e autoafirmação do ser negro, proporcionando um ambiente escolar plural, livre de preconceitos. Além disso, promover uma reflexão sobre a questão curricular, onde possam ocorrer uma mudança no calendário escolar e a inserção de algumas temáticas que norteiam a cultura afro-brasileira como um todo.

UM ESTUDO DE CASO: A RELAÇÃO ENTRE AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA E A REALIDADE ESCOLAR EM GOVERNADOR MANGABEIRA – BA, NO ANO DE 2011

Investigar e compreender como as religiões de matrizes afro-brasileiras são abordadas no cotidiano das escolas municipais de Governador Mangabeira é um grande desafio desta pesquisa, pois existe a possibilidade destas religiões serem grandes aliadas no processo de construção de identidades negras, quando abordadas dentro de um contexto de desmistificação e combate ao preconceito, além de mostrar como elas foram importantes no contexto histórico do negro no Brasil. Não se trata, portanto, de convencer sobre outra forma de fé, mas de mostrar a necessidade de compreendê-la e saber da sua importância como uma das maiores formas de resistência contra a escravidão e na forma de ver o mundo para a população negra no Brasil.

Segundo Cunha Júnior (2009), as grandes perseguições sobre as religiões de matrizes africanas são transformadas em medo e disseminadas nas diversas formas de propagandas no imaginário da sociedade. Daí o tabu em se falar ou declarar qualquer forma de manifestação

religiosa, principalmente dentro do espaço escolar. Ele defende ainda que falar dessas religiões não pressupõe aderi-la ou pactuar com seus princípios, mas consiste em respeitá-las e ser democrático, valorizando todas as formas de princípios religiosos presentes na sociedade. Desse modo, a citação abaixo vem consolidar o presente exposto:

[...] é a falta de respeito diante das práticas e crenças alheias. Manifesta-se quando alguém se recusa a deixar ou expressar opiniões diversas. A intolerância pode traduzir-se pela rejeição ou exclusão de pessoas por causa de sua crença religiosa, opção sexual ou mesmo por seu tipo de vestimenta ou corte de cabelo (BORGES; MEDEIROS; D'ADESKY, 2002, p. 50).

Com base nestas questões, essa pesquisa foi desenvolvida em algumas escolas, situadas na zona urbana da cidade de Governador Mangabeira, que priorizou a investigação em turmas de quarto e quinto anos do Ensino Fundamental I, por acreditar que nesta fase as crianças estão em processo de formação de suas identidades culturais.

O trabalho contou, principalmente, com a pesquisa de campo utilizando como principal ferramenta metodológica um questionário com doze questões, sendo que onze delas foram objetivas e uma subjetiva que foi direcionada aos professores. Outro questionário contendo cinco questões objetivas direcionadas à direção pedagógica de cada uma dessas escolas para estabelecer um paralelo entre o que a escola prega e o que acontece em sala de aula. Também houve um trabalho de observação das aulas de quatro desses professores, que foi fundamental para investigação do foco da pesquisa.

A cidade de Governador Mangabeira conta atualmente com trinta e uma escolas públicas municipais do Ensino Fundamental, distribuídas entre a área urbana e rural. Portanto, esta pesquisa objetivou investigar somente as três escolas públicas municipais que possuem turmas do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental I na área urbana, na tentativa de buscar respostas para saber como as religiões de matriz africana são abordadas no cotidiano escolar.

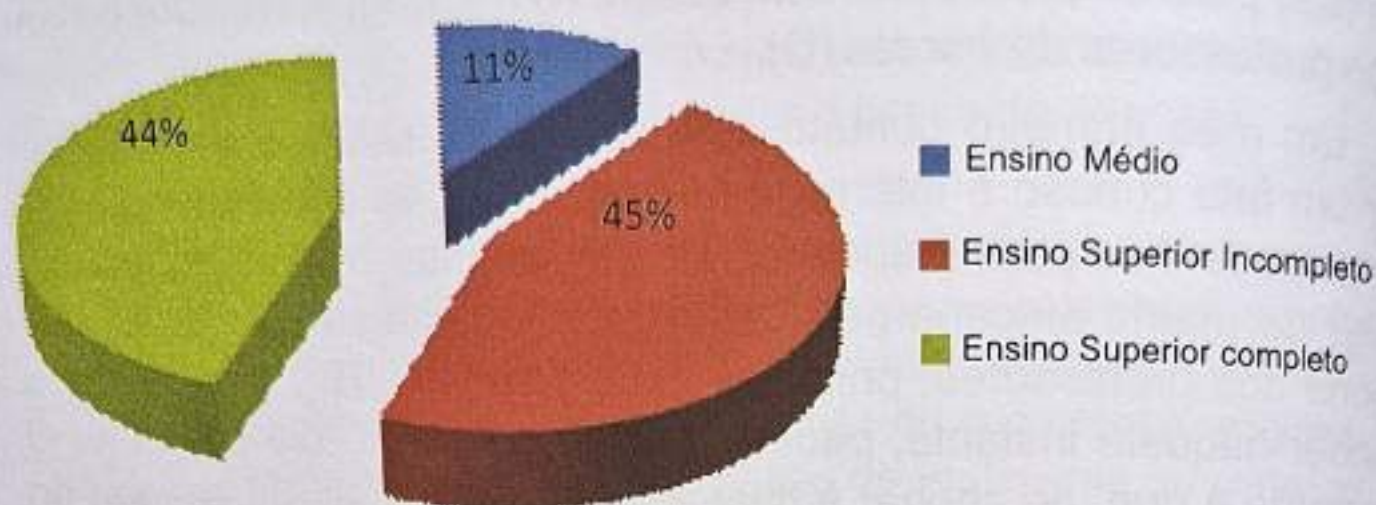
Para respeitar a integridade moral e de acordo ao conselho de ética da Faculdade Maria Milza, os nomes das escolas e dos professores serão preservados, evitando a exposição das partes envolvidas na pesquisa. Assim, as escolas e os professores receberão um cognome para identificá-los durante as possíveis referências no texto. Desta for-

ma, as escolas serão chamadas de: escola (A), escola (B), escola (C) e os professores de (A1) e (A2) para os professores da escola (A); (B1), (B2) e (B3) para os professores da escola (B); e (C1), (C2), (C3) e (C4) para os professores da escola (C).

Em meu primeiro contato com essa pesquisa, já consegui observar um fato curioso e interessante com a reação de alguns professores ao pedir-lhes para responder um questionário com conteúdo das religiões de matriz africana pois, ao receber a ficha com as questões, a maioria dos professores, principalmente da escola (B), recusou-se a responder naquele instante, pedindo para entregar no dia seguinte. O interessante é que, ao chegar à data e hora combinadas de entrega do questionário, muitos alegaram não ter feito e que entregariam depois. Então foi dado mais um dia e assim utilizaram do mesmo argumento para tentar não responder o questionário. Ficou subtendida aí uma dose de descaso por parte dos professores quando se aborda a temática das religiões de matriz africana. Assim, para que os professores desta escola respondessem o questionário, foram necessários insistência e o argumento que não seria nada que pudesse comprometer nem a escola nem mesmo o trabalho deles.

Dessa forma, a pesquisa procurou saber o nível de escolaridade dos professores, para, a partir daí, descobrir se existe alguma relação entre o nível de escolaridade com o resultado desta pesquisa. Ao observar o gráfico abaixo, podemos ver que uma parcela dos professores, envolvidos nesta pesquisa possui o ensino superior completo, outros, em mesma proporção, estão cursando a faculdade e apenas 11% possuem o Ensino Médio.

GRÁFICO 1 – Nível de Escolaridade



Fonte: Pesquisa realizada em Governador Mangabeira – BA (2011).

De forma geral, do total de professores consultados, a maioria possui conhecimento acadêmico que pode favorecer algumas viabilidades para construção de uma visão mais ampla sobre a questão das diferenças que é perceptível entre os alunos das referidas escolas. Porém, através das observações, foi constatado que, apesar de os cursos de licenciatura abordarem temáticas relacionadas à diversidade cultural em suas matrizes curriculares, as questões inerentes à religião são fundamentadas com base na formação sociocultural do indivíduo que está além do nível de escolaridade.

Outra questão que foi analisada nesta pesquisa tentou verificar como os(as) professores(as) veem as religiões de matriz africana e a necessidade em abordar esta temática no contexto escolar. Como resultado, 100% dos professores envolvidos na pesquisa confirmam a importância em falar das religiões de matriz africana nos espaços escolares. Apesar das diferenças entre as vertentes religiosas seguidas, os docentes reconheceram a relevância em levar esta temática para a sala de aula, mostrando a importância deste tema para desmistificar as inverdades, que soam de forma pejorativa, e foram construídas em torno do imaginário da sociedade, além de poder atuar como uma aliada na formação da identidade e autoafirmação do ser negro.

É importante que o professor considere a diversidade étnico-cultural presente em sala quando elabora o seu plano de aula, pois é neste universo que se relacionam diferentes princípios, religiosos, morais, culturais que tornam a escola e, principalmente, a própria sala de aula um

ambiente sinônimo desta diversidade, que precisa ser valorizada sob os diversos aspectos.

A terceira questão constatou que 33% dos professores não abordam a temática das religiões de matriz africana em suas aulas. Assim, ao analisar e comparar os resultados das questões 2 e 3, que tratam, respectivamente, da importância em se falar das religiões de matriz africana em sala de aula e os professores que abordam essa temática em suas aulas, percebe-se uma contradição no resultado estatístico das opiniões dos envolvidos nesta pesquisa.

Se olharmos a questão dois, veremos que, em unanimidade, os professores responderam que acham importante abordar a temática das religiões de matriz africana no contexto escolar, mas, comparando com o resultado encontrado na questão três, constata-se que alguns professores, mesmo achando a temática importante, não a levam para sala de aula.

Se voltarmos ao gráfico da questão 1, verificamos que a formação acadêmica, por si só, não é capaz de transformar as mentalidades dos professores, para que possam aceitar as diferenças, conviver com a diversidade e mostrar as diferentes culturas, os diferentes segmentos religiosos, entre eles os de matriz africana, para seus alunos.

Por isso é preciso dar oportunidade para que os afrodescendentes, ou não, possam conhecer a sua história, como um povo que tinha uma vida própria em seus locais de origem, com seus costumes, tradições, economia, religião, o conhecimento e muitos valores que passam despercebidos pela escola. Assim, é inadmissível tratar essas questões nos tempos modernos, meramente, como folclore ou da forma negativa, retrógrada e da visão de submissão que o negro, muitas vezes, é representado em alguns livros didáticos, como se este povo não tivesse nem um presente nem um futuro, apenas um passado de escravidão.

A presença do negro nos livros, frequentemente como escravo sem referência ao seu passado de homem livre antes da escravidão e às lutas de libertação que desenvolveu no período da escravidão e desenvolve hoje por direitos de cidadania, pode ser corrigida se o professor contar a história de Zumbi dos Palmares, dos quilombos, das revoltas e insurreições ocorridas durante a escravidão; contar do que foi organização sócio-política econômica e cultural da África pré-colonial e também sobre a luta das organizações negras, hoje no Brasil e nas Américas (SILVA, 2005 p. 25).

Ainda que muitos professores afirmem abordar a temática das religiões de matriz africana em sala, é preciso analisar de que forma ocorre esta abordagem, haja vista a carga de preconceito que muitos docentes trazem para o contexto escolar. O interessante é que a escola assiste a tudo em silêncio, sem tomar nenhuma atitude didática metodológica para contornar a situação de negação da existência de atitudes diárias que favorecem a práticas preconceituosas, pois não há na escola um plano de ação que contenha medidas específicas voltadas para o combate das diversas formas de preconceito e discriminação. Dessa forma,

O silêncio da escola sobre as dinâmicas das relações raciais tem permitido que seja transmitida aos(as) alunos(as) uma pretensa superioridade branca, sem que haja questionamento deste problema por parte dos(as) profissionais da educação e envolvendo o cotidiano escolar em práticas prejudiciais ao grupo negro. Silenciar-se diante do problema não apaga magicamente as diferenças, e, ao contrário, permite que cada um construa, a seu modo, um entendimento muitas vezes estereotipado do outro que lhe é diferente. Esse entendimento acaba sendo pautado pelas vivências sociais de modo acrítico, confirmando a divisão e a hierarquização raciais (BRASIL, 2006, p. 23).

Outro fator a ser colocado em evidência é a herança histórica, considerando a formação do Brasil enquanto nação, em se tratando da formação do povo brasileiro, pautada nos dogmas da Igreja Católica, que norteou as formas de conhecimento das bases do país e lapidou o modelo de sociedade que se apresenta atualmente. Hoje, é claro, já sofreu muitas influências de outras vertentes religiosas que mudaram um pouco esta realidade.

Então é possível considerar que o professor tenha enraizado em seu interior outras vertentes religiosas que não sejam as de matrizes africanas. Esse distanciamento reflete as diferentes formas de resistência, que vai desde a intolerância em, pelo menos, conhecer as diferentes culturas que formam a população brasileira e a da cidade de Governador Mangabeira até trabalhar com a temática das religiões de matriz africana em sala de aula.

Não estou querendo dizer com isso que o professor é obrigado a investigar e aprender sobre algo que não lhe agrade. Mas é preciso que ele faça uma reflexão, antes de qualquer pré-julgamento, sobre levar em

consideração a diversidade presente na sala, além de ter que respeitar a laicidade do ensino.

Além disso, é importante que, primeiramente, o professor e a escola vençam o eurocentrismo, o etnocentrismo e as barreiras construídas através da forma como aprendemos ao longo do tempo como "a verdade", "o certo", "o bom", "o padrão" e encarem a cultura africana com um novo olhar. Um olhar que seja relativo, ou seja, que enxerguem a cultura do outro de forma particular e não comparando com a sua. É preciso desconstruir a ideia de que as religiões cristãs são as únicas que têm uma mensagem boa e as outras religiões classificadas na categoria de seitas, que pregam valores satânicos. Dessa forma, conhecer a cultura do outro é o primeiro passo para iniciar o processo de desmistificação das religiões e da cultura africana.

Os dados da questão 1 analisam a frequência com que as religiões de matriz africana são abordadas em sala durante as aulas. O gráfico abaixo revela o resultado das respostas obtidas pelos professores envolvidos nesta pesquisa e que afirmam abordar as religiões de matriz africana nas escolas.

GRÁFICO 02 – Frequência de abordagem das religiões de matriz africana



Fonte – Pesquisa realizada em Governador Mangabeira – BA (2011).

Dos 67% dos professores que afirmam abordar a temática das religiões de matriz africana em sala de aula, 56% confirmam fazer menção no dia a dia, por acreditarem que, para promover uma educação cidadã, o aluno precisa aprender a tolerar as diferenças. Outros 33% declaram abordar a temática quando trabalham algum conteúdo ligado ao tema.

Outra parte, que representa 11%, declara trabalhar a temática quando, apenas, falam de escravidão. Por fim, nenhum dos professores foi contrário à ideia de trabalhar as religiões de matriz africana no cotidiano escolar, demonstrando a relevância deste conteúdo para a formação do cidadão crítico, consciente de sua realidade histórica e cultural.

Diante das respostas obtidas, existe uma divergência entre o trabalho que o professor desenvolve e a realidade da sala de aula, pois, apesar de a maioria destes professores afirmar trabalhar a temática nas aulas, é preciso saber de que forma ocorre a abordagem deste conteúdo. Em uma das observações realizadas das aulas foi possível registrar alguma abordagem das religiões de matriz africana, porém o modo como o professor, através de seus atos, dos seus gestos, sem perceber, acaba disseminando uma ideia negativa, de inferioridade, por ser algo diferente daquilo que ele aprendeu como o "certo", o "padrão", o "modelo a ser seguido".

Ao observar a rotina das escolas, foi verificado que sempre as aulas começam com uma oração "Pai Nosso", seguida de uma música evangélica, como na escola (B). Ou seja, o aluno é constantemente, cercado por práticas voltadas para a cultura cristã. Não quero dizer, com isso que a escola esteja procedendo de forma errônea, mas é preciso considerar a diversidade cultural presente na sala de aula, pois de que forma os alunos pertencentes a outros segmentos religiosos que não seja o cristão se sentem em espaço como este, onde eles não conseguem se perceber, nem sentir-se valorizados?

Além disso, ao analisar o calendário letivo, observamos a existência de vários dias santificados que fazem parte da cultura escolar como, Sexta-feira da Paixão, Páscoa, Corpus Christi, São João, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Conceição e Natal. Por outro lado, não foi observada nenhuma data especial que fizesse menção à exaltação da cultura negra e afro-brasileira. Então, agindo dessa maneira, subentende-se que a escola atual peca no modo em que formam cidadãos, pois não consideram a diversidade cultural e religiosa que se apresenta em sala de aula.

Para os professores contrários à ideia que norteia a questão acima, é preciso que eles fiquem sabendo da legalidade constitucional que ampara as diversas formas de abordagens das questões afros nos ambientes escolares, entre elas a religiosidade. Portanto, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), afirma que:

O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil vedada a qualquer forma de proselitismo (LDB – Lei nº. 9394/96 Art.33).

Além disso, através de muitas reivindicações da população em geral e, principalmente do Movimento Social Negro, outro viés positivo a esta questão é a aprovação da Lei nº10.639, de 9 de janeiro de 2003, que complementa a Lei 9394/96, sendo que, em 2004, o parecer CNE/CP 003/04 (BRASIL, 2004) estabeleceu as "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais", para incluir no currículo oficial de ensino a obrigatoriedade do ensino da temática História e Cultura Afro-brasileira e Africana, nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio da rede pública e particular, estaduais ou municipais, esclarecendo parâmetros que podem ser seguidos pelos sistemas de ensino para cumprir com o dever de fazer justiça à história e cultura provenientes do continente africano, que se apresenta em constante transformação desde a diáspora negra.

Assim, de acordo com o questionário aplicado à direção das escolas envolvidas na pesquisa, todas responderam já ter aderido à disciplina História e Cultura Afro-brasileira como integrante do currículo da instituição. Para verificar qual caminho estava sendo traçado pela escola e pelos professores, perguntei aos diretores se a escola já trabalhou algum projeto voltado para a temática da cultura africana que envolvesse a religião neste ano letivo. Das três escolas, duas afirmaram ter desenvolvido e a outra teve a resposta negativa.

Particularmente, me questionei se realmente essas escolas desenvolveram algum projeto com este teor, pois ao observar as salas, o mural e o entorno das escolas, nenhum cartaz, desenho, folheto, nada foi encontrado que pudesse indicar o efetivo desenvolvimento de um projeto desses.

Outra questão foi fundamental para as conclusões deste trabalho, pois ao serem perguntados se já tomaram conhecimento ou vivenciaram algum caso de exclusão por parte da turma, dos(as) alunos(as) que se declara(am) membro de religião de matriz africana, os professores fizeram algumas declarações importantes.

Dessa forma, 56% dos professores afirmaram já ter vivenciado ou tomaram conhecimento de casos de preconceito contra os adeptos de

religiões de matriz africana, fato que deixa transparecer a necessidade de abordar ou repensar as formas de abordagem sobre esse tema em sala, pois é preciso respeitar os diferentes credos e as diferentes formas de manifestação da religiosidade dentro da sala ou da escola.

Observei, também, que alguns(mas) desses(as) professores(as) ao adentrarem na sala levam sua religião como forma universal de abordagem, não respeitando os possíveis princípios religiosos diferentes dos seus.

Então, diante dos dados anteriores já analisados, verificamos que os professores reconheceram a existência do preconceito religioso, a necessidade da abordagem dessa temática nas aulas, sendo que a maioria já pratica, porém a ausência de um currículo laico, que contenha conteúdos baseados na realidade dos alunos, buscando trazer à tona discussões autênticas sobre a desmistificação dos diversos pejorativos lançados contra a cultura e religiosidade africana e afro-brasileira, levam ao descrédito as práticas docentes realizadas por estes professores acerca dessa questão.

Com isso, o corpo docente precisa interiorizar e compreender que não é necessário ter um conhecimento profundo sobre essas religiões, nem é preciso aderir a elas ou pactuar com seus princípios, mas como profissional da educação, considerando a diversidade étnico-cultural e religiosa presentes no contexto escolar, esses professores devem conhecer a história e a importância dessas religiões como ícone de resistência, como meio para dar nova significação aos valores africanos e afro-brasileiros que têm como base principal a religião.

Portanto, é importante lembrar que esta pesquisa não objetiva excitar uma mudança de religião entre professores e alunos, e sim uma análise dos paradigmas, dos valores impostos historicamente no contexto escolar, que permitiram a criação de distorções sobre a visão dessas religiões, criando diversos estereótipos e depreciações geradoras das variadas formas de preconceito e discriminação que se manifestam em um bloqueio, até mesmo, para conhecer um pouco sobre essas religiões sem precisar aderir a elas.

REFLEXÕES FINAIS

A hegemonia exercida por certas instituições religiosas, principalmente a Católica, estabelece um histórico de promoção de políticas ideológicas em seu favor ao mesmo tempo em que lançam uma diver-

cidade de preconceitos que estigmatizaram as outras bases religiosas que se mostraram diferentes e deixam marcas profundas na identidade cultural dos indivíduos.

Diante da disparidade existente entre o "valor" dado às diferentes culturas, aos diferentes segmentos religiosos na sociedade e no contexto escolar, a discussão sobre a importância de uma abordagem das religiões de matriz africana em espaços escolares é fundamental para a formação de cidadãos tolerantes, capazes de conviver com a diversidade e a pluralidade religiosa e indivíduos que valorizem suas origens e ao mesmo tempo reconheçam a identidade negra.

Neste contexto, a escola não deve funcionar como um espaço de proselitismo de religião alguma, mas sim um ambiente de formação e informação que privilegie o desenvolvimento de capacidades que permitam compreender e participar de forma direta ou indireta dos fenômenos sociais e possibilitar que os(as) alunos(as) tenham acesso e conheçam as diferentes formas universais religiosas que podem estar presentes nos espaços escolares.

Professores convictos de que sua religião deve ser a única a ser seguida, a "verdadeira", acabam dogmatizando um segmento religioso em detrimento da pluralidade cultural e religiosa existente na sala. Com isso, não deve ser nada fácil para o aluno que pertence a alguma religião de matriz africana ver sua identidade sendo diminuída diante das constantes formas de abordagens preconceituosas, depreciativas e malféticas que aparecem nas aulas de História ou História da Cultura Afro-Brasileira, com relação ao seu povo.

Levar esta temática para a sala de aula é, ao mesmo tempo, promover uma inclusão social, é efetivar uma quebra de paradigma, é desenvolver uma educação cujo objetivo primordial é a socialização do indivíduo para o reconhecimento da importância de conviver com as diferenças sem hierarquizá-las, sendo capaz de perceber que a cultura brasileira é fruto de uma mistura de contribuições de etnias diversificadas.

Neste conforme, esta mistura de etnias que formam a sociedade brasileira, juntamente com as modificações ocorridas na sociedade ao longo do tempo em seu processo de globalização, ocasionando o "encurtamento de territórios" e a hibridização de culturas nos espaços sociais, resulta, muitas vezes, em problemas. HALL (2000) chama atenção para a discussão em torno da chamada "crise de identidade" que vem fazendo com que o sujeito tido como unificado se apresente deslocado por conta das transformações sociais ocorridas em escala global.

Conforme este processo de mudança, de fragmentação das identidades neste mundo pós-moderno, considerando a diversidade e as formas plurais de culturas, de valores, de princípios étnicos que compunham nossa sociedade, a escola ainda não encontrou o caminho para se relacionar e considerar em suas práxis uma educação que permita ao mesmo tempo a fusão de conceitos e fazer com que as diferenças sejam superadas e, de certa forma, uma política de reconhecimento e de pertencimento a uma cultura seja desenvolvida dentro do espaço escolar.

Assim, as religiões de matriz africana representadas aqui, principalmente pelas diversas formas de Candomblés e Umbanda, sofrem esse desencontro de opiniões e posturas visto que os profissionais da educação e, até a própria escola, ainda não construíram bases sólidas para vencer as resmas do passado e não ser etnocêntricos, a ponto de achar que apenas sua religião é a única verdade e que não deve haver espaço na escola para abordagem de outras vertentes religiosas.

É de suma importância que, tanto o professor quanto a escola, reconheçam a relevância das religiões de matriz africana como um dos caminhos viáveis para a promoção de uma educação pautada no respeito mútuo, no reconhecimento e valorização das diferenças, além da possibilidade de abordar essas diferenças no espaço escolar sem medo, receio ou qualquer forma de preconceito.

É preciso, urgentemente, uma reformulação do referencial curricular vigente das escolas pesquisadas, de modo que alguns elementos da cosmovisão africana estejam presentes, pois a inexistência de temáticas voltadas para a manutenção de uma educação que estabeleça políticas para combater o preconceito, a discriminação contra as diferentes culturas que compõem a sociedade brasileira, como a cultura dos africanos. Com isso, a necessidade de fazer com que os educadores estabeleçam em suas praxes escolares os conhecimentos dos valores étnicos e civilizatórios da cultura africana como possibilidade de construção pedagógica do conhecimento se faz presente nas escolas de Governador Mangabeira.

Além disso, não basta somente promover uma mudança na questão curricular como mera forma de maquiagem ou burlar uma realidade latente. Pois, além do currículo escrito formalmente, com sua gama de conteúdos, existe um leque de princípios e outros conteúdos internalizados no professor que se manifestam de forma oculta no ambiente escolar e que são percebidos pelos alunos. Só que muitas vezes esses

conteúdos internalizados vão de encontro aos que foram planejados e que deveriam estar postos no currículo.

Desta forma, esta pesquisa é fundamental para que todos possam perceber a importância das religiões de matrizes africanas como símbolo de resistência contra a escravidão e para que o profissional em educação possa desenvolver um olhar introspectivo sobre sua postura diante destas religiões, onde elas possam ser usadas como reforço para a construção de uma identidade e autoafirmação do ser negro, proporcionando um ambiente escolar plural, livre de preconceitos. Além disso, é preciso uma mudança no calendário escolar e a inserção de algumas temáticas que norteiam a cultura afro-brasileira como um todo, incluindo o aspecto religioso.

Assim, trabalhar essa pluralidade cultural em sala, fazendo-se uso dos variados recursos audiovisuais, com a exposição de filmes e músicas, além do uso da literatura, de contos de livros paradidáticos, poesias que elevem a cultura negra e revelem a importância da religião como integrante primordial desta cultura. Além disso, é importante que o(a) aluno(a) conheça e vivencie outras realidades que circundam a cultura africana, podendo fazer visitas a terreiros de Candomblé, entrevistar outras pessoas, remanescentes de quilombolas que contribuíram para a construção do Brasil.

Enfim, enfatizar a importância desta cultura e destas religiões como legado histórico para a formação da sociedade brasileira, de modo geral, configura-se em um caminho viável para demonstrar os benefícios da integração e o respeito entre as diferentes culturas como componentes fundamentais para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa.

REFERÊNCIAS

- BORGES, Edson; MEDEIROS, Carlos Alberto e D'ADESKY, Jacques. **Racismo, preconceito e intolerância**. São Paulo: Atual Editora, 2002.
- BRASIL, Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

BRASIL, MEC. **Art. 33-Lei nº 9.394. LDB. 20/07/1997.** Passa a vigorar com nova redação. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/127108/lei-9475-97>>.

BRASIL, Presidência da República. Art. 72 da constituição de 24/02/1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao91.htm>.

CUNHA JUNIOR, Henrique. **Tecnologia Africana na Formação Brasileira.** CEAP. 1 ed. Rio de Janeiro. 2010.

_____. Candomblés: como abordar esta cultura na escola. **Revista Espaço Acadêmico.** Versão eletrônica. v. 9. N. 102. P. 97-103. Novembro de 2009. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/search/results>>.

FERREIRA, Edmar Santos. **O Poder dos Candomblés: perseguição e resistência no recôncavo da Bahia.** EDUFBA. Salvador-BA. 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2000.

SILVA, Ana Célia. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele. Org. **Superando o racismo na escola.** Brasília: MEC, 2005.

LAGOA DA ROSA E A CASA DE FARINHA FAMILIAR: A CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA E COLETIVA DO LUGAR

Elizângela Santana Pinto*

O presente artigo tem como objetivo mostrar a importância das relações socioculturais estabelecidas nas casas de farinha na zona rural de Governador Mangabeira/BA. Inicialmente, faz-se uma abordagem com base num recorte temporal e espacial entre "beco e vielas" produzidos na cidade de Salvador no fim do período colonial até o Recôncavo Sul através da localidade de Lagoa da Rosa. Nesta perspectiva de análise, o estudo foi focalizado em entrevistas com pessoas que atuaram no processo de criação das casas de farinha, aplicação de questionários aos agentes sociais envolvidos com essas atividades e pesquisas bibliográficas. Tais procedimentos metodológicos foram utilizados para obter os dados e informações presentes na pesquisa, sendo assim, a metodologia foi tanto quantitativa quanto qualitativa, permitindo analisar as influências dos aspectos enraizados nas referências culturais da casa de farinha familiar como norteadoras das ações e resistência deste lugar no passado e no presente. A partir desses resultados, observou-se porque a casa de farinha é pensada, sobretudo, a partir de sua dimensão simbólica entendendo-a como lugar, visto que, as abordagens implicam a compreensão dos sentimentos, das experiências presentes, vividas e compartilhadas entre os grupos sociais que participam da casa de farinha familiar e, portanto, neste lugar constroem a sua identidade.

Palavras-chave: Casas de farinha familiar. Espaço. Lugar. Identidade.

This article aims to show the importance of sociocultural relationships established in the flour mills in rural Mangabeira Governor / BA. Initially it is an approach based on a meaningful time and space between "dead and alleys" produced in the city of Salvador in the late colonial period to the Recôncavo South through the town of Lagoa da Rosa. In this perspective of analysis the study was focused on interviews with people who worked

* Licenciada em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento – PPGCS – UFRB. E-mail: elizangela.pse@gmail.com.

in the creative process of flour mills, questionnaires to social workers involved in these activities and literature searches. These methodological procedures were used to obtain data and information in the search being so, the methodology was both quantitative and qualitative, allowing to analyze the influences of aspects rooted in the cultural references of the flour mill family as guiding the actions and strength of this place in the past and present. From these results, it was observed because the flour is thought mainly from its symbolic dimension of understanding it as a place, since these approaches require an understanding of feelings, experience gifts, lived and shared among social groups that participate in the flour mill family and therefore in this place to build your identity.

Keywords: Family homes flour. Space. Place. Identity.

INTRODUÇÃO

O cultivo da raiz de mandioca e a fabricação de farinha acrescentaram às matrizes culturais do Recôncavo conhecimento e habilidades coletivas das famílias de escravos que contribuíram para a dinamização do comércio de alimentos em Salvador e seu entorno. A leitura deste momento histórico requer um retorno imaginário aos lugares produzidos no fim do período colonial, sem o qual, não seria possível compreender os resultados da produção histórica e a dinâmica espacial das ruas e becos da cidade de Salvador.

Do ponto de vista espacial, Salvador era o centro da rede que se estabelecia em função da comercialização da farinha e de outros alimentos. Segundo Barickman (2003), era a partir de Salvador que a farinha alcançava outras regiões e toda a sua hinterland.¹ Nas ruas e becos mais disputados pelo comércio de farinha de mandioca, surgiram grandes fluxos de pessoas e mercadorias, mas também de novos elementos espaciais criados para organizar a atividade ou para melhor desempenhá-la como os mercados e armazéns. Dentre outros alimentos considerados de primeira necessidade, a farinha de mandioca contribuiu também para organizar a "gestão" do espaço em questão, pois com o

¹ Área geográfica que tem influência portuária e, portanto, remete a análise à importância dos fluxos de mercadorias, serviços e pessoas que a utilizam para realização de suas atividades.

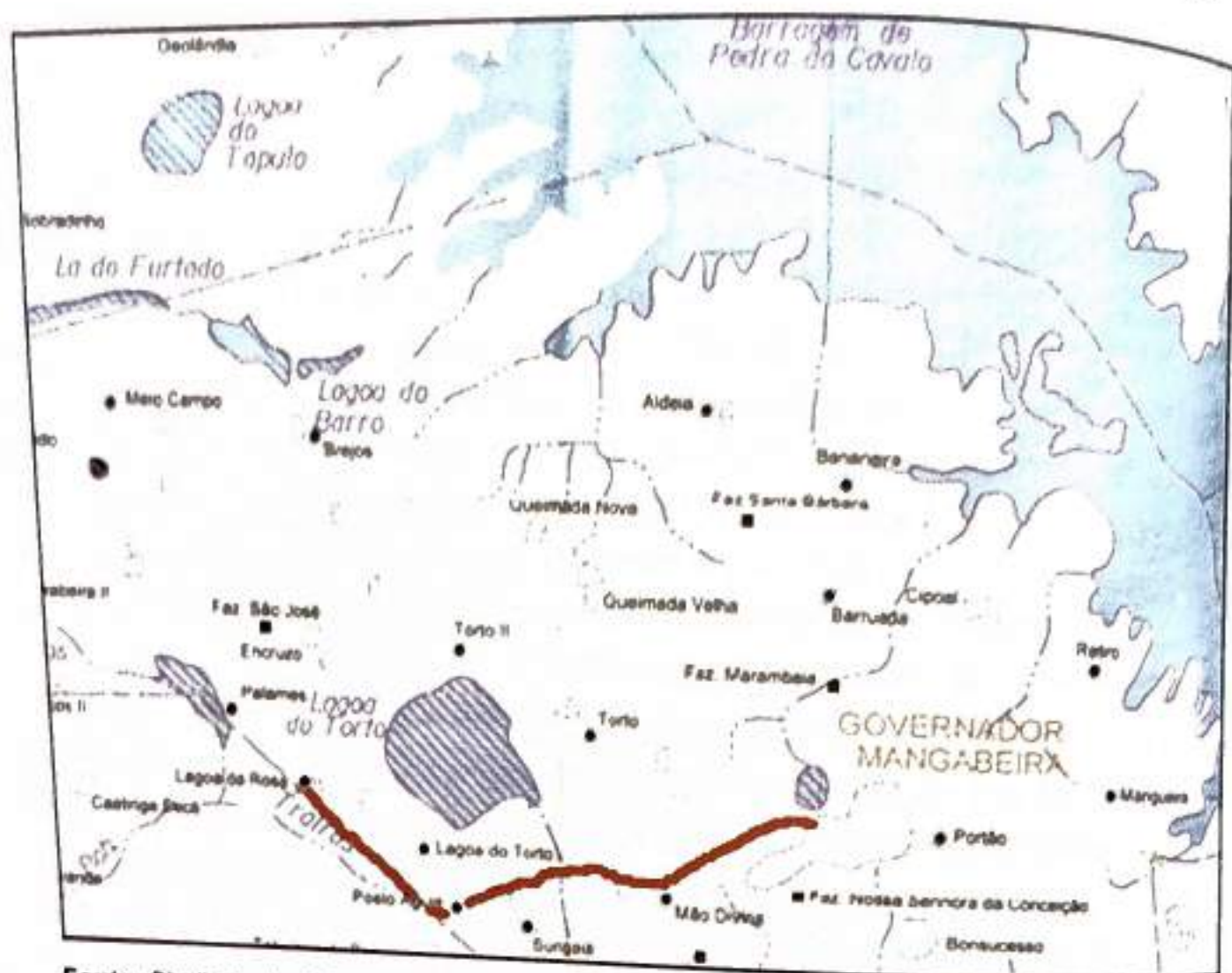
aumento demandado desses gêneros, o abastecimento dos mercados e armazéns ajudou a fortalecer o transporte fluvial interligando os demais espaços a Salvador, principalmente os espaços que margeavam os rios Jaguaripe e Paraguaçu.

A dinâmica proporcionada à cidade de Salvador é retratada por Barickman (2003, p. 131) ao registrar um depoimento que revelava a impressão de um comerciante acerca do fluxo fervoroso ali estabelecido: "um grau de riqueza, desconhecido na Europa, é assim posto em circulação". Percebe-se a importância que a raiz de mandioca e o seu mais nobre alimento – a farinha – desempenharam na produção e organização da região do Recôncavo. Mas, sem dúvida, a grande contribuição legada à região em relação à produção de farinha foram os conhecimentos acumulados ao longo do tempo que se perpetuaram tendo como palco de realização as casas de farinha.

Lagoa da Rosa, localidade rural de Governador Mangabeira, localizada a 136 km de distância da capital Salvador, possui em torno de 962 habitantes (Secretaria de Saúde, 2010). Ficou conhecida por este nome com base em duas versões. A primeira é narrada pelos moradores mais velhos e tem fundamento simbólico. Estes justificam a influência da família de Dona Maria Rosa que possuía a maior fazenda na redondeza e em suas terras preservava a 'Lagoa Grande', como foi batizada pelos moradores. Após sua morte, resolveram homenageá-la atrelando sua importância, do mesmo modo, ao potencial hídrico da localidade.

Em depoimento, o senhor David da Conceição descreve como é a 'lagoa grande' que deu origem ao nome da localidade: "ela começa aqui de cima, vai longe, lá por João Neves... aí pega Palames e desce, vai longe, ela vai terminar no Rio Capivari" (David da Conceição, lavrador, 83 anos, 2010). As lagoas são importantes porque, além de ser uma riqueza da paisagem, elas possuem um valor simbólico para seus moradores. Ainda hoje, a referência às águas cristalinas é propriedade conquistada pela valorização que cada um de seus moradores atribue às lagoas. Segue em destaque na Figura 01 um croqui apresentando a localização geográfica de Lagoa da Rosa.

FIGURA 01 – Croqui sem escala do município de Governador Mangabeira/BA.



Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Mangabeira, 2001. Adaptado por Elizângela Pinto.

A segunda versão é mais aceita pelos seus moradores e tem fundamento religioso e simbólico. Versam os moradores que anteriormente a localidade era conhecida por Torto I e depois passou a ser chamada de Palames: "[...] chegaram aí e colocaram um orelhão bem aqui no meio com o nome de Palames. Daí em diante ficou conhecido por esse nome. Não foi a gente que escolheu [...]". (Raimundo Bispo, lavrador, 78 anos, 2010). Descontentes com os nomes recebidos, após a construção da igreja de Nossa Senhora do Norte, há 15 anos, as irmãs juntamente com os fiéis frequentadores da paróquia escolheram o nome Lagoa da Rosa, levando em consideração as lagoas de água cristalina existentes na localidade. Pelo fato de ser um nome escolhido por pessoas religiosas da localidade e pelo próprio povo, a identidade com o nome do lugar é mais forte. Mesmo sendo recente, a aceitação pelo nome Lagoa da Rosa foi completa.

Para além destes aspectos, destaca-se que a localidade de Lagoa da Rosa tem se mostrado bastante vocativa para o desenvolvimen-

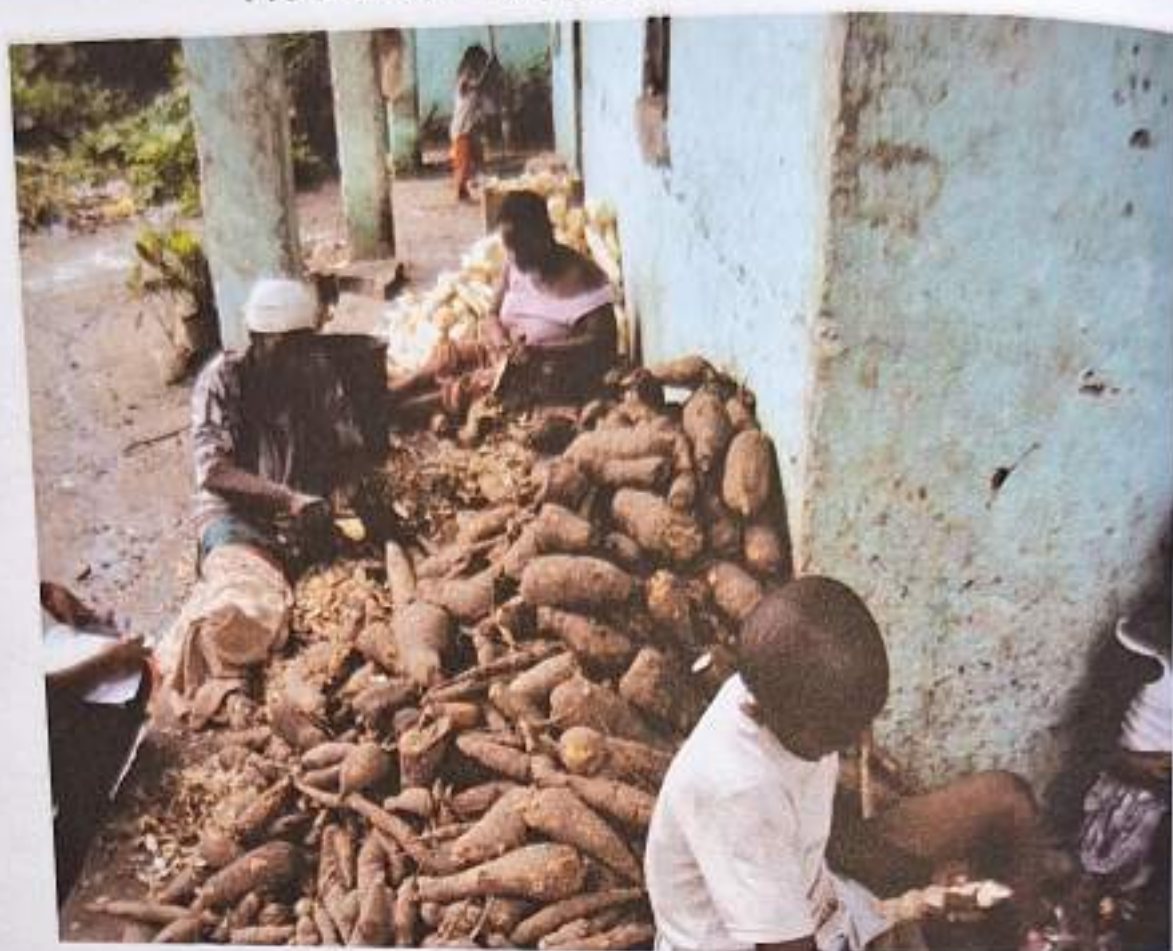
to da produção de farinha e beijus que são destinados à comercialização nos mercados municipais, nas feiras livres, em pequenos mercados e mercearias dos municípios circunvizinhos, a saber: Muritiba, Cachoeira, Cruz das Almas, Santo Estevão e, também, dentro da própria localidade. Dessa forma, agentes sociais têm a oportunidade de conviver tanto com a dinâmica das casas de farinha familiares quanto das casas de farinha comunitárias, possibilitando, assim, o conhecimento das discrepâncias existentes nos contextos da organização, da lógica de produção e também das relações ali estabelecidas, as quais serão abordadas a partir da apropriação dos conceitos de cultura, lugar e espaço.

CASAS DE FARINHA FAMILIARES: ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE

As casas de farinha são elementos do espaço geográfico rural que desde muitas décadas foram utilizadas pelas comunidades e pelas famílias para a realização de afazeres relacionados à subsistência do grupo social. O espaço de uma casa de farinha é, então, um espaço socialmente produzido, protagonizado por seus atores sociais, não somente pelo ato de fazer farinha, mas, sobretudo, porque estes criam e recriam relações culturais que emergem destes espaços e emitem a todo tempo significados comuns ao grupo que dele participa.

Para Damatta (1997, p. 49), a casa "é o espaço da sociedade brasileira que traduz o mundo como um assunto de preferências, laços de simpatia, lealdades pessoais, complementaridades, compensações e bondades (ou maldades)". Portanto, as relações socioculturais que qualificam o espaço da casa de farinha são fortemente compartilhadas através da comunicação, principalmente, por uma característica comum aos indivíduos que frequentam este espaço: a consanguinidade. Como mostra a Figura 02, a participação da família é fundamental. Noras, sogras, avós, netos, todos participam deste processo.

FIGURA 02 – Raspadeiras de mandioca



Fonte: Trabalho de campo realizado em março de 2010, arquivo pessoal.

Damatta (1997) elabora suas apreensões acerca do que possa esclarecer o vínculo íntimo dos agentes sociais ao lugar da casa de farinha. Primeiro deve-se considerar que a casa de farinha tem um significado especial para as pessoas que frequentam porque é ali que a cultura ganha forma, vida e movimento através das ações, das práticas e da sua relação com o espaço. Esta é certamente uma questão que elucida a abordagem de Damatta (1997) a respeito da "casa" categorizando-a, como uma área que é especial por isso, o que é externo a ela não é capaz de modificá-la ou melhor, de penetrá-la.

[...] não existem indivíduos e todos são pessoas, isto é, todos que habitam uma casa brasileira se relacionam entre si por meio de laços de sangue, idade, sexo e vínculos de hospitalidade e simpatia que permitem fazer da casa uma metáfora da própria sociedade brasileira. [...] Um espaço infenso ao tempo linear, onde as coisas "lá de fora", do mundo e da rua não atingem, com seus novos valores de individualização e subversão, a sua velha e boa ordem estabelecida pelas diferenças de sexo, idade e "sangue" (DAMATTA, 1997, p. 53).

Apesar de Damatta (1997) esclarecer que as forças externas não são suficientemente capazes de modificar as relações mais íntimas amparadas no ambiente de uma casa, toda força que essas relações exercem no comportamento das pessoas, discutidas sob o ponto de vista geográfico, aponta para as mais previsíveis mudanças.

As mudanças são justificadas, principalmente, a partir da necessidade de atender melhor aos seus agentes sociais, seja pela vontade de adequar àquilo que num dado momento histórico exige uma adaptação cada vez maior destes espaços – mesmo que tenha um significado especial, como afirma Damatta (1997) –, seja pela aspiração de ressignificar os sentidos e símbolos que a casa representa para os indivíduos que dela compartilham, estes elementos espaciais recebem ou são invadidos por novas perspectivas modificando a dinâmica do seu espaço que, aos poucos, vai assumindo, outras características ou as mesclam tornando-se, portanto, objetos de análise geográfica.

É certo, porém, que a compreensão dessas questões deva passar pelo entendimento do que seja a casa de farinha como elemento do espaço vivido para que a sua dinâmica seja analisada, mas, também, considerar as relações socioculturais existentes que dão sentido ao cotidiano de quem trabalha com essa atividade. Entende-se por espaço vivido:

[...] a estrutura íntima do espaço tal qual nos aparece em nossas experiências concretas de mundo como membros de um grupo cultural. Ele é intersubjetivo e, portanto, permeia todos os membros daquele grupo, pois, todos foram socializados de acordo com o conjunto de experiências, signos e símbolos [...] (RELPH, 1976 apud ROSENDHAL, 2001, p.106).

À medida que as pessoas lidam umas com as outras e se envolvem com as experiências do grupo, as relações são construídas como assegura Carlos (1996, p. 81): "ao demarcar o lugar, com suas ações, com seu "ir e vir" no uso, para a vida, o homem se identifica com o espaço porque seus traços, suas marcas o transformam na convivência com o lugar, e nele se produz a identidade". Dessa forma, a perspectiva abordada por Carlos (1996) cria manifestações favoráveis no sentido de que o cotidiano da casa de farinha familiar é caracterizado pela transformação do espaço, propriamente dito, em espaço vivido através das ações que produzem a identidade de seus participantes.

As pessoas adquirem, por meio do processo de comunicação, as habilidades das quais têm necessidade para desenvolver sua compreensão do meio natural e social no qual vivem [...]. A comunicação, todavia, tem outra função: possui uma dimensão simbólica. Quaisquer que sejam os bens materiais, pessoas e informações implicadas em uma transação social, um elemento novo surge nessa ocasião: o fato de os parceiros se encontrarem, se falarem e tentarem achar um terreno de entendimento comum os faz existir socialmente. Graças à interação que desenvolvem entre si, os indivíduos se beneficiam de um reconhecimento coletivo e adquirem uma identidade (CORRÊA; ROSENDHAL, 2001, p. 75).

No que se refere às relações socioculturais, estas são criadas porque o espaço da casa de farinha é "irresistível". "[...] quando é irresistível, podemos estar certos de que o lugar ou meio ambiente é o vínculo de acontecimentos emocionalmente fortes ou é percebido como um símbolo [...]". (TUAN, 1980, p. 107). Com base em Tuan (1980), as experiências compartilhadas e coletivizadas por todos ou pela maior parte das pessoas que frequentam a casa de farinha revelam a afetividade que os indivíduos têm com este espaço e isso caracteriza a identidade de um grupo social. Sendo assim, sua dinâmica extrapola o fim a que foi objetivado, ou seja, a produção de farinha, beijus e tapiocas² para alimentação das famílias. Portanto, participar do trabalho em uma casa de farinha sugere também o fortalecimento de relações afetivas que são impulsionadas pelo cotidiano do fazer a farinha e de todas as atividades que ali se desenvolvem.

Cotidianamente, as raspadeiras se encontram numa gigantesca reunião em que as raízes da mandioca são desnudadas por suas hábeis mãos e ferramentas grosseiras que caracterizam os afazeres diários, mas não deixam de trocar ideias, contar causos e inventar cantorias. Assim como funções específicas foram atribuídas às mulheres, os homens têm a incumbência de manusear os objetos, por mais rústicos que sejam, porém são dotados de técnicas perpetuadas ao longo do tempo por seus antepassados.

² Farinha, beijus e tapioca são os produtos fabricados numa casa de farinha. Para obtê-los, o processo requer sabedoria, pois sua matéria-prima possui substâncias tóxicas que podem envenenar os seres humanos. O beiju é bastante apreciado porque recebe adaptações como recheio de coco para incrementar o seu sabor, a tapioca é empregada em várias receitas da culinária nordestina como bolo, mingau e cuscuz e a farinha constitui-se no principal produto extraído da mandioca.

A divisão do trabalho na casa de farinha familiar traz enraizada a questão de gênero. Embora essa não seja a discussão proposta pela análise que se faz, é inevitável não a perceber presente na realidade da casa de farinha do passado, e do presente, pois as divisões de tarefas são ainda as mesmas. A respeito disto, Giddens discute que: "as tradições de comportamento têm sua própria carga moral, que resiste especificamente ao poder técnico de introduzir algo novo" (GIDDENS, 2002, p. 135-136). Como se trata de uma divisão do trabalho que marca a questão do gênero envolve consequentemente o comportamento das pessoas, ou seja, é complexo haver mudanças em curto prazo porque não se trata de meros hábitos, mas de uma tradição que possui caráter normativo: "nas práticas tradicionais, a obrigatoriedade das atividades expressa preceitos sobre como as coisas devem ou não ser feitas". (GIDDENS, 2002, p. 135-136).

Caberiam, no entanto, outras discussões, mas o fato é que as relações socioculturais constituídas no espaço da casa de farinha familiar são sustentadas pelo cotidiano que preenche o lugar de significado de modo singular porque é nas experiências do espaço que habitam as perspectivas de cada indivíduo.

Desse ponto de vista, o espaço é percebido pelos seus participantes a partir das experiências que surgem do contato, das trocas, das práticas e das relações coletivas permitindo maior disponibilidade de comunicação entre si. No entanto, o fato de sua subjetividade qualificá-lo não anula as dificuldades enfrentadas pelo desgaste causado em função da exposição a horas exaustivas de trabalho. São situações que ficam mascaradas pela tradição em que o processo de fabricação de farinha se desenvolveu ao longo dos anos. Isso é ainda mais contraditório quando o espaço da casa de farinha familiar é entendido segundo a concepção de lugar abordada por Relph (1976 apud ROSENDHAL, 2001, p. 106), pois o modo particular de relacionar as diversas experiências de espaço, com base na pesquisa realizada, revela um sentimento contrário ao que se esperaria das relações socioculturais comuns às casas de farinha.

Relph (1976 apud ROSENDHAL, 2001, p. 106), bem como Tuan (1983) colaboram afirmando que as pessoas reagem ao lugar segundo as experiências que vivem. Tuan (1983, p. 184) conceitua lugar como: "uma área onde uns se preocupam com os outros, um reservatório de lembranças e sonhos". Isto remete à coletividade, mas como isto é possível se a relação com o lugar é particularizada?

A realidade estudada na localidade de Lagoa da Rosa, por exemplo, mostra que a relação é coletiva, porém os aspectos da coletividade que contribuíram para a elaboração dos moradores sobre a casa de farinha, em relação ao trabalho que é realizado, indicam variações de percepções embebidas em lembranças boas, entretanto, as raspadeiras trazem em seus discursos menções que evidenciam as mais variadas dificuldades, entre elas, o repúdio pelo trabalho neste lugar quando este é realizado individualmente.

Como conceber a casa de farinha familiar como um "reservatório de lembranças e sonhos?". Cada indivíduo compreende e tem as suas concepções formadas sobre o lugar, por isso é que sua percepção parte de sua consciência íntima. As dificuldades enfrentadas por estes grupos sociais prevalecem em relação às experiências compartilhadas na perspectiva da coletividade, ou seja, dos causos, das cantorias e outros rituais que promoviam a intersubjetividade do lugar porque, apesar da experiência do lugar ser particularizada, as dificuldades apontadas são experiências de todo um grupo ou, pelo menos, de sua maioria.

Uma das razões que tornam a análise da dimensão cultural das casas de farinha familiares provocante é que a compreensão do olhar que os indivíduos projetam sobre seu espaço, qualifica, se assim é possível, as relações socioculturais ali construídas. A dinâmica dessa interação, a todo o momento, preenche as relações existentes nestes espaços tornando-os uma área representativa para a vida de seus agentes sociais seja em seus aspectos positivos ou negativos. Embora as relações existentes sejam significativas, os indivíduos ali reunidos não compartilham os mesmos sentimentos porque as experiências apreendidas nestes espaços variam de acordo com a crença de cada um e, principalmente, variam de acordo com a percepção que eles têm do lugar.

Com a Figura 03, pode-se perceber que fazer beiju, torrar farinha, prensar a massa são experiências construídas pelos agentes sociais numa casa de farinha familiar. Esses afazeres produzem uma característica ímpar ao grupo, que é a relação coletiva a qual os mantém ligados por objetivos semelhantes.

FIGURA 03 – O trabalho coletivo na casa de farinha familiar

Fonte: Trabalho de campo realizado em março de 2010, arquivo pessoal.

Nota-se, portanto, que as pessoas que convivem nesses lugares se expressam para responder às suas necessidades e isso movimenta o trabalho em grupo, por consequência, a sociabilidade. Dessa forma, é possível afirmar que uma casa de farinha sob as condições de suas técnicas e saberes acumulados não é permissível à individualidade. Essa é a maneira como estas pessoas se definem, se realizam no dia a dia e constroem a sua identidade.

Como fundamento das identidades, a cultura reúne os homens ou os separa. Quando as pessoas aderem às mesmas crenças, dividem os mesmos valores e associam suas existências a objetivos próximos, nada se opõe a que eles se comuniquem livremente entre si (CLAVAL, 2006, p. 105).

Não se pode compreender os homens e seu espaço quando as relações socioculturais que foram construídas são negligenciadas na análise. É com vista nesta perspectiva, que se pretende conhecer a dimensão cultural do espaço da casa de farinha familiar. Investigar o olhar de seus participantes sobre o lugar, sobre o seu conteúdo e práticas que se desenvolvem, faz com que a dinâmica desse conjunto se concretize numa análise cultural que tem como objetivo expressar a realidade deste lugar, pois, no cerne da discussão, a cultura desse grupo social é o

que motiva a existência de representações que fornecem símbolos para a apreensão da realidade da casa de farinha familiar. Segundo Claval (2006), as representações que os sujeitos têm de sua realidade criam uma ordem normativa e estão estreitamente ligadas a valores.

As representações que o indivíduo recebe através de sua educação, que ele aprende no contato com outros, que ele constrói e que reinterpreta, constituem um universo mental que se interpõe entre as sensações recebidas e a imagem construída em seu espírito. As representações fornecem malhas para apreender o real. Elas permitem superpor ao aqui e agora os algures, que são sociais, geográficos e metafísicos. Elas dão assim origem a valores e instituem uma ordem normativa (CLAVAL, 2006, p. 93).

A imagem que o indivíduo tem da casa de farinha familiar passa pelo que Claval (2006) discute. A pesquisa mostra que as pessoas que já participaram ou ainda participam de toda a dinâmica da casa de farinha constroem relações com o lugar e com as pessoas que compartilham os afazeres neste espaço. As pessoas conseguem, sem dificuldades, elaborar imagens de um passado e de um presente que representam a realidade cultural desse ambiente criado e reinterpretado através das sensações e percepção do conjunto de acontecimentos que norteiam e qualificam essa dimensão espacial. "Enquanto há o que recordar, o passado se enlaça no atual e conserva a vivacidade combinante que significa uma ausência em presença" (CARLOS, 1996, p. 82). Nesta perspectiva, a casa de farinha familiar pode ser considerada como um lugar no qual as práticas culturais de determinado grupo social são ou foram por muito tempo alimentadas, transmitidas, dialogadas, cantadas e contadas. Portanto, a comunicação é um dos símbolos fundamentais dos grupos sociais porque é através da linguagem que as experiências podem ser trocadas e/ou construídas.

Na casa de farinha artesanal, a linguagem se torna familiar a todos os membros do grupo a partir de vínculos afetivos que são estabelecidos e permitem essa contribuição fazendo com que as relações sociais sejam carregadas de significado. Essa relação manifesta a concepção das pessoas que estão inseridas neste contexto sobre a sua cultura e os seus valores ali incorporados. Para Claval (2006, p. 97), esses valores servem primeiro para: "guiar a ação, inscrevendo-a em um quadro normativo; segundo, sublinhar a especificidade de tudo que

é social, alçando a uma dignidade superior o que passa por procedimentos de institucionalização, e, terceiro, dar sentido à vida individual e coletiva". Os valores são incorporados e estão presentes no cotidiano dos agentes sociais que frequentam as casas de farinha familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender a dinâmica da realidade cultural das casas de farinha familiares permite compreender como este espaço é vivido por grupos de pessoas que sociabilizam suas ações através da linguagem, dos saberes e de sua afetividade com o lugar, tornando-o significativo, pois a cultura é um produto coletivo da vida humana. Segundo Corrêa e Rosendahl (2001, p. 115), "a cultura também está assentada numa base geográfica, pois é provável que só ocorra comunicação regular e compartilhada entre pessoas que ocupam uma área comum". Desse modo, o lugar e o espaço são categorias de análise fundamentais para a compreensão e análise dos acontecimentos compartilhados e das práticas cotidianas ocorridas no passado e no presente das casas de farinha.

Os saberes e crenças que nascem dentro de uma casa de farinha acentuam as práticas culturais, sociais, coletivas e individuais que o grupo possui, revelando suas identidades, de maneira que se torna perceptível a localização dos indivíduos que compartilham desta realidade na localidade de Lagoa da Rosa. Os saberes relativos a este espaço são dialogados em todo o momento da prática de fazer a farinha e o beiju. Cada participante domina com muita habilidade as suas atribuições dentro deste espaço e, a partir daí, todo o trabalho é conduzido por um grupo solidário que através de seu trabalho e das relações entre seus participantes elabora a cultura da casa de farinha familiar.

Consequentemente, a organização, o uso e todo o trabalho que é desenvolvido na casa de farinha familiar, é carregada de experiências relativas ao conhecimento deste espaço por seus participantes. O conhecimento que este grupo possui permite descobrir técnicas que dão base para que a casa de farinha ganhe movimento e produza aquilo que as famílias julgam necessário para a sobrevivência. Atualmente, os mesmos conhecimentos são empregados, porém constata-se um investimento maior em energia elétrica para mover o motor da cevadeira que no passado era movido a gasolina. Dessa forma, é importante reconhecer que a energia elétrica também faz parte da realidade das casas de farinha familiares visitadas, onde se constata que as atividades são

realizadas com menor frequência, porém se preserva a participação dos membros das famílias mais próximas com a finalidade de fazer farinha e beiju para consumo doméstico.

Embora as relações socioculturais ainda permaneçam, o processo de aperfeiçoamento no funcionamento da casa de farinha familiar, por menor que seja, já tem causado impactos na vida daqueles que usufruem desse espaço. O uso da energia elétrica, por exemplo, vem aumentando o custo para as famílias que buscam a saída do problema no rateamento do valor gasto, gerando uma série de desencontros entre os participantes da casa de farinha familiar e levando-os a transgredir as bases de sua cultura e, por consequência, os conteúdos normativos que, ao longo dos anos, esses mesmos indivíduos tinham como um aprendizado, fragilizando toda a relação de afetividade e de coletividade na realização dos afazeres. Isso é útil para entender porque os membros das famílias estão se deslocando para desnudarem a raiz de mandioca em casas de farinha que possuem uma demanda maior como as casas de farinha particulares que foram mecanizadas.

Por meio deste estudo, buscou-se a compreensão de uma realidade marcada por aspectos socioculturais que organiza o espaço das casas de farinha na localidade de Lagoa da Rosa. Tais aspectos permanecem enraizados, porém (res)significados em função da inserção de máquinas no contexto atual da produção de farinha e seus derivados. Os resultados encontrados expõem a casa de farinha familiar atualmente como um lugar em que os membros ligados por laços consanguíneos são os principais agentes sociais que dão vida e movimento a este lugar. Por conta disto, nota-se através da realidade local que, embora a mecanização tenha penetrado em diversas localidades rurais do município de Governador Mangabeira, as mudanças trazidas pelos avanços tecnológicos no campo não foram suficientemente capazes de modificar as atividades preexistentes. Nota-se, portanto, que este fato acontece porque é preciso levar em consideração a "natureza do espaço" que nem sempre é objeto de todas as modernizações.

REFERÊNCIAS

BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CLAVAL, Paul. As abordagens da geografia cultural. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5. ed Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Matrizes da geografia cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia cultural: um século**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2000-2002. 3v. (Coleção geografia cultural)

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção primeiros passos)

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. – São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atividades e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.

FONTES ORAIS

BISPO, Raimundo. Lavrador, aposentado, 78 anos. Pesquisa de campo realizada na localidade de Lagoa da Rosa – Governador Mangabeira, em março de 2010.

CONCEIÇÃO, David da. Lavrador, aposentado, 83 anos. Pesquisa de campo realizada na localidade de Lagoa da Rosa – Governador Mangabeira, em março de 2010.

O LAZER FESTIVO EM ESPAÇOS PÚBLICOS: ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE GOVERNADOR MANGABEIRA-BA

Julyane Silva Santana de Almeida*

Pode-se buscar o lazer urbano de diferentes formas: para recrear, divertir, descansar e/ou desenvolver. É o tempo livre do trabalho, a conquista da qualidade de vida do ser humano. No presente trabalho, objetiva-se fazer uma reflexão acerca dos espaços públicos de lazer da cidade de Governador Mangabeira. O recorte analítico da pesquisa são as festas e sua importância para a cidade, que utiliza desses atrativos para diversão e fortalecimento dos laços de sociabilidade. Busca-se analisar o surgimento dos novos espaços públicos de festas de finais de semana, como as principais praças públicas da área urbana. Para entendimento do tema proposto, realizou-se uma pesquisa qualitativa com entrevistas com os responsáveis pelas festas e frequentadores, bem como aplicações de questionários, revisão bibliográfica, documentais, cartográficos e registros fotográficos. As festas nos finais de semana atribuem um novo significado às praças, 90% dos frequentadores consideram que as festas nas praças animam e aumentam o bem-estar da população. Além disso, a maioria anseia por reformas dos outros espaços gratuitos para ampliar e multiplicar o seu lugar de lazer. Entretanto, além de proporcionar lazer, esses espaços se mostraram segregadores, a partir da privatização dos espaços públicos.

Palavras-chave: Lazer. Festa. Espaço Público.

The urban leisure can be seek in different ways to recreation, entertain, relax and/or develop, it is the free time of work, it's the achievement in life's quality of the human being. In this project the objective is make a reflection about the public of leisure in the city of Governador Mangabeira. The analytic cuttings of research are the parties and its importance to the city, which use these attractions for entertainment and to strengthen sociability ties. Seeks analyze the appearance of new public spaces of

* Licenciada em Geografia pela UNEB. Agente Comunitária de Saúde e Professora. E-mail: julyss_20@hotmail.com.

parties in the weekends such as the main public square of the urban area. For the understanding of the proposed theme, it was realized a qualitative interviews with those responsible parties and patrons, as well as applications, questionnaires, literature review, documentary, cartographic and photographic records. The parties in the weekends attribute a new meaning to the square, therefore, 90% of attendees felt that the celebrations in the streets and increase the good cheer is the population. Moreover, the vast majority yearn for reform of other spaces free to expand and multiply your place of leisure. However, in addition to providing these recreational spaces proved segregating from the privatization of public spaces.

Keywords: Leisure. Party. Public Space.

INTRODUÇÃO

O lazer vem do latim *licere*, significando "ser lícito, ser permitido, poder-se fazer" (Rolim, 1989). É o tempo destinado ao descanso ou à prática de atividades prazerosas, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se. Depois do exausto trabalho, é o tempo disponível, do não trabalho, diferente das obrigações profissionais, domésticas e sociais, envolvendo prazer, desejo, liberdade e criatividade. O indivíduo, ao participar das atividades de lazer, coletivamente, estabelece uma relação afetiva com as pessoas e com o mundo que pode ser em suas dimensões cultural, física, intelectual e/ou artística.

A presente pesquisa tem por objetivo estudar o lazer festivo e sociabilidade do espaço público da cidade de Governador Mangabeira, localizada na região do Recôncavo Sul, a 119 km da capital Salvador, buscando entender sua natureza mercadológica. Na cidade, os mangabeirenses utilizam as praças e os espaços de festas para desfrutar do lazer. As festas são formas de confraternização coletiva nas quais a população se reúne para diversão, conhecer pessoas e fortalecer laços de amizades, proporcionando os momentos de lazer.

As praças, para os moradores da cidade de Governador Mangabeira, são sinônimos de lazer como na maioria das cidades do interior. A Praça Castro Alves, a principal da cidade, localiza-se no cruzamento de vias principais, em que ficam o setor comercial (como supermercados, padarias, variadas lojas e farmácias), a biblioteca municipal, serviços gerais e algumas residências. Ela tem um grande valor para a popu-

lação mangabeirense pois possui, também, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (padroeira da cidade), na qual os católicos professam sua fé, além de ter sido o lugar a partir do qual se expandiu o território da cidade de Governador Mangabeira.

A segunda praça é a da Bandeira, chamada pelos moradores de "Praça dos Pontos" devido o surgimento no local do Ponto 13, um lugar de passagem em que os transeuntes paravam para comer, beber e descansar. Atualmente, esta praça possui o segundo maior templo católico da área urbana, São Benedito, o padroeiro da comunidade, é cultuado pelos antigos moradores da localidade e seus novenários. Essa praça localiza-se também no centro da cidade com atividade comercial reduzida, com dois supermercados, duas lojas de roupas, uma farmácia e seis bares, tendo, na sua maioria, as residências. Esta praça também se localiza nas vias principais de Governador Mangabeira.

As praças são consideradas as principais atrações do município, pois possuem uma grande movimentação de público e por serem de fácil acesso em Governador Mangabeira.

A população de Governador Mangabeira, estimada em 19.828 mil habitantes, segundo dados do IBGE/2007, está distribuída entre zonas rural e urbana, possuindo a área de 94,36 km², o município localiza-se no Recôncavo Sul como registra na figura abaixo e faz divisa com os municípios de Cabaceiras do Paraguaçu, Muritiba, São Félix, Cachoeira e Conceição da Feira.

FIGURA 1 – Mapa do Recôncavo Sul destacando Governador Mangabeira



Atualmente, nas duas praças da cidade, foram implantados pro-

jetos de shows ao vivo chamados de Sexta na Praça, que acontecem na Praça Castro Alves, e Domingo nos Pontos, realizado na Praça da Bandeira. Esses eventos animam a comunidade, dando uma nova dinâmica a esses espaços. Tais shows têm peculiaridades distintas: a Sexta na Praça, pelo seu estilo musical, é caracterizada por voz e violão, enquanto o Domingo nos Pontos, direcionado aos grupos musicais de preferência comerciais, como o arrocha¹ e o pagode baiano. Essas festividades proporcionam aos moradores momentos de lazer e encontros entre família, amigos e namorados.

Os autores utilizados para a elaboração da fundamentação teórica foram Joffre Dumazedier, Ethel Bauzer Medeiros (1975), Cristianne Werneck (2000), José Lamas (2000), Renato Requixa (1980), Edgar Morin (1997), Henri Lefevbre (1991), Paulo César Gomes (2002), Angelo Serpa (2007 e 2004), Luis Miguel Araújo (2007), Pall Claval (1991) Marielys Bueno (2008), entre outros. Utilizou-se a observação *in loco* e, em relação à parte empírica, trabalhou-se com aplicação de cem questionários com os moradores da cidade e frequentadores das praças. Houve entrevistas com secretário de Cultura; secretário de Desenvolvimento Urbano e representante da cidade; vereador Albano Fonseca; dez pessoas frequentadoras das festas. A escolha dos entrevistados ocorreu por meio de participação direta e indireta nesses espaços de festas. Como recursos, utilizaram-se os levantamentos bibliográficos, documentais, cartográficos e registros fotográficos para estruturar e embasar o trabalho. Esses recursos proporcionaram a análise final da pesquisa, trazendo resultados e conclusão coerente com o caso pesquisado.

O lazer festivo, sendo um dos direitos sociais, serve para aguçar a consciência crítica e refletir sobre a condição atual de lazer da cidade de Governador Mangabeira, principalmente os aspectos positivos e negativos.

LAZER NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

Na sociedade contemporânea, em que o trabalho traz obrigações que ocupam o tempo integral do indivíduo, o lazer vem contrapor, instigar o ser humano a ir em busca do tempo livre, do descanso, do divertimento, do prazer das escolhas, da satisfação e realização pessoal. Con-

¹ Modalidade de dança sensual que mescla ritmos como seresta, estilo romântico, entre outros.

forme Medeiros (1975), o lazer é o espaço de tempo não comprometido do qual podemos dispor livremente, porque já cumprimos nossas obrigações de trabalho e de vida. E o tempo livre é o momento de retomar as energias, de cuidar do próprio corpo, estar com a família ou amigos, para, no dia do trabalho, as forças estarem renovadas.

Werneck (2000, p. 21-23) salienta que "os primeiros sentidos de lazer estavam relacionados com o ócio que significava, para os gregos, desprendimento das tarefas servis, condição propícia à contemplação, à reflexão e à sabedoria". O lazer largou de ser visto como preguiça, pecado e egoísmo, passando a ser uma necessidade, que traz dignidade, saúde e felicidade para as pessoas, pois o bem-estar de cada indivíduo depende do descanso, que proporciona para qualquer ser humano uma melhor qualidade de vida.

Segundo Pereira e Silva (s.d.), com o advento da sociedade industrial e a revolução burguesa, criou-se uma nova lógica produtiva, na qual a força de trabalho era vendida como mercadoria para os proprietários das grandes fábricas, podendo haver uma jornada entre 13 a 16 horas desgastantes de trabalho por dia. A ideia de lazer ressurgiu, desta vez, atrelada ao trabalho, para recuperar as energias dos proletariados com outras atividades menos cansativas e repetitivas. No final do século XVIII até meados do século XIX, esse tempo para o lazer era pequeno, devido à exploração irracional dos trabalhadores, ordenada pelos capitalistas. Revoltados com as condições desumanas de trabalho, associadas a um quadro crescente de epidemias e violência que matavam a população, os operários se rebelaram e foram em busca dos seus direitos, de horário de trabalho justo, férias, cuidados com a saúde, melhorias de vida, possibilidade em desfrutar do lazer. As transformações da metade do século XX tomaram novos significados e o lazer trouxe está mudando a expressão do modelo familiar, pois com a diminuição das horas de trabalho, os trabalhadores obtiveram mais tempo com a família, reorganizaram a suas vidas e deram mais atenção aos seus filhos, bem como arrumaram tempo livre para o lazer e os patrões lucraram com melhores rendimentos nas fábricas e/ou nos serviços.

Mesmo com os protestos, os capitalistas criticavam essa procura constante do lazer, como diz Requixa:

[...] É na cidade de São Paulo, a mais industrializada cidade do país, onde o aspecto trabalho apresenta íntima conexão com a própria vida da cidade, que o lazer como tema haveria de impor-se, como aconteceu, com significativa importância. Assim, o lazer, como problema geral, emerge a consciência social brasileira nesse momento, e vai adquirindo progressiva importância social e política no país (REQUIXÁ, 1977, p. 32).

Entretanto, países capitalistas incomodaram-se quando, nas universidades, se discutia o lazer como tempo livre de descanso, pois a sociedade capitalista busca a produção do capital para sustentar e concretizar o poder. Segundo Dumazedier (1975), "em Paris, quaisquer que sejam as escolas, a maior parte dos marxistas, como Pierre Naville, por exemplo, não aceitam dar importância ao lazer na vida. Veem nisso possibilidade de evasão, de traição do trabalho". Porém, mesmo tendo suas ideologias, o trabalho tornou-se uma atividade cansativa e os empresários perceberam que o trabalhador desenvolvia melhor as suas funções com o tempo de descanso.

Atualmente, o lazer virou necessidade, prevenção à saúde e qualidade de vida. Segundo DUMAZEDIER, o lazer é:

O conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda, para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (Dumazedier, 1976, p. 34).

Segundo Morin (1997), o lazer é o acesso ao tempo livre, vincula-se ao tempo industrial, possuindo, como principal característica, o repouso, a recuperação do trabalho. Por isso, o ser humano tem a necessidade, no seu momento de lazer, de poder utilizar seu tempo livre de forma pessoal para descansar tanto o físico quanto a mente, fazendo algo que proporcione prazer para si mesmo.

No artigo 6º da Constituição Federal de 1988, o ser humano possui os direitos sociais "a educação, a saúde, o trabalho, **a lazer**, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]" (BRASIL, 1988, grifo nosso). No entanto, o lazer é privilégio ainda para poucos, pois é uma necessidade

da população que, na maioria das vezes, acaba não sendo atendida, seja pela falta de tempo por conta das várias ocupações diárias, seja pela falta de espaços de lazer. Na cidade de Governador Mangabeira, são escassos os espaços de lazer, havendo somente o estádio de futebol, quadras poliesportivas, praças, bares. Há a necessidade de inserir centros recreativos e culturais, requalificar os espaços de lazer públicos para que a comunidade tenha a oportunidade de desfrutar de tais espaços, que são, de direito, da população.

O LAZER E FESTAS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DA CIDADE

Na construção da cidade, a urbanização veio trazer espaços mais modernizados, priorizando o fluxo, infraestruturas, espaços públicos e particulares, lugares de acesso e circulação. O homem ampliou suas necessidades e precisa hoje criar e produzir espaços que atendam os seus desejos, suas vontades, que lhe deem conforto e, ainda, lucro, atualizando sempre o urbano. Por isso, vêm surgindo cidades com ruas, bairros, avenidas, praças e outros juntos a casas, prédios, comércios, indústrias e estabelecimentos para dar estrutura e facilidade ao espaço urbano, principalmente, na expansão das cidades. Em relação a isso, Lefebvre (1991, p. 103) afirma que,

As necessidades individuais a sociedade urbana, com suas motivações marcadas pela sociedade dita de consumo (...). Tem necessidade reunir de ver, de ouvir, de tocar, de degustar, e a necessidade de reunir essas percepções do mundo (LEFEBVRE, 1991, p. 103).

O espaço de lazer é, atualmente, o mais procurado pelas pessoas, visto que estimula a autoestima de cada indivíduo e dá suporte às suas necessidades fisiológicas (sede, fome e repouso), proporcionando prazer.

O sociólogo francês Dumazedier (1979, p.16) pontua que "o espaço de lazer, tanto quanto espaço cultural, é um espaço social onde se entabulam relações específicas entre seres, grupos, meios, classes [...]. É tornou-se um tempo de atividades que têm um valor em si mesmo". É nesses espaços que as pessoas se encontram com amigos, familiares, ou até o simples repouso particular para a distração, o descanso que, no mundo atual, traz qualidade para os seres humanos.

Segundo Pinheiro (s.d.), os espaços são organizados com funções e modelos diferenciados, subentendendo que suas utilizações possam vir a atender e contemplar os tempos de vida de cada pessoa. O tempo do lazer para cada indivíduo é imprescindível e, por isso, a busca de espaços culturais para o divertimento e o descanso, para se relacionar com outras pessoas, ou somente desfrutar da sua individualidade, que, como afirma Lefebvre (1999), é de: informações, simbolismo, do imaginário, do corporal, da arte, do conhecimento, das atividades lúdicas que passaram a existir, assim como para atender os anseios e desejos dos seres humanos.

O espaço de lazer público se caracteriza como lugar de direito coletivo e acessível a todos. Serpa afirma que:

O "público" diz respeito a uma acessibilidade generalizada e irrestrita, um espaço acessível a todos de significar, por outro lado, algo mais do que o simples acesso físico a espaços abertos de uso coletivos [...] que são ruas, praças, parques, largos, shopping centers, prédios públicos (SERPA, 2007, p. 16).

Nesse espaço, todos têm direitos de conviver e participar, satisfazendo suas necessidades e expectativas. É um lugar em que a população vive a maior parte do tempo tanto para o lazer quanto para outras funções de maneira gratuita. Segundo Araújo:

[...] a qualidade do espaço público está estreitamente relacionada com o planejamento do território, ao nível do desenho urbano, bem como com as respectivas políticas municipais que contribuem fortemente para a requalificação e definição destes locais, pois na sua generalidade se encontram sob a alçada das Autarquias Locais e do Estado (ARAÚJO, 2007, p. 01).

O Estado, sendo representado pela gestão política, tem papel fundamental de preservar, fomentar e zelar o espaço público, deixando-o agradável, pois é um patrimônio público no qual existem valores não só físicos e estéticos, mas culturais e históricos para a comunidade.

O município de Governador Mangabeira tem espaços públicos (quadras, fonte natural, clube cultural, entre outros), porém estão, atualmente, em sua maioria fechados, com problemas ambientais ou es-

truturais, sem haver, conseqüentemente, acesso popular. Elas estão precisando de requalificação para o uso do lazer. Por esses espaços estarem incapacitados para receber o público, o lazer acaba ficando restrito às praças.

Anteriormente, segundo Marcelino (1986), lazer apenas para as camadas sociais privilegiadas que já satisfizeram suas necessidades básicas de saúde, alimentação e habitação. Porém, o lazer no espaço público, principalmente as praças, universalizou o direito de se divertir.

O recorte da pesquisa sobre lazer é sinônimo de prazer, de satisfação e realização. Far-se-á a reflexão das novas festas de final de semana e os impactos na comunidade.

As festas são encontros comemorativos por qualquer ato de acontecimento para celebrar, divertir, podendo ser religioso para adorar divindades, ou profano como sinônimo de comemoração e diversão. São encontros coletivos que, para a sociedade, perdem seu caráter cotidiano e se transformam no contexto espacial de grupos específicos com seus símbolos e objetos. De acordo com Claval:

As festas manifestam-se por [...] danças, músicas e espetáculos. Cada um é por sua vez ator e espectador e vive um momento de intensa emoção, de comunhão e de evasão. O sentimento do pertencer coletivo é, então, muito forte (CLAVAl, 1991, p. 131).

É o momento em que a comunidade se reúne para comungar do lazer festivo, com várias pessoas, sem se preocupar com problemas sociais, econômicos e culturais. "A festa, em todas suas diferentes modalidades e seus múltiplos significados e contextos, têm em comum o fato de criar um espaço essencial para fortalecer e nutrir a rede das relações sociais, a parte humana da vida chamada 'teia da vida' (BUENO, 2008, p. 52). A festa é momento de sociabilidade dos indivíduos. É uma forma rica de lazer, pois é o momento de entretenimento, de conhecer pessoas. Se o lazer são formas de vivências revitalizadoras, o ato de festejar também contempla esses adjetivos. Parecem sinônimos, mas são complementares. As festas são práticas de lazer, são formas de atrair e envolver a comunidade, os visitantes e seus admiradores.

AS PRAÇAS PÚBLICAS COMO ESPAÇO DE LAZER, FESTAS E SOCIABILIDADE

Entende-se como espaço público, lugares que proporcionam conforto, fácil acesso; um espaço funcional da cidade, que permite a qualquer cidadão frequentar e participar do lazer local. As praças são muito importantes para a cidade de Governador Mangabeira, espaços que a comunidade usa e se apropria visitando, se divertindo, ou indo só de passagem, visto que é um lugar de vivência da população e é nesse lugar que a comunidade tem o sentimento de pertencimento. Como afirma Rieper (2007, p. 03), "o lugar é apropriado à medida que é vivido e nestas formas de apropriação a percepção é um dado fundamental, pois representa a maneira como as pessoas enxergam seu lugar e o valorizam".

É comum a ligação que os moradores têm com o lugar, eles "mentalmente" ampliam seu limite de espaço, incluindo as praças como parte da sua residência, porque podem cuidar e opinar, "qualquer que seja a Praça é um local de encontro, de sociabilização, de ver e ser visto" (ARAÚJO, 2007, p. 09). São espaços públicos rodeados por ruas, comércio, estruturas urbanas e outros, como patrimônio, é um "palco" da história de um povo, visto que as comunidades se apropriam e se relacionam no lugar. Como afirma Lamas:

[...] a praça como lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, consequentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas (LAMAS, 2000, p. 102).

Robba e Macedo (2002, p. 17) também definem praça como "espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos", utilizados para socialização da comunidade. Como na maioria das cidades, quase todas as praças nascem no entorno ou perto da igreja, se tornando a referência do religioso, do lazer, do trabalho, o ponto de partida, de chegada para os moradores. "O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisada pela tríade habitante-identidade-lugar" (CARLOS, 1996, p. 20). Percebe-se que os mangabeirenses possuem uma identificação com as praças, pois são lugares em que encontram amigos, familiares.

colegas (escola, trabalho, universidade), namorados(as), lugar de espera, de festas, locomoção para igreja, preservando o sentido do encontro e reencontro. Os mangabeirenses buscam as praças para se socializar e evitar a solidão do lar, solidão essa não pela falta de pessoas da família, mas por pessoas da mesma faixa de idade e gostos parecidos. Como cita Araújo:

Depois do abrigo, da família e do alimento que satisfazem as suas necessidades instintivas, o homem teve necessidade de algo mais, para satisfazer a sua componente racional e social. É o medo da solidão que o leva à praça, a necessidade do contacto com os outros, o ver os outros e o fazer-se ver (ARAÚJO, 2007, p. 25).

Os mangabeirenses utilizam as praças de diversas maneiras: para conversar, descansar, alimentar, namorar, flertar, festejar (por distintos grupos sociais, como jovens, adultos, idosos e crianças) e, principalmente, para a prática do lazer. No município, as opções de lazer oferecidas pelo poder público e privado são precárias, pois não existem cinemas, parques, teatros, etc., e, como todas as cidades do interior, as praças são vistas como lugar do entretenimento.

As praças, no cotidiano da cidade, têm diversas formas de uso e apropriação: durante manhã, tarde e noite, são os espaços dos estudantes das escolas e cursinhos, espaços do bate-papo com amigos, namorados, e de espera do ônibus escolar. O lugar caracteriza-se, principalmente, pela valorização das relações de afetividade desenvolvidas pelos indivíduos em relação ao seu ambiente.

AS FESTAS DAS PRAÇAS CASTRO ALVES E DA BANDEIRA

No final de semana, as praças são atrações de toda a comunidade, frequentadores de todas as idades, crianças que estão ali para brincar; são lugares de encontros com amigos e paqueras, pessoas consumindo bebidas e alimentando-se em lanchonetes, barracas e quiosques.

No ano de 2001, foi implantado o projeto de música ao vivo chamado de "Sexta na Praça", na Praça Castro Alves, de autoria do vereador Albano Fonseca. Logo depois, surgiu o "Domingo nos Pontos", na Praça da Bandeira, para fomentar o lazer na cidade com mais diversão, festas, entretenimento (parques) e para estimular o consumo. Através

da pesquisa, observamos que estes espaços estão atrelados à cultura e identidade tanto pessoal quanto coletiva com o intuito de elevar e animar as praças diante da sociedade, além de seduzir a população mangabeirense e de outros lugares.

A criação do projeto "Sexta na Praça" foi planejada tendo como referência a "Quinta-Feira na Praça", que acontece na cidade de Feira de Santana. Após visita a essa cidade, o vereador Albano Fonseca convidou o músico Roni Soares para se apresentar na Praça Castro Alves só por uma sexta-feira. O primeiro encontro musical atraiu grande número de pessoas. Com isso, o músico sugeriu cantar também na sexta-feira seguinte, obtendo também sucesso, enchendo a praça com a população mangabeirense e visitantes de cidades circunvizinhas. Por conta desse fato, o vereador continuou com a promoção das apresentações na sexta-feira, tornando essa festa interessante para cidade. Segundo o vereador Albano Fonseca, os motivos da formação do projeto se deram porque:

Os estudantes acima de 18 anos só frequentavam a praça até 20h, precisava de mais diversão; os músicos da nossa terra precisavam de mais visibilidade e valorização. Com a "Sexta na Praça", tiveram e têm oportunidade de se apresentar mais vezes. A sexta-feira, em Governador Mangabeira, se tornou atração gratuita da região (FONSECA, Albano. 2010).

Por causa dessa iniciativa, o vereador Albano Fonseca, lançou o projeto "Sexta na Praça" na Câmara de Vereadores de Governador Mangabeira. Houve a votação do projeto no dia 13 de abril e, no dia 25 de maio de 2009, foi aprovado o Projeto "Sexta na Praça" na cidade de Governador Mangabeira com as seguintes atribuições legais do Projeto de Lei nº 01/2009:

O som utilizado para propagação do show será, no máximo, de dois graves, e o início do mesmo será impreterivelmente às 21h e o término às 23h55; nos anúncios dos shows, quer através de carro de som, ou alto falantes deve constar a autoria do projeto e ano de realização; o projeto acontecerá sempre às sextas-feiras na Praça Castro Alves e obrigatoriamente suspenso por motivo de eventos religiosos ou por motivos de luto; os organizadores ficarão responsáveis pela fiscalização e conservação da praça, po-

dendo pedir, para tal, o apoio policial. (Projeto de Lei n. 01/2009, Câmara de Vereadores).

A figura a seguir demonstra a Praça Castro Alves no dia do "Sexta na Praça".

FIGURA 2 – "Sexta na Praça"



Fonte: Arquivo pessoal da autora. Pesquisa de campo realizada em setembro/2010.

O projeto surge para solucionar problemas na realização do "Sexta na Praça" e legalizar a festa na cidade de Governador Mangabeira com o objetivo de melhorar as condições de lazer, agregando mais valor no espaço da praça e aumentando os benefícios em termos de qualidade de vida dos cidadãos.

Com o sucesso do projeto "Sexta na Praça", a ideia expandiu para o "Domingo nos Pontos". Este surge com o mesmo objetivo de diversão, porém com estilos e públicos deferentes. A única observação é que o "Domingo nos Pontos" não tem ainda o projeto em lei como o "Sexta na Praça".

As festas, que eram organizadas pelo vereador e alguns cidadãos mangabeirenses, hoje são organizadas pela empresa de publicidade WR Brasil, que recolhe o dinheiro dos patrocínios em parceria com os

comerciantes e o poder público. Eles demarcam o espaço, arrumam o som, a iluminação e o palco; os ambulantes montam suas barracas de comida, bebidas, doces, tudo para os festejos que aquecem o comércio local. Toda a estrutura é elaborada para só um dia na semana, um dos exemplos é a estrutura de som utilizada para animar a festa no "Sexta na Praça" ilustrada na figura a seguir.

FIGURA 3 – Músicos do "Sexta na Praça"



Fonte: Arquivo pessoal da autora. Pesquisa de campo realizada em setembro/2010.

O "Sexta na Praça" acontece com grupos que tocam músicas de preferência do público em estilo voz e violão. O palco fica no meio da praça e a maior parte do público fica em um dos dois quiosques e o restante, em pé ou nos bancos da praça. A população que frequenta o projeto "Sexta na Praça" curte as músicas dos ritmos MPB, romântica, um estilo mais acústico, com público específico. De acordo com um dos frequentadores do "Sexta na Praça":

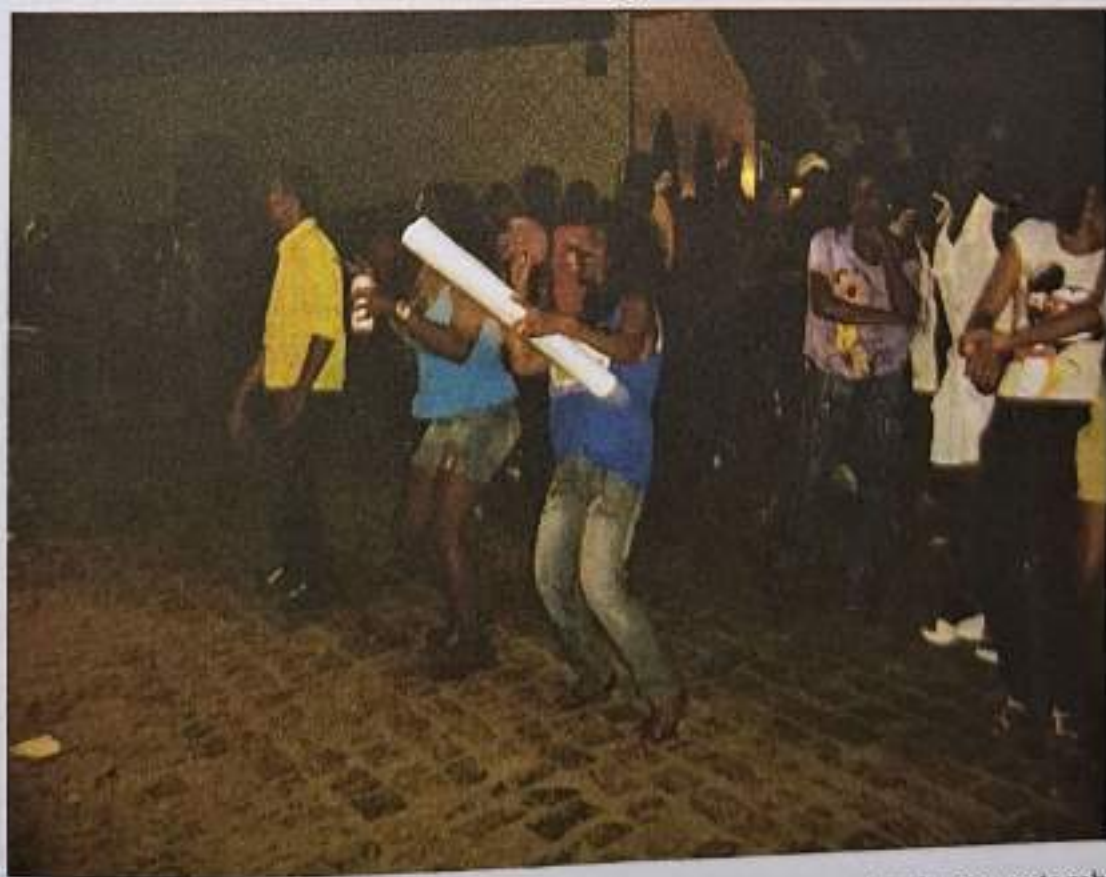
A festa, no fim de semana, é ótimo, a diversão é garantida, é o momento de descansar do trabalho que estressa tanto. O show é maravilhoso de ouvir, principalmente MPB. Fico em um quiosque, tomo minha cervejinha com minha esposa (PROFESSOR, 45 anos).

Na Praça da Bandeira, lugar em que acontece o "Domingo nos Pontos", é diferente. Os cantores, em sua maioria, são de arrocha, cuja música é mais dançante. O arrocha é o mais pedido entre o público, um estilo de música que, segundo os cantores, é uma reinvenção da música brega, da seresta, do estilo romântico, então, é uma mistura que atende diretamente à camada popular. De acordo com uma das frequentadoras do "Domingo nos Pontos",

O arrocha é muito bom, dança coladinho, dá até para paquerar (risos), amanhã vou trabalhar é na enxada, trabalho pesado, depois cuido da minha filha, estou cansada da semana e muito feliz pelo domingo, esperando mais um "Domingo nos Pontos" (LAVRADORRA. 33 anos).

Quem participa da "Sexta na Praça", em sua maioria, não frequenta o "Domingo nos Pontos" por causa dos ritmos musicais que são diferenciados. E quem participa no domingo é uma classe mais popular. O palco do "Domingo nos Pontos" se posiciona na maior parte na lateral da praça. O público, por sua vez, se concentra em pé, dançando junto ao grupo musical, e a minoria se concentra na praça e/ou nos quiosques, como, podemos observar na figura:

FIGURA 4 – "Domingo nos Pontos"



Fonte: Arquivo pessoal da autora. Pesquisa de campo realizada em setembro de 2010.

O "Domingo nos Pontos" só acontece se os comerciantes, que são poucos e se posicionam ao redor da praça, tiverem possibilidades de patrocinar. O poder público e outros empresários também ajudam no patrocínio, mas nem sempre isso acontece, tornando o evento quinzenal e passando por problemas de patrocínio local. Em relação ao "Sexta", o número de patrocinadores locais e de cidades vizinhas, como de Cruz das Almas, é maior. Segundo a empresa WR Brasil, o "Sexta na Praça", por ter mais patrocinadores, acontece em mais finais de semana.

A praça, mesmo sendo um espaço público, tem, como maiores patrocinadores das festas dos finais de semana, os comerciantes dos quiosques, ambulantes, bares e barraqueiros com o propósito de atrair mais pessoas para o lazer, para o consumo e dinamização da economia. O público é diferente, o que atende às perspectivas dos comerciantes das festas, pois quem consome na "Sexta na Praça" diverge da população que consome no "Domingo nos Pontos". Isso demonstra uma divisão sociocultural a partir "das escolhas dos ritmos de músicas" feitas pela população. Essas escolhas geram divisões e segregações espaciais, onde grupos se formam e se apropriam de determinado espaço a partir de um símbolo, nesse caso o ritmo musical seria esse símbolo.

Os espaços das praças também atraem pessoas não para o divertimento, mas para o trabalho. Como no exemplo, os ambulantes utilizam esses espaços para comercializar seus produtos e serviços, para atender às pessoas. Dessa forma, percebe-se que os espaços de lazer contribuem não só para o entretenimento, mas também para o trabalho e renda. Segundo Costa:

No espaço urbano, existem pólos onde os ambulantes prevalecem, principalmente quando acontecem determinados eventos caracterizados por uma grande concentração de pessoas, do qual depende o sucesso de suas vendas. O término dessas aglomerações, seguido de um esvaziamento [...] confere ao seu espaço de entorno uma imagem provisória (COSTA, 1989, p. 24).

Essas festas na praça trazem ambulantes da própria cidade e viajantes que utilizam desses espaços para os seus negócios, sendo estes provisórios. São trabalhadores que vivem da informalidade e, devido às suas condições socioeconômicas, buscam festas aglomeradas para se instalar com o comércio. Os ambulantes locais estão se beneficiando com essas festas semanais que se tornaram a garantia financeira do final de semana.

Os comerciantes dos espaços particulares fixos, como quiosque, bares, lanchonetes, pastelaria, sorveteria, entre outros, também se beneficiam dessas festas. Para aumentar os lucros dos seus estabelecimentos, tais espaços proporcionam trabalhos temporários que poderão se tornar empregos fixos, principalmente para garçons. Todos esses trabalhadores dependem desses tipos de festas para adquirir uma maior renda para sobrevivência familiar, como cita um comerciante:

O "Sexta na Praça" está animando o comércio, aumentou a vendagem. Meu quiosque que vende dez caixas de cerveja no final de semana comum, sem a festa, já com a "Sexta na Praça", vende 25 caixas dá até para contratar garçom. Melhorou muito o lazer na cidade. Nós comerciantes patrocinamos porque tem a garantia da venda (COMERCIANTE. 38 anos).

Esses patrocinadores, com seus espaços particulares, se apropriam do espaço público através dos quiosques, das barracas, dos carinhos ambulantes, demarcando o território e limitando o lugar. No entanto, marginalizam os demais que não têm condições financeiras de acessar tais espaços, que se tornaram particulares. Tal fato comprova que o público e a "acessibilidade que seria de todos", muitas vezes, não condizem com a realidade. Como afirma Serpa:

Em verdade, os usuários privatizam o espaço público através de ereção, por vezes invisível. O espaço público transforma-se, portanto, em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é partilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos. Consequentemente, a acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente. [...] Os usuários do espaço contribuem assim para ampliação da esfera privada no espaço público, fazendo emergir uma sorte de estranhamento mútuo de territórios privados [...]. A soma de processos de apropriação de um coletivo de indivíduos não é suficiente para legitimar a noção de espaço público (SERPA, 2004, p. 33).

A acessibilidade é limitada simbolicamente, contradizendo o conceito de espaço público, que permite ao usuário seu deslocamento e participação com segurança, conforto e autonomia.

SATISFAÇÃO DOS MORADORES EM RELAÇÃO ÀS FESTAS NAS PRAÇAS

As festas nas praças oportunizaram a todos os moradores participarem e se divertirem, uma vez que, depois de uma semana de trabalho constante, a chegada do final de semana para a população mangabeirense é esperada com muito entusiasmo para o lazer.

Por meio dos questionários respondidos pelos moradores, pode-se perceber que 35% possuem emprego, ou aposentadoria, e 55% são estudantes, ou desempregados que fazem algum tipo de "bico". São essas as pessoas que se apropriam dos espaços das praças pela facilidade de custo, acesso e movimentação de pessoas, pelas festas esporádicas e agora pelas festas do final de semana.

Os cidadãos, com os amigos, familiares, namorados, têm mais um atrativo para frequentar as praças. O que antes eram 100 pessoas nos espaços das praças, aumentou para 500 pessoas. Com isso, percebe-se, através da pesquisa, a grande satisfação dos moradores em relação às festas nas praças, melhorando o cotidiano da cidade e fomentando o lazer. Festas nas praças atraem não só seu público, mas diversas tribos que se aglomeram nesses espaços por conta da escassez de locais de festas e de lazer. Atraem pessoas de cidades vizinhas e até de outros lugares da Bahia, permitindo que cantores da região se apresentem com diversos ritmos e sejam reconhecidos, movimentando mais os espaços das praças.

As festividades semanais trazem uma dinâmica, pois a população não esperará as festas comemorativas (São João, Carnaval, Natal, entre outros). Trata-se de uma socialização abrangente ao conforto de vizinhos e amigos, uma forma esmera de diversão, muitas vezes, a poucos metros de sua casa. Essas festas semanais agregam valores a cidades do interior como Governador Mangabeira, atraindo turistas e descentralizando os espaços urbanos.

GRADES EM TORNO DA IGREJA MATRIZ

A igreja católica fica localizada no meio da Praça Castro Alves, isso levanta um debate sobre o espaço sagrado dentro do espaço profano. Segundo Rosendahl (2005), o espaço é dividido pelos domínios cosmo (o sagrado) e pelo caos (o profano). O espaço sagrado é representado pela igreja, isso ocorre, pois "o homem consagra o espaço por-

que ele sente necessidade de viver num mundo sagrado, de mover-se num espaço sagrado" (ROSENDAHL, 2002, p. 209). Quanto ao caos (o profano, não divino), que é o espaço da praça, este possui o acesso do público e sua diversidade de uso. Nessa praça, é realizado o show ao vivo "Sexta na Praça" e isso trouxe impasses com a igreja, que foi cercada por grades. Tal fato causou inquietações na população sobre o motivo pelo qual houve esta reforma, pois a população sempre teve o costume de transitar pelas áreas laterais da igreja, havendo acesso direto à mesma.

FIGURA 5 – Cercamento da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.



Fonte: Arquivo pessoal da autora e da Prefeitura. Pesquisa de campo realizada em setembro/ 2010.

O mangabeirense protesta por causa das grades:

Grades na praça são só para afastar o povo! Não entendo, por que isso? A praça está feia, parece uma prisão. Não fazemos parte dessa igreja? Eu sou católico, também participo das missas, a porta aberta chamava mais pessoas, contato direto com a população (ESTUDANTE. 23 anos).

Já segundo Jadeilson Gomes de Oliveira, 29 anos, membro da igreja católica, Coordenador Regional da Pastoral da Juventude, além de Conselheiro Tutelar, as grades foram colocadas devido à banalização do templo, pois a população, ou melhor, alguns indivíduos utilizavam as janelas da igreja como assento para beber, usar drogas e, muitas vezes,

deixavam lixo nesses espaços, além de sujar as paredes, desrespeitando a estrutura da igreja, que, para os católicos, é um espaço sagrado. Outro motivo ressaltado pela Igreja foi a música que atrapalhava seus eventos.

A forma de uso da praça (as festas) trouxe transtorno para a igreja. Surge, então, o conflito e a necessidade de intervenção. Para sanar tal impasse, a Igreja e a sociedade acertaram que é proibida a "Sexta na Praça" nos horários das missas, nas celebrações, na novena, em dias de luto, ou qualquer outra programação dessa instituição. Os católicos gostariam que a comunidade respeitasse e conservasse a estrutura da igreja.

PAPEL DO PODER PÚBLICO

Os moradores estão felizes pelos encontros festivos nas praças, reconhecem a sua importância e solicitam mais projetos que venham proporcionar mais o lazer para o espaço público da cidade, tais como: revitalização da Fonte das Cabeças², reestruturação das pistas de Moto-Cross, que ficam ao lado da referida fonte, cuidado com as quadras poliesportivas, dinamização e reforma do Clube Cultural, pois todos esses patrimônios são espaços públicos de Governador Mangabeira. Os mangabeirenses só esperam um pouco mais de investimento, planejamento e projetos para o poder público pôr em prática e modificar o município com atrativos da própria cidade.

Atualmente, não existem em Governador Mangabeira espaços de lazer públicos em que as crianças e adolescentes possam desenvolver suas práticas de diversão a partir das brincadeiras. Os espaços de lazer para crianças e adolescentes são os parques temporários, que são instalados em tempos de festas. Conforme destaca Carlos (1992, p. 32), "hoje o lazer é mediado pela mercadoria, que faz com que o cidadão, longe de se apropriar socialmente da cidade, através das brincadeiras, dos jogos, do ócio, se veja obrigado ao consumo da diversão". Tal observação sinaliza a importância de existir parques públicos para que as crianças de todas as classes sociais desfrutem do lazer. Pela não exis-

² Significou desde que Governador Mangabeira era vila de Muritiba, município da Bahia, uma importante fonte de sustento para lavadeiras que eram pagas pelas classes mais abastadas, para garantir sua sobrevivência. Além disso, a Fonte das Cabeças representou no processo histórico um dos principais pontos de abastecimento da vila, posteriormente, cidade.

tência de espaços com aparatos (parques) para diversão das crianças, lhes resta apenas o lazer pago, ou a carência para as crianças que não podem consumir.

Em entrevista com o ex-secretário de Cultura, Gerfeson Santana Silva, até julho de 2010, período em que estava atuando na gestão atual, perguntou-se sobre essas problemáticas do espaço público: "Quais políticas essa gestão aplicará para requalificar esses espaços?". O mesmo respondeu o seguinte:

O Clube Cultural³ está fechado para reforma, mas, por questões de licitação, a obra foi iniciada, mas está temporariamente suspensa, mas com previsão de ser retomada em breve e esta obra inclui a quadra poliesportiva da sede. A Fonte das Cabeças será revitalizada e transformada em um grande centro de lazer. As obras já estão se inicializando, uma obra em parceria com o Governo Estadual, e todas as outras áreas de lazer da cidade também receberão uma atenção especial (SILVA, Gerfeson Santana, 2010).

Entretanto, para confirmar os projetos, entrevistou-se, também, o secretário de Desenvolvimento Urbano, Juarez Cardoso Neves Filho, no dia 11 de janeiro de 2011. Perguntou-se a ele sobre o andamento das obras dos espaços de lazer da cidade e expôs que a prefeita Domingas Souza da Paixão economizou uma verba de 300 mil reais para reformar o Clube Cultural e a quadra poliesportiva. O clube terá dois andares, contendo um museu no primeiro andar e, no segundo, o salão de festa. No jardim, haverá uma pracinha com parque para crianças, os números de quadras aumentarão com o acréscimo de uma quadra de areia e uma piscina para a terceira idade. Esse projeto já foi licitado, pretendendo executá-lo em janeiro de 2011 e inaugurado em 2 de julho, no aniversário da independência da Bahia, festa tradicional na cidade.

A reforma da Fonte das Cabeças será em parceria entre a Prefeitura e o Estado com recursos da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano (Sedur), que disponibilizou mais de 456 mil reais; a Prefeitura investirá 51 mil reais. Haverá criação da pista de Cooper, praça, restau-

³ A reinauguração do Clube Cultural aconteceu no dia 15 de junho de 2012. O espaço foi modernizado, com área para atividade física e uma piscina, além de um área para um museu. A parte interna foi climatizada e instalada mais de 190 poltronas. A quadra esportiva também foi reinaugurada nessa data, com cobertura, novos alambrados e vestiário. Ao lado foi construída uma quadra de areia.

rante, revitalização do ambiente natural da fonte. O Estado entregará a verba em três parcelas de pagamento para que a obra seja cumprida a tempo, também fiscalizada e, em seis meses, já inaugurará a primeira parte do espaço de lazer, dando continuidade ao projeto.

O que se espera da política municipal é rapidez e concretização dos projetos. Um dos fatores fundamentais são as políticas públicas de lazer que, das quais faz referência o parágrafo 3º do artigo 217 da Constituição Federal, dizendo que "o poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social" (BRASIL, 1988). As ações voltadas para o fomento do lazer são cruciais para os cidadãos. É muito clara a necessidade de reparos e incentivos nos espaços públicos de lazer de Governador Mangabeira, como formas indispensáveis para o fortalecimento cultural da cidade.

Contudo, a implementação de ações concretas na área do lazer deve ser efetuada com a finalidade de diminuir as desigualdades sociais, tendo o propósito de garantir o pleno exercício da cidadania. Ou seja, enquanto o cidadão não possuir condições econômicas que o possibilitem frequentar os espaços privados de lazer, o espaço público é garantia de que ele terá um local para tais práticas. É obrigação de o gestor público garantir que haja esses espaços públicos de lazer e que neles existam plenas condições de uso para oferecer este suporte à população.

REFLEXÕES FINAIS

O intuito desta pesquisa foi levar à reflexão o lazer nos espaços públicos da cidade de Governador de Mangabeira. É perceptível que as festas nos finais de semana enriqueceram e revitalizaram o lazer na cidade, porém confirmou-se, com as pesquisas, que o lazer de alguns espaços públicos precisa ser ressignificado.

As praças, por serem espaços públicos de lazer, e de sociabilidade, são indiscriminadas, representam um espaço divertido, de crianças brincarem, dos mangabeirenses encontrarem e reencontrarem amigos. São lugares em que, atualmente, acontecem shows ao vivo nos finais de semana, potencializando, animando a população e atraindo visitantes para a cidade.

As festas proporcionam confraternização e diversão: 90% dos que responderam aos questionários consideram uma das melhores formas

de lazer por conta das possibilidades locais, ressaltando suas diversidades de atrações que, em grande parte, são gratuitas. Essas festas são momentos de estabelecer relações sociais, de agir coletivamente e de sair da rotina do cotidiano: é um evento privilegiado de lazer.

Todavia, mesmo sendo pública, a maioria dos comerciantes, ambulantes, barraqueiros, entre outros, ocupa espaços nas praças que se tornaram particulares. É a mercantilização dos lugares para sustentar o lazer festivo em tais espaços públicos, o que contradiz acessibilidade populacional, limitando os acessos. Portanto, é um campo de trabalho que fortalece os estabelecimentos, cria novas formas de emprego em diversas atividades nas áreas de alimentos, da música, dos bares, ou dos brinquedos.

A ressalva em relação ao "Domingo nos Pontos" da Praça da Bandeira se refere ao fato de que necessita de mais patrocinadores para os shows acontecerem. Além disso, poucos são os comerciantes que colaboram e o declínio é certo sem apoio financeiro, havendo a possibilidade de acabarem os domingos festivos da comunidade.

Os impasses religiosos, como são perceptíveis, foram resolvidos com diálogos, por meio dos quais se registrou, em projeto, tudo para o bem comum de todos.

A oferta de equipamentos e de espaços de lazer é o papel do Estado na formulação de políticas públicas que permitam que a sociedade tenha momentos de lazer. É notório o comprometimento do poder público de Governador Mangabeira de reformar os espaços públicos da cidade para os moradores. Com isso, aumentarão as possibilidades de lazer público e isso é de fundamental valor, principalmente para a camada popular. Deve-se sinalizar que os projetos não fiquem somente no papel, mas se concretizem e que as reformas aconteçam com mais rapidez.

Com a limitação dos espaços públicos de lazer, a comunidade anseia por reformas dos outros espaços gratuitos para ampliar e multiplicar o seu lugar de lazer. Os indivíduos buscam nesses espaços realizar os seus desejos e carências através da construção simbólica da sua relação.

O direito ao lazer aumenta a altivez e o bem-estar do indivíduo, percebido na criação do projeto de show ao vivo pela grande satisfação da sociedade pela fomentação do espaço das praças com momentos festivos nos finais de semanas. Isso contribui para maior produtividade, propaganda e promoção local. É inegável que o lazer é um fenômeno

cultural e social de muita importância para nossa população, considerado como um dos componentes geradores de qualidade de vida. Enfim, o intuito do trabalho foi contribuir com o estudo das condições sociais do lazer com a pretensão de que leve à reflexão e ajude no aprofundamento de pesquisas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carolina Dutra de; CÂNDIDO, Débora Regina Campos; LEITE, Márvio Fonseca. Espaços públicos de lazer: um olhar sobre a acessibilidade para portadores de necessidades especiais. **Licere**, Belo Horizonte, v. 12, n. 4, p. 01-43, dez. 2009.

ARAÚJO, Luis Miguel Ferreira de. **Avaliação de espaços públicos: o caso de duas praças no concelho de Caminha**. 2007. 109 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Municipal) Universidade do Minho-Minho, Portugal, 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 out. 1988.

CALLAI, Helena Copetti. **Geografia: um certo espaço, uma certa aprendizagem**. São Paulo: USP, 1995.

COSTA, Elizabeth Goldfarb. **Anel, cordão, perfume barato: uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo**. Nova Stella, Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

_____. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva/SESC, 1979.

GASTAL, Susana. **Os lugares, não-lugares e entre-lugares da cultura e da identidade contemporânea**. UFRGS: Porto Alegre, 2000.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@**: informações do Censo 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2010.
- LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 2000.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.
- _____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.
- LIMA, Claudia Brandão Vieira. **Paralela em movimento**: um estudo sobre a apropriação do espaço público do canteiro central da Avenida. Salvador: UFBA, 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação ao Programa de Pós-Graduação em Geografia). Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- MARCELINO, Nelson Carvalho. **Lazer e humanização**: Papirus, 1986.
- MARTINE, George. O direito à cidade: premissas preconceitos e preconceitos e pobreza. **Bahia & Dados**, Salvador, 2007.
- MEDEIROS, E. B. **O lazer no planejamento urbano**. Rio de Janeiro: FGV, 1975.
- MORIN, E. **Cultura de massa no século XX**: neurose. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- REQUIXÁ, R. **Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer**. São Paulo: SESC, 1980.
- RICHTER, Humberto Vendelino. **Como montar hotel de lazer**. 2. ed. Brasília: SEBRAE, 1996.
- RIEPER, Ana. **Cotidiano e paisagem**: uma abordagem cultural, Prode-ma: UFS, 2007. Disponível em <<http://www.Canoadetolda.org.br/MemoriasBSF/Cotidiano%20e%20paisagem%20-%20uma%20abordagemCultural.pdf>>. Acesso em: 23/09/2010
- ROBBA, F.; MACEDO, S. S. **Praças brasileiras**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

ROSENDAHL, Zeny. Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: temas sobre cultura e espaço**. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2005. p. 191-226.

_____. Uma proposição temática. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Orgs.). **Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea**. Curitiba: EDUFPR, 2002. p. 209.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. Espaço Público e Acessibilidade: notas para uma abordagem. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 15, 2004.

WERNECK, Cristianne. **Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

AÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS NO ESPAÇO RURAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR MANGABEIRA

Joselane da Rocha Brandão*
Edinúzia Moreira Carneiro Santos**

A pesquisa analisa a reorganização do espaço rural de Governador Mangabeira a partir do STR, para tal faz-se a análise dessas ações, utilizando-se da tríade dos conceitos de Milton Santos: Ação, Norma e Técnica para se explicar a reorganização espacial. Foram utilizados os métodos mistos, com os instrumentos: questionário e entrevista semiestruturadas. Constataram quatro tipos de ações desenvolvidas pelo STR, classificadas aqui como: conciliadora, defesa dos trabalhadores rurais, assistencialista e articuladora. Essas ações perpassam uma pela outra e foram influenciadas por fatos históricos importantes, no âmbito nacional. Contudo, a pesquisa demonstra que as ações do STR reorganizam fixos e fluxos no rural do município.

Palavras-chave: Ação Sindical. Espaço Rural. Sujeitos Coletivos.

The research analyzes the reorganization of the countryside from Governador Mangabeira the STR, for this makes the analysis of these actions, using the concepts of the triad of Milton Santos: action, technical standard and to explain the spatial reorganization. We used the mixed method, with the instruments: questionnaire and semistructured interview. It was found four types of actions developed by STR, classified here as conciliatory, protection of rural workers, welfare and articulate. Such actions run through for each other, and were influenced by historically important events,

* Licenciada em geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); Especialista em Dinâmica Territorial e Socioambiental do Espaço Baiano (UEFS); estudante do curso de Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal. Email: Josyuefs@yahoo.com.br

** Licenciada em geografia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); Especialista em Geografia do semi-árido baiano; Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia; Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Professora adjunta da UEFS. E-mail: ednusi@yahoo.com.br

nationally. However research demonstrates that the actions of STR flows in fixed and reorganize rural municipality.

Keywords: Action Association. Rural. Subjects Collective.

INTRODUÇÃO

O espaço rural brasileiro tem passado por intensas transformações socioeconômicas e no próprio arranjo das suas paisagens, onde a interação cidade/campo tornou-se mais forte, assim o rural ganha novos significados. Neste contexto, antigos problemas como a concentração fundiária, êxodo rural, desemprego, dentre outros, são ratificados pelas mudanças ocorridas no meio rural, fazendo com que o homem do campo tenha dificuldades para sobrevivência e permanência nestes locais.

Dentre os problemas citados acima, a concentração fundiária é algo que sobressai, pois é base das dificuldades encontradas no espaço rural. Sem terra, o agricultor é obrigado a tornar-se trabalhador rural assalariado e, em casos mais abruptos, migram para a cidade, em busca de melhores condições de vida. No Brasil, este fato foi intensificado com a mecanização do campo, a partir sobretudo da década de 19 do século XX; e diante das políticas de um Estado ratificador do capitalismo, os problemas do meio rural intensificaram-se. Com a intensificação das estratégias capitalistas no meio rural, o processo de expropriação dos agricultores propicia o crescimento do trabalho assalariado, fomentando o aumento de trabalhadores rurais sindicalizados. Assim, os sindicatos ganham importância, como instrumento de reivindicações destes trabalhadores.

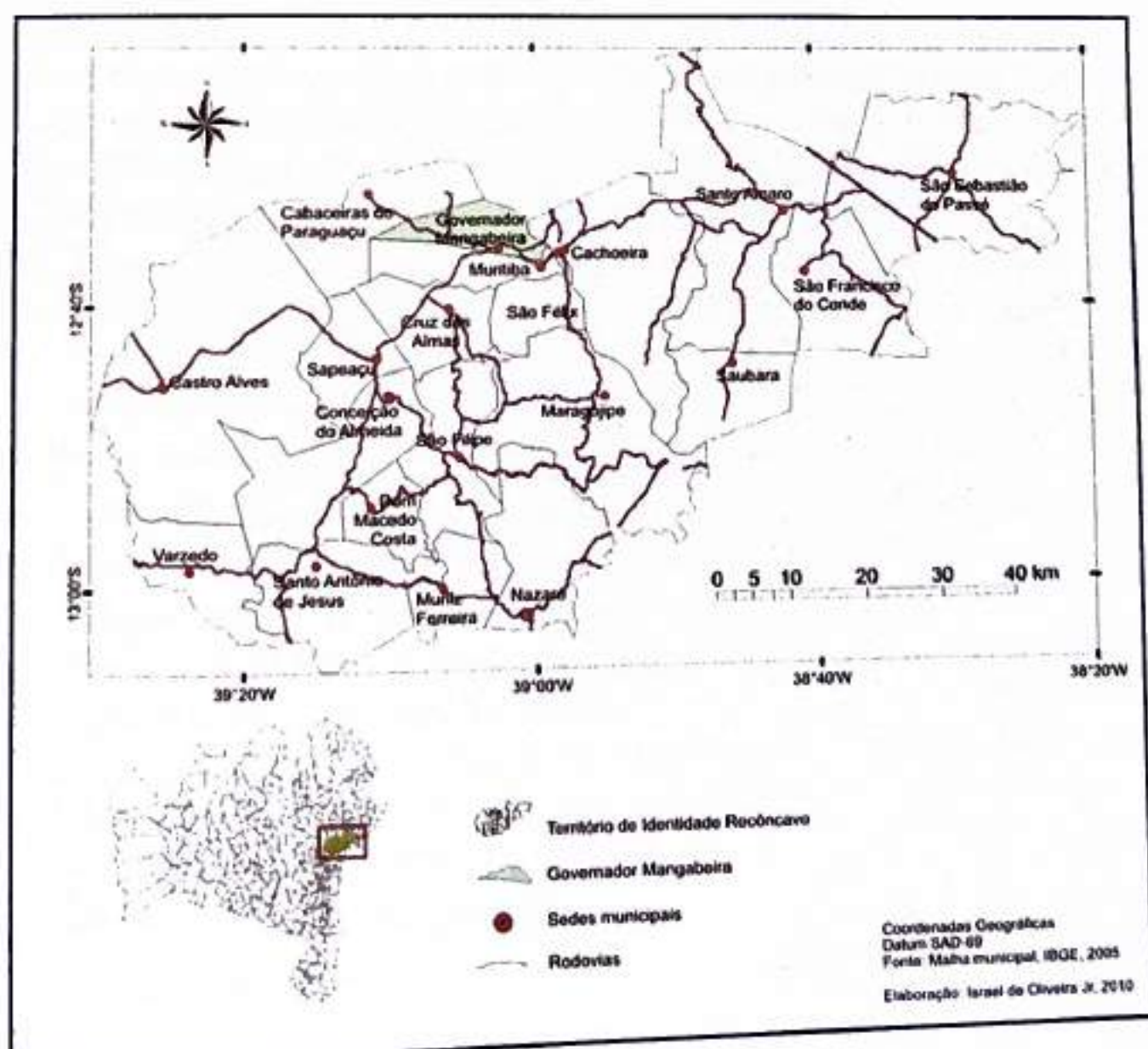
Neste contexto, são crescentes inúmeras organizações sindicais de pequenos agricultores rurais no Brasil e sobretudo no Nordeste como afirma Santos (2001), pois, com a expansão do capitalismo no meio rural, o processo de expropriação dos camponeses acelera-se em prol do crescimento do trabalho assalariado propiciando o aumento de trabalhadores rurais sindicalizados.

Diante disso, aqui, propõe-se discutir as principais ações identificadas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) no espaço rural de Governador Mangabeira. Para tal, faz-se a caracterização dessas ações, assim como a discussão das materializações destas no espaço

rural. Este artigo é produto da pesquisa de monografia intitulada *Reorganização do Espaço Rural: O caso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no município de Governador Mangabeira*.

O município de Governador Mangabeira, área de estudo desta pesquisa, encontra-se na nova regionalização do Estado da Bahia, no território de identidade do Recôncavo. Situada a 119 km da capital da Bahia, Salvador, na latitude $12^{\circ} 36' 07''$ Sul e longitude $39^{\circ} 02' 36''$ Oeste, a uma altitude de 204 m, índice pluviométrico de 1383 mm anual, com chuvas de março a julho, temperatura média de $26,6^{\circ}\text{C}$. Municípios limítrofes, Muritiba, Cabaceiras do Paraguaçu, Conceição da Feira, São Félix e Cachoeira, tendo como base de sua economia a agricultura e a pecuária. Ocupa área territorial de 94 Km^2 , com uma população total de 19.828 (IBGE, 2010), sendo a população rural, superior à urbana respectivamente 63% e 37%. (Figura 1).

FIGURA 1 – Localização do Município de Governador Mangabeira - Bahia, 2010

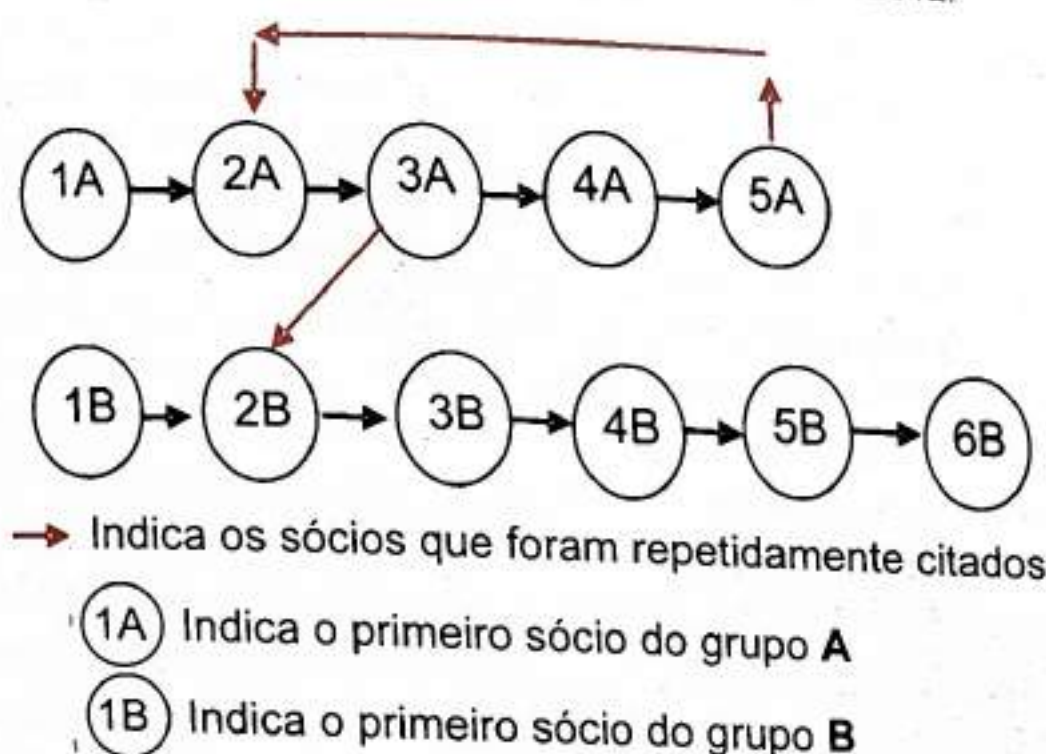


Para a construção deste artigo, fincou-se a partir do entendimento do método "[...] como nosso conjunto de pressupostos e posicionamentos que direcionam as nossas escolhas, principalmente as escolhas dos procedimentos [...]" (SANTOS, 2007, p. 36). Aqui, parte-se do princípio que as concepções teóricas, assim como os valores do pesquisador, estão presentes não apenas na escolha do problema de pesquisa, mas em todo o processo de investigação, como afirma Mazzotti, Gewandszajn (1999). Desta forma, pode-se afirmar que a pesquisa torna-se um ato político. Neste contexto, é fundamental a ética profissional, base a qualquer ciência, seja natural ou social.

Utilizaram-se os dados oriundos da pesquisa de monografia, na qual o método misto foi a técnica de pesquisa escolhida Creswell (2007) caracterizada pela combinação dos métodos quantitativos e qualitativos num mesmo estudo. Essa combinação de dados fez-se em diversos estágios da pesquisa, como: na coleta, na análise e interpretação de dados. Com isso, objetiva-se fundir de forma contínua o método quantitativo e o qualitativo.

Para tal, foram utilizados os dados obtidos dos questionários aplicados aos sócios. Na aplicação dos questionários, utilizou-se o método "bola de neve", o qual permite a formação de uma rede com os sujeitos da amostra de pesquisa, ou seja, os próprios participantes indicam os próximos a responderem o questionário. Neste caso, o objetivo principal foi formar uma amostra com os sócios mais participativos das reuniões e assembleias do STR.

FIGURA 2 – Síntese do método de aplicação dos questionários aos sócios do STR do município de Governador Mangabeira – BA – 2012.



Fonte: Pesquisa de campo em março de 2012

Elaboração: Joselane da Rocha Brandão

Para obtenção de uma amostra heterogênea, optou-se por escolher inicialmente duas indicações diferentes, formando dois grupos: O primeiro, pela indicação da comissão executiva do STR representado na Figura 3, amostra 1A; e o segundo pela indicação de um sócio participativo, escolhido segundo as presenças registradas em atas de reuniões, representado acima pelo símbolo 1B. Os questionários foram aplicados até obter a saturação de respostas, inclusive até com repetições de indicações de sócios que já foram questionados.

Quanto às entrevistas coletivas, semiestruturadas, aplicadas à comissão executiva do STR, foram essenciais para coleta de depoimentos, acerca das questões mais relevantes: identificação dos objetivos da entidade, a função social; sobre os projetos realizados pelo STR e relevância para o espaço rural do município; dentre outras questões. Estes dados, narrativas dos sujeitos participantes, que também incorporam a discussão. Assim, a partir dos dados obtidos na pesquisa de campo, pode-se identificar, classificar e caracterizar as ações do STR no espaço rural de Governador Mangabeira.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

É consenso entre vários pesquisadores do meio rural as grandes transformações ocorridas no rural brasileiro, dentre estes Martins (1975); Alentejano (1997, 2000); Wanderley (2000); Antonello e Vargas (2001); mudanças na organização espacial às relações sociais entre os agentes rurais. Estas são decorrentes da inserção do rural ao sistema técnico-científico-informacional, ou seja, incorporação no meio rural de novas relações sociais nas diversas dimensões, da economia à cultura. Exemplo disso são as atividades econômicas, pautadas na produção agrícola tecnicista em detrimento do pequeno agricultor. Uma agricultura sob a égide do grande capital, onde o homem rural é moldado forçadamente ao sistema capitalista, fortalecendo o trabalho assalariado.

Por conta dessas transformações dispostas no rural, como a incorporação de atividades não agrícolas, na geografia agrária mais do que nunca há uma discussão polissêmica acerca do conceito de rural. De um lado alguns autores que consideram o rural em processo de extinção, ou seja, a invasão da urbanização no rural, aí destaca-se Graziano da Silva (1996, 1999). Por outro lado, autores como Alentejano, (1997/2000); Wanderley (2000); Martins, (1975); dentre outros que salientam a permanência do rural na realidade atual.

Assim, o entendimento do rural tem sido uma tarefa difícil, com várias abordagens. Aqui se evidencia a perspectiva da segunda abordagem – ainda há lugar para o rural, como categoria analítica do espaço rural brasileiro; embora tenha sofrido alterações em seu significado atual, pois, apesar das transformações sociais, culturais, econômicas e espaciais, o rural continua e continuará a existir – através das especificidades dos sujeitos sociais que o compõem, como a sua dependência com a terra, e de hábitos tradicionais peculiares.

Pensar o rural exige assumir a proposta da superação do estereótipo do rural atrasado, sinônimo de agrícola, como ressalta a crítica de Martins (1975), as dissimulações criadas pelos meios de comunicação, ratificados pelo Estado, que transmitem o estereótipo do rural arcaico e bucólico caracterizado por personagens como o "Jeca Tatu". O espaço rural do Brasil contrasta entre a modernização, com a presença da alta tecnologia, e espaços de comunidades ainda tradicionais com meios de produção rústicos, mas que não estão isentos da evolução técnica que vem ocorrendo no meio rural.

Afinal, estão inseridos no mesmo espaço, mas com utilizações diferentes, mas que se completam, porque o pequeno agricultor familiar ou/e camponês também absorve a vida urbano-industrial que se desenvolveu ao longo das últimas décadas. Sendo assim, a conceituação do espaço rural vai além das espacialidades físicas, é um modo de vida.

[...] Espaço rural, entendido, ao mesmo tempo, como espaço físico (referencia a ocupação do território e aos seus símbolos) lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar onde de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade) (WANDERLEY, 2000, p. 02).

Aqui dá-se ênfase nas pequenas comunidades rurais espalhadas em todo o Brasil, a exemplo do estado da Bahia e, especificamente, a grande parte das comunidades do espaço rural de Governador Mangabeira, local em que o grande capital não se instalou através da agropecuária de ponta e do agronegócio para exportação. Comunidades rurais esquecidas pelo poder público, muitas vezes caracterizadas por áreas relativamente isoladas e desprovidas das condições básicas para a permanência nos seus locais de origem, deflagrando o processo de migração rural-urbano, fato geralmente associado ao deslocamento desses sujeitos sociais às periferias dos centros urbanos, locais associados à baixa qualidade de vida.

Mas também configura no espaço rural um grande contingente de sujeitos que resistem às dificuldades e ao esquecimento do Estado e continuam a residir no rural, principalmente devido à identificação social e cultural que possuem com estes locais. Nesta perspectiva, muitos procuram alternativas profissionais fora do estabelecimento rural e/ou atividades complementares ao trabalho desenvolvido no estabelecimento familiar, configurando o que Schneider (1999) denomina de pluriatividade, ou seja, o desenvolvimento de atividade não agrícola, como forma de aumentar a renda familiar.

Neste contexto, ao qual está inserido o espaço rural, os sindicatos, como ressaltava Brant (1981), constituem a forma típica de organização dos trabalhadores, para a defesa de seus interesses específicos nas relações de trabalho. No caso da sindicalização dos trabalhadores rurais, Grzybowski (1991) ressaltava sua importância para os movimentos de assalariados no meio rural, sendo um negociador perante a classe

patronal e o Estado. Além disso, o STR configura uma organização social que "[...] não significa apenas produção de bens, mas produção e transformação de si mesma [...]" (AMMANN, 1980, p. 50), sendo assim o STR é agente organizador e reorganizador do rural.

Os sindicatos, em sua essência, são caracterizados como entidades representativas dos trabalhadores, essa tal representatividade que atualmente é questionável, já que quem decide o que é representatividade ou não é o Estado. Desta forma, como falar de liberdade sindical se até os critérios para considerar um sindicato representativo são decididos pelo Estado? Algo inquietante diante de um Estado-nação historicamente constituído por bases patronais.

O caráter do movimento sindicalista no Brasil, nessa perspectiva, converge ao sindicalismo conciliador de classes, que não rompe as estruturas de exploração dos trabalhadores, mas que se aliena pelas normas impostas pelo Estado, desta forma, camufla seus objetivos de essência, desempenhando o papel de mediar as relações de classes para a conciliação. É fato que, diante das mudanças socioespaciais, os sindicatos como entidades sociais também se modificaram; e não nos opomos aqui à função dos sindicatos de mediar a relação trabalhador/patrão, porém o grande impasse é a sobreposição dessa função à de entidade de luta, modificando as estruturas de base do movimento.

Na conciliação de classes, o objetivo principal é o consenso, porém, para se ter o consenso entre as questões que envolvam classes antagônicas, um dos lados tem que ceder, contudo, a ideologia por trás dessa ação é de que foi uma decisão conjunta. O enfoque principal aqui não é classificar a ação conciliação de classe como algo negativo, mas o de advertir dos perigos que a envolvem, principalmente para as classes trabalhadoras. Contudo, salientamos que os consensos podem também levar a benefícios e melhorias dos trabalhadores em detrimento dos empregadores, para tal precisa-se de muita preparação do sindicato para discernir as melhores alternativas que não fujam aos princípios sindicais. No STR de Governador Mangabeira, identificou-se através dos instrumentos de pesquisa a ação conciliadora.

Quadro 1 – Tipos de ações desempenhadas pelo STR de Governador Mangabeira – Bahia- 2012

Classificação das Ações	Prática das Ações
Conciliação de Classes	Mas agora como também estamos na luta pelos assalariados rurais, o que é uma nova ação que a gente iniciou, agora, com as empresas. Aí eu acho que a gente vai identificar muito mais questões trabalhistas. Referência da comissão executiva ao trabalho realizado entre as empresas de fumo instalada no município e o STR.
Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Rurais	(...) questão da ordem do título de terra, então a gente tem que entrar aí com a questão jurídica para poder tá resolvendo, que você pode até tá observando ali na reunião que 180 pessoas vão ter seu título de terra de volta, através do sindicato com a conversa que teve com o juiz (...)
Assistencialista	Parceria como o Centro Médico dos Remédios, em Feira, porque tem muitos trabalhadores e trabalhadoras que chegam aqui... e a gente sabe como é a fila do SUS (...) enfim, então lá tem desconto para quem é associado (...)
Articulador	(...) nós temos algumas ações através do SENAR, vários cursos inclusive de trato-ristas; (...) aqui também tivemos parceria com o SETRAS, FUNDACENTRO (...)

Fonte: Pesquisa de campo em 20 de março de 2012
Elaboração: Joselane da Rocha Brandão

Na entrevista coletiva com a comissão executiva do STR de Governador Mangabeira, os objetivos citados ajudam a caracterizar outras vertentes que permeiam as ações dos sindicatos:

(...) primeiro o objetivo da entidade... é estudar, defender e organizar os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, para

o sindicato fazer isso a gente precisa conhecer, precisa estudar, precisa tá na base ... precisa conhecer esses diversos trabalhadores e trabalhadoras rurais, para poder ter uma representatividade maior da realidade desse stralanhadores e trabalhadoras rurais ... e aí precisa estudar para conhecer os interesses deles. Bom, isso é um dos principais objetivos, defender os interesses deles e aí precisa estudar. E outro objetivo da entidade é a parte assistencialista. O trabalhador rural ele precisa de uma assistência odontológica, assistência jurídica, de uma assistência de educação, como educação no campo (...) (PESQUISA DE CAMPO, março de 2012).

O primeiro objetivo citado converge aos ideais históricos da criação do sindicalismo no Brasil, a defesa dos direitos dos trabalhadores; tais como a luta por questões trabalhistas, como cumprimento das leis do trabalho já vigoradas, instrumento de reivindicação de melhorias ainda não conquistadas, como exemplo a célebre luta pela reforma agrária no Brasil. Configura, então, outra ação sindical – defesa dos direitos dos trabalhadores rurais – de grande importância ao espaço do trabalho, pois apesar das mudanças às quais essas entidades foram submetidas é ainda através da luta dos sujeitos coletivos como os sindicatos do trabalho que melhorias sociais são conquistadas. Na caracterização dessa ação, o que acontece não é o mero consenso, mas sim a disputa explícita de objetivos e, quando uma das classes cede, geralmente, por ausência de meios para continuar, há a soberania das ideias de um dos lados, tendo ambas as classes consciência dos fatos, um exemplo típico dessas disputas são as greves.

O segundo objetivo citado na narrativa da entrevista da comissão executiva é caracterizado pelo caráter assistencialista. Uma realidade vivenciada no espaço/tempo do sindicalismo, desde os ainda chamados corporações de ofícios do Império Romano e da Idade Média, segundo Durkheim (1973). Os sindicatos como entidades que nascem das necessidades sociais dos sujeitos coletivos assumem características das chamadas associações comunitárias ou de bairro, admitindo função assistencialista, desenvolvendo assim ações que geram a aquisição de benefícios para os sócios; desde assistência médica a estruturas básicas que deveriam ser garantidas pelo Estado, como saneamento básico a exemplo da construção de banheiros; e outras questões como a falta de água, dentre outros, algo bem representativo no STR de Governador Mangabeira.

Para a geração da maioria dos benefícios, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais fomenta outro tipo de ação que pode ser denominada como articuladora, ou seja, promotor da articulação entre trabalhador rural e outras entidades – estatais, privadas, ONGs (Organização não governamentais). Essa ação é promovida na forma direta e indireta; a primeira corresponde à articulação da entidade parceira do STR com o sócio. A segunda é caracterizada pela intermediação da entidade parceira do sindicato a outra entidade coletiva do espaço rural, associações e cooperativas.

Com a análise dos dados, observamos que os objetivos do STR de Governador Mangabeira convergem com o compromisso de colaborar pela melhoria da comunidade, algo inerente aos princípios dos movimentos sociais. O quadro 2 apresenta as ideias dos sócios investigados sobre a função do sindicato, o que merece análise comparativa com as ações identificadas acima. É importante ressaltar a constatação de que a função do sindicato para os associados está totalmente enraizada à sua relação com a entidade, ou seja, são as ações do STR as quais os sujeitos sociais que compõem a amostra de pesquisa participaram.

Dos 12 sócios questionados, apenas um não soube responder a função do STR. Cem por cento, ao descrever a função do STR, caracterizaram a ação classificada por assistencialista, ao listar os benefícios como função do sindicato, algo observável no quadro 2. Muitos desses benefícios citados, como os cursos de capacitação, financiamento, foram conquistados via outras entidades, ou seja, através de uma ação articuladora, citada diretamente no depoimento da amostra 11 (quadro 2). Os sócios, ao descrever funções como documentação para aposentadoria (previdência), auxílio-maternidade, auxílio-doença, descrevem atividades do STR que classificam como ações defesa pelo direito dos trabalhadores rurais.

Quadro 2 – Função do Sindicato dos Trabalhadores Rurais segundo os Sócios – BA – 2012

Número da Amostra	Depoimentos
1 ^a	"Ajuda na informação sobre a organização da comunidade. Em questões do plantio e em relação dos benefícios. Também é um meio de informação dos seus direitos para os trabalhadores; no caso dos jovens também são beneficiados através da secretária das mulheres."
2 ^a	Não sabe informar.
3 ^a	"Muito forte... sem o sindicato não se faz nada. Função de assistencialista. Participação dez na comunidade."
4 ^a	"Ajuda de várias formas, capacitação; recursos para os trabalhadores. Questões trabalhistas, o advogado, assistência médica... dentista, médico."
5 ^a	"Documentação para aposentadoria... muitos benefícios como dentista, advogado."
6 ^a	"Documentos para a Previdência... financiamento como o PRONAF."
7B	"O sindicato faz para as pessoas que são associadas... faz alguns projetos, sorteios, consultas com médicos."
8B	"Para fazer empréstimos, que estou tentando agora..."
9B	"... a questão do financiamento, é um dos órgãos que olha para o pequeno produtor."
10B	"Financiamento, auxílio-doença... e maternidade."
11B	"Para a Previdência e articulação com a CAR e a EBDA, dentre outros."
12B	"Serve para a Previdência, mulher quando vai ganhar nenê, financiamento. Ajuda a comunidade a melhorar os problemas, como é o caso da água."
13B	"Fazer o auxílio-maternidade, financiamentos. Ajuda a comunidade rural que geralmente é esquecida."

Fonte: Pesquisa de campo em março de 2012

Elaboração: Joselane da Rocha Brandão

Na ação conciliação de classes não foi citada por nenhum sócio fato condizente ao depoimento da comissão executiva ao ser questionada sobre os conflitos trabalhistas, patrão/empregado: "nós não temos muitas situações trabalhistas, já que o trabalho é com a agricultura família (...)." (PESQUISA DE CAMPO, março de 2012). Mas, como o sindicato fincou parcerias com algumas empresas de fumo, para a discussão sobre o trabalho, essa ação tende a materializar-se de forma mais evidente.

As ações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Mangabeira, assim como em escala estadual, regional e nacional, são reflexos não apenas das normas técnicas dispostas no espaço interno da entidade, assim como nas áreas de alcance de suas ações, mas sim resultados das escolhas assim como imposições expostas no espaço histórico, construído pelos grupos sindicais outros sujeitos coletivos e o Estado. Tem-se no bojo dessa discussão, então, um campo de forças conflitivas, assim como, de concessões que permitiram a transformação do sindicalismo e da própria sociedade brasileira.

Do conjunto dessas ações são materializados, no espaço rural, objetos fixos e fluxos, oriundos das ações que geram atividades que originam benefícios, ou o movimento contrário. As atividades são resultado das ações organizadas que buscam gerar algo, como os benefícios; que são bens materiais e imateriais (objetos fixos e fluxos) de repercussão nos espaços. As atividades, então, seriam a ação geradora de benefícios, e os benefícios o produto gerado pela atividade e vice-versa.

Quadro 3 – Dialética das Atividades e Benefícios	
Atividade	Benefícios
Elaboração de projetos produtivos	Financiamento dos projetos produtivos
Intercâmbio com outras entidades	Construção de banheiros, cisternas, casas de farinha, poços artesanais
Resolução de questões trabalhistas	Melhoria nas condições de trabalho
Cursos de capacitação	Tipos cursos de capacitação
Atividades recreativas	Divulgação de informações de utilidade pública

Fonte: Pesquisa de campo em março de 2012

Elaboração: Joselane da Rocha Brandão

Segundo a perspectiva dos sócios, a principal atividade desenvolvida pelo STR é a elaboração de projetos produtivos, ou seja, a organização de projetos referentes à cadeia produtiva do espaço rural do município de Governador Mangabeira. Há uma soberania por projetos que atendam ao PRONAF e/ou agora denominado Agroamigo; esses financiamentos classificados pelos associados da entidade como principal benefício conquistado via STR. Este que se caracteriza como uma ação aqui classificada de articuladora.

O intercâmbio com outras entidades é também correspondente à ação articuladora. Através de órgãos públicos, privados, além da própria articulação com entidades dos movimentos sociais. Dessa atividade são oriundos benefícios de ordem básica para a população rural como os citados: banheiros, poços artesianos, cisternas, casa de farinhas dentre outros. Já a atividade resolução de questões trabalhistas refere-se explicitamente à ação aqui classificada por defesa do trabalhador. No geral, os sócios referiam-se à Previdência Social, ou aos direitos já conquistados pela classe, como auxílio-maternidade e o auxílio-doença. O STR nos dois casos identifica problemas no momento de obtenção desses auxílios.

No primeiro caso, muitas gestantes não são associadas ao STR e nem possuem documentação que comprovem que são trabalhadoras rurais, dificultando muito a obtenção do auxílio-maternidade – este fato está articulado ao aspecto de muitas trabalhadoras rurais, sobretudo as jovens não se assumirem como tal, como afirma em depoimento a comissão executiva:

É por isso que muitas jovens, quando engravida que chega aqui, para dar auxílio-maternidade, demora um pouco por causa disso aí, não tem uma prova de que é trabalhadora rural, porque, realmente ela não deu a profissão dela (PESQUISA DE CAMPO, março de 2012).

Quanto ao auxílio-doença além do problema da não identificação profissional através de documentos, existe um outro fator que dificulta a obtenção deste direito, a não notificação da unidade de saúde como acidente de trabalho. Fato que incita a maior atenção tanto dos profissionais da saúde, mas, sobretudo, dos próprios trabalhadores rurais.

Outra atividade importante para os trabalhadores rurais são os cursos de capacitação, também caracterizados como um benefício, que incitam a formação de uma rede de informações, propiciando a melhoria

da qualidade de trabalho. Esses cursos também são injeções de estímulo para a ampliação do leque de novas oportunidades no espaço rural. Com enfoque nas atividades típicas do rural, mas também, de outras associadas às áreas urbanas, já que mais do que nunca é muito forte a relação rural/urbano. Dentre os cursos citados: tratorista, manejo e conservação de solos, fabricação de produtos do leite, associativismo, culinária.

REFLEXÕES FINAIS

Diz o ditado popular “toda ação gera uma reação”, a ação que é característica dos sujeitos coletivos, assim, tanto a passividade quanto a prática diante do espaço geográfico configuram-se como uma ação. No caso das entidades dos movimentos sociais, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – a passividade pode conduzir à reorganização espacial verticalizada sob rege de agentes exógenos estranhos aos sujeitos sociais.

Desta forma, a ação ativa dessas entidades coletivas são vitais na produção e reorganização de espaços coordenados por relações sociais horizontais, onde a participação endógena conduz a coletividade – capaz de provocar nos demais sujeitos o senso de responsabilidade na construção e reorganização do espaços. As ações desempenhadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Mangabeira o configuram, como um agente espacial, capaz de reorganizar o espaço rural.

Identificaram-se e classificaram-se quatro tipos de ações: conciliadora, defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, assistencialista e articuladora. Essas ações são compostas pela reciprocidade entre elas, ou seja, perpassam uma pela outra, constituindo a caracterização da ação sindical rural do município investigado. As ações sindicais no espaço rural conseguem especializar objetos fixos e fluxos, a exemplo dos projetos sociais e agrário/agrícolas dentre outros; assim como mobilizar e /ou organizar os sujeitos sociais do espaço rural de Governador Mangabeira.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 2000. 203 p.
- AMMANN, Safira Bezerra. **Participação Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez & Mores, 1980. p. 47-83.
- ALENTEJANO, P. **Reforma Agrária e Pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais**. Dissertação de Mestrado, CPDA/UFRRJ, 1997.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O que há de novo no espaço rural brasileiro? In: Geografia, política e cidadania. **Revista Terra Livre**, n. 15, 2000.
- ANTONELLO, Ideni. T., VARGAS Maria. A. (Org.) **Visões do espaço rural**. Aracaju: Triunfo LTDA, São Cristóvão: UFS, 2001, 09-18.
- BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Demográfico de 2010, contagem da população 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 15 set. 2011.
- BRANDÃO, Joselane da Rocha. **Reorganização do Espaço Rural: O caso dos Trabalhadores Rurais no município de Governador Mangabeira**. 2012. 73 p. Monografia (Especialização em Dinâmica Territorial e Socioambiental do espaço da Bahia) – Universidade Estadual de Feira de Santana.
- COLETTI, Claudinei; Universidade Estadual de Campinas. **A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto**. Campinas, SP: UNICAMP, Centro de Memória, 1998. 312 p.
- CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: Método Qualitativo, Quantitativo e Misto**. 2 ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007. 248 p.
- DURKHEIM, Emile. **Da Divisão Social do Trabalho**. São Paulo, abril, 1973. (Coleção os Pensadores).

FREITAG, Bárbara. **A Teoria Crítica: Ontem e Hoje**. 5. ed. SP: Brasiliense, 1994. 184 p.

GRAZIANO DA SILVA, José F. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP, IE, 1996.

GRZYBOWSKI, Candido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. 3. ed. Petropolis, RJ: Vozes, Rio de Janeiro: FASE, 1991.

_____. **O Novo Rural Brasileiro**. 2. ed. Ver. Campinas, SP: UNICAMP, IE, 1999. (Coleção Pesquisa I).

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo** (Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil), São Paulo: Pioneira, 1975.

MORAES FILHO, Evaristo de. **O Problema do Sindicato Único no Brasil: seus fundamentos sociológicos**. 2. ed. rev. aum. São Paulo: Alfa-Omega, 1978. 403 p.

OLIVEIRA, Ildes F. (Coord.) **Resistir para sobreviver: O trabalho Rural no Município de Feira de Santana**. Feira de Santana: Sindicato dos Trabalhadores Rurais, 1997. 86 p.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE GOVERNADOR MANGABEIRA. **Estatuto Social**. 2009. 100 p.

SANTOS, Almir Bispo. Visões do espaço rural. In: **Territorialização dos movimentos sociais no sertão sergipano**. Aracaju: Triunfo LTDA, São Cristovão: UFS, 2001.

SANTOS, Edinúcia M. Carneiro. **Associativismo e Territorialidade na Região Sisaleira da Bahia: relações com o desenvolvimento: Tese (Doutorado)** – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, janeiro 2007.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo – razão e emoção**. São Paulo: Hucitec. 1996

SINGER, Paul, São Paulo: o povo em movimento. BRANT, Vinicius Caldeira. **Sindicato dos Trabalhadores**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e industrialização: Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRES, 1999.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A Emergência de uma Nova Ruralidade nas Sociedades Modernas Avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 15, outubro 2000.

EGBA

Rua Mello Moraes Filho, nº 189 – Fazenda Grande do Retiro

CEP 40.352-000 – Tels.: (71) 3116-2850/2806

Fax: (71) 3116-2902

Salvador-Bahia

E-mail: egba@egba.ba.gov.br



Realização

